

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL**

MARCELO GALLO

A JUVENTUDE NOS LABIRINTOS DA VIDA

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PUC/SP
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO SOCIAL**

MARCELO GALLO

A JUVENTUDE NOS LABIRINTOS DA VIDA

Tese de doutorado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social, sob orientação da Profa. Dra. Aldaíza Sposati.

**SÃO PAULO
2013**

São Paulo, ____/____/2013.

BANCA EXAMINADORA

DEDICATÓRIA

Aos meus meninos,
Arthur, Benjamim e Nilton
Pelo amor e dedicação.

À minha querida e amada mãe
Lidia,
Pela presença forte, por todos os
ensinamentos,
Por minha vida.

À minha querida orientadora,
Pela presença, pelo carinho, pela
competência teórica,
Por tudo que vivi e aprendi em sua
companhia nesse processo.

AGRADECIMENTOS

Neste período em que me dediquei ao doutorado, muitas foram as pessoas que estiveram presentes em minha vida, que de alguma forma me apoiaram, me incentivaram, me mostraram que os caminhos nesta etapa do labirinto da minha vida teriam o apoio e a proteção necessária. Começo por agradecer a meu filho Arthur, que esteve sempre ao meu lado, me apoiando e mesmo quando estava longe se mostrou forte, minha vida sem este “jovenzinho” não teria a menor graça. A meu companheiro, parceiro de alegrias e tristezas, que segurou as pontas quando estava longe, que me atura cotidianamente, e essa tarefa não é fácil. Aos meus irmãos Andrea, Fábio, Vlademir e Tenório que estiveram presentes em minha juventude. Meus sobrinhos Gustavo, Gabriel, Fernando, Eduardo, Natalia, Angela, Bruno, Felipe, jovens que estão nos corredores do labirinto à procura de apoio, afeto, proteção. Meus pequenos sobrinhos que ainda crianças me fizeram muita companhia Amanda, Benjamim, Ricardo, Giovani, Bruno, Eric e Vitor.

Minha avó Nair, que sempre se preocupa com minhas escolhas, minha saúde, carinhosamente me conduziu no labirinto da vida para eu ser o que sou hoje. Meu avô Affonso (*in memoriam*), mais que um avô foi um pai, presente, forte, que tenho certeza de que onde estiver vai estar feliz e na torcida por mim. As cunhadas(os) Nanci, Marina, Nilson, Janaina e Paulinho, pois sem dúvida a cada encontro desta família ampliada eu aprendo coisas novas e intensas.

Minha tia, madrinha, amiga, parceira da vida, Jaci, que carinhosamente vem dedicando parte de sua vida preocupada comigo, presente em todos os momentos, é uma das minhas referências para a vida.

Os professores do Mestrado e Doutorado, Maria Lúcia Martinelli, Carmelita Yazbek, Maria Lúcia Barroco, Maria Lucia Carvalho, Regina Giffoni, Maria Lúcia Rodrigues, Raquel Raichelis, Mirian Veras Baptista, que me proporcionaram de forma privilegiada momentos de aprendizado cultural, intelectual e teórico para o resto da minha vida.

Os companheiros de estudo que foram muitos, mas especialmente àqueles que foram um dia meus professores na graduação e hoje dividem os bancos da PUC comigo no doutorado, Abigail Silvestre Torres, Áurea Satomi Fuzziwara, Renato de Paula e os novos amigos, Flavia, Sheila, Silvina, Marília,

Cecile, Rosemeire, Alex Toledo, Gecira, Thiago, Leniter, Dora, entre tantos outros, como foi bom estar com vocês neste processo.

Aos amigos que fiz no meu estágio de doutorado sanduíche na cidade do Porto, os professores Dra. Fernanda Rodrigues, Francisco Caldas, Machado Pais, e aos companheir@s que ficarão para sempre na minha memória, na minha vida, no meu coração: Claudia Lima, Mara Chinaider, Marta Croce, Rose Rogero, Domira, Gustavo, Tiagu, Tiago, Maria da Paz, entre outros.

Meus companheiros de luta diária de trabalho docente: Rodrigo José Teixeira, Fernanda Almeida, Amanda Guazzeli, Sandra Regina Vaz, Roberta Moreno, Camila Manduca, Sandra Augusta Martine, Fabia Ribeiro, Paulo Alves Jr., Tânia Elias, Elza Kourmoyan, Elizabete Terzinha Rosa, Rosimeire Matovan, Tatiane Bruno, Mauricléia, Maira Kelly Verengue Moia, Maria Fernanda Branco Teixeira, Tadeu Silvestre, Mirela Ferraz, Ana Livia Adriano, muito obrigado por me aturar, meu mau humor, minha impaciência, obrigado.

Meus companheiros de militância no CRESS-SP, gestão 2011-2014, Eloisa Gabriel, Marcos Valdir, Andressa, Ivani Bragato, Andrea Almeida Torres, Elizabete Rosa, Thiago, Vinicius, Aparecida Mineiro, Vanice, Leonir, Nilva, Nuria, Mauricléia, Dulcinéia, Maria de Jesus, Claudio Bartolomeu, a todos os funcionários do CRESS-SP, obrigado pela troca, pelo aprendizado permanente e contínuo.

Ao CNPq e CAPES, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização de um sonho.

À revisora Gabriela Manduca, pela dedicação e cuidado na revisão deste trabalho.

Em especial aos jovens que fizeram parte deste processo de investigação, pois sem eles com certeza não teria achado a saída deste compartimento do labirinto.

RESUMO

A presente tese de doutorado teve como objetivo identificar os elementos de apoio, reconhecimento e proteção para a juventude pertencente à classe trabalhadora, residente em territórios periféricos da cidade de São Paulo. Partimos do pressuposto de que vivemos os diversos ciclos da vida como se estivéssemos presos em um “Labirinto”, de possibilidades, de certezas e incertezas, onde a juventude ganha destaque especial, pois culturalmente tem-se no ideário coletivo que se trata do período da vida em que temos a possibilidade de construir os alicerces de um futuro promissor. A busca pelo entendimento dos elementos de proteção, apoio e reconhecimento sociais, é o que nos remete ao interior do “Labirinto”, e neste caminho estendemos um fio que nos conduziu na busca deste entendimento. As hipóteses centram-se no entendimento da rebeldia como potência de construção de sujeitos protagonistas e de que as políticas públicas e os programas de atenção à juventude não atribuem/incluem a dimensão do apoio e reconhecimento social que o próprio jovem considera em sua vida, mas que há na verdade uma tendência de escolhas programáticas que leva a ofertas que não correspondem aos desejos e à realidade desses jovens. O encontro com os jovens nos labirintos da vida se deu em três territórios da periferia da zona sul da cidade de São Paulo e possibilitou entender as hipóteses apresentadas e o universo vivido por estes jovens.

Palavras-chave: Juventude; Território; Proteção; Família; e Políticas Públicas.

RÉSUMÉ

Cette thèse vise à identifier les éléments de soutien, de reconnaissance et de protection des jeunes appartenant à des résidents de la classe ouvrière dans les zones périphériques de la ville de São Paulo. Nous supposons que nous vivons dans les différents cycles de la vie comme si nous sommes coincés dans un «labyrinthe» de possibilité, la certitude et l'incertitude, où le gain jeunesse accent particulier a donc culturellement la mentalité collective qu'il s'agit de la période de vie dans laquelle nous sommes en mesure de jeter les bases d'un avenir prometteur. La recherche de la compréhension des éléments de protection, de soutien et de reconnaissance sociale, ce qui nous amène à l'intérieur du "Labyrinthe", et dans cette façon d'étendre un fil qui nous a conduit dans la poursuite de cette compréhension. Les hypothèses se concentrer sur la compréhension de la rébellion en tant que protagonistes de la construction de centrales et les politiques publiques et les programmes aidant les jeunes ne s'attachent pas / inclure une dimension de soutien social et de reconnaissance que le jeune homme se croit dans sa vie et, qu'il ya effectivement une tendance de choix programmatiques conduit à des accords qui ne correspondent pas aux souhaits et la réalité de ces jeunes. La rencontre avec les jeunes dans les labyrinthes de la vie s'est produite dans trois domaines à la périphérie de la ville du sud de São Paulo et a permis de comprendre les hypothèses formulées et de l'univers vécue par ces jeunes.

Mots-clés: jeunesse, de la planification, de la protection, de la Famille et de la politique publique.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo identificar los elementos de apoyo, el reconocimiento y la protección de los jóvenes pertenecientes a los residentes de clase trabajadora en las afueras de la ciudad de São Paulo. Se supone que vivimos en los diferentes ciclos de la vida como si estuviéramos atrapados en un "laberinto" de la posibilidad, certeza e incertidumbre, donde tanto los jóvenes ganancia especial énfasis cultural tiene la mentalidad colectiva que este es el período de vida en la que somos capaces de construir las bases de un futuro prometedor. La búsqueda de la comprensión de los elementos de protección, apoyo y reconocimiento social, es lo que nos lleva al interior del "Laberinto", y de esta manera extender un cable que nos guió en la búsqueda de esta comprensión. La hipótesis se centran en la comprensión de la rebelión como protagonistas de la construcción de poder y de las políticas públicas y los programas de asistencia a los jóvenes no se fije / incluyen una dimensión de apoyo social y el reconocimiento de que el joven se viera en su vida y, que en realidad hay una tendencia de opciones programáticas conduce a ofertas que no corresponden a los deseos y la realidad de estos jóvenes. El encuentro con los jóvenes en los laberintos de la vida se produjo en tres áreas en las afueras de la sureña ciudad de São Paulo y capacitado para entender los supuestos y el universo experimentado por estos jóvenes.

Palabras clave: Juventud, Planificación, Protección, Familia y Políticas Públicas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I. O LABIRINTO NOS TEMPOS DA JUVENTUDE	29
1.1. Juventude ou juventudes?	30
CAPÍTULO II. O LABIRINTO NO ENTRE OLHAR DE CAMINHOS	56
2.1. No labirinto pelo olhar da Educação	69
2.2. No labirinto pelo olhar das Ciências Sociais	75
2.3. No labirinto pelo olhar da Psicologia	82
2.4. No labirinto pelo olhar do Serviço Social	89
CAPÍTULO III. NO LABIRINTO FRENTE ÀS POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO	97
3.1. Entendendo possibilidade de acesso	98
3.2. Entendendo possibilidade de proteção	108
CAPÍTULO IV. NO LABIRINTO EM ESCUTA DOS JOVENS	128
4.1. Juventude	132
4.2. Proteção social	134
4.3. Relação com a família	135
4.4. Relação com os vizinhos	136
4.5. Relação com os amigos	137
4.6. Pontos de apoio e reconhecimento	138
4.7. Relação com a escola	139
4.8. Relação com o território	141
4.9. Participação eletiva	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
ANEXOS	164
ANEXO 1. TABELA PROGRAMAS PARA JUVENTUDE	165
ANEXO 2. SÍNTESE DOS PROGRAMAS PARA JUVENTUDE NO BRASIL	167
ANEXO 3. TRANSCRIÇÃO GRUPO FOCAL – JARDIM ÂNGELA	177
ANEXO 4. TRANSCRIÇÃO GRUPO FOCAL – PARELHEIROS	194
ANEXO 5. TRANSCRIÇÃO GRUPO FOCAL – PARAISÓPOLIS	213
ANEXO 6. TRANSCRIÇÃO GERAL GRUPOS FOCALIS	225
ANEXO 7. ESTATUTO DA JUVENTUDE	241

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. <i>O Minotauro</i> , Pablo Picasso	18
FIGURA 2. Distribuição percentual da população residente por sexo, segundo grupos de idade Brasil	54
FIGURA 3. Distribuição percentual da população residente por sexo, segundo grupos de idade por grandes regiões	55
FIGURA 4. Distribuição percentual da população residente por sexo, segundo grupos de idade Brasil	56
FIGURA 5. Gráfico síntese Mestrado com palavra-chave – Juventude	63
FIGURA 6. Gráfico síntese Mestrado com palavra-chave – Juventude e Políticas Públicas	63
FIGURA 7. Gráfico síntese Mestrado com palavra-chave – Juventude e Família	63
FIGURA 8. Gráfico síntese Doutorado com palavra-chave – Juventude	64
FIGURA 9. Gráfico síntese Doutorado com palavra-chave – Juventude e Políticas Públicas	64
FIGURA 10. Gráfico síntese Doutorado com palavra-chave – Juventude e Família	64
FIGURA 11. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Região do País	66
FIGURA 12. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Trabalhos Analisados	70
FIGURA 13. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Educação – Região do País	71
FIGURA 14. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Educação – Universidades	71
FIGURA 15. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Ciências Sociais – Região do País	77
FIGURA 16. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Ciências Sociais – Universidades	77
FIGURA 17. Onde estão os miseráveis	78
FIGURA 18. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES –	84

Psicologia – Região do País	
FIGURA 19. Gráfico Síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Psicologia – Universidades	84
FIGURA 20. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Serviço Social – Região do País	91
FIGURA 21. Gráfico síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES – Serviço Social – Universidades	91

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Síntese da Pesquisa no Banco de Dados CAPES	62
QUADRO 2. Síntese da Pesquisa no Banco de Dados CAPES – região do País	65
QUADRO 3. Síntese da Pesquisa no Banco de Dados CAPES – Área do Conhecimento	67
QUADRO 4. Síntese da Pesquisa no Banco de Dados CAPES – Universidades	68
QUADRO 5. Síntese da Pesquisa no Banco de Dados CAPES – Trabalhos Analisados	70
QUADRO 6. Cobertura Bolsa Família – Salário Família	108
QUADRO 7. Taxa Bruta de Mortalidade Juvenil por Homicídio da População – 15 a 24 anos por distrito pesquisado no município de São Paulo	131

SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível superior
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
GF	Grupo Focal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IML	Instituto Médico Legal
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LSD	dietilamida do ácido lisérgico
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MST	Movimento Sem Terra
NEPSAS	Núcleo de Estudo e Pesquisa sobre Seguridade e Assistência Social
OIJ	Organização Internacional da Juventude
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional de Domicílio

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNCFC	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
PNJ	Política Nacional para Juventude
PTR	Programa de Transferência de Renda
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REJ	Reunião Especializada de Juventude
SFMSP	Sistema Funerário Municipal de São Paulo
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSE	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
USP RP	Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto

INTRODUÇÃO



Figura 1. O *Minotauro*, Pablo Picasso

*“A finalidade da presença do Minotauro é admitir e fazer admitir que somos duplos: é a inevitável e necessária presença da bestialidade em nós, mesmo se ela nos choca, e a transgressão picassiana consiste em exprimir e em viver, mais ou menos serenamente, aquilo que nos assusta mas que palpita dentro de nós [...]”*¹

¹ Fonte: www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2004/Picasso/texto_do_catalogo.shtml

Este estudo, *A juventude nos labirintos da vida*, se propõe a identificar e refletir sobre os elementos de apoio, reconhecimento e proteção que os jovens pertencentes a famílias de baixo poder de consumo identificam em suas trajetórias de vida. A escolha pela analogia com o labirinto não é mero acaso, mas uma escolha feita no processo de reflexão para construção desta tese que, ao mesmo tempo, remete ao processo de formação pessoal do pesquisador, o qual identifica o quanto o labirinto sempre esteve presente em sua trajetória.

Ainda criança, em um dos episódios do Sítio do Pica-pau Amarelo, obra de Monteiro Lobato, foi a primeira vez em que ouvi a história de Teseu e do Minotauro, e de Ariadne, personagens da mitologia grega. O Minotauro, metade homem, metade touro, também inspirou Picasso em muitas de suas obras² (por isso inicio esta seção com uma delas). Dominique Depuis Labbé, curadora do Museu Picasso, de Paris, comentando essa preferência, disse: “Caminhar por um labirinto pode ter muitos desafios, a vivência de emoções de caminhos que por vezes se pensa serem os melhores e inadvertidamente, acabam num beco sem saída”. Um retrato do recomeço. Talvez um Minotauro esteja sempre à espreita, o que exige atenção plena como condição de percorrer o labirinto.

Na definição de labirinto de Aurélio Buarque de Holanda (2010) duas passagens nos são importantes: o labirinto enquanto construção de muitas passagens ou divisões, dispostas tão confusamente que com dificuldade se acha a saída; e qualquer complicação que perturba o espírito: o labirinto do processo.

O labirinto é um símbolo poderoso. Como uma figura arquitetural original, geométrica, constitui uma materialização curiosa e complexa. Como símbolo, põe em questão a capacidade de encontrar uma saída. Nesse sentido, é um enigma a ser decifrado e sua solução encontra-se em uma aventura interna, que exige como condição aceitá-la e entregar-se a ela.

² Será que Picasso se via como um Minotauro, ou apenas nos estimulava a ver as partes do todo que somos? Meditando sobre o labirinto, ser aprisionado seria pena ou necessidade? A cada ciclo da vida estaríamos presos a um determinado espaço do labirinto?

A simbologia do labirinto é aqui transposta para um momento do ciclo de vida humana, a juventude: os jovens encontram-se na busca de alternativas para suas vidas, possibilidades essas nem sempre favoráveis a seus sonhos/desejos, mas possibilidades de sobrevivência.

A partir da analogia entre a construção da vida e seus desafios, pode-se pensá-la como múltiplos caminhos por vezes com escolhas. Boas escolhas normalmente levam a caminhos com saídas, mas quando se enverga por más escolhas, regra geral, encontramos becos, obstáculos impossíveis de transpor, entrando num ciclo vicioso de retornos ou volteios ao mesmo ponto: anda-se, anda-se, anda-se e volta-se ao mesmo lugar. Quer isso dizer que as pessoas perdem a perspectiva de horizonte, do que pode estar além, e entram em declínio, seja cultural, social ou econômico.

A escolha do tema desta pesquisa, *A juventude nos labirintos da vida*, também tem relação com a observação da vida de jovens que este pesquisador vem acompanhando durante sua trajetória profissional. Esta sempre esteve marcada pela forte presença da juventude, seja atuando em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes, seja em instituições que privam de liberdade jovens que cometeram atos infracionais ou em instituições de ensino, que analogamente seriam também espaços dentro desse labirinto.

A trajetória profissional é, de saída, um disparador de inquietações para entender essa fase do ciclo de vida humano, a juventude. No entanto, não se pode deixar de associar a esse processo a vida de todo ser humano, que também pode, analogamente, ser entendida como em um ciclo do labirinto da vida.

Outro fator preponderante para a escolha da temática deste processo de investigação se deu no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Seguridade e Assistência Social – NEPSAS, do Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, no qual o pesquisador vem participando de uma pesquisa sobre Capacidade Protetiva de Famílias.

A participação neste processo de investigação, as discussões sobre o entendimento do que seria a capacidade protetiva de famílias, remeteu a

estudar diversos autores e um, em específico, também foi um forte aliado para entender alguns aspectos dessa fase da vida. Refiro-me a Serge Paugam, sociólogo francês da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*.

A aproximação com o professor Serge Paugam se concretizou com a aprovação de projeto de pesquisa no âmbito das agências financiadoras CAPES-COFECUB³ para um programa formal de intercâmbio que vem permitindo a construção de referencial teórico sobre a relação entre a densidade de vínculos sociais e a capacidade protetiva das famílias que vivem em periferias de grandes metrópoles, no caso deste estudo, entre São Paulo e Paris. O projeto de intercâmbio científico iniciou o desenvolvimento de estudos comparados que possibilitem identificar categorias e elementos que compõem a capacidade protetiva das famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda que vivem nas periferias e que sejam referenciadas nos Centros de Referência de Assistência Social, unidades de serviços da política de assistência social localizadas nessas regiões da cidade. As categorias e elementos que compõem a capacidade protetiva das famílias poderão vir a ser insumos para a definição de possíveis variáveis, indicadores e índices de avaliação de resultados de programas sociais.

Outro elemento importante neste processo de investigação foi a realização de estágio sanduíche, entre fevereiro e julho de 2012, no departamento de Psicologia da Educação da Universidade do Porto, sob orientação da professora Dra. Fernanda Rodrigues. Neste processo pude realizar um grupo focal com jovens brasileiros que ali se encontravam em intercâmbio estudantil e com eles discuti o sentido da proteção social que reconheciam.

Em todo este processo de investigação se apresentam desafios de interpretação daquilo que vem sendo pesquisado sobre juventude: pode-se

³ PROJETO **Territórios urbanos e vínculos sociais: Presença no próprio bairro de recursos de proteção e reconhecimento social para fazer frente às incertezas da vida.** ACORDO CAPES-COFECUB, Edital CAPES/DRI/CGCI nº 09/2011, sob coordenação do Professor Dr. Serge Paugam – *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, Paris, França, e da Professora Dra. Aldaiza Sposati – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil.

observar que há uma tendência nos estudos sobre jovens e sobre juventude a se referirem principalmente ao jovem com baixo poder de consumo.

Daqui se defende que o alcance do desejo desses jovens deveria ser desmercadorizado. Essa observação é necessária, pois muitos estudos são levados a identificar a perspectiva do jovem com a realização de algum trabalho que lhes forneça autonomia de remuneração. Esse processo leva a uma leitura de negação de possibilidade, ou a enxergar que a possibilidade é ingressar no mercado de trabalho, o que termina por reforçar a mercadorização.

Outra tendência é a de baixa presença de manifestações do próprio jovem e do movimento que ele cria como possibilidade de rotas e alternativas – embora essas rotas e alternativas possam ser agressivas –, considerando que elas têm que ser entendidas como movimento, não como passividade, ou seja, com diálogo com o futuro, pois não considerar esse movimento gera um desconhecimento do que o jovem percebe como apoio e reconhecimento social.

O apoio e o reconhecimento social do jovem, principalmente daquele pertencente à família de baixo poder de consumo, são elementos que compõem as possíveis linhas de sua movimentação na direção do protagonismo juvenil. E não são necessariamente os programas sociais que dão conta deste processo, pois os programas sociais voltados para a juventude nem sempre atribuem/incluem a dimensão de apoio e reconhecimento social que o próprio jovem considera em sua vida. A tendência a escolhas programáticas pode levar a ofertas que não correspondem aos desejos e à realidade desse jovem.

A partir desses elementos, foi considerado como objeto deste estudo a identificação das linhas de movimentação dos jovens numa leitura positiva da atitude que muitas vezes é considerada como expressão de rebeldia.

O objetivo deste estudo se delineia pela perspectiva de conhecer os elementos de apoio, reconhecimento e proteção social que os jovens pertencentes a famílias de baixo poder de consumo identificam em suas trajetórias de construção do protagonismo juvenil.

Parte-se do pressuposto de que o jovem ou a juventude é um período do ciclo de vida de transição entre o que é regido pelo sistema de proteção de direitos de crianças e adolescentes e o que é regido pela responsabilidade da vida adulta. O jovem, nessa transição, é regido pelo quê? A juventude é um prenúncio de futuro. Ao se tomar a juventude do ponto de vista da economia como um tempo estratégico a ser determinado para as demandas do mercado, como entender e como estudar o jovem real? Como entender o que vem sendo escrito sobre ele? Ou, ainda, como entender o que está se desenvolvendo através de políticas públicas a ele destinadas?

Como ponto de partida, pretende-se entender o significado do que é a juventude pelos jovens e pelo entendimento que vem sendo feito pelos pesquisadores sobre juventude. Para isso, a perspectiva é a de adentrar no labirinto com olhar para as possibilidades de entender as respostas às questões desta investigação. Isso implica no desafio da construção de um caminho metodológico⁴ que possibilite a orientação no percurso pelos corredores do labirinto.

Parte-se, então, do entendimento de que esta análise tem um olhar qualitativo que, segundo Minayo (2008):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2008, p. 21).

Ainda segundo a autora, esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não

⁴ Segundo Minayo (2008, p. 14), “entende-se por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria e a abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)[...]”.

só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O ser humano tem características gregárias, e isso se faz em diversos momentos nos diferentes ciclos de vida. Os jovens, em especial, tendem a formar grupos heterogêneos no mesmo território e com interesses diversos, o que se corrobora com o pressuposto colocado pela autora “de que o universo da produção humana pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é este o objetivo da pesquisa qualitativa” (MINAYO, 2008, p. 18).

Este caminho metodológico também se apoia em análises quantitativas, uma vez que faz uso de dados e índices estatísticos resultantes de levantamentos de indicadores sociais que contribuem para o entendimento dos fenômenos sociais. Segundo Minayo (2008):

[...] os objetivos da pesquisa qualitativa dificilmente podem ser traduzidos em números e indicadores quantitativos. Por isso não existe um “continuum” entre abordagens quantitativa e qualitativa, como muita gente propõem, colocando uma hierarquia em que as pesquisas quantitativas ocupariam um primeiro lugar, sendo “objetivas e científicas”. E as qualitativas ficariam no final da escala, ocupando um lugar auxiliar e exploratório, sendo “subjetivas e impressionistas”. A diferença entre abordagem quantitativa e qualitativa da realidade social é de natureza e não de escala hierárquica. Enquanto os cientistas sociais trabalham com estatística visam a criar modelos abstratos ou a descrever e explicar fenômenos que produzem regularidades, são recorrentes e exteriores aos sujeitos, a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados. Esse nível de realidade não é visível, precisa ser exposta e interpretada, em primeira instância, pelos próprios pesquisadores (MINAYO, 2008, p. 21).

Nessa lógica, pode-se afirmar que não se trata de sobrepor ou de hierarquizar a escolha por uma abordagem ou por outra, mas de entender que há diferentes formas de se analisar a realidade social, e que os dois tipos de abordagem e dados delas advindos são complementares. Entre eles, segundo

a autora, há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada teórica e praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa (MINAYO, 2008).

A busca é para construir elementos que possibilitem a passagem do pesquisador pelo labirinto de forma a ultrapassar os ciclos da pesquisa, fundamentando a linguagem em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, ou seja, como propõe a autora, um processo de trabalho em espiral.

Ao entender essa lógica, há de se destacar que a pesquisa que vem sendo desenvolvida pelo NEPSAS no projeto CAPES-COFECUB⁵ traz insumos importantes para reflexão e análise que fluem do debate e dos dados coletados em campo. Nessa experiência, o pesquisador pôde iniciar processo de reflexão sobre os elementos que compõem a capacidade protetiva das famílias⁶, mas preferencialmente destacar como os jovens pertencentes a essas famílias constroem seus caminhos de apoio e reconhecimento social.

A análise preliminar dos dados desperta o desejo de entender os elementos de apoio e reconhecimento social que os jovens pertencentes a famílias de baixo poder de consumo identificam em suas trajetórias de construção do protagonismo juvenil. Essa análise guiou o pesquisador a buscar construir naquele estudo o processo metodológico desta tese.

A pesquisa exploratória desenvolvida parte das discussões teóricas feitas no NEPSAS e do levantamento de dados bibliográficos para entender a juventude enquanto um ciclo da vida humana. Para isso, a opção feita foi pela análise de teorias, elementos normativos e cognitivos que definem o entendimento do que é a juventude enquanto categoria sociológica, uma vez que o exame dos vínculos sociais e das expressões de reconhecimento social que os jovens vivenciam constituem elementos significativos de estudo.

A escolha de olhar para o jovem que vive em famílias com baixo poder de consumo justifica-se segundo dados do Ministério do Desenvolvimento

⁵ Cujas pesquisas de campo na cidade de São Paulo se deu com 510 famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda, de 12 territórios da cidade de São Paulo (José Bonifácio, Brasilândia, Cambuci, Vila Sonia, Jardim Ângela, Jardim Helena, Mandaqui, Parelheiros, Pari, Perus, São Rafael e Paraisópolis).

⁶ O processo de análise dos dados encontra-se em fase de discussão até o presente momento.

Social (MDS) apresentados em relatório de junho de 2011 de acordo com o qual, no Brasil, 12.805,037 famílias são beneficiárias de Programas de Transferência de Renda, deste total 8,64% ou 1.107,441 são jovens na faixa etária entre 16 e 17 anos. No Estado de São Paulo, o total de famílias beneficiárias é de 1.201.406 famílias, deste total 6,60% são jovens, o que equivale a 79.333 jovens na faixa etária entre 16 e 17 anos; e, na cidade de São Paulo, o total de famílias beneficiárias é de 201.095 e o total de jovens entre 16 e 17 anos equivale a 8,98% ou 18.062, sendo esse o universo total existente.

O caminho metodológico articula-se a partir de um princípio e três categorias de análise, quais sejam:

1. Construir uma topografia⁷ social da juventude

A partir da análise dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Censo 2010, dados da pesquisa sobre Mapa da Violência 2011: os jovens no Brasil⁸, e de indicadores sociais que retratam a juventude brasileira, em especial os jovens pertencentes a famílias com baixo poder de consumo, possibilitando assim traçar um perfil dessa população⁹.

2. Como categoria analítica

⁷ Por topografia social está sendo entendido o conhecimento do jovem a partir do lugar, o território, onde desenvolve seus vínculos e trajetórias com a família, vizinhos e amigos com quem conta.

⁸ Mapa da violência no Brasil, pesquisa realizada por Julio Jacobo Waiselfibz, disponível em <www.mapadaviolencia.org.br>, a pedido do Ministério da Justiça e realizada pelo Instituto Sangari.

⁹ Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – PRO-AIMS-CET/SMT – SFMSP (2010, atualizado em 14/03/2012; 2011, atualizado em 21 de maio de 2012), investigações do IML até janeiro 2011 e do CET até dezembro de 2011 mostram a taxa bruta de mortalidade juvenil por homicídio da população de 15 a 24 anos, por distrito, no município de São Paulo (2011). Do ponto de vista do estudo qualitativo, foi realizado estudo de três regiões da cidade de São Paulo: Jardim Ângela, Vila Andrade e Parelheiros. O critério adotado para escolha se justifica por dois fatores: presença de homicídios e pela concentração de 3 de 12 regiões estudadas de jovens dentre os territórios também pesquisados pelo NEPSAS. Esses três territórios aparecem na ordem apresentada com os três maiores índices de mortalidade dentre os territórios pesquisados e também pelo fato de eles estarem entre os quatro primeiros territórios com maior presença de jovens nas famílias.

A decodificação da juventude enquanto categoria analítica busca conhecer a análise dos elementos constitutivos do entendimento por parte dos pesquisadores sobre a compreensão do que é juventude. A escolha dos estudos abordados levantou a produção teórica existente no banco de dados da CAPES de dissertações e teses que versavam especificamente sobre a temática.

2.1. Leitura das principais pesquisas feitas no âmbito da CAPES nos últimos dez anos para identificar a escolha dos caminhos para produção social do conhecimento sobre juventude.

A pesquisa bibliográfica para revisão das categorias teóricas que norteiam a análise, levantamento das publicações no banco de dados da CAPES nos últimos dez anos e análise dos resumos de dissertações e teses que apresentavam maior aderência ao tema. Com isso, foi realizado um levantamento da produção intelectual brasileira sobre a temática juventude e optou-se metodologicamente por trabalhar com o banco de dados existente no site da CAPES, pelo fato deste agregar a produção de teses e dissertações produzidas no país em universidades particulares e públicas.

O banco de dados oferecido pelo sistema permitiu fazer buscas por palavra-chave, autor, ano, nível de formação, estabelecimento de ensino. A opção adotada elegeu três palavras-chave: juventude; juventude e família; e juventude e políticas públicas, nos níveis de mestrado e doutorado em todo país entre os anos de 2000 e 2010.

A opção por essas palavras-chave se deu por entender que o objeto de estudo desta pesquisa é a juventude cuja família é beneficiária de Programas de Transferência de Renda (PTR). Essa seleção permitiu identificar a produção que se relaciona à juventude especificamente, juventude e sua relação com a família e com as políticas públicas.

O período escolhido de 2000 a 2010 foi destacado por se tratar do período que marca dez anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Política Nacional de Assistência Social, Constituição Federal, Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, Pacto Juventude, Bolsa Família.

Com a busca foram encontrados 1.986 trabalhos, sendo: 1.582 de mestrado e 404 de doutorado; dos quais foram pré-selecionados 259 trabalhos, sendo: 206 de mestrado e 53 de doutorado. Do conjunto foram destacados para leitura 66 trabalhos, sendo: 48 de mestrado e 18 de doutorado.

A dinâmica da pesquisa compilou a leitura de todos os resumos que apareceram para pré-selecionar os trabalhos que mais se aproximavam do objeto deste estudo. Um novo filtro foi aplicado após a leitura de outros elementos que foram encontrados nas dissertações e teses, como organização do trabalho, metodologia de pesquisa e objeto de estudo, o que nos remeteu aos 66 trabalhos que foram lidos e fichados para uso na análise qualitativa da produção.

Dessa busca observa-se que há um crescimento significativo na produção intelectual brasileira nos anos pesquisados, isso se dá pelo interesse crescente das universidades e pesquisadores pela temática, uma vez que se trata de um período em que a política pública vem se firmando no cenário nacional e o governo federal assumiu implementar programas sociais. Esses programas foram avaliados e estudados pelos pesquisadores com o olhar de relação entre juventude e família.

2.2. Analisar os documentos normativos das políticas públicas para juventude em âmbito nacional e na cidade de São Paulo com o objetivo de verificar como vem se construindo e efetivando o sistema de garantia de direitos para esse ciclo da vida.

3. A juventude como categoria da própria juventude

A partir do processo acima descrito foram realizados 03 grupos focais com jovens para entender os elementos de apoio e reconhecimento social que os jovens pertencentes a famílias de baixo poder de consumo identificam em suas trajetórias de construção do protagonismo juvenil.

Segundo Rodrigues (1988, p.23), Grupo Focal (GF) é “uma forma rápida, fácil e prática de pôr-se em contato com a população que se deseja investigar”; Gomes e Barbosa (1999, p.42) acrescentam que “o grupo focal é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de

obter informações de caráter qualitativo em profundidade”; por sua vez, Krueger (1996, p.28) descreve-o como “pessoas reunidas em uma série de grupos que possuem determinadas características e que produzem dados qualitativos sobre uma discussão focalizada”.

Os jovens foram selecionados pela presença e participação em espaços sócio-educativos que fazem atendimento a essa população em três territórios da cidade de São Paulo: Jardim Ângela, Paraisópolis e Parelheiros.

A partir da análise dos dados da pesquisa foram construídos os capítulos da tese, a qual, no **primeiro capítulo**, trata da temática Juventude X Juventudes, em que se analisa o perfil da juventude brasileira com base nos dados do IBGE, IDH, Linha de pobreza, Indigência e Exclusão Social.

Os dados quantitativos apresentados pelo IBGE foram o grande disparador do processo de investigação, uma vez que apontam quantos são e onde estão os jovens no Brasil e possibilitaram ainda a aproximação com o Estado de São Paulo e a cidade de São Paulo. Outra fonte importante foi o Mapa da Violência, que vem sendo desenvolvido para identificar como o fenômeno da violência vem crescendo entre os jovens brasileiros. Todos esses índices levaram em conta a dinâmica social, demográfica e territorial que perpassa a realidade dos territórios. Sobre essa lógica, afirma Koga (2005, p. 637): “Tais medidas geralmente são baseadas no corte de renda, indicando linhas de base para restringir o próprio fenômeno da pobreza, relacionando as condições de vida de uma população ao seu acesso ao mercado”¹⁰.

No **segundo capítulo** são apresentados os dados resultantes da análise das pesquisas do banco de dados da CAPES, nos estudos sobre juventude em âmbito acadêmico. Esses elementos foram correlacionados e

¹⁰ “Entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, os modos de gestão das políticas públicas no Brasil sofreram forte direcionamento à focalização, seguindo tendência latino-americana aliada à lógica de redução do Estado. Nesse período, intensificou-se também o uso de metodologias de medição da pobreza e da indigência e até medidas de desenvolvimento humano, não raramente sob influência de cálculos praticados por organismos multilaterais, com predomínio do viés econômico sobre o social.” [...] “Além do aspecto da composição metodológica, o uso dessas medidas como referência das políticas sociais pode conduzir a escolhas restritivas, pois seu olhar é dirigido para a capacidade individual e não societária, onde se processa o fenômeno da pobreza ou da exclusão social” (KOGA, 2005, p. 15).

estudados com o objetivo de identificar o entendimento de juventude apresentado pelos pesquisadores das diversas áreas de conhecimento.

No **terceiro capítulo** são discutidas as políticas públicas para a juventude no Brasil, entendendo que essas políticas seriam os suportes para os jovens de famílias com baixo poder de consumo e teriam uma marca importante no desenvolvimento de sujeitos protagonistas de suas histórias.

O **quarto capítulo** trata da juventude pela juventude, espaço onde o jovem tem lugar privilegiado para dizer seu entendimento do que seja esse ciclo de vida e de como ele estabelece elementos de proteção.

A lógica proposta subsidia o exame da hipótese da tese: os jovens vivem em um labirinto onde as escolhas com quem conta e como as pessoas de suas relações podem contar com ele, no sentido de constituir elementos de proteção. Esse olhar levou em consideração o suposto de que a ação juvenil tem intencionalidade e pode ser analisada pela positividade, pois juventude é sinônimo de futuro, de construção, mesmo que essa construção signifique reconstruir, rompendo com o que está pré-estabelecido.

CAPÍTULO I
O LABIRINTO NOS TEMPOS DA JUVENTUDE

*“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério.
O jovem no Brasil nunca é levado a sério.”*

Charlie Brown Jr.

1.1. Juventude ou juventudes?

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise do que se entende por juventude e como essa categoria se constitui historicamente. Nos estudos realizados para sistematização dos dados ora apresentados foram identificadas duas vertentes de análise do que se está buscando no momento: a construção do conceito teórico de juventude.

Essas vertentes são independentes e, ao mesmo tempo, complementares. Uma delas identifica o jovem a partir da análise histórica da construção das etapas do aprendizado, da relação com o velho, ou seja, com a pessoa que “teria” a responsabilidade de ensinar, de transmitir, e que não necessariamente seria o pai ou a mãe, colocada esta relação numa situação de submissão. Outra vertente analisa a juventude pela relação conflituosa com “tudo e com todos”: o jovem que contesta, que tem o potencial de mudança, mas essas mudanças sempre estão associadas com o “desvio” ou com a “anomia”.

A rebeldia, que ora é vista pela positividade, quando enviesada pelo processo histórico de ruptura com as diversas formas de exploração do capital, logo é interpretada como resistência ao sistema; ou, pela negatividade, quando o jovem ganha o papel do delinquente e nesse perfil é identificado o jovem oriundo da classe trabalhadora que vive na periferia.

O rótulo construído pela sociologia da juventude é claramente influenciado pelas escolas francesa e norte-americana de Chicago, sendo que ambas assumem um olhar positivista em sua análise, mesmo quando pensam o jovem e sua atitude contestadora como forma de resistência, pois essa visão é feita única e exclusivamente para o jovem burguês e a este sempre é dado lugar de destaque nas análises. Sua contestação seria parte do processo de formação de uma classe dominante que está sempre à frente daqueles que são dominados e tidos como sujeitos sem qualificação e sem causa.

Pensar uma sociologia da juventude significa entender como o conceito de juventude foi construído a partir dos resultados das pesquisas na temática, para que se possa avançar nas reflexões. Trata-se de outra forma de olhar

esses trabalhos, tendo em mente algumas orientações teóricas, a começar por aquela expressa por Bourdieu¹¹ (1998, p. 24), quando nos alerta para o perigo da construção do objeto, marcado pela oposição entre “teoria” e “metodologia”.

Ainda seguindo Bourdieu (1998)¹², tomar a juventude por objeto implica pensá-la num contexto de relações na qual está inserida, adotando como método uma luta constante contra qualquer forma de percepção do mundo social como *substancialista*. Pensar em termos de relações significa, aqui, também colocar em evidência os mecanismos relativamente arbitrários na categorização de populações pré-construídas. Para Bourdieu (1998, p. 28), “[...] seria tomar para objeto o trabalho social de construção do objeto pré-construído: e aí que está o verdadeiro ponto de ruptura”.

Juventude não é simplesmente uma categoria etária ou biológica. Compreende-se, pois, porque, mesmo modernamente, a conceituação da juventude não é consensual. Uma hipótese observada para a ausência de consenso diz respeito à transformação de indicadores “objetivos” de base biológica valor, sustentados por estilos de vida considerados apropriados e modernos.

Segundo Novaes e Vannuchi¹³ (2004) e Novaes¹⁴ (2004)¹⁵, na concepção das sociedades clássicas grego-romanas, a juventude se referia a

¹¹ De origem campesina, filósofo de formação, foi docente na *École de Sociologie du Collège de France*. Desenvolveu, ao longo de sua vida, diversos trabalhos abordando a questão da dominação e é um dos autores mais lidos em todo o mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Também escreveu muito sobre a Sociologia da Sociologia. A escolha do autor se deu pelo fato de que, para o objeto em estudo, ele é uma importante referência.

¹² BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

¹³ Paulo de Tarso Vannuchi é graduado em jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, de 1977 a 1980, com mestrado em Ciência Política também na USP. Ocupou o cargo de Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de dezembro de 2005 a dezembro de 2010. Teve participação efetiva nos movimentos de esquerda durante o regime de exceção. Trabalhou na elaboração do livro “Brasil Nunca Mais”, coordenado por dom Paulo Evaristo Arns.

¹⁴ Regina Célia Reynes Novaes possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1973), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Ciências Humanas (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1989). Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, do IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, orientou pesquisas de iniciação científica, dissertações e teses nos seguintes temas: movimentos sociais, juventude, religião, cultura, cidadania e violência. Foi editora da Revista *Religião e Sociedade* de 1995 até 2005. Aposentou-se da UFRJ em 2005, prosseguindo com

uma idade entre os 22 e os 40 anos. *Juvinis* vem de *aeoum*, cujo significado etimológico é “aquele que está em plena força da idade”. Naquela cultura, a deusa grega Juventa era evocada justamente nas cerimônias do dia em que os mancebos (adolescentes) trocavam a roupa simples pela toga, tornam-se cidadãos de pleno direito. Hoje, de acordo com a maioria dos organismos internacionais, considera-se como juventude a faixa etária de 15 a 29 anos. No entanto, outras idades já são propostas em abordagens acadêmicas, na dinâmica da vida política e na mídia. Com essas idades oscilantes, convivem contraditórias imagens e expectativas: “juventude perigosa, juventude como lugar de esperança e juventude como o paradigma do desejável e muitas outras” (NOVAES; VANNUCHI, 2004, p. 38).

A Organização Internacional da Juventude (OIJ)¹⁶ define os limites etários entre 15 e 24 anos, já a Organização Mundial da Saúde (OMS/OPAS) os define entre 10 e 20 anos. A UNESCO¹⁷ fez um marco comparativo e utiliza como referência a idade entre 14 e 20 anos, indicando em seus documentos que é nessa idade que o jovem constrói sua identidade. Pois é nessa fase que o desenvolvimento físico, as capacidades cognitivas e as experiências sociais coincidem, facilitando ao adolescente rever e sintetizar suas identificações

orientações de teses e dissertações anteriormente iniciadas no PPGSA. Foi Secretária Nacional de Juventude - Adjunta e presidente do Conselho Nacional de Juventude de 2005 até março de 2007. Entre março de 2007 e setembro de 2009, como consultora do Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (IBASE), participou da coordenação geral da pesquisa Juventude e Integração Sul Americana, desenvolvida simultaneamente em seis países vizinhos. Em 2009 também atuou como consultora sênior do PNUD/Nações Unidas para a realização do Informe Juventude e Desenvolvimento Humano nos países do Mercosul. Em 2010 coordenou, em conjunto com Sílvia Ramos, a pesquisa da UNESCO sobre políticas públicas de Juventude no Brasil. Como pesquisadora do CNPq, desenvolve projetos de investigação na área de Juventude, Religião e Política.

¹⁵ NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo e Instituto cidadania, 2004.

¹⁶ Com sede na Espanha, a OIJ é o único órgão multilateral de juventude no mundo, vinculado à Organização dos Estados Ibero-Americanos, e envolve Portugal, Espanha e os países da América Latina.

¹⁷ A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi criada em 16 de novembro de 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. (Fonte: <<http://www.onu.org.br/onu-no-brasil/unesco/>>).

infantis para construir um caminho realístico no futuro. A partir dessa classificação, considera a juventude no início da adolescência tardia, uma fase do ciclo de vida, concluindo este processo aos 20 anos, quando uma identidade adulta começa a se formar e consolidar. O Congresso Nacional Brasileiro, em 13 de julho de 2010, aprovou a PEC (Projeto de Emenda Constitucional) 42/2008, a chamada PEC da Juventude, que insere na Constituição o termo “juventude” e estabelece a faixa etária de 15 a 29 anos para essa população¹⁸.

Ao tomar como ponto de partida as questões já apresentadas, pode-se fazer menção à definição da Unesco produzida a partir da Conferência Internacional sobre a Juventude em Grenoble¹⁹:

O termo juventude designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo os critérios e os pontos de vistas que se adote para determinar se as pessoas são “jovens”. Por juventude entende-se não só uma fase da vida, mas também indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens. (FGC/UNESCO, 1987, p. 661).

Importante destacar que a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) reafirma a necessidade de potencializar as diferentes juventudes brasileiras. Os documentos do Conselho de Juventude (CONJUV) estabelece também a seguinte subdivisão etária: jovem-adolescente, entre 15 e 17 anos; jovem-jovem, entre 18 e 24 anos; jovem-adulto, entre 25 e 29 anos²⁰.

¹⁸ Sobre a PEC da Juventude, consultar: <www.juventude.gov.br>.

¹⁹ Em 1964 ocorreu em Grenoble, na França, uma conferência sobre juventude organizada pela UNESCO que definiu a faixa etária para a juventude.

²⁰ Posteriormente, essa mesma classificação foi adotada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para análise socioeconômica da realidade juvenil. Essa classificação contribui para o aperfeiçoamento de desenhos, programas e ações, pois os desafios colocados para os jovens de 16 anos são bastante distintos dos enfrentados pelos jovens de 24 a 29 anos.

Desta definição, cabe destaque para três aspectos da juventude: ser um estado transitório, sustentar-se por critérios próprios de autodefinição e ser marcado pelo pertencimento a determinado grupo de idade. De imediato, se pode pensar em como justamente esse estado transitório vai se constituir num valor permanente a ser conquistado por todos.

Talvez fosse importante apresentar de outra forma o problema da categorização etária, assim como posto por Bourdieu (1998, p. 67): “[...] as divisões entre as idades são arbitrárias [...] e as fronteiras entre a juventude e a velhice é um objeto de disputa em todas as sociedades”. Ou seja, o significado de ser jovem é relacional a outras categorias de idade. Tal discussão remete para o fato de que, dependendo do que se defina como sendo o jovem e a juventude, estabelece-se o que é próprio e “natural” a esse grupo. No entanto, parece haver um consenso em relação a um aspecto, pelo menos no que diz respeito às modernas sociedades ocidentais, a saber, de que esse período é marcado por profundas transformações e inquietações, por críticas e desejos de mudanças.

Para Groppo²¹ (2004), a concepção de juventude tem diferentes vertentes: a “adolescência” segundo a Psicologia, a “puberdade” segundo a medicina e, as juventudes. A concepção dialética recupera o caráter social e histórico das juventudes modernas e contemporâneas, enquanto grupos etários homogêneos, institucionais ou informais.

Ainda segundo o autor:

[...] a partir do final do século XVIII e em todo século XIX, diversos ciclos de preocupação com a “delinquência” e/ou promiscuidade juvenil das classes trabalhadoras se deram, conforme a industrialização e a urbanização iam se aprofundando e se estendendo pelos países da Europa e, logo, para todo o mundo. Conforme os efeitos sociais negativos do

²¹ GROPPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do Cogeime*, ano 13, n. 25, São Paulo, dez. 2005.

Luís Antonio Groppo é professor do Programa de Mestrado em Educação Sócio-comunitária do Centro Universitário Salesianos de São Paulo (Unisal), Unidade Americana, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

capitalismo industrial iam avançando, logo se impunha a questão da “juventude” desregrada, viciada, promíscua, indisciplinada, delinquente, formadora de bandos criminosos, etc [...] conforme avança o capitalismo em uma nova modulação “global”, baseado numa “acumulação flexível” geradora de desemprego estrutural, decomposição social e destruição ecológica. Novas ondas de preocupação pública para com a juventude surgem, quando novamente se fala tanto em caridade quanto repressão, paternalismo e criminalização da delinquência juvenil, políticas públicas para a juventude e rebaixamento da idade penal. (GROPPO, 2004, p. 04).

No entanto, faz-se necessário saber que há teorias que determinam a juventude e a distinguem como uma das fases da vida construída historicamente. Segundo Ariès²² (1960)²³, a sociedade vai tomar consciência de forma tardia da emergência do sentido de infância e sua natureza eminentemente moderna, ele distingue também o tipo particular de vínculo que liga adultos e crianças nas eras moderna e pré-moderna: “a transmissão de valores e saberes, e de forma mais geral a socialização da criança não eram [...] asseguradas pela família, nem controlada por ela” (ARIÈS, 1960, p. 118). A criança se afastava rapidamente de seus pais e pode-se dizer que durante séculos a educação foi assegurada pelo aprendizado graças à coexistência de crianças ou de jovens e dos adultos: ela aprendia as coisas que eram necessárias saber ajudando os adultos a fazê-las.

O processo de educação de crianças e adolescentes, na relação entre adultos e crianças, se dava de forma muito inespecífica e se opunha ao caráter voluntário da ação socializadora característica da modernidade, Norbert Elias²⁴

²² Philippe Ariès (Blois, 21 de julho de 1914 - Paris, 8 de fevereiro de 1984) foi um importante historiador e medievalista francês da família e infância, no estilo de Georges Duby. Ariès escreveu vários livros sobre a vida diária comum.

²³ ARIÈS, Philippe. *A criança e a família no antigo regime*. Paris: Plon, 1960.

²⁴ Norbert Elias (Breslau, 22 de junho de 1897 — Amsterdã, 1 de agosto de 1990) foi um sociólogo alemão. Suas obras focaram a relação entre poder, comportamento, emoção e conhecimento na História. Devido a circunstâncias históricas, Elias permaneceu durante um longo período como um autor marginal, tendo sido redescoberto por uma nova geração de teóricos nos anos 70, quando se tornou um dos mais influentes sociólogos de todos os tempos.

(2000)²⁵ nos remete em seus estudos a um período situado entre 1525 e 1550 de aparecimento do termo "civildade" em sua acepção moderna e atribui sua difusão ao imenso sucesso de público encontrado por um pequeno tratado, *De Civilitate Morum Puerluim*, publicado pela primeira vez em 1530, e cujo autor é Erasmo de Rotterdam, tratado que, como seu nome indica, tem por objetivo a educação dos jovens. Para Elias (2000), a civilização dos costumes é um elemento crucial constitutivo de uma ordem moderna pacificada.

Peralva²⁶ (1997)²⁷ ressalta a importância do ingresso na experiência moderna com a era industrial. Pois, a partir do momento em que o Estado toma a si, de forma voluntária e sistemática, múltiplas dimensões da proteção do indivíduo, entre elas e sobretudo a educação, e quando a escola se torna, no século XIX, instituição definitivamente obrigatória e universal, nesse momento, mais do que nunca, a cristalização social das idades da vida se especifica como elemento da consciência moderna. Ela emerge, diz Ariès (1960), com a escolarização que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, do mesmo modo como o aprendizado supunha, ao contrário, a mistura e a indiferenciação dos grupos etários.

Sposito²⁸ (2010)²⁹ enfatiza que a cristalização social das idades supõe uma progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho. O aprendizado

²⁵ ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

²⁶ Angelina Teixeira Peralva das Chagas e Silva possui graduação em Ciências Sociais, Université Paris 1, Panthéon-Sorbonne, 1979; mestrado e doutorado em Sociologia do desenvolvimento, Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne, 1980 e 1985). Foi professora associada da Universidade de São Paulo até 1997, atualmente professora titular de Sociologia, Université de Toulouse le Mirail. Tem experiência na área de Sociologia, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, racismo, violência, violência juvenil e violência urbana; hoje, sociologia dos mercados ilícitos na mundialização.

²⁷ PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de educação*, n. 5, 6 mai./dez. 1997. Especial sobre a juventude contemporânea.

²⁸ Marília Pontes Sposito possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1976), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1982), doutorado (1989) e livre-docência em Educação pela Universidade de São Paulo (2000). Realizou pós-doutorado na EHESS/Paris, em 1992 e, a partir de 2003, mediante concurso público, tornou-se professora titular em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP, cargo que exerce até a presente data. Atualmente, é vice-diretora da Faculdade de Educação da USP. Desenvolve pesquisa em Sociologia da Educação, Sociologia da Juventude e Sociologia da Ação coletiva e dos Movimentos Sociais. Tornou-se bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq a partir de 1990.

formal geral de iniciação ao trabalho, que selava precocemente o fim da infância e marcava a entrada na vida adulta, era praticado, diz citando Ariès, em todas as camadas da população. Conforme o processo de escolarização vai ganhando campo, ocorre uma tendência a subtrair segmentos progressivamente mais amplos da população infantil face às injunções do trabalho, retardando a entrada na vida adulta³⁰.

Há de se destacar que Sposito (2010) sinaliza o fato de que a sociedade industrial forja em seu desenvolvimento, em nome do processo de escolarização, a exploração da mão de obra infantil de crianças e adolescentes, com conotação de aprendizado. Este fator tem apreciação das famílias pelos altos índices de miserabilidade das camadas populares urbanas, que rapidamente tornam necessário o magro salário infantil. Na França, a lei de 1841 limitava as horas de trabalho a oito horas para crianças de oito a doze anos, a doze anos para adolescentes de doze a dezesseis anos, e ao mesmo tempo obrigava os empregadores a oferecerem educação a seus jovens trabalhadores.

²⁹ SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidade no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo. v.36, n. especial, p. 95 -106, 2010.

³⁰ Embora a Constituição Federal proíba o trabalho infantil, este é um processo social oriundo de uma sociedade com alto índice de desigualdade social, baixa renda e falta de oportunidades, em que famílias com baixo poder de consumo têm nessa prática um dos caminhos para garantir a sobrevivência. Corrobora-se o entendimento de que por trabalho infantil inclui-se toda forma de trabalho exercida por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida, conforme a legislação de cada país. A Constituição Brasileira estabelece que, até 16 anos incompletos, meninos e meninas estão proibidos de trabalhar (Emenda Constitucional Nº 20). A única exceção à proibição é o trabalho na condição de aprendiz, permitido a partir dos 14 anos (artigo 7º, inciso XXXIII), para tipos de atividades que apresentem os requisitos legais para a aprendizagem profissional. No Brasil, a questão do trabalho infantil é regulamentada por lei em 1996 (Lei 9394 de 20/12/1996). A fim de erradicar o trabalho infantil, políticas públicas são pensadas de modo a garantir emprego e renda para os pais, além de promoverem maior conscientização das famílias sobre os riscos e prejuízos do exercício do trabalho para crianças e adolescentes. Nesse sentido, a implementação de políticas intersetoriais, que unam ações de áreas diversas, tais como educação, saúde e assistência social, se faz mais do que necessária. Criado em maio de 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma ação do Governo Federal, em parceria com os governos estaduais e municipais. O Programa compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) com duas ações articuladas: transferência de renda para as famílias e o serviço socioeducativo, ofertado para as crianças e adolescentes afastadas do trabalho precoce (até 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos, e de até 18 anos – no caso de adolescentes que atuavam nas piores formas de trabalho). Cabe ressaltar que o que está estabelecido legalmente é fruto da luta dos movimentos sociais brasileiros.

Sposito (2010) define que é a Terceira República, no final do século XIX, consolida o processo de escolarização das crianças das classes populares, tornando-as objeto de uma ação socializadora sistemática por parte do Estado. A escolarização avança contra o trabalho, contribuindo com sua lógica própria para a modulação social das idades da vida. Mais do que isso, ela termina por se tornar, ao longo do tempo, e, sobretudo a partir do século pós-guerra, o verdadeiro "suporte" da família contemporânea, que passa cada vez mais a depender do Estado enquanto mediador dos dispositivos que lhes asseguram a reprodução social.

Nesse sentido, a definição da infância e da juventude enquanto fases particulares da vida tornam-se não apenas uma construção cultural, mas uma categoria administrativa, vale dizer jurídica e institucional ainda que abrigando fortes diferenças sociais em seu interior.

A definição das idades e das fases da vida no mundo moderno é marcada também pelo conservadorismo do processo educacional, o que pode ser observado até os dias de hoje. O ideal de que o velho e o novo devem coexistir, um em detrimento do outro, na métrica em que o velho é detentor do conhecimento e deve ensinar ao novo para garantia da ordem e da espécie. Ao novo, cabe aprender e respeitar o que está posto, sendo esta lógica um dos principais pontos de tensão na relação entre adultos e jovens. O velho se sobrepõe ao novo, o passado informa o futuro e essa definição cultural da ordem moderna define também relações entre adultos e jovens, definindo o lugar de cada um no mundo de cada idade da vida.

Para Groppo (2004),

[...] a moderna estrutura das faixas etárias, incluindo aí a juventude, foi como muitos outros produtos da modernidade pensada como uma categoria universal, abstrata, generalizante e mesmo ideal. É mais um dos frutos do pensamento ideológico liberal, pensamento este que unia a interpretação das "leis naturais" com a definição abstrata genérica dos padrões ideais de civilização e humanidade, padrões que estavam sendo atendidos conforme se respeitavam estas "leis naturais" (Mannheim, 1986). Contudo, como praticamente se

deu na aplicação de todos os demais construtos da modernização “burguesa”, como a industrialização, a urbanização, a criação dos Estados Nacionais e dos mercados capitalistas, o impacto desta “naturalização” das categorias etárias, em destaque, a juventude, não produziu homogeneidade no tecido social. Na verdade, o próprio impacto desses inúmeros construtos da modernidade “burguesa” foi gerador de ainda mais desigualdades e diversidade, sem que, no entanto, seja possível dizer que alguém tenha escapado ileso das ondas de modernização. (GROPPO, 2004, p. 12).

O significado deste conjunto de ideias é que, em grande medida, as ciências sociais vão constituir seus temas a partir dos chamados problemas sociais, tomados como legítimos e dignos de serem debatidos publicamente e, em grande medida, oficializados pelo Estado. Bourdieu (1998) observa que os objetos reconhecidos pela ciência oficial nada mais são do que problemas sociais que entraram na sociologia – como juventude, delinquência, velhice, lazer, desporto, etc. –, que vão variar de acordo como a consciência social do momento. O significado disso é que o mundo social constrói sua própria representação dos problemas, que são assim legitimados pelos sociólogos. Para efetivamente romper com essa instrumental das ciências sociais, é preciso elaborar:

[...] a história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social de construção de instrumentos de construção da realidade social (como as noções comuns, papel, cultura, velhice, etc., ou os sistemas de classificação) que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto e, especialmente, no campo das ciências sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 36).

Por outro lado, a classificação da juventude como grupo etário social culturalmente construído e reconhecido vai constituir-se como tema da

sociologia a partir daquilo que Abramo³¹ (1994)³² destaca como a visibilidade da juventude de comportamentos “anormais” e “desviantes” em que os grupos juvenis eram pensados como contestadores, excêntricos e delinquentes. Essa abordagem da juventude foi, em grande parte, produzida com os estudos da Escola de Chicago nos anos 1920-30, nos EUA, que tinha por temática a questão do crescimento urbano e seus efeitos sobre a população: “As questões de delinquência, por um lado, e de rebeldia e revolta, por outro, permaneceram como chaves na construção da problematização da juventude ao longo do século” (ABRAMO, 1994, p. 25).

Ainda segundo a autora, a sociologia funcionalista norte-americana, com os estudos de Parsons, apesar de considerar a existência de uma subcultura juvenil, não se afasta da noção de “desvio” como disfunção do processo de socialização. Numa outra direção, observa que na Escola Francesa, com os estudos de Edgar Morin³³ (1986)³⁴, a temática da juventude é pensada como sua constituição em categoria histórica, cuja existência é marcada por uma ambivalência: de um lado, a cultura juvenil expressa sua integração aos valores da sociedade de consumo e da indústria cultural; de outro, busca diferenciar-se a partir das estratégias de emancipação e de autonomia.

Para Groppo (2004):

[...] grande parte da visão sociológica sobre a juventude na primeira metade do século XX – baseada em teorias behavioristas, no interacionismo simbólico e no funcionalismo simbólico e no funcionalismo propriamente dito, os grupos juvenis (escola, grupos controlados por adultos e grupos informais) existem em função da socialização secundária. Da

³¹ Helena Wendel Abramo é socióloga e foi coordenadora do Projeto Juventude. É consultora da Comissão de Juventude da Câmara Municipal de São Paulo e membro do Conselho Nacional da Juventude.

³² ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

³³ Edgar Morin, pseudônimo de Edgar Nahoum, é um antropólogo, sociólogo e filósofo francês judeu de origem sefardita. Pesquisador emérito do CNRS. Formado em Direito, História e Geografia, realizou estudos em Filosofia, Sociologia e Epistemologia.

³⁴ MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

juventude espera-se um trabalho de integração à sociedade “adulta”. Logo impõem justamente a questão: qual seria então o significado dos conflitos de geração, dos movimentos juvenis, dos movimentos estudantis, da delinquência juvenil, etc? Na visão funcionalista, certamente, são “infuncionalidades”, ou sintomas destas funcionalidades. São “desvios” que devem ser curados, ou que indicam disfunções sociais. [...] a visão funcionalista absorve parte da concepção naturalista de juventude que permeia a psicologia e a medicina, justamente no que se refere à noção de que existem estados “normais”, saudáveis, estabelecidos a partir de “leis sociais” positivamente inteligíveis. Se há normalidade, pode haver anormalidade, doença anomia – aquilo que foge do padrão, do esperado, que destoa e não faz “funcionar” corretamente o sistema social. (GROPPO, 2004, p. 13).

Como se nota, os estudos sobre juventude são marcados em grande medida por estas duas grandes perspectivas: uma tradição de tratar a temática juventude partindo do “desvio” e da “anomia”, e outra, pensada nos termos da existência de uma cultura juvenil com os paradoxos de integração e diferenciação. No trabalho de Abramo (1994) existe a preocupação em apontar as várias juventudes, com diferenciação complexa e densa de comportamentos e valores.

Segundo Peralva (1997)³⁵, não por acaso parte considerável da sociologia da juventude constitui-se como uma sociologia do desvio: jovem é aquele ou aquilo que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a um certo padrão normativo.

Se as formas de desvio variam em função de níveis distintos de estratificação social e cultural, o desvio enquanto tal, ainda que nem sempre em suas modalidades extremas, é inerente à experiência juvenil. Assim, embora a tradição boêmia, o radicalismo estudantil e a tradição delinquente incidissem sobre campos diferentes da prática social, os três tinham forte apelo entre a juventude e eram facilmente antiburgueses, ainda que de maneiras diversas.

³⁵ PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de educação*, n. 5, 6 mai./dez. 1997. Especial sobre a juventude contemporânea.

Particularmente nas variedades do marxismo revolucionário, que representa o mais importante exemplo do radicalismo moderno, o foco primário do ataque radical foi o sistema capitalista de denominação política e econômica e o papel imperialista alegadamente desempenhado por tais sistemas nos assuntos internacionais.

Pode-se considerar que, se o jovem não se constitui enquanto uma categoria exclusiva dos desviantes, constitui com certeza uma categoria importante, pode-se dizer mesmo que é central nas representações sociais do desvio o engajamento político dos jovens que revelaram e revelam o fosso entre as gerações.

Ao analisar as juventudes concretas, é preciso fazer o cruzamento da juventude – como categoria social – com outras categorias sociais e condicionantes históricos. O que a história e a análise sociológica demonstram é que, o que existe efetivamente, são grupos juvenis múltiplos e diversos, não uma única juventude concreta (REZENDE, 1989³⁶).

Um primeiro desafio já está posto a esta pesquisa: tentar chegar a um consenso do que é esta fase da vida: muitos caminhos se apresentam, o que corrobora a ideia inicial de que esta fase da vida tem em si elementos culturais que são desafiadores, provocadores, mas também estimuladores. No que se refere ao que vem sendo produzido pelas ciências sociais, pode-se observar que a influência das escolas de Chicago e Francesa são as referências que influenciam a análise e a construção da categoria juventude enquanto desviantes. Mas há que se fazer a análise do ponto de vista que procura entender o desvio pela positividade e não como um movimento negativo, o que por vezes acaba por criminalizar a juventude, principalmente no que se refere à juventude pertencente à classe trabalhadora.

Trata-se de algo análogo ao que acontece com as classes operárias, que, mesmo sendo muito diferenciadas entre si, pela presença de fatores como nacionalidade, religião, costumes, tradição, organização política, gênero e até

³⁶ REZENDE, Claudia B. Identidade: o que é ser jovem?. *Tempo e Presença*, p. 4-5. São Paulo, 1989.

mesmo as categorias etárias, têm em comum uma “condição operária”, a saber, a de serem vendedoras da sua força de trabalho (GROPPO, 2004).

Ainda segundo o autor, a dialética marxista busca determinar quais são os elementos constitutivos contraditórios da vida social e quais são os movimentos desencadeados por tais elementos. Se Marx assim explicava as lutas de classe e a contradição entre forças produtivas e relações de produção, tal lógica colabora também para a compreensão de um elemento fundamental constitutivo das sociedades modernas: as categorias etárias, com destaque à juventude.

Os elementos apresentados estimulam a considerar que, pelas leituras da temática, o desejo de entender a juventude se materializa por pesquisadores, que são pessoas que foram na maioria das vezes jovens dos finais dos anos 1960, ou mesmo 1970 e 1980. E esse período é retratado por todos os estudiosos da temática como o período de maior participação da juventude nos processos políticos. Percebe-se, portanto, que há um desejo de comparar o incomparável, pois, em cada momento histórico, temos um determinado perfil de conjuntura, logo, os jovens dos anos 1990, 2000, não foram e nem poderiam ter o mesmo comportamento que os jovens dos anos de 1960 e 1970³⁷.

Para Groppo (2004):

[...] as sociedades, em processo de “modernização”, engendram, desde o início deste processo, e em ondas sucessivas que abarcaram cada vez mais parcelas das sociedades ocidentais e não-ocidentais, inúmeros grupos juvenis. A primeira modalidade de grupo juvenil é justamente aquela organizada pelas instituições do “mundo adulto”, a saber, escolas, orfanatos, escotismo e a juventudes de igrejas, partidos e Estados. Na segunda metade do século XX, num processo que teve os Estados Unidos como precursor, as sociedades modernas criaram, como novas instâncias desta modalidade, as universidades massificadas e o mercado de consumo juvenil. Tais grupos juvenis e instâncias de

³⁷ Observa-se nos estudos pesquisados uma tendência a comparar a juventude dos anos 1990 e 2000 com os jovens dos anos 1960 e 1970. Observa-se isso na quase totalidade dos textos produzidos que apresentam a juventude sem causa nessa perspectiva de análise.

socialização criam a “realidade” social em que indivíduos com idades semelhantes vivem próximos, convivem juntos, ou, no caso do mercado de consumo, pensam e se comportam de modo semelhante mesmo distante no espaço. Mas é justamente desta convivência forçada que nasce a possibilidade desses indivíduos criarem identidades, comportamento e grupos próprios e alternativos às versões oficiais. (GROPPO, 2004, p. 224).

O autor enfatiza que para entender o fenômeno juventude a obra do autor John R. Gillis (1981)³⁸ (apud GROPPPO, 2004):

[...] parece indicar que o período que observou os principais processos de institucionalização das juventudes – que chama de “Era da Adolescência”, entre 1900 e 1950 –, está intercalado entre os dois momentos históricos de maior agitação das juventudes: o período de 1770 a 1870 e os anos de 1950 e 60. Na sua obra, a dialética da juventude opera principalmente em ciclos históricos, na alternância entre períodos de maior integração das juventudes e períodos em que prevalece a mobilização contestadora. Às transformações revolucionárias das sociedades ocidentais, a partir da segunda metade do século XVIII, seguem-se manifestações – em forma de revolta ou esboço de organização autônoma – de grupos compostos por jovens, ainda que, em geral, tais grupos fossem organizados por adultos: grupos juvenis formados pela Franco-Maçonaria, ou sob sua inspiração, inclusive vários deles com apelo místico e esotérico, como os Rosacruzianistas; grupos evangélicos anti-institucionalista (pietistas, quakers e metodistas); sociedades secretas insurrecionais contra a Restauração (como os cabonários); juventudes nacionalistas de Mazzini; grupos juvenis formados por seguidores socialistas “utópicos” (como as “Crianças de Saint-Simon”); sociedades ginastas e fraternidades universitárias na Alemanha; a Boemia parisiense etc. (GROPPO, 2004, p. 227).

Os anos de 1950 e 1960 refletem, nos seus movimentos juvenis, tanto os processos de institucionalização da “Era da Adolescência”, quanto os novos

³⁸ GILLINS, John. *Youth and History*. Tradition and change in European age relations. 1770 – present. New York / London: Academic Press/ Expanded Student Edition, 1981.

processos, como a massificação das universidades e o crescimento da indústria cultural. São movimentos e manifestações mais conhecidos, como os “rebeldes sem causa”, a mobilização em torno do rock and roll, os hippies e as contraculturas, os movimentos estudantis de 68, etc.

Importante destacar que há consenso entre os autores de que a temática sobre a juventude entra em cena no mundo a partir da década de 1950, quando a emergente sociedade de consumo passou a abarcar um novo mercado, com o surgimento da cultura jovem. A cultura da juventude, apesar de tender à insatisfação e revolta com os valores mais arcaicos da sociedade, ainda era um tanto ingênua no seu surgimento: era ligada ao fenômeno do rock and roll que, apesar de chocante para os padrões morais da época, não era politicamente engajado, ao falar sobre carros, velocidade e relacionamentos amorosos. Ainda assim, as mudanças introduzidas pela cultura jovem passaram a ser assimiladas pela indústria cultural e, conseqüentemente, divulgadas através dos meios de comunicação, podendo atingir os diversos países do globo, inclusive o Brasil.

A cultura jovem brasileira dos anos 1950 e 1960 sofreu uma influência direta dos Estados Unidos, pois nessa época o Brasil politicamente estava no processo de industrialização. Isso permitiu, com a política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que a cultura estrangeira se incorporasse à cultura nacional, propiciando o surgimento de novos movimentos, como a bossa nova. O rock and roll também chegou ao Brasil através do cinema e seus sucessos foram regravados por cantores e cantoras brasileiras.

Um destaque dado nas pesquisas sobre juventude é quanto à relação com a cultura e como os autores identificam a cultura como elemento constitutivo dos processos de mediação entre o que o político impunha e os desejos e anseios da juventude de sua época, é na cultura que a maioria dos estudos se pautou.

Segundo Guimarães³⁹ (2011)⁴⁰, foi somente a partir dos anos 60 que a juventude se mostrou mais engajada e politizada: a guerra do Vietnã e os

³⁹ Carolina Guimarães, jornalista formada pela Universidade Federal da Bahia, tem artigos publicados sobre movimentos juvenis dos anos 50, 60 e 70.

movimentos negros motivaram os jovens a lutar pela transformação da sociedade. Esse quadro político e social propiciou o aparecimento da canção de protesto, mas, ao mesmo tempo, houve a ascensão do rock britânico, através de bandas como os Beatles e os Rolling Stones. Na segunda metade dos anos 60, houve uma radicalização dos movimentos jovens: foi um período marcado pela contracultura, fenômeno no qual o jovem passava a se conduzir de forma contrária aos valores estabelecidos pela sociedade. Os movimentos de contracultura, como, por exemplo, o hippie, nasceram do desejo de uma felicidade simples, distante da sociedade de consumo e do moralismo. Dele é sucedido o culto à paz, à harmonia, ao amor livre, ao misticismo e ao uso de drogas, como o LSD.

A contestação dos movimentos de contracultura, como mostram os pesquisadores, culminou com a radicalização dos movimentos estudantis a partir do maio de 68 na França, movimento que não estava vinculado a nenhuma ideologia específica, mas apregoava o direito de cada um pensar e se expressar livremente. No final da década de 60, os movimentos de contracultura se fragmentaram, sendo que alguns desses fragmentos foram assimilados pela indústria cultural.

No Brasil, a década de 60 foi marcada por uma profunda agitação política e diversas correntes culturais. Havia, por um lado, a cultura engajada dos Centros Populares de Cultura, que continha uma intensa militância política na qual uma parte do movimento da bossa nova evoluiu para as canções de protesto com o objetivo de conscientizar as classes populares. Por outro lado, havia a cultura de consumo, representada pela Jovem Guarda e baseada na cultura do rock, cujos maiores representantes eram Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléia. No meio do caminho entre essas duas correntes, surgiram os Novos Baianos e o Tropicalismo, este último movimento liderado por Caetano Veloso, Gilberto Gil e inspirado no antropofagismo das vanguardas modernistas brasileiras dos anos 1920. Por não se encaixar nem

⁴⁰ GUIMARÃES, Carolina. Movimentos Culturais. Artigo apresentado ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia, disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAHHdAAJ/movimentos-culturais>>.

nos padrões estéticos da cultura engajada esquerdista nem no padrão de consumo industrial, o tropicalismo teve destaque nesse processo.

Já o cinema brasileiro desse período fez muito sucesso, inclusive internacionalmente. O Cinema Novo sofreu influência da *Nouvelle Vague* francesa e se desenvolveu graças ao ambiente favorável da cultura engajada, promovendo uma visão crítica da situação política e social do Brasil. Após o golpe militar de 64, o Cinema Novo passou a refletir sobre o papel da própria esquerda, focalizando a classe média urbana.

Nos anos 1970, com a assimilação da contracultura, a cultura jovem se dividiu e se sofisticou com o rock progressivo, o heavy metal e a discoteca. Reagindo a essa tendência, surgiu o movimento punk, vinculado à juventude proletária das grandes cidades, que iria reciclar o rock, tocando-o de forma menos sofisticada. Os punks organizaram seus grupos musicais, que eram contra o sistema industrial, vinculando-se a gravadoras independentes. Importante destacar os Punks da Periferia da Freguesia do Ó, que é uma das primeiras expressões juvenis da periferia.

Como reflexo da onda hippie dos anos 1960, o movimento de contracultura no Brasil surgiu na década de 1970, em um momento de intensa repressão pela ditadura militar: era um movimento híbrido de contestação que misturava elementos da contracultura hippie com a cultura popular brasileira. Esse movimento era denominado de “cultura marginal” e foi difundido através de publicações alternativas, como Pasquim, Bondinho, Rolling Stones, entre outras.

Na área cinematográfica, iniciou a produção de um cinema “marginal”, que procurava revolucionar a linguagem através de um discurso fragmentado, incorporando elementos de *kitch* e absurdos.

A juventude participava também em movimentos sociais de base. Pois, na “crista da onda”, gíria usada no período, estava a questão social, materializada pela crítica ao sistema capitalista e ao governo militar, que impunha em seu comando a ordem pelo viés da repressão e da censura de qualquer forma de expressão social que fosse contrária à ordem vigente.

Observa-se, pelos estudos, que o período marcado pelo regime militar, além do controle do governo, exercia o controle dos pilares que sustentavam a ordem e a moral conservadora: a família, a igreja e a escola, este tripé existente desde a Idade Média.

Com o advento da modernidade, esses referenciais que norteavam a ação humana também foram questionados pela juventude, que gritava pela “liberdade”, e se utilizava do viés político para expor sua insatisfação com qualquer forma de controle. Cabe resaltar que a igreja, mesmo sendo um dos locais de encontro desses jovens, também foi questionada, pois trazia consigo um ranço conservador que dominava a ação católica, com poucos párocos resistentes.

Como se pode constatar pelo processo histórico de participação dos movimentos sociais, a pressão social ganha força nos anos 1970. Com toda pressão popular da época, o governo militar, orientado pelos barões do capitalismo, foi a estrutura social que se desvelou no arranjo entre coronéis e empresários, ofuscando uma suposta clareza que oporia burguesia nacional e setores agrário-exportadores, ou, mais contemporaneamente, capital financeiro e capital produtivo. Nessa lógica, capital financeiro e capital produtivo forjaram “ceder à pressão popular” e, com isso, se inicia nos anos 1980 o processo de transição do regime militar ditatorial para o presidencialismo democrático que se vive até os dias de hoje.

Nos anos 1980, no mundo, a cultura jovem passou a envolver movimentos pacifistas e ecologistas ao redor do mundo, denunciando problemas que envolviam países de terceiro mundo e o meio ambiente. Em contrapartida, os avanços tecnológicos passaram a influenciar a música (pós-punk, hardcore, trash, metal, tecnopop, entre outros) e o cinema (efeitos especiais). A formação de entidades ecológicas também envolveu a juventude brasileira, que, inclusive, participou do movimento das Diretas Já, lutando pelo processo de redemocratização. Na música, o rock nacional ganhou espaço, tanto por meio de gravadoras quanto pelos selos independentes.

Os anos 1980, marcados por inúmeros problemas de ordem política e econômica, foram também período de grande produção artística por parte da juventude: grupos de rock se destacaram por todo Brasil, num movimento que

ficou conhecido como o da geração coca-cola, que deu aos seus poemas e letras de música um enfoque político muito importante. Esses grupos questionaram o governo e a forma como este caminhava na direção do liberalismo econômico e dos direcionamentos postos pelas grandes potências mundiais representadas pelos Estados Unidos da América, a maior representação do grande capital.

Não há dúvida quanto à importância da juventude nesse processo e na continuidade dele, pois muitos desses jovens se destacaram politicamente e até os dias de hoje figuram no cenário nacional. No entanto, há que se fazer uma consideração importante sobre esses jovens.

A cultura jovem dos anos 1990 foi influenciada pela globalização, pelo avanço representado pela internet e foi marcada por grupos como cyberpunks e movimentos como o grunge. No Brasil, a juventude participou ativamente do movimento dos caras-pintadas pelo impeachment do presidente Collor. Alguns pesquisadores apontam essa participação como uma forma de manipulação da juventude pelos meios de comunicação de massa. Essa foi também a época da expansão do hip hop e do surgimento do manguê beat.

Os movimentos culturais da juventude se apresentaram ao longo da história das mais diversas formas e linguagens, porém, de um modo geral, mantinham um objetivo comum e universal: o de romper com antigos costumes e imposições sociais, provocando discussão sobre assuntos considerados tabus e buscando a renovação e transformação da sociedade.

Vive-se um momento histórico em que a evolução no processo de produção, a constituição de uma sociedade cada vez mais consumista, individualista e competitiva, fragiliza as relações sociais e lança à juventude o desafio de continuar sonhando, construindo, em um mundo onde as incertezas quanto ao futuro são eminentes. Pois, o que antes era uma possibilidade, a inserção no mundo produtivo, mostra-se cada vez mais difícil: o acesso à educação pública, laica e de qualidade, por exemplo, torna-se cada vez mais um privilégio de poucos, mesmo sendo garantido em lei. Na ausência desses dois elementos constitutivos do desenvolvimento humano, somados à precariedade de atividades de lazer, esporte e cultura, segue à margem da

sociedade, e cada vez mais, um grande recorte de pessoas que não acessam as políticas públicas existentes.

Outro aspecto que se observa em crescente movimento no mundo contemporâneo é a participação dos jovens nos movimentos religiosos, sejam eles católicos, como a renovação carismática, ou evangélicos. Pode-se observar que nos encontros promovidos pelas igrejas nos finais de semana reúne-se um número muito grande de jovens, e esse número, segundo os organizadores dos encontros, cresce progressivamente. Eles atribuem esse crescimento a aspectos religiosos e subjetivos, mas também se pode observar que esses espaços são o lugar onde esses jovens se encontram, se divertem, namoram e estabelecem laços de amizade. Há estudiosos que dizem que os jovens tecem, ao andar em grupos etários, o encontro e a identificação com problemas, sonhos e objetivos de vida⁴¹.

No entendimento de que é à juventude, enquanto ciclo de vida, que está intrinsecamente ligada a força vital, o desejo de construir, a capacidade de produzir, o desejo de mudanças, os sonhos, o despojamento, a autodependência, entre tantas outras categorias e adjetivos, é preciso afirmar que, se juventude é tudo isso, ela também é, sobretudo no atual momento histórico, incertezas, fragilidades, apatia, desânimo, isolamento.

O que se pode concluir sobre os jovens que estão perdidos nos labirintos da vida é que não há consenso sobre o que a juventude. Para os pesquisadores, os elementos ora apresentados remetem ao entendimento de que juventude é uma etapa da vida que econômica e politicamente vem sendo atrelada às variações das faixas etárias em função dos interesses do capital. No início do terceiro milênio, a juventude compreende uma etapa da vida que vai dos 15 aos 29 anos, o que pode ser alterado. Outra questão é uma análise subjetiva sobre o que é “ser jovem”, pois se pode ser “jovem” em qualquer ciclo da vida, por tratar-se de uma questão subjetiva, de estado de espírito.

Grande parte dos estudos entende a juventude como uma etapa da vida relacionada ao desvio, à violência e à criminalidade, culpabilizando muitas

⁴¹ Ver mais em: RUSMSTAIN, Adriano. A balada do senhor. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Manlesc. (Orgs.). *Jovens na Metrópole: etnografias de círculos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo: Editora Terceiro Milênio, 2007.

vezes a pobreza e, com isso, desconsiderando as formas como o capital exclui a classe trabalhadora e não garante o acesso a todos de forma igualitária.

Outro dado importante que aparece de forma recorrente nas pesquisas é o olhar dos pesquisadores comparando a juventude dos anos 1990 e 2000 aos jovens que estavam à frente dos movimentos estudantis dos anos 1960, 70 e 80. Os jovens que aparecem nesses movimentos não são os jovens da classe trabalhadora, são jovens da classe média e alta que estavam à frente das discussões, pois os jovens da classe trabalhadora estavam ocupados em ganhar os sustento de suas famílias nas fábricas. Quando os pesquisadores fazem a comparação entre os jovens da classe trabalhadora, sem acesso aos mínimos necessários ao seu desenvolvimento biopsicossocial, ao exigir que sejam protagonistas de suas histórias, acabam por cometer um equívoco de análise, pois não se pode comparar o incomparável, sem ao mesmo tempo respeitar o momento histórico, político, econômico e social em que esse jovem está inscrito.

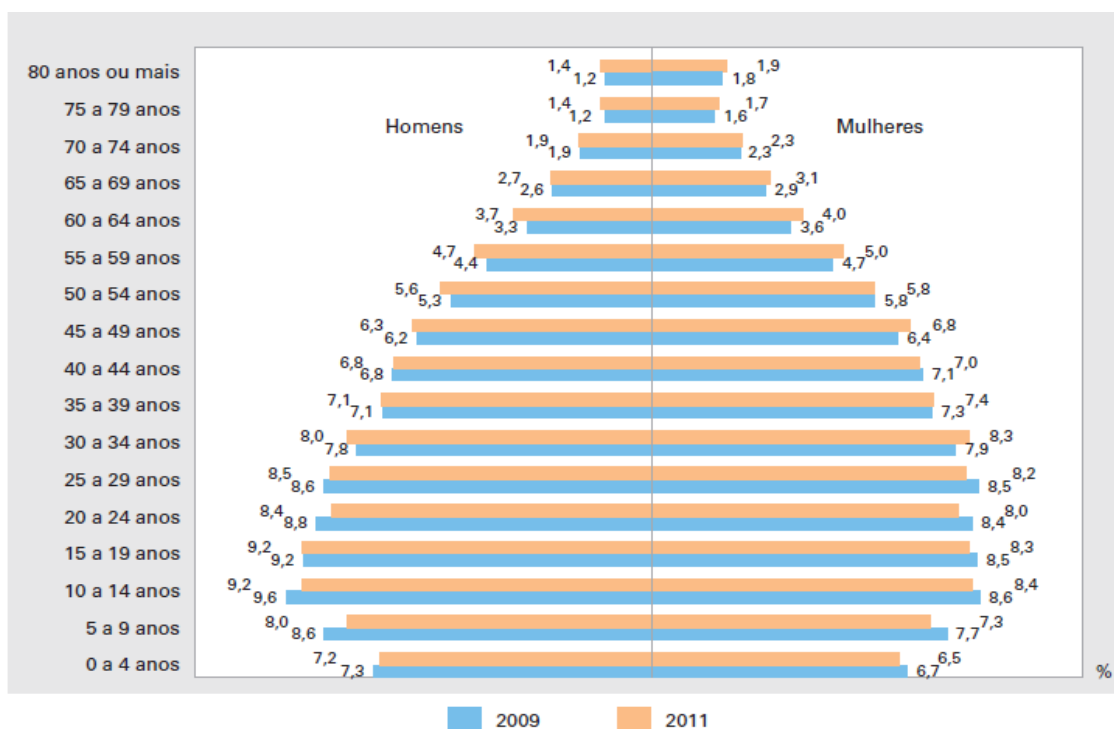
Então, quantos são os jovens brasileiros nesta primeira década do século XXI? Segundo dados do Censo do IBGE de 2010, no Brasil, a população jovem nunca foi tão grande. A pesquisa aponta para uma população jovem de aproximadamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras, ou pouco mais de 25% da população do país.

Segundo a PNAD 2011, a população residente no Brasil foi estimada em 195,2 milhões, o que se traduz em um crescimento de 1,8% (3,5 milhões) em relação aos dados da PNAD 2009. As mulheres representam 51,5% (100,5 milhões de pessoas) desta população e os homens, 48,5% (94,7 milhões).

No que se refere à relação por grupo de idade da PNAD 2011 e da PNAD 2009, houve uma redução da participação dos grupos inferiores a 30 anos na população total e um aumento dos grupos acima dessa idade, refletindo a tendência de envelhecimento da população brasileira (PNAD, 2011).

Figura 2

Distribuição percentual da população residente, por sexo, seguindo os grupos de idade – Brasil – 2009/2011

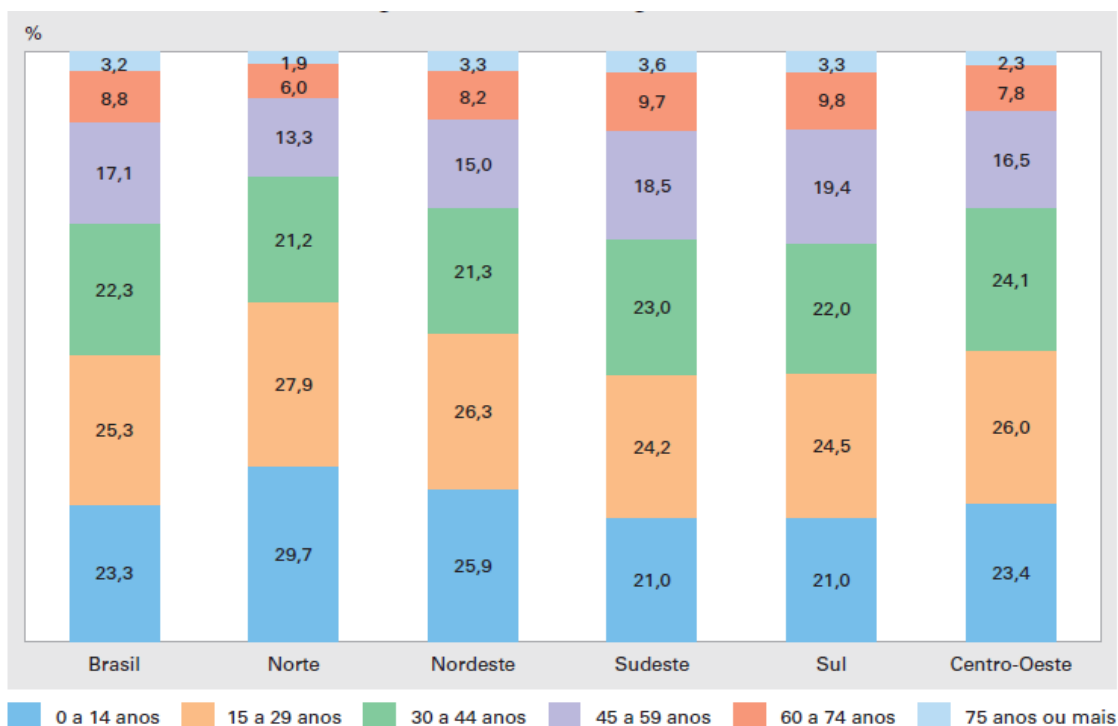


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2011.

Em 2011, no Brasil, as pessoas com idade inferior a 30 anos correspondiam a 48,6% do contingente populacional e as com 60 anos ou mais representavam 12,1%. Em 2009, esses valores eram respectivamente 52,2% e 11,3%. A região Norte continuou apresentando as maiores concentrações relativas nos grupos de idade mais jovens, sendo que 57,6% da população residente nessa região (9,5 milhões) tinha idade inferior a 30 anos. As regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de pessoas nos grupos de idade de 45 a 59 anos (18,5% e 19,4%, respectivamente) e de 60 anos ou mais (13,3% e 13,1%, respectivamente) (PNAD, 2011).

Figura 3

Distribuição percentual da população residente, por grupos de idade, segundo as Grandes regiões – 2011.

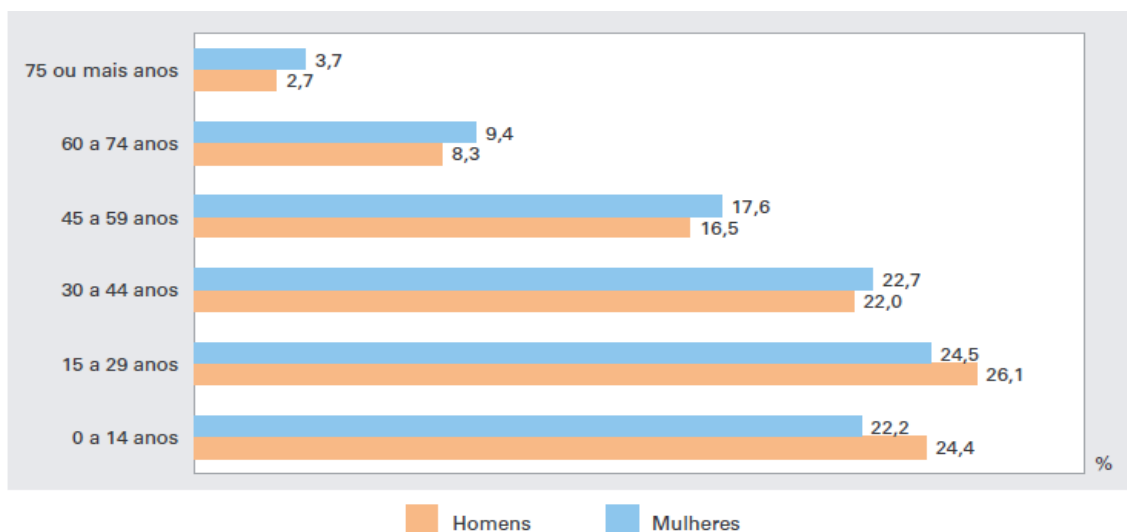


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

A análise feita na PNAD por sexo e idade mostrou que, embora as mulheres fossem a maioria da população total, nos grupos de idade mais jovens, os homens eram maioria. Enquanto as mulheres de 0 a 29 anos de idade correspondiam a 46,7% da população feminina, aquelas com 30 anos ou mais de idade correspondiam a 53,3%. Para os homens, os percentuais foram de 50,5% e 49,5%, respectivamente (PNAD, 2011).

Figura 4

Distribuição percentual da população residente, por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil – 2011.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.

Segundo avaliação dos dados do Censo realizado pela Fundação SEAD, São Paulo é o Estado mais populoso do Brasil, com 41,2 milhões de residentes em seus 645 municípios, o que representa 21,6% da população brasileira. É o segundo Estado em número de municípios (11,6%), perdendo somente para Minas Gerais (15,3%). Ocupa área de 248,197 Km², o que corresponde a apenas 2,9% do território brasileiro, e apresenta densidade demográfica de 166,2 hab./Km².

Entre 2000 e 2010, a população residente no Estado de São Paulo cresceu 1,09% ao ano, ritmo pouco inferior àqueles verificados para população brasileira (1,17%) e o conjunto dos Estados, exceto São Paulo (1,19%). Esta variação foi diferente entre os grupos etários que compõem a população: aqueles com até 14 anos reduziram seu contingente (-0,95% a.a), enquanto aqueles com mais de 45 anos foram os que mais cresceram (3,58% a.a).

Já na cidade de São Paulo, entre 2000 e 2010, o ritmo de crescimento da população residente no município foi de 0,76% ao ano, enquanto o Estado de São Paulo cresceu a 1,09% ao ano. Já o crescimento nos grandes centros dos grupos etários que compõem a população foi distinto: entre as crianças (com até 14 anos), o ritmo foi de -1,03% a.a.. A composição etária da população paulista difere do conjunto dos demais Estados. Em São Paulo, a

participação daqueles com até 29 anos é menor do que no restante do país, ocorrendo o contrário a partir dessa faixa etária. As pessoas de 15 a 29 anos compõem o maior contingente populacional no Estado de São Paulo e no total do país.

A cidade de São Paulo possui 11.245.983 habitantes, o que representa 27,28% da população do Estado de São Paulo. Ocupa área de 1.523,3 Km², o que corresponde a 0,61% do território paulista, e representa densidade demográfica de 7.382,6 hab./Km².

As pessoas de 15 a 29 anos compõem o maior contingente populacional no Estado de São Paulo. Em São Paulo, a participação deste grupo etário é de 25,9%. As crianças (menores de 14 anos) representam 20,8% da população do município e os idosos (60 anos e mais) 11,9%.

O número de jovens tem importante papel na sociedade contemporânea por tratar-se de um contingente populacional que está vivendo entre a proteção e desproteção, a depender de sua classe social. Aqueles que detêm poder de consumo constroem caminhos e rotas dentro do labirinto com o apoio de sua família e com retaguarda de boas escolas, saúde, cultura e lazer que não são as mesmas condições oferecidas à classe trabalhadora e com baixo poder de consumo, que depende do Estado para prover sua proteção e desenvolvimento.

Se estamos construindo um caminho de entendimento do que é a juventude e vimos que é significativo olhar para esta fase da vida, e entendê-la como uma categoria social e teórica, é preciso entender o que os pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento estão propondo. É o que será analisado no próximo capítulo: qual é o olhar dos pesquisadores para esses sujeitos que estão perdidos nos labirintos da vida.

CAPÍTULO II

O LABIRINTO NO ENTRE OLHAR DE CAMINHOS

*“Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo”*

Charlie Brown Jr.

A produção intelectual do Brasil no que se refere ao entendimento da “Juventude” vem ganhando o interesse de pesquisadores em todo país. O objetivo deste estudo é levantar a produção brasileira apresentada em teses e dissertações sobre juventude para ancorar teoricamente a discussão que se pretende fazer sobre os apoios e o reconhecimento social do jovem.

A opção metodológica deste recorte temporal na produção do conhecimento foram os anos de 2000 a 2010, considerando dez anos após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e avançando mais dez anos de pesquisa, tomando esse período como o universo de análise. Esse período coincide com a efetivação/ construção de normativas legais de políticas públicas para juventude.

Essa análise foi organizada em duas etapas: a primeira de leitura das pesquisas feitas no âmbito da CAPES no período de 2000 a 2010, para identificar a escolha dos caminhos para produção social do conhecimento sobre juventude.

Sendo assim, este estudo realizou a leitura atenta dos resumos de dissertações e teses a partir da combinação de quatro palavras-chave: Juventude e Família; Juventude e Políticas Públicas; Juventude e Trabalho; e Pró-Jovem Adolescente.

A opção pelas palavras-chave se deu por se entender que o objeto de estudo de campo desta pesquisa é a juventude beneficiária de Programas de Transferência de Renda (PTR). Logo, interessa-nos saber por onde anda a produção que se relaciona à juventude, especificamente juventude e sua relação com a família e com as políticas públicas. Optamos também por analisar dissertações e teses por constituírem a principal possibilidade de estudos já consolidados, que retratam e analisam as políticas públicas para juventude e refletem o que a academia está produzindo no país no período pesquisado.

O período de 2000 a 2010 é ainda uma fase em que o Brasil deu um direcionamento político às ações construídas após a Constituição de 1988: ações que se refletem no desenvolvimento econômico que vivemos hoje foram pensadas estrategicamente nesse período e é nele que as Políticas

Públicas para juventude começaram a ganhar forma específica para o ciclo da vida que compreende jovens de 15 a 29 anos, rompendo com a ideia de juventude até os 18 anos.

A produção de teses e dissertações no período escolhido mostra que, de fato, a década escolhida para pesquisa é significativa, pois observa-se que nela ocorre um crescimento na produção intelectual brasileira. Isso se dá pelo interesse das universidades e pesquisadores pela temática, uma vez que nesse período a política pública se firmou no cenário nacional e o Governo Federal passou a implementar programas sociais que são avaliados e estudados com o olhar voltado para a relação juventude e família.

Importante destacar que não se trata de uma tarefa fácil a de construir a análise da conjuntura política a partir dos dados coletados superando a preocupação com os acontecimentos do dia-a-dia político, de modo a conjugar a investigação com a interpretação do movimento mais amplo de corte estrutural. O desafio que se coloca é no sentido de inserir os fatos habituais em uma linha explicativa alargada, que ultrapasse o cotidiano da política e suas disputas menores. A análise desse período, dessa maneira, não é um exercício de menor relevância, mesmo que não exija um aparato metodológico tão complexo quanto exigiriam os padrões positivistas. Se isso é sua fraqueza, diriam os empiristas, por outro lado acaba sendo uma vantagem para aqueles que se aventuram nessa seara, justamente por permitir a realização de voos analíticos mais amplos, sem as amarras colocadas pelos rigores da ciência empirista.

O principal desafio para essa análise de conjuntura consiste na tarefa de *pensar e analisar* o fato ao mesmo tempo em que *ocorre*, de tentar conciliar a reflexão com o que “*pari passu*” se dá no “mundo real”. A análise das pesquisas traz em seu bojo alguns problemas complexos, como, por exemplo, o da articulação entre o papel do ator — seja ele individual ou coletivo — e a estrutura: o velho problema da capacidade ou incapacidade de o sujeito intervir nos fatos, a despeito das forças estruturais que regem a sociedade. Um desafio foi dar conta de inserir os desafios e os acontecimentos daquele momento específico em uma perspectiva de “longa duração”, na linguagem do historiador

Fernand Braudel (1976) (apud BOURDIEU, 1998), atentando ao movimento mais geral que rege a sociedade, percebendo aquilo que permanece e aquilo que se transforma.

A ousadia é de ser capaz de permitir a explicação para a intervenção política, na medida em que, ao organizar analiticamente o caminho dos estudos realizados, se logre aumentar as potencialidades de êxito da ação daqueles que desejam alterar determinada ordem ou conservar o *status quo*. Ela permite mapear o terreno no qual as forças sociais travam as disputas políticas, bem como os nós que atravancam o andamento da mudança. Assim, abre possibilidades para a atuação dos sujeitos da transformação naqueles movimentos que Gramsci denominou de “grande política”, que compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, defesa ou conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais, em contraposição à “pequena política”, relacionada às questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida, em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2000, p. 21-22).

Os dados apresentados sintetizam o esforço em mostrar como a produção intelectual aponta para caminhos do conhecimento que nem sempre andam na mesma esteira. Os olhares para a fase da vida identificada como juventude vêm desafiando pesquisadores de todo o país preocupados em dar respostas às diversas manifestações da questão social, principalmente aquelas que diretamente envolvem a juventude.

A leitura de 1986 resumos selecionou 259 produtos pela aderência que o resumo revelou como forma de estudo. Desses 259, teve-se acesso ao total de 66, aos quais se procedeu a leitura na íntegra.

No que se refere às buscas, foi observado que a palavra-chave “Juventude” concentra o maior número de trabalhos encontrados, seguido de “Juventude e Família” e depois por “Juventude e Políticas Públicas”, conforme gráficos abaixo.

QUADRO 1 - Síntese da pesquisa no Banco de Dados CAPES.

ANO	PALAVRA CHAVE	MESTRADO			DOUTORADO			TOTAL		
		TRAB. ENC.	TRAB. SEL.	TRAB. ANALI.	TRAB. ENC.	TRAB. SEL.	TRAB. ANALI.	TRAB. ENC.	TRAB. SEL.	TRAB. ANALI.
2000	JUVENTUDE	43	21	2	12	4	0	55	25	2
2000	JUVENTUDE E FAMÍLIA	2	1	0	0	0	0	2	1	0
2000	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	JUVENTUDE	71	21	5	20	9	3	91	30	8
2001	JUVENTUDE E FAMÍLIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	1	1	0	0	0	0	1	1	0
2002	JUVENTUDE	81	20	4	5	5	1	86	25	5
2002	JUVENTUDE E FAMÍLIA	4	1	0	0	0	0	4	1	0
2002	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	0	0	0	1	1	0	1	1	0
2003	JUVENTUDE	82	18	5	30	3	2	112	21	7
2003	JUVENTUDE E FAMÍLIA	5	0	0	3	0	0	8	0	0
2003	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	2	0	0	2	0	0	4	0	0
2004	JUVENTUDE	84	17	5	34	3	3	118	20	8
2004	JUVENTUDE E FAMÍLIA	6	0	0	2	0	0	8	0	0
2004	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	3	0	0	0	0	0	3	0	0
2005	JUVENTUDE	123	14	6	29	3	3	152	17	9
2005	JUVENTUDE E FAMÍLIA	5	0	0	6	2	0	11	2	0
2005	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	7	0	0	4	0	0	11	0	0
2006	JUVENTUDE	147	13	3	43	2	1	190	15	4
2006	JUVENTUDE E FAMÍLIA	6	0	0	3	0	0	9	0	0
2006	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	8	0	0	2	0	0	10	0	0
2007	JUVENTUDE	162	10	4	45	4	1	207	14	5
2007	JUVENTUDE E FAMÍLIA	10	0	0	0	0	0	10	0	0
2007	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	7	0	0	2	0	0	9	0	0
2008	JUVENTUDE	205	13	1	50	5	1	255	18	2
2008	JUVENTUDE E FAMÍLIA	15	1	1	1	0	0	16	1	1
2008	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	17	0	0	2	1	0	19	1	0
2009	JUVENTUDE	215	18	3	45	4	0	260	22	3
2009	JUVENTUDE E FAMÍLIA	8	3	0	2	0	0	10	3	0
2009	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	19	2	0	3	0	0	22	2	0
2010	JUVENTUDE	212	31	9	51	6	3	263	37	12
2010	JUVENTUDE E FAMÍLIA	15	1	0	3	1	0	18	2	0
2010	JUVENTUDE E POLÍTICA PÚBLICA	17	0	0	4	0	0	21	0	0
TOTA PESQUISADO		1582	206	48	404	53	18	1986	259	66

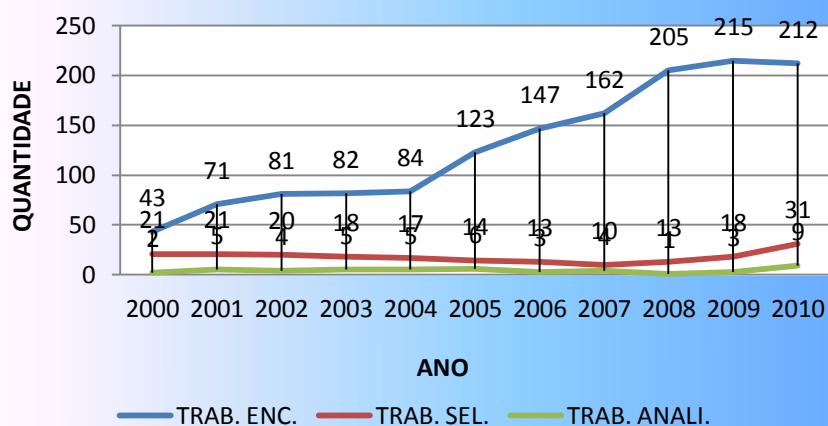
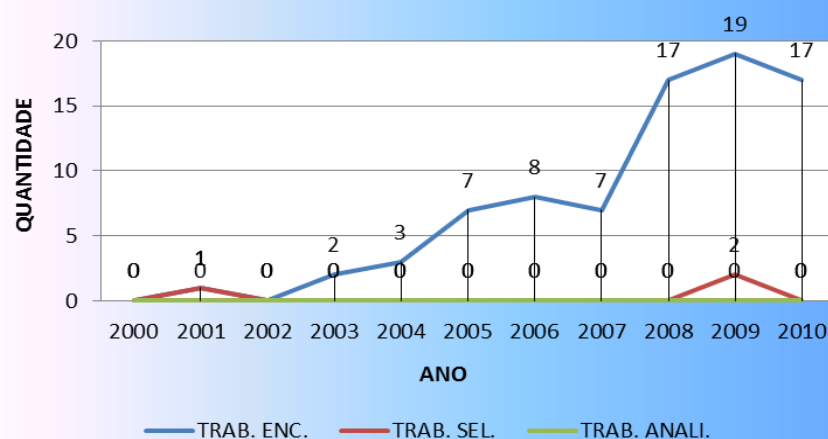
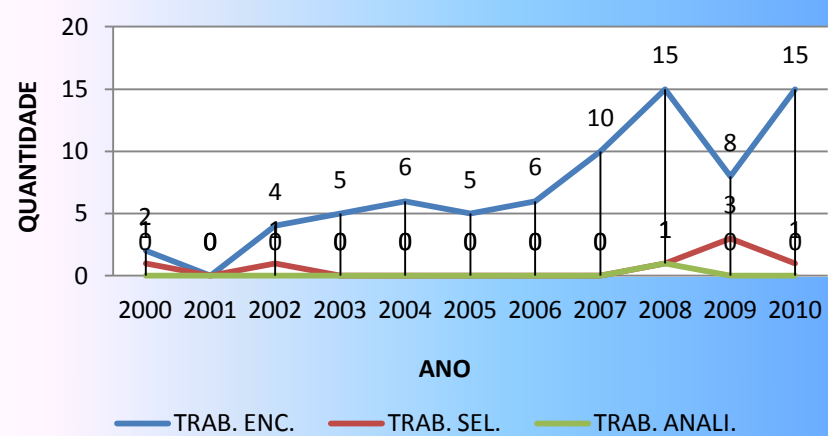
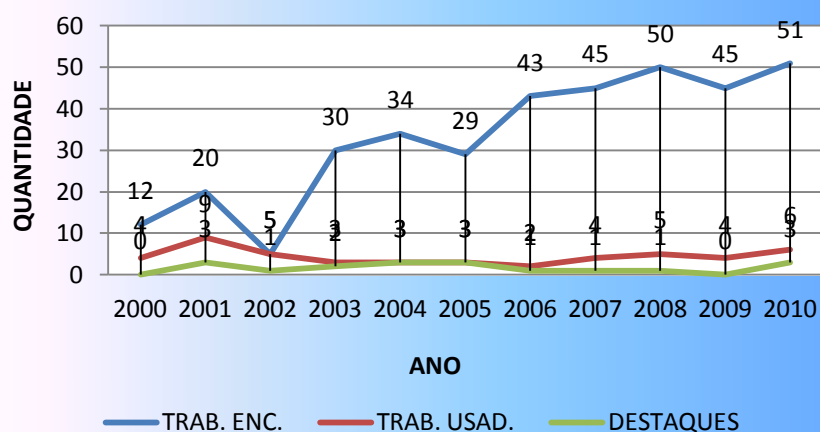
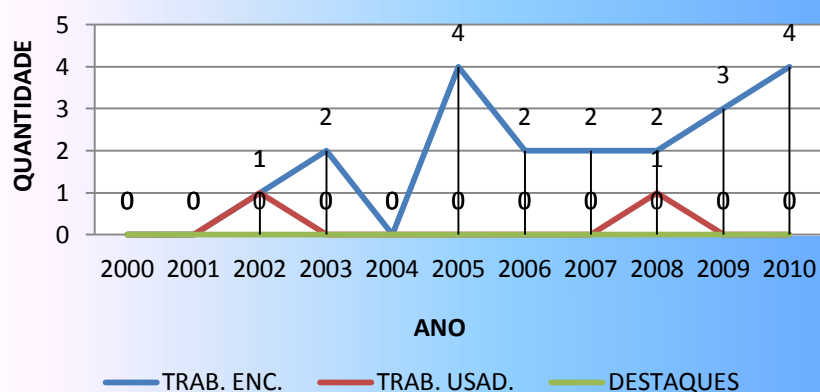
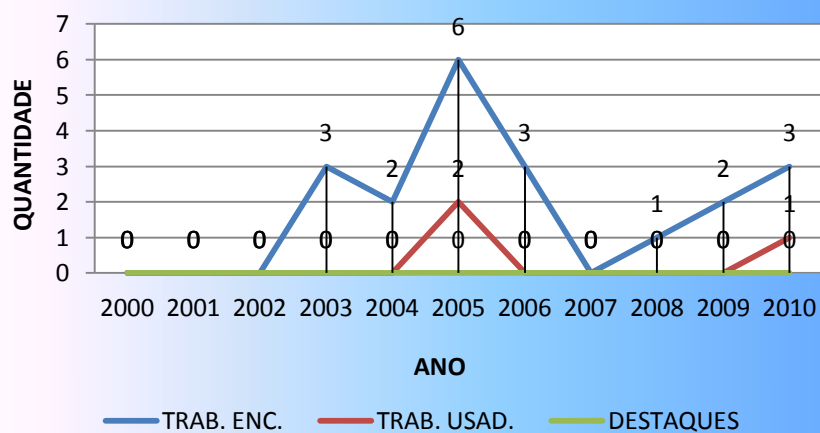
FUGURA 5 - MESTRADO - JUVENTUDE**FIGURA 6 - MESTRADO - JUV. E POLÍTICA PÚBLICA****FIGURA 7 - MESTRADO - JUVENTUDE E FAMÍLIA**

FIGURA 8 - DOUTORADO - JUVENTUDE**FIGURA 9 - DOUTORADO JUVENTUDE E POLITICAS PÚBLICAS****FIGURA 10 - DOUTORADO - JUVENTUDE E FAMÍLIA**

Com a busca centrada na palavra-chave “Juventude” foram encontrados 1798 trabalhos, sendo 1425 de mestrado e 373 de doutorado.

Os números mostram que há um crescimento na quantidade de produções de 43 por ano para 212 por ano no mestrado, e de 12 por ano para 51 por ano no doutorado. Isso pode ser explicado, entre outros fatores, pelo interesse na temática em decorrência dos avanços na implantação de políticas públicas para juventude em todo o país.

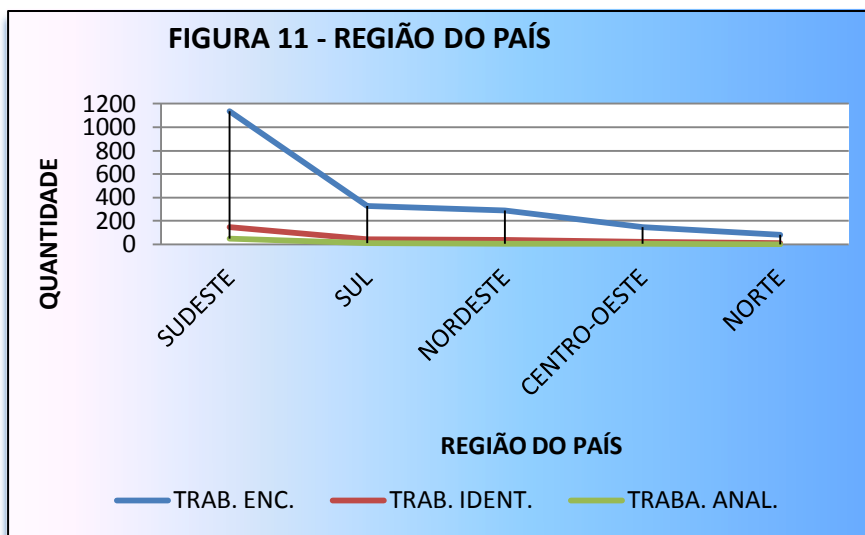
Com a busca utilizando-se da palavra-chave “Juventude e Família” foram encontrados 96 trabalhos, sendo 76 de mestrado e 20 de doutorado.

Com a palavra chave “Juventude e Políticas Públicas” foram encontrados 101 trabalhos, sendo 81 de mestrado e 20 de doutorado.

As produções, de forma geral, estão descentradas pelo país, com maior incidência na região Sudeste, seguido pelas regiões Sul, Nordeste, Centro-oeste e Norte. É na região Sudeste que se concentra o maior número de Projetos e Programas de Pós-graduação das diversas áreas do conhecimento e o maior índice populacional do país, além de concentrar os maiores índices de vulnerabilidade social pela dinâmica do espaço urbano e dos processos denominados de periferização.

QUADRO 2 - Síntese Pesquisa Banco de Dados CAPES - Região do País

REGIÃO DO PAÍS	TRAB. ENC.	TRAB. IDENT.	TRABA. ANAL.
SUDESTE	1137	147	47
SUL	329	43	8
NORDESTE	291	38	4
CENTRO-OESTE	145	19	5
NORTE	84	11	2
TOTAL	1986	258	66



Dentre as áreas do conhecimento, essas pesquisas se concentram em: Educação, Ciências Sociais, Psicologia e Serviço Social, áreas que ganham destaque na produção científica, além de outras áreas que aparecem no levantamento, conforme gráfico abaixo.

QUADRO 3 – SÍNTESE ÁREA DO CONHECIMENTO

ÁREA DO CONHECIMENTO	TRAB. ENC.	TRAB. SEL	TRAB. ANAL.
EDUCAÇÃO	407	71	21
CIÊNCIAS SOCIAIS	358	58	20
PSICOLOGIA	347	30	12
SERVIÇO SOCIAL	322	29	13
PSICOLOGIA SOCIAL	187	16	
DIREITO	49	7	
POLÍTICAS PÚBLICAS	48	8	
COMUNICAÇÃO	42	6	
SAÚDE PÚBLICA	32	4	
HISTÓRIA	28	4	
ANTROPOLOGIA	27	4	
EDUCAÇÃO FÍSICA	24	3	
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS	13	2	
CIÊNCIAS HUMANAS	13	2	
CIÊNCIA POLÍTICA	12	2	
CIÊNCIAS ECONOMICAS	8	2	
CIÊNCIAS CRIMINAIS	8	1	
ENFERMAGEM	7	2	
DEMOGRAFIA	7	1	
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7	1	
CIÊNCIA DA RELIGIÃO	7	1	
GEOGRAFIA	7	1	
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	7	1	
ESTATÍSTICA	7	1	
LETRAS	6	1	
LINGUÍSTICA	6	1	
TOTAL	1986	259	66

Do total de 1986 trabalhos pesquisados, foram lidos todos os resumos para indicar se de fato o estudo tinha aderência com os objetivos desta pesquisa, desse universo foram pré-selecionados 259 trabalhos.

Após fazermos a análise destes dados, optamos por analisar as quatro áreas do conhecimento que se destacaram pelo interesse na temática e por tratar-se de áreas do conhecimento que também estão no processo de intervenção com os jovens no cotidiano de suas práticas profissionais: Educação, Ciências Sociais, Psicologia e Serviço Social.

Nessas regiões destacaram-se a produção do conhecimento nas seguintes universidades:

QUADRO 4 – SÍNTESE UNIVERSIDADES

REGIÃO	UNIVERSIDADES	QUANTIDADE		
		30 OU +	20 OU +	10 OU +
SUDESTE	PUC-SP	31		
	USP	31		
	UNICAMP			15
	UFRJ			12
	UERJ			11
SUL	UFRGS			16
	UFSC			11
NORDESTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ			12
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO			11
CENTRO-OESTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE BRASILIA			10

A produção do conhecimento na região Sudeste centra-se nas universidades públicas e nas Pontifícias Universidades Católicas e estão desenvolvendo suas pesquisas predominantemente nas áreas de sociologia, serviço social, psicologia e, principalmente, na educação, como é o caso da Universidade de São Paulo – USP.

A mesma relação se faz na região Sul, pois a produção do conhecimento se dá nas universidades públicas e nas Pontifícias Universidades Católicas.

A região Norte tem uma produção de pouca expressão em relação ao restante do país, o que se explica pelo número de programas de pós-graduação, assim como pelo incentivo à pesquisa, que nesse período teve maior relevância nas regiões Sul e Sudeste, como mostrado anteriormente.

A região Nordeste vem crescendo na produção intelectual do país, o que, na década pesquisada, mostra que a temática tem alguma representatividade e os estudos são desenvolvidos nos programas de Educação, Ciências Sociais e Psicologia com maior incidência.

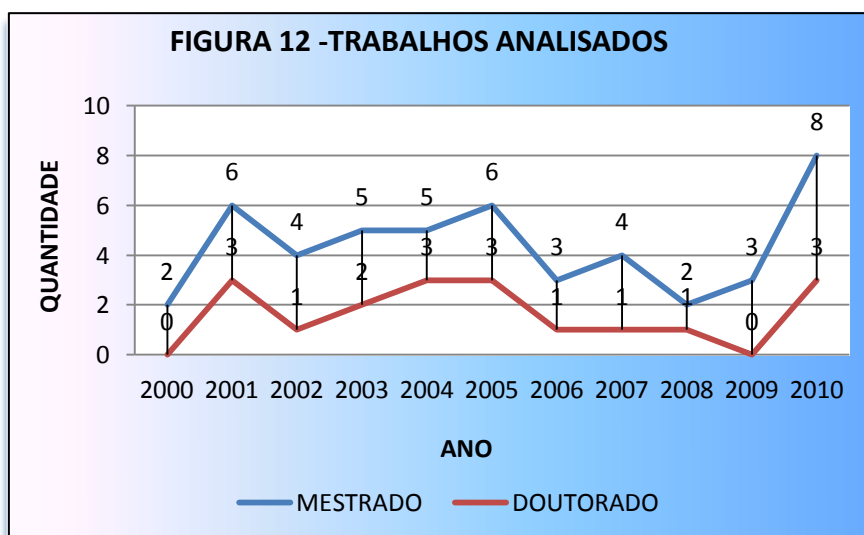
Na região Centro-oeste, a produção do conhecimento também está centralizada nas universidades públicas.

Todos os dados apresentados foram sendo analisados e verificou-se que quatro áreas do conhecimento merecem destaque pela produção: Educação, Ciências Sociais, Psicologia e Serviço Social, essas áreas do conhecimento vem construindo conhecimento sobre a temática e influenciam no que se refere a novos pesquisadores, mas principalmente nas elaborações de políticas públicas para crianças, adolescentes e juventude.

Foram selecionados 66 trabalhos divididos nessas áreas do conhecimento, todas as teses e dissertações foram lidas na íntegra e realizou-se uma análise do material para produção síntese de cada área do conhecimento.

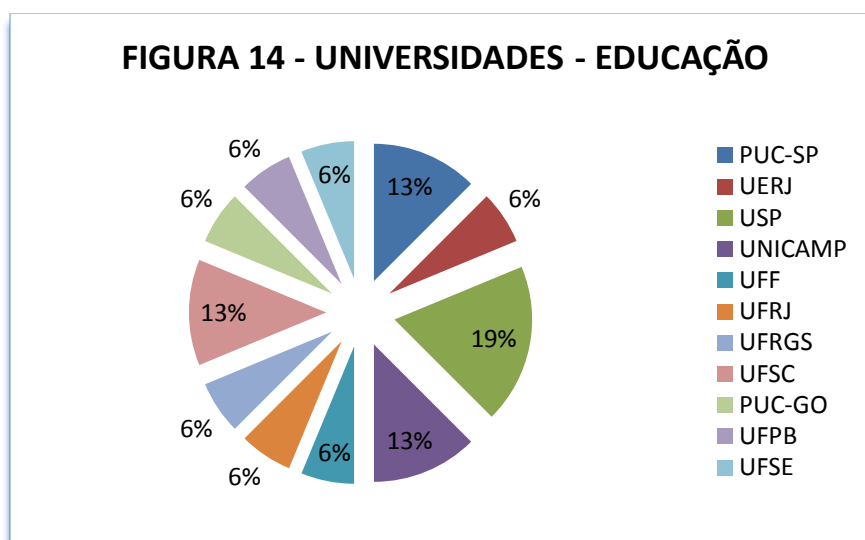
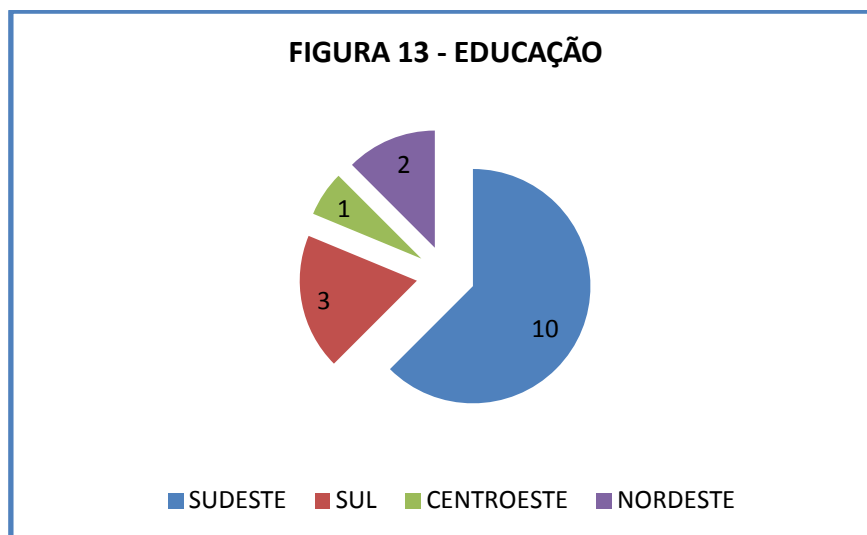
QUADRO 5 –
TRABALHOS ENCOTRADOS 2000 – 2010
TRABALHADOS ANALISADOS

ANO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
2000	2	0	2
2001	6	3	9
2002	4	1	5
2003	5	2	7
2004	5	3	8
2005	6	3	9
2006	3	1	4
2007	4	1	5
2008	2	1	3
2009	3	0	3
2010	8	3	11
TOTAL	48	18	66



2.1. No labirinto pelo olhar da Educação

Do montante total de trabalhos na área da educação, destacamos 16 para leitura na íntegra: 10 foram dissertações de mestrado e 6 teses de doutorado.



A produção em massa na área da Educação se dá no processo de avaliação da política de educação e no rebatimento das ações em âmbito escolar para o desenvolvimento do protagonismo juvenil na perspectiva do entendimento do período que caracteriza a juventude. A grande maioria da produção coloca a juventude como um período de rebeldia e contestações, em

que a família deve ser o pilar que irá colocar os limites para coibir ações destrutivas desses jovens.

A centralidade na escola é a preocupação da educação, considerando que a escola pública⁴² democrática é uma busca e uma construção cotidiana no Brasil e tem permanecido, enquanto representação social, como uma escola idealizada por alunos, professores, direção e pela comunidade em geral.

Se, por um lado, temos a educação como um dos direitos do exercício pleno da cidadania de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, assegurado constitucionalmente (Brasil, 1988), por outro lado, o que o texto das teses e dissertações pesquisadas aponta é para uma instituição escolar a mercê de políticas educacionais insuficientes, descontínuas e afastadas da realidade social da população que deseja atingir. Os relatos desses estudos mostram que se está distante da oferta de um ensino – processo capaz de criar perspectivas de futuro em nossos jovens –, pois as escolas, em sua grande maioria, têm funcionado muito mais como dispositivos disciplinadores produtores de subjetividades coletivas subjugadas do que propriamente contribuído para a formação dos jovens, seja na direção de suas aspirações e desejos, seja como cidadãos autônomos.

Segundo Sposito (2010),

O arco teórico ampliado e as novas pesquisas caminharam ao lado do movimento pela democratização do país, que voltou a incorporar no debate público a importância da educação escolar como direito democrático e a necessidade de se investigar dimensões mais obscuras das práticas escolares. Nesse período, ocorre um intenso processo de expansão das oportunidades de acesso à escolaridade, ao lado do reconhecimento da crise de eficiência da ação socializadora da instituição escolar, ou seja, aspectos da dominação e da

⁴² Segundo Sposito (2010), no espectro de orientações, surgem os primeiros trabalhos em torno da instituição escolar, que adquire centralidade na reflexão da Sociologia da Educação praticada no Brasil. No entanto, essas pesquisas inscrevem suas preocupações no quadro dos recentes processos de migração, industrialização e urbanização que traziam para a vida escolar um conjunto de tensões que demandavam análises (PEREIRA, 1967; 1971; 1976). Trabalhos como os de Florestan Fernandes (1960) e Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni (1959) exprimiam a tentativa de compreensão dos caminhos para o desenvolvimento e reconheciam a educação escolar como uma de suas possibilidades e expressões.

reprodução cultural e social estariam sendo afetados pela organização escolar vigente e seu novo público. De algum modo, os alunos passam a constituir um problema nas práticas e nos processos de reprodução cultural e social e demandam uma nova perspectiva no campo da pesquisa (SPOSITO, 2010, p. 97).

É possível verificar nas pesquisas analisadas que, dentre as diferentes problemáticas, a escola pública enfrenta, cotidianamente, o embate entre seus objetivos e suas reais condições de projetar a imensa maioria de adolescentes e jovens brasileiros em direção a uma vida de realizações, seja no mercado de trabalho, seja na formação para o ensino superior.

Verifica-se, portanto, refinadas estratégias do processo de inclusão e exclusão social reproduzidas pela escola, assim como a dinâmica dos agentes escolares em relação aos processos de violência, suas reproduções e seus enfrentamentos. Dada a densidade e a abrangência da violência na atualidade, a escola sofre com as ameaças internas e externas que estão presentes no seu cotidiano e enfrenta a árdua tarefa de conciliar seus métodos repressivos punitivos e sua construção de práticas democráticas. É importante ressaltar que não se considera a educação, ou a escola, como a solução de todos os problemas sociais, contudo, busca-se que ela cumpra seu importante papel no quadro mais geral de um desenvolvimento sustentado e de longo prazo para o país.

Outro ponto frequentemente encontrado na análise das pesquisas na área da educação que tem por finalidade estudar a família e a escola como instituições fortemente socializadoras, é o que nos indica, em primeiro lugar, a defasagem entre o mundo cotidiano juvenil e as práticas pedagógicas e formadoras da maioria das escolas, como dito anteriormente. São evidentes o pessimismo e a leitura negativa dos profissionais da educação quanto ao futuro e possibilidades dos jovens. Associado a essa visão negativa, observa-se:

[...] o declínio evidente, nas duas últimas décadas, do prestígio das escolas e dos educadores [...] foram esvaziados o sentido

de sua profissão e as fileiras dos bons professores, respeitados pelo seu conhecimento e pela sua sabedoria [...] tudo significa não só prejuízos evidentes para o sistema escolar, mas também uma grande frustração para os jovens. (MINAYO⁴³, 1999, p. 225)⁴⁴.

Algumas pesquisas trazem o olhar do jovem para a escola e, nesse sentido, vale a pena destacar uma conclusão fundamental a respeito da percepção dos jovens sobre o papel da escola: “[...] ficou evidente o quase-grito dos jovens de todos os estratos sociais por uma educação formal de qualidade e por uma formação que lhes permita enfrentar o mundo competitivo e em transformações” (MINAYO, 1999, p. 226). Portanto, as recomendações são óbvias: investimento na educação, revisão curricular, maior integração da escola com a comunidade.

Outra dimensão nas pesquisas diz respeito à importância da escola no que se refere à violência social, policial e doméstica que rebatem na escola e na mídia. As conclusões seguem o mesmo roteiro, sendo mais interessante destacar as recomendações, as quais propõem investimentos do setor público em:

[...] mecanismos que promovam a diminuição das desigualdades sociais e da exclusão, tornando os problemas sociais centro das preocupações do Estado e dos governos [...] repensar o sistema de segurança pública, tanto do ponto de vista organizacional, filosófico e disciplinar, como na orientação dos policiais, a fim de que o conceito de segurança se transforme em proteção dos cidadãos, ainda quando o papel de vigilantes da lei exigir o exercício da repressão. (MINAYO, 1999, p. 228).

⁴³ Possui graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978), graduação em Ciências Sociais - City University of New York (1979), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985) e doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1989).

⁴⁴ MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. *Fala galera*. Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

Os estudos reafirmam a permanência da violência no âmbito doméstico e as conclusões apontam sempre para a importância da escola no reconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que os Conselhos de Direito e Tutelares atuem efetivamente e para que haja programas públicos que sensibilizem quanto à existência da violência doméstica e prevejam ações contra ela.

Destacam, ainda, o papel ativo que as escolas devem assumir com relação à violência doméstica, através de “treinamento no olhar e nos sentidos” para a percepção de suas manifestações. Mas, para isso, é necessário enfrentar as ações violentas que ocorrem nos espaços escolares, afirma:

[...] Muitas das escolas públicas são hoje espaços físicos despreparados e espaços morais violentados. Assim, a socialização pensada num contexto de mudanças no mundo, de exacerbação dos conflitos e das exclusões, de presença invasiva e sob poder de armas dos narcotraficantes, é um grande desafio hoje, sobretudo nas áreas populares, onde o anseio por uma educação de qualidade é tão forte. (MINAYO, 1999, p. 229).

Outro ponto com destaque na área de Educação foi o papel da mídia, pois ela contribui na construção da relação causal “juventude=violência”, na medida em que projeta um processo de banalização, seja por causa da forma espetacularizada com que apresenta os fatos, frequentemente levando a confundir realidade com ficção, seja pelo fenômeno da repetição permanente de filmes, peças, desenhos e mensagens que exaltam os comportamentos institucionais e individuais violentos (MINAYO, 1999, p. 230). A proposta é que o setor público assuma posição mais ativa, no sentido de promover o princípio de responsabilização pelos programas.

As discussões das pesquisas destacam como uma das categorias mais trabalhadas a concepção de “cidadania”, que aparece como demanda que

pode ser traduzida em garantia de qualidade de vida e direitos sociais, passando pela ênfase do gênero, classe social e localização geográfica. As recomendações encaminham para ações públicas que incentivem processos de valorização da democracia no cotidiano, pela superação das discriminações e também dos preconceitos. Também a necessidade de políticas de emprego para os jovens, de ampliação da rede de ensino, em especial o superior, com a incorporação de mecanismos que permitam que o jovem que abandonou a escola possa se aprimorar e retomar sua formação.

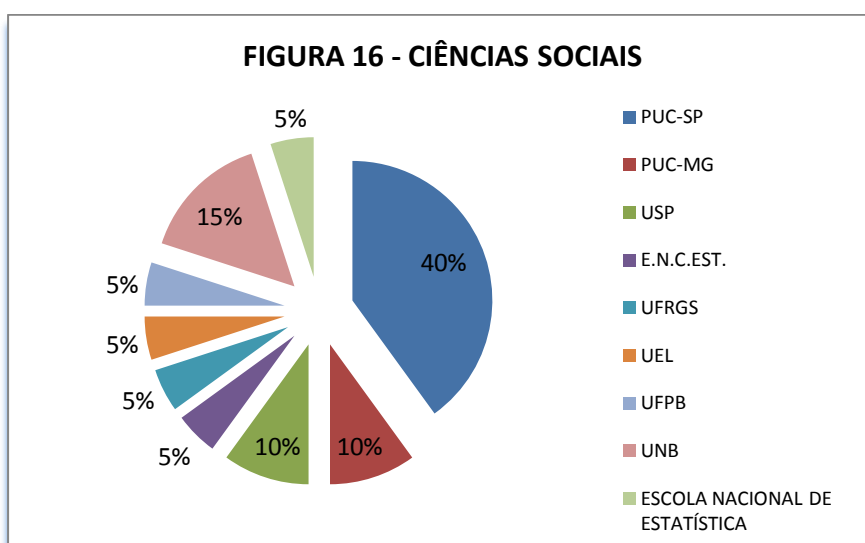
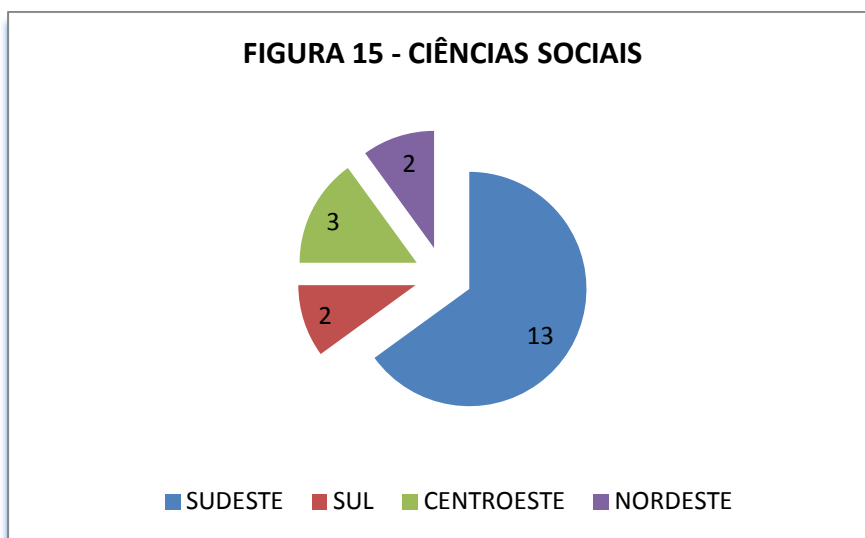
Segundo Minayo (1999):

[...] é que a juventude, diante das condições a ela dadas pela sociedade adulta, clama pela participação na construção compartilhada de um destino tão bonito [...] e tão grandioso como são os problemas e contradições que enfrentam para serem sujeitos da história. (MINAYO, 1999, p. 232).

No que se refere à proteção, as teses e dissertações apontam de forma indireta a escola como um lugar de proteção, no entanto, a análise das pesquisas coloca a escola como um lugar de desproteção por tudo que vem ocorrendo no processo de precarização do ensino.

2.2. No labirinto pelo olhar das Ciências Sociais

Nas Ciências Sociais, a produção do conhecimento se deu da seguinte forma:



A segunda grande área que vem se dedicando a estudar a juventude é a Ciências Sociais. A juventude em vários estudos é ressaltada pela necessidade de entender a transição para vida adulta, a inserção no mercado de trabalho, a questão das classes sociais e da pobreza como objeto central do estudo. As políticas públicas são analisadas principalmente no que concerne à avaliação do que vem sendo desenvolvido pelo Estado.

Para a Sociologia, vários pontos são estudados mas, como é comum a outras áreas, o processo de transição para a vida adulta é o foco central que se envereda por diferentes caminhos no labirinto: pois pensar a transição é pensar na entrada no mercado de trabalho, no casamento e no “abandono do lar familiar”. Como eixo analítico e definidor do objeto de estudo, aponta a opção por estudar os jovens da classe trabalhadora em 98% dos trabalhos pesquisados.

Os estudos buscam entender a condição socioeconômica, particularmente seu nível de escolaridade, para buscar aferir como a lógica neoliberal rebate nessa camada populacional e no processo de saída do labirinto (porta de saída das políticas públicas).

FIGURA 17 – ONDE ESTÃO OS MISERÁVEIS.



Esses elementos colocam para o jovem várias possibilidades de lidar com as dificuldades encontradas ao longo de sua jornada nessa fase do labirinto, pois têm que identificar os fatores que determinam suas escolhas entre estudar e trabalhar, cuidar dos afazeres domésticos, ou não realizar nenhuma atividade. As pesquisas nos indicam que o número de pessoas na

família é menor e concluem que, se a renda *per capita* for superior a 15 dólares, há um mínimo nas escolhas, pois o acesso a caminhos com possibilidades de reflexão e construção de uma estrutura sólida possibilitam uma saída mais tranquila do labirinto.

Já os jovens de famílias numerosas, em que o chefe da família não possui escolaridade ou mesmo apresenta baixa escolaridade e com renda *per capita* inferior a 5 dólares por dia, esses terão mais problemas em fazer suas escolhas, uma vez que, se o acesso à educação, saúde, esporte, lazer e cultura são elementos constitutivos da construção mais sólida do caminho de saída, ele se torna fragilizado ou inexistente, seja pela não condição da família de custeá-los, seja pela ausência do Estado em ofertá-los.

Segundo Silva⁴⁵ (2001⁴⁶),

No que se refere ao desemprego dos jovens os resultados das pesquisas mostram que a escolaridade e a experiência são variáveis importantes para explicar o desemprego. Encontra-se fortes indícios de existência de discriminação racial contra os negros em relação aos brancos e pardos, mantendo-se outras variáveis constantes. Verifica-se também a probabilidade de desemprego maior para o jovem cuja renda familiar é baixa. Os dados indicam que os jovens enfrentam grave problema em termos de dificuldade de conciliação do estudo com o trabalho, baixos níveis de escolaridade, altas taxas de desemprego, relações de contratação precárias, jornadas extensas de trabalho e baixos rendimentos. Essa situação tende a se agravar com a perspectiva de pequeno crescimento da economia e da incapacidade das empresas gerarem postos de trabalho suficiente e de boa qualidade para absorver e dar oportunidade a todos aqueles que necessitam e tem disponibilidade para trabalhar. Assim, algumas medidas poderiam ser tomadas no sentido de melhorar a situação do jovem no mercado de trabalho. Medidas específicas voltadas para os jovens seriam: atuar na questão educacional, com o objetivo de melhorar o nível de escolaridade e capacitação profissional tendo por condicionante a necessidade de compatibilizar estudo e trabalho, a regulamentação de

⁴⁵ Doutora em Economia Aplicada pelo Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP.

⁴⁶ SILVA, Nancy de Deus Vieira. *Jovens brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, 2001.

estágios, a criação de programas de treinamento e a criação de cursos profissionalizantes e segundo grau. No plano macroeconômico é necessário criar condições para que o setor produtivo gere postos de trabalho suficientes, e um passo nessa direção é a adoção de medidas que diminuam o alto grau de concentração de renda do país, pois tal medida, possibilita a uma grande parcela da população pobre aumentar o consumo de bens, anunciado assim, a produção e, conseqüentemente o nível de emprego. Por outro lado, uma melhor distribuição da renda pode retirar do mercado de trabalho uma grande parte de crianças, jovens e aposentados que só estão trabalhando por extrema necessidade. (SILVA, 2001, p.75).

As pesquisas também apontam para uma grande dificuldade dos jovens na construção de possibilidades de transpormos alguns locais do labirinto e veem no processo de socialização um dos elementos importantes. No entanto, na maioria das vezes ausente, a socialização é construída e reconstruída na dinâmica das interações sociais, elaborada a partir da experiência de cada um, experiência que não é comandada pela internalização passiva das normas e valores pré-existentes, mas pela aquisição de competências e atitudes que permitem aos atores preservar seus interesses no jogo social. Nesse sentido, o que fica indicado é que nesses processos o olhar histórico para as determinantes que criam as possibilidades de construção de relações de apoio e de pertencimento variam de acordo com a dinâmica social em que o jovem está inserido, no contexto sociológico, político, econômico e social que constrói, limita e dá possibilidades de escolha dos caminhos a serem percorridos.

Nas escolhas possíveis de serem feitas pelos jovens, segundo Falcão (2004)⁴⁷, a participação política no processo de construção da sua socialização pode ser determinante: os pesquisadores apontam para o caráter educativo que está contido no comportamento político de uma juventude que vive um tempo distante das grandes utopias transformadoras e que está inserida num contexto social em que o liberalismo moderno é a expressão mais acabada da

⁴⁷ FALCÃO, Ana Paula Pereira. *Juventude contemporânea: expressões culturais e novos significados políticos (a cena musical paraibana)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2003.

submissão do indivíduo à razão da autopreservação. E uma das coisas presentes nessa juventude que chama a atenção é a sua ação participativa em escolher o espaço coletivo como uma das respostas para o enfrentamento ao individualismo e se valorizar na construção de uma identidade regional.

É importante destacar que muitas das teses e dissertações apontam que não há disposição dos jovens para a participação política: a despeito de que eles considerem possível alterar a realidade social por meio da ação política coletiva, há um comportamento de distanciamento político e de descompromisso com a construção social (FARIA, 2010⁴⁸).

O que se pode também questionar sobre os determinantes desse processo de transposição do labirinto é que o mundo contemporâneo não permite, pela rapidez com que as coisas acontecem e se modificam, que o jovem tenha clareza do caminho que está seguindo, pois eles vivem a vida contemporânea com a mesma rapidez das comunicações. A busca pelo encontro mútuo em espaços de lazer, em espaços cibernéticos ou mesmo na rua do bairro em que mora, pode se constituir em elemento de proteção social, de apoio para enfrentar as dificuldades do processo, uma vez que o trabalho está cada vez mais distante das possibilidades de alcance. Mas, quando alcançado, o trabalho fica colocado no campo do cotidiano da vida para atender a uma necessidade de sobrevivência e de consumo. Pode-se dizer que o trabalho está voltado para o cotidiano, os prazeres e desprazeres de uma sociedade de consumo, uma sociedade de fragmentos, do presente eterno, da mídia, dos videoclipes.

Importante destacar que pesquisas ainda em termos de conclusão indicam que o processo de mundialização da economia, de precarização dos postos de trabalho, de baixa qualificação dos jovens, do não acesso aos elementos que constituem o desenvolvimento biopsicossocial desses jovens, é preponderante para determinar a sua entrada nos corredores do labirinto que os leva a cometer atos ilícitos, serem cooptados pelos narcotraficantes, que acabam sendo os elementos fundamentais na construção do apoio e da

⁴⁸ FARIA, Ana Lucia Barbosa. *Juventude, contextos e participação política*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2010.

proteção, uma vez que a família e o Estado estão, na maioria das vezes, ausentes do processo.

Segundo Soligo (2005, p 48)⁴⁹, “[...] envolvidos em atividades criminais estes jovens são intitulados de malandros [...], marcados pelo conflito existente nas vidas dos malandros entre a dimensão onírica de viver em liberdade e o lado mais cruel da vida, a morte iminente”. Envolvidos nesse processo, os jovens na maioria das vezes não são ouvidos sobre seus desejos e anseios, são objeto de estudo, de ações públicas, sem o direito de serem ouvidos e respeitados.

O poder público local, segundo os estudos, é sensível às mazelas resultantes do desemprego juvenil e propõe programas que possam viabilizar essa difícil passagem dos jovens para o mundo do trabalho. Porém, as políticas públicas, de uma forma geral no país, não têm um histórico de avaliação eficiente.

Segundo Furiati (2010)⁵⁰:

[...] verifica-se que as políticas de juventude seguiram o padrão ideológico liberal corporativista até a constituição de 1988, quando pela lógica democrática, reconheceu-se a juventude até dezoito anos como Sujeito de Direitos, política que não foi implantada na década de noventa, sob orientação neoliberal, em contexto de estabilização econômica e de fortalecimento do Terceiro Setor, possibilitando a criação de diversas organizações civis voltadas para temática juvenil. Algumas dessas organizações se articulam em Rede Política para formulação de políticas de juventude, tendo o Estado brasileiro, nessa Rede exercido o papel de legitimador de acordos do Banco Mundial e a UNESCO operado como catalisadores do discurso do Protagonismo Juvenil. Com a criação da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Pró-jovem, em 2005, o Estado assumiu papel central na coordenação das políticas para juventude, estabelecendo significativo avanço institucional.

⁴⁹ SOLIGO, Luciana Guazzelli. *Entre o sonho e a morte: o cotidiano dos malandros* em São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2005.

⁵⁰ FURIATI, Nídia Maria de Ávila. *Juventude e Estado no Brasil: a lógica constitutiva do Conselho Nacional da Juventude no Governo Lula*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados e Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2010.

Entretanto, essas políticas continuaram sendo direcionadas às identidades juvenis “Adultocêntrica”, Estigmatizada e/ou Transgressora, fato tornado turvo pelos discursos governamentais, a partir da década de 90, que assumiram a juventude ora com Protagonistas do Desenvolvimento, ora como Sujeitos de Direitos. (FURIATI, 2010, p. 113).

A associação entre jovens pobres e o crime, a violência social, é muito recorrente nos estudos sociológicos: as pesquisas se baseiam em dados quantitativos colocados e ignoram as diversas formas alternativas que se desenvolvem no meio social para minorar esses efeitos. Formas alternativas que se dão de diversas maneiras pelo poder local, empresas, famílias e os próprios jovens.

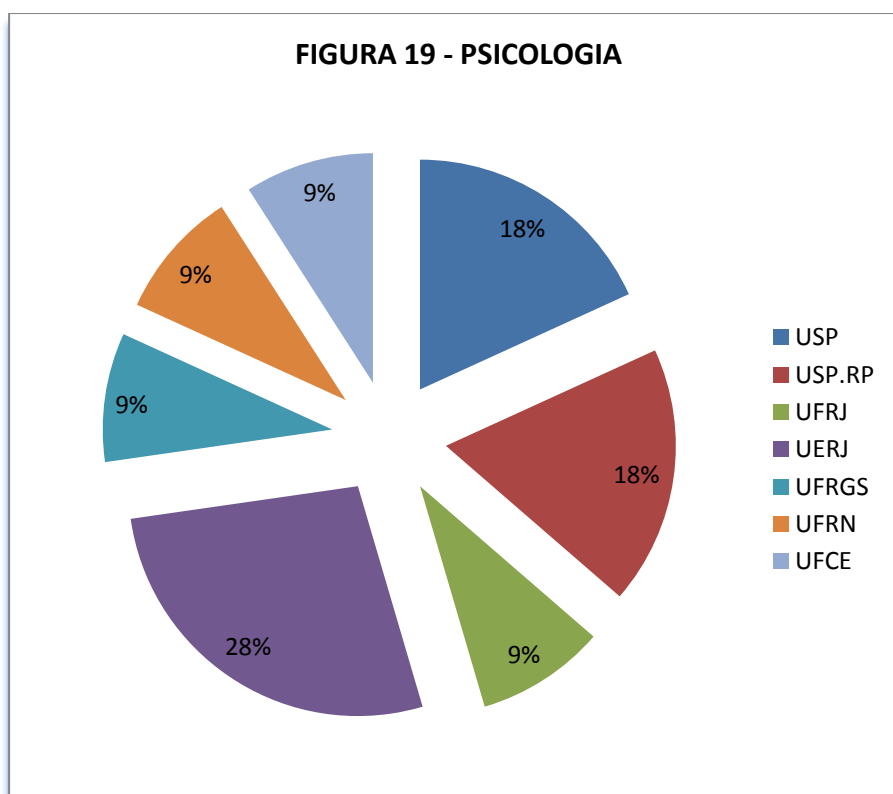
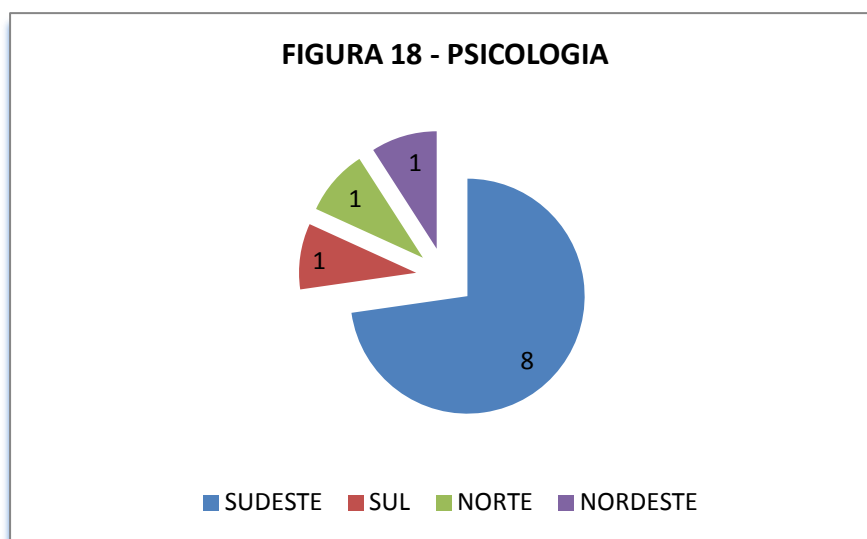
As políticas públicas existentes no país para atender a essa demanda social têm muitas frentes que se sustentam no propósito de promover a cidadania e a participação juvenil na vida pública, objetivo apresentado no projeto político pedagógico dos programas. Propõem-se também a resgatar as noções de democracia participativa, cidadania, direitos, espaço político e sociedade civil, desenvolvidas por diversos atores. Mas todos esses objetivos acabam se contradizendo quando os estudos, na maioria, avaliam que os jovens não aderem aos programas e projetos e apontam para a ausência da voz desses sujeitos como protagonistas dessa ação.

Segundo Almeida (2009)⁵¹, existe a necessidade de se compreender a cultura como prática cotidiana e a política como poderes oblíquos que operam de forma horizontal nesse cotidiano, produzindo novos sentidos, novos rearranjos e novas possibilidades de emancipação.

⁵¹ ALMEIDA, Renato Souza de. *Juventude e participação: novas formas de atuação juvenil na cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2009.

2.3. No labirinto pelo olhar da Psicologia

Dos trabalhos dessa área do conhecimento, destacamos os seguintes dados:



Há muitos estudos no campo da Psicologia com centralidade no entendimento dos elementos cognitivos e subjetivos que marcam esse período da vida e em como o profissional da Psicologia em seu campo de atuação pode contribuir para o trabalho em uma equipe multidisciplinar. Essa discussão se dá também pelo ingresso desse profissional na área social, principalmente na atuação dos CRAS e CREAS, que vem requisitando a incorporação de psicólogos em equipes de atendimento sócio assistencial, saindo do campo privativo da saúde e colocando um caráter social que ainda vem se consolidando na profissão.

Constata-se que nas pesquisas alguns pontos motivam os pesquisadores da psicologia para entender o processo de passagem da adolescência para a juventude: aspectos objetivos, como o trabalho, têm centralidade no entendimento do objeto de estudo e, no campo subjetivo, as emoções, os sonhos, os projetos de vida e as relações familiares.

Há uma tendência desses pesquisadores em apostar no ceticismo precoce que envolve a juventude e que, entre os laços de solidariedade estão a família e os amigos, enquanto suportes para as dificuldades da vida.

Segundo Matheus⁵² (2000), a restrição de expectativas tem um preço: uma disposição para a revolta, que questiona a realidade refratária e desigual. Assim, essa geração, em sua diversidade, formula suas próprias respostas, o que lhes confere um espaço no corpo social e marca sua história.

No entanto, é importante destacar que a forma como os jovens vêm questionando as expressões da questão social postas na sociedade contemporânea não é entendida pelos pesquisadores da Psicología de forma crítica. Na maioria dos estudos, não há uma preocupação em contextualizar as questões postas pelo capitalismo contemporâneo enquanto o grande gerador da desigualdade em que esses jovens estão vivendo.

Mesmo o sentido dado ao trabalho na maioria das dissertações e teses não trata dessa categoria no sentido ontológico, mas a interpreta no sentido dado ao emprego e/ou ocupação, muito pautado nos elementos subjetivos.

⁵² MATHEUS, Tiago Luis Corbisier. *Ideais na adolescência: falta e perspectiva na virada do século*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2000.

Cabe ressaltar que há trabalhos que tratam da categoria trabalho em seu sentido ontológico e merecem destaque em suas análises, como é o caso de Andrade⁵³ (2001) que, em sua síntese, coloca:

[...] a inserção no mercado de trabalho é referida pelos jovens como uma forma de preencher suas necessidades de consumo, ocupação de um tempo ocioso, evitar as atividades domésticas, independência em relação aos pais [...] o trabalho para os jovens representa uma atividade restrita que lhe dá pouca oportunidade de criação, mas é significativa pelos sujeitos como algo bom, embora eles reconheçam a limitação da atividade que desenvolvem. Esta inserção coloca-se como uma forma de preencher um vácuo de perspectivas de desenvolvimento que se cria quando eles já tem uma certa escolaridade ou quando abandonam a escola. (ANDRADE, 2001, p. 95).

A autora também aponta que as mudanças postas pela sociedade contemporânea forjam uma juventude que não tem a capacidade de projetar seus sonhos, de construir um projeto de vida, pois há dificuldade para este ser criado pelo trabalho, ou pela inserção no mundo do trabalho (o trabalho em sua constituição ontológica). Torna-os, pelo contrário, presos à possibilidade de realizar uma ocupação remunerada que irá custear seus gastos, sem perspectiva a longo prazo.

Para Maia (2007)⁵⁴, tanto o sujeito concreto quanto a subjetividade são compreendidos como produções culturais e sociais, modos de ser e de estar no mundo que emergem dentro de contextos históricos específicos. O trabalho é entendido como uma instância privilegiada de inserção social e, portanto, como

⁵³ ANDRADE, Luciane Sá de. *Jovens inseridos no mercado de trabalho*, algumas contribuições a partir da visão sócio-histórica de desenvolvimento. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Psicologia da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, 2001.

⁵⁴ MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira. *Ninguém pode ficar parado: juventude, trabalho e projetos de vida*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

categoria que contribui de modo central para as produções de subjetividade, possuindo fundamental papel para que os jovens possam construir projetos de vida que possibilitem o desenvolvimento de trajetórias e narrativas consistentes.

Há pesquisas que fizeram o estudo exatamente para entender uma dimensão ética e sem perspectiva trazida pelo jovem, no intuito de entender a produção subjetiva e social em que se encontra o cenário vida/existência dos jovens, pois, segundo essas pesquisas, na busca por um lugar social, os jovens criam estratégias de inserção/inscrição social que não sejam pelo trabalho. Esses estudos partem dos pressupostos de que é na relação de solidariedade que as possibilidades acontecem e de que os jovens estariam vivendo um momento em que contar com o outro na resolução de seus problemas é a única alternativa. Veem na família a principal relação de confiança e, quando a expectativa de a família sanar suas necessidades, principalmente as de consumo, não se concretiza, é onde entra a relação de conflito que chega à ruptura dos laços (WICKERT, 2002)⁵⁵.

Nesse processo de ruptura com a família, as pesquisas na área da Psicologia demonstram que aqui se localiza o grande agente que vai levar os jovens a cometer atos infracionais, o que revela uma tendência clara ao familismo, a culpabilização da família por todos os problemas a ela inerentes, sem questionar o sistema de forma crítica.

Isso fica evidente nos estudos de Almeida (2002)⁵⁶ com 104 jovens internos do sistema socioeducativo que usaram como estratégia de sobrevivência para conseguir dinheiro e ter acesso a bens de consumo na sua vida algum tipo de ato infracional. Ressalta a autora que esses jovens têm um histórico marcado pelo trabalho infantil imposto pela família, ou por viver nas ruas pedindo esmolas, para garantir o sustento da casa. Conclui que esses

⁵⁵ WICKERT, Luciana Fin. *Desemprego e juventude: jovens em busca do primeiro emprego*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

⁵⁶ ALMEIDA, Marília Mastrocolla de. *Compreendendo as estratégias de sobrevivência de jovens antes e depois da internação na FEBEM de Ribeirão Preto*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Psicologia da Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto, 2002.

jovens estariam fadados a viver na ilegalidade, pois a maioria não conseguia projetar para sua vida a realização de uma atividade tida como “lícita”.

As pesquisas mostram diálogos com jovens cujas histórias de vida geralmente são marcadas por dificuldade de diálogo e compreensão das relações familiares: veem-se em conflito entre as concepções tradicionais de família e a realidade vivida, tendo em vista que suas configurações e relações familiares divergem muito do modelo de “família estruturada” posto pelo modelo conservador burguês e imposto pela sociedade. A família é concebida como espaço privilegiado da afetividade, seja nas vivências de apoio ou de conflito, afetando o desenvolvimento da personalidade individual, determinando as condutas que o jovem apresenta no contexto social.

Isso marca uma importante discussão, que é o lugar da pobreza na vida desses jovens. Algumas pesquisas se preocuparam em identificar quais eram as percepções desses jovens sobre o fenômeno da pobreza, ou seja, se consideravam-se pobres, suas perspectivas de futuro, se acreditavam que a pobreza poderia deixar de existir e quais suas causas e fenômenos.

O estudo de Teixeira (2006)⁵⁷ mostra que a representação social da pobreza está composta em torno de nove elementos principais, que são os seguintes: “precisar de ajuda”, “comida”, “trabalho”, “estudo”, “sentimentos negativos”, “dinheiro”, “moradia”, “governo” e “lutar/se virar”. Já as percepções dos jovens sobre a pobreza podem ser condensadas, segundo a pesquisadora, da seguinte forma: “[...] eles não se consideram pobres, acreditam que a pobreza existe devido a fatores externos a eles, acham que ela acabará e que o futuro irá melhorar”.

A análise feita por Teixeira (2006) retrata uma tendência em demonstrar em seus estudos que a relação de solidariedade entre os jovens com seus familiares e amigos cria uma dependência de ajuda, o que aparece como elemento central: a discussão sobre dependência e autonomia na vida dos jovens pobres perpassa todos os estudos.

⁵⁷ TEIXEIRA, Carla Geraldo de Moraes. *Representação Social da Pobreza*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006.

Poucos são os estudos que olham para os jovens da burguesia. Há uma centralidade nos jovens da classe trabalhadora ou que vivem do trabalho, mas cabe destacar que em estudos sobre os jovens da burguesia, há o mesmo objeto de estudo, o de entender as maneiras pelas quais os jovens da contemporaneidade vem construindo trajetórias, narrativas e projetos de vida.

Para Maia (2007):

[...] os principais resultados mostram que os projetos de vida dos jovens carregam em si muitas características inerentes ao contexto contemporâneo e às maneiras como o trabalho se configura: as ideias de flexibilidade, mudança, aceleração, movimento constante, abertura ao novo, entre outras. São projetos de vida múltiplos caracterizados pela mutabilidade, nos quais uma das poucas certezas que os guia é a de que ninguém pode ficar parado. As trajetórias são marcadas pelo movimento e pela lógica do “cada um por si” havendo um enorme comprometimento consigo mesmo. Os projetos possuem caráter individual, não sendo a eles integrados interesses coletivos. De um modo geral, pode-se observar que os projetos se mostram como tentativas de adaptação ao complexo cenário atual que parece facilitar a emergência de modos de ser e estar cada vez mais individualizado. (MAIA, 2007, p. 16).

Os resultados das pesquisas com os jovens pertencentes à burguesia vai ao encontro exato do que é posto pelo ideário neoliberal, em que o processo de individualização e competitividade são acentuados e que para sobreviver à lógica do sistema volta-se à reflexão de Hobbes: “o homem é o lobo do homem”. Coincide que essa analogia nunca esteve tão evidente como na sociedade contemporânea.

Outro dado importante observado nas pesquisas de Psicologia é a busca por entender como os aspectos subjetivos se constituem na realidade urbana e rural, como os jovens dos territórios rurais estão construindo seus projetos de vida e quais seus sonhos e expectativas para o futuro.

Segundo Furlani (2007)⁵⁸:

[...] o fato do jovem, residir em territórios rurais ou urbanos, não difere completamente em seus projetos de vida. Constatou a pesquisadora em seus estudos que os jovens demonstram uma limitação quanto à diversidade de projetos de vida. Percebeu-se que a maioria dos jovens está muito presa ao presente imediato – estudar e/ou trabalhar –, e que se limita a essa realidade. Identificou que os jovens do ambiente rural tendem a buscar mais cedo o trabalho, sendo esses trabalhos informais, sem a garantia de direitos trabalhistas, o que gera uma insegurança em relação ao lugar em que moram. Este fato se relaciona com o projeto de morar em outro lugar na busca por melhores oportunidades de trabalho. Já em relação aos jovens do ambiente urbano, identificou-se uma queixa em relação à violência urbana, gerando sentimentos de contraste em relação ao lugar que habitam. Os jovens do ambiente urbano expressam um maior desejo de ingressar na faculdade do que os jovens do ambiente rural. (FURLANI, 2007, p. 21).

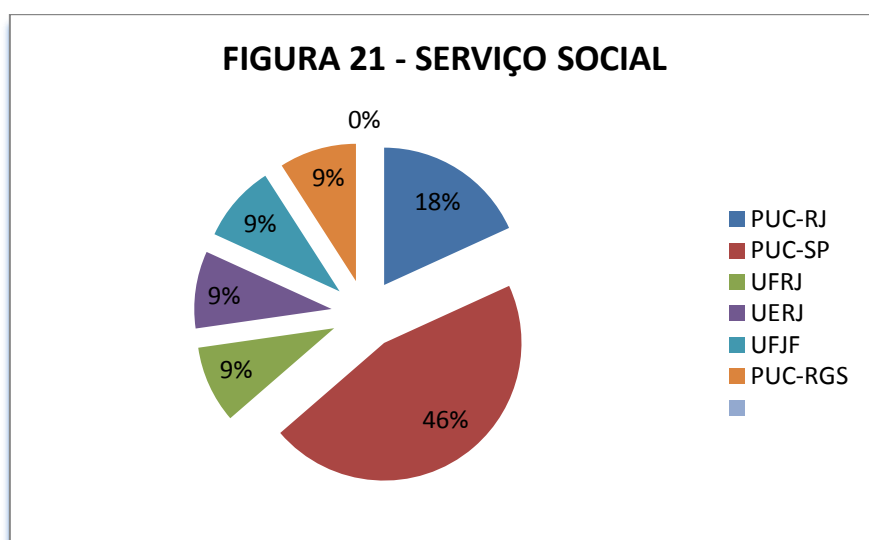
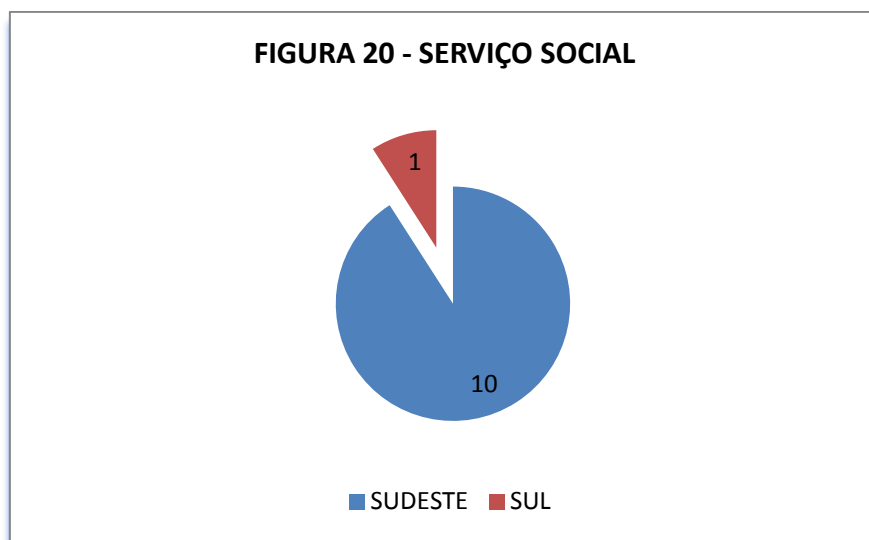
Já no que se refere aos trabalhos de psicólogos na área social, essa é uma demanda que vem em crescente preocupação por essa área do conhecimento ao atuar no campo social, após a implantação do SUAS, da NOB-RH, quando o psicólogo é requisitado a compor as equipes de trabalho multidisciplinar, quanto a construir uma identidade para sua atuação. O psicólogo, que tem uma forte formação para atendimento clínico, ao ser requisitado a desenvolver atividades que relacionem as questões subjetivas ao contexto social, é demandado a refletir sobre o exercício de analisar as múltiplas expressões da questão social como elemento constitutivo e constituinte das atuações prestadas.

É notório observar o princípio de um salto crítico nos estudos apresentados, uma vez que começa a ocorrer uma mudança no olhar desses pesquisadores para os problemas por eles estudados.

⁵⁸ FURLANI, Daniela Dias. *Juventude e Afetividade: Tecendo Projetos de Vida*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, 2007.

2.4. No labirinto pelo olhar do Serviço Social

No Serviço Social há uma produção significativa e destacamos os seguintes trabalhos:



O Serviço Social centra esforços em avaliar projetos e programas sociais que vêm sendo implementados pelo governo e tem na família e na juventude os sujeitos de suas pesquisas: são eles os usuários dos programas e projetos e com eles a atuação profissional vai se construindo e exige do profissional um rol de competências que precisam ser estudadas e sistematizadas para dar respostas às demandas do cotidiano profissional.

Conforme relata a professora Yazbek⁵⁹ (2009⁶⁰):

São múltiplas as mediações que constituem o tecido de relações sociais que envolvem esse processo de produção e reprodução social da vida em suas expressões materiais e espirituais. Essas relações, que constituem a sociabilidade humana, implicam âmbitos diferenciados e uma trama que envolve o social, o político, o econômico, o cultural, o religioso, as questões de gênero, a idade, a etnia etc. Dimensões com as quais se defronta cotidianamente o Serviço Social e em relação às quais se posiciona quer do ponto de vista explicativo quer do interventivo, considerados nesta abordagem como dimensões de uma mesma totalidade. (YAZBEK, 2009, p.129).

É com esse direcionamento que o Serviço Social tece suas análises para as Políticas Públicas, em especial para o Programa Federal PROJOVEM, e para as atividades sociais desenvolvidas pelos jovens nesse programa. Há reflexões acerca do direito à participação da juventude nas políticas públicas de promoção da cidadania, conforme Constituição Federal de 1988, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e pelo Estatuto da Juventude de 2004, nos quais as políticas públicas para este segmento são concebidas como direito (PEREIRA⁶¹, 2007).

As teses e dissertações, em sua grande maioria, fazem referência e demonstram que o PROJOVEM é percebido pelos jovens entrevistados como um direito, mas também como um favor. Em alguns aspectos, os jovens reconhecem benefícios nessa iniciativa do governo, no entanto, não acreditam

⁵⁹ Prof^a Dr^a Maria Carmelita Yazbeck, assistente social, mestre e doutora em serviço social pela PUC-SP, professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

⁶⁰ Yazbeck, Maria Carmelita. O significado sócio histórico da profissão. In: *Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. CFESS-2009.

⁶¹ PEREIRA, Luciléia. *Juventude, Participação e Direitos – Um olhar para as percepções de jovens do Rio de Janeiro sobre sua participação no PROJOVEM*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ, 2007.

que ela venha a promover uma mudança em sua condição de vida, pois não atende suas expectativas de direitos igualitários. Os jovens demonstram estarem conscientes de seus direitos, participação e responsabilidades (PEREIRA, 2007).

O Programa Agente Jovem, segundo Rocha⁶² (2007), reveste-se de fundamental importância enquanto política pública de proteção social na perspectiva de fortalecimento dos usuários, na busca pela autonomia e exercício da cidadania, contribuindo em alguma medida para a qualificação dos modos de vida dos jovens em situação de vulnerabilidade.

O entendimento dos pesquisadores da área de Serviço Social sobre a juventude é de uma categoria compreendida em um processo de construção histórico e social, portanto circunscrita no espaço e no tempo, perpassando por diferentes compreensões. Enquanto categoria social, é uma representação sociocultural, bem como uma situação social e, portanto, com múltiplas determinações: culturais, econômicas, gênero, étnicas, assumindo significados distintos (ROCHA, 2007; MATTOSO⁶³, 2010).

Os estudos problematizam questões como as condições de vida dos jovens pobres no espaço urbano por meio de categorias como cotidiano e pobreza. A análise incide nas experiências e percepções dos jovens de bairros periféricos e demonstram que, mesmo aqueles com o mesmo perfil socioeconômico, ao vivenciarem dinâmicas sócio-espaciais distintas estabelecem perspectivas de participação e de futuro destoantes em virtude das desigualdades vivenciadas nas cidades.

O destaque dado aos estudos nesse campo de pesquisa é para a participação e construção de sujeitos políticos. Segundo Rodrigues⁶⁴ (2001), a

⁶² ROCHA, Simone Rocha da. *Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RGS, 2007.

⁶³ MATTOSO, Francinelly Aparecida. *Dinâmicas sócio-espaciais e as experiências dos jovens na cidade desigual*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, 2010.

⁶⁴ RODRIGUES, Vera Maria Lion Pereira. *Quando jovens se tornam agentes de direitos humanos: uma experiência de formação política IBEAC – Cidade Tiradentes*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

partir dos significados e sentidos dessa experiência é possível evidenciar que a formação política é uma estratégia que contribui para construir sujeitos individuais e coletivos, na perspectiva de fortalecer uma democracia libertadora e inclusiva, e de cidadania ativa. Nesse processo de construção de sujeitos políticos, a família e as relações familiares são de caráter imprescindível na análise.

Esse eixo que prima pela formação política enfatiza a importância da família no processo, mas também destaca o lugar social da juventude nos bairros periféricos, no imaginário social urbano onde vivem. Segundo Araújo⁶⁵ (2005), tendo como eixo a questão do estigma, apresentam-se categorias essenciais à sua compreensão, tais como (in)visibilidade, violência, exclusão, situando essa discussão em uma abordagem sócio-antropológica.

O consumo entre os jovens, em particular os que vivem num contexto de pobreza, é analisado a partir de mediação de categorias como alienação, fetichismo da mercadoria, indústria cultural e ideologia. A partir do conceito de ideologia de consumo, busca-se evidenciar os processos que assolam a juventude em articulação com a educação, o trabalho, a família, o uso da cidade/espço urbano e a violência. É nesse conjunto de conexões que se configura um desenho final – dos caminhos do labirinto –, mostrando que a juventude é uma categoria social e que, portanto, deve ser percebida no contexto das relações sociais historicamente produzidas.

Importante destacar a pesquisa de Baptista⁶⁶ (2005), que aborda a educação política como uma tendência em tentar manter ao máximo possível o jovem num determinado solo institucional. Pela família, nota a impossibilidade de padronizar os grupamentos familiares, cuja composição é muito distinta entre si: nela os conflitos associados ao consumo mostram-se relacionados à escassez e aos efeitos da desigualdade social em que vivem.

⁶⁵ ARAÚJO, Késia Miriam Santos de. Sem título. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

⁶⁶ BAPTISTA, Tatiane Alves. *Ideologia do consumo e juventude em mosaico: as formas de consumo dos jovens da Mangueira*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

Pela violência registra-se sutilezas que permeiam a questão da violência/consumo nas comunidades, como um jogo de espelhos envolvendo os trabalhadores, os bandidos e as estratégias policiais. Pela ideologia do consumo é que se expressa fundamentalmente a falsa harmonia social e a falsa democracia que o ato de consumir nessas condições encerra. O labirinto se desenha, portanto, com aquele com quem eu conto e com quem eu não posso contar.

É também entendido por alguns pesquisadores que a política para juventude toma como eixo o tripé educação, qualificação profissional e cidadania, subordinados aos princípios da acumulação capitalista.

Há um esforço entre os pesquisadores do Serviço Social em fazer a análise das produções acerca da temática, sempre tendo como eixo de análise a compreensão das principais formulações a respeito da juventude, bem como as suas particularidades na realidade brasileira, tomando como eixo principal para sua apreensão a perspectiva das expressões da “questão social” sobre a condição juvenil.

Segundo Silva⁶⁷ (2009), a partir desse debate, a análise da construção da Política Nacional da Juventude toma como pressuposto ser uma resposta às manifestações da “questão social”, mediada pelas características históricas do processo de constituição das políticas sociais brasileiras e pelas inflexões das novas exigências do modo de produção capitalista, a partir da ofensiva neoliberal e do processo de reestruturação produtiva, no contexto sócio-histórico engendrado no pós-1970.

O binômio “inclusão/exclusão social” e o “protagonismo juvenil” são apresentados como os principais eixos que orientam a política, sendo relevante a compreensão do seu significado no contexto das ações voltadas para a juventude.

⁶⁷ SILVA, Wilaine Pereira da. *A materialização da Política Nacional de Juventude através do PROJOVEM: uma análise do processo de construção do Programa e sua particularidade no município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Os resultados das pesquisas apontam, de forma geral, para uma forte preocupação dos jovens com relação à violência no cotidiano do bairro e com a imagem tecida no imaginário social urbano de bairro “perigoso”, “violento”. É também possível perceber a diversidade de grupos sociais, em geral relacionados com igrejas e atividades culturais, os quais são importantes catalisadores de envolvimento da juventude com o bairro.

A leitura das teses e dissertações do Serviço Social demonstra uma preocupação em retratar o trabalho profissional do assistente social, inserido na política pública de assistência social no atendimento de crianças, adolescentes e jovens, mas fica evidente um esforço em relatar o que está programado nos documentos normativos de execução das políticas, ou seja, em síntese, é reflexão de um profissional programático que executa suas ações de forma pragmática⁶⁸.

⁶⁸ A professora Dra. Aldaíza Sposati vem fazendo esse debate em suas aulas no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.

O que se verificou com esta análise, que não ultrapassa a condição de ensaio no desenho de caracterizar o estado da arte sobre a juventude, é que, de fato, há diferentes entendimentos sobre o que é a juventude, e que há uma tendência a tratar a juventude, ou como uma fase da vida em que o jovem pode ser tratado como rebelde, ou mesmo como sendo o jovem um sujeito alienado que não questiona, não participa da vida social. Há também uma tendência a se fazer exames comparados entre o jovem contemporâneo e o jovem dos anos 60, 70 e 80 que, revolucionário por conta da articulação do movimento estudantil com os demais movimentos sociais com objetivo de acabar com a ditadura, mas que tinha à frente dessa articulação predominantemente a juventude burguesa, uma vez que era a burguesia que, nesse momento histórico, estava nas universidades, com pouca incidência da classe trabalhadora.

Os estudiosos das quatro áreas em destaque constroem objetos de estudos diferentes sobre a “juventude”, e isto fica muito patente quando se analisa os estudos do Serviço Social, que partem da juventude como categoria de análise, mas analisam as políticas públicas que vêm sendo executadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal. Porém muitos desses estudos preocupam-se mais em entender a operacionalização da política e não tanto com a avaliação do que vem sendo realizado pelos jovens. É certo que há uma tentativa de dar voz aos sujeitos “jovens”, mas na verdade ocorre também uma análise enviesada e determinista que considera que o jovem que não adere ao que vem sendo proposto pelas políticas públicas é tido como o “rebelde sem causa” ou o “jovem sem perspectiva”.

Nas Ciências Sociais, as análises se apresentam com influência americana da escola de Chicago ou da escola francesa, que coloca o jovem sempre como o sujeito rebelde que questiona e tenciona os mais velhos, numa tentativa de ruptura com o passado e uma possibilidade de construção de um futuro incerto. Ou seja, quando esse jovem questiona o velho, estaria questionando sua própria vida, seu próprio futuro, negando aquilo que ele não quer para sua vida?

A Psicologia faz reflexões voltadas para as questões subjetivas, trata também desse debate, enfatizando que o jovem é um sujeito que precisa de

um tempo para se construir como sujeito autônomo e crítico de sua história. Esse sujeito necessitaria de rupturas para poder se colocar na sociedade contemporânea como sujeito protagonista de sua história.

No conjunto do exame das pesquisas, percebe-se que os jovens não são colocados como protagonistas de fato, na sociedade. Na maioria das vezes, não são ouvidos e, quando são, o que eles dizem não é respeitado enquanto a expressão de suas necessidades. O seu protagonismo, quando estimulado, não é potencializado por aqueles que estão atuando com essa população. E não o fazem por limites de suas intervenções e encaminhamentos, ou mesmo por desentendimento do profissional do que é para ser feito, uma vez que, se não estiver programado no projeto, ele não operacionaliza.

Para se entender como as políticas sociais estão organizadas, é preciso realizar uma análise do processo de construção dessas políticas e de como o jovem é entendido por aqueles que estão pensando possíveis lugares de apoio para sua caminhada no labirinto da vida.

CAPÍTULO III

NO LABIRINTO FRENTE ÀS POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO

“A argila fundamental de nossa obra é a juventude. Nela depositamos todas as nossas esperanças e a preparamos para receber a bandeira de nossas mãos.”

Che Guevara

3.1. Entendendo possibilidade de acesso

A preocupação neste capítulo é a de identificar como historicamente as políticas públicas para a juventude foram se constituindo e demonstrar se os projetos e programas sociais pensados para a execução das políticas de atendimento à juventude podem ser considerados como lugares de proteção social.

Segundo dados do Censo IBGE 2010, a população jovem é de aproximadamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras, ou pouco mais de 25% da população do país. Atualmente, essa “onda jovem”⁶⁹ se traduz em um fenômeno igualmente importante, denominado “bônus demográfico”, no qual o peso da população economicamente ativa supera o da população dependente – crianças e idosos⁷⁰. Esse bônus torna-se um ativo importantíssimo na economia e na cultura do país, o que também poderá se traduzir em desafios para a luta política na garantia de direitos.

O momento atual é um momento de incertezas e inseguranças, pois, mesmo os indicadores, ao mostrar que vivemos um período de crescimento econômico, mostram também que vivemos um período de incertezas.

Segundo Yazbek (2003):

Vivemos tempos de incertezas. Momentos, muitas vezes além de nossa capacidade de explicação e compreensão, em que uma nova configuração da paisagem humano/social emerge na sociedade brasileira e no mundo. Contornos econômicos, ideológicos e geopolíticos, entre outros, modificam-se aceleradamente. Novos fatos insistem em mostrar um outro

⁶⁹ O termo “Onda Jovem” é usado pela Secretaria Nacional de Juventude para identificar esse momento histórico em que a juventude ganha destaque nas ações do Governo Federal. Ver mais detalhes em: <www.juventude.gov.br>.

⁷⁰ Houve redução da taxa de desocupação em todos os grupos etários. Para os jovens com idade entre 16 e 24 anos, apesar da redução, a taxa continuou superior às taxas verificadas para a população de 25 anos ou mais de idade. (PNAD – Síntese dos Indicadores, 2011).

tempo. Tempo em que, apesar do desenvolvimento e do progresso tecnológico dos últimos anos se convivem com a fome (YAZBEK, 2012⁷¹, p. 13).

Esse importante passagem da professora Yazbek (2012) faz refletir sobre a juventude no processo atual de desenvolvimento do capital e sobre a forma cruel com que a divisão social daquilo que é produzido pela classe trabalhadora está cada vez mais distante de si, gerando cada vez mais lucro àqueles que detêm a concentração de riqueza do país.

A opção desta pesquisa por centrar o olhar sobre a classe trabalhadora se justifica por querer entender como os jovens, filhos de trabalhadores assalariados (formais e informais), desempregados ou mesmo aqueles que, conforme Antunes (2007), “nunca estiveram empregados”, entendem o sentido da proteção, e vivem em um mundo que chama para o consumo de forma exacerbada, mas que não possibilita o ingresso no mundo do trabalho.

Em um país onde o *slogan* é: “País rico é país sem miséria”, as desigualdades existentes são fortemente incidentes em relação à população mais vulnerabilizada, mesmo com o incremento de políticas públicas que têm, ou deveriam ter, a intenção de diminuir esse abismo social existente.

Digo isto contrariando tudo o que vem sendo produzido por acreditar que, mesmo com tantas ações sendo propostas e executadas, ainda não se tem a cultura sólida e enraizada de que direito, de fato, é para todos, de que políticas públicas devem chegar a todos de forma universal, como preconiza a CF 88, o documento maior que expressa o esforço de um conjunto de pessoas que, primando pela democracia, a redigiram e promulgaram.

Há um contingente populacional no país que vive em situação de extrema vulnerabilidade, exposto aos mais diversos riscos sociais e pessoais e sem acesso a benefícios e serviços através dos programas e políticas sociais.

⁷¹ Yazbek, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 110, São Paulo, abr./jun. 2012.

Esses benefícios, por sua vez, são insuficientes para dar conta de atender as necessidades mínimas do indivíduo em situação de extrema pobreza. Sem que, com isso, seja levantada a bandeira de que o governo distribui esmolas à população necessitada, é preciso enfatizar que viver somente com o benefício por mês contribui apenas no diminutivo do mínimo necessário para a precária sobrevivência de milhões de pessoas. Certamente, é preciso deixar registrado que, mesmo sendo mínimo, não se pode perder esse direito. No entanto, deve-se discutir o quanto é o mínimo que uma família necessita para viver dignamente, para poder exercer sua cidadania de forma plena.

Segundo Salvador (2009), no Brasil, a Seguridade Social, ainda que de forma limitada, guarda algumas semelhanças com o conteúdo e com a orientação das políticas do Estado Social dos países centrais. Porém, as características do nosso mercado de trabalho, com o predomínio de relações informais de trabalho a partir dos anos de 1980 e a elevada concentração de renda, tornam mais difícil a universalização dos benefícios sociais.

Para Sposati (2006), Saúde, Previdência e Assistência Social, enquanto tripé constitutivo da Seguridade Social brasileira, propõem-se, pela Constituição Federal de 1988, a serem universais e equivalentes para populações rurais e urbanas, irredutíveis em seus benefícios, com caráter democrático e descentralizado na gestão. Entre a proposta e a realidade há, todavia, uma grande distância.

Ainda segundo Salvador (2009), as políticas de Saúde, Previdência e Assistência Social passam a ser regidas por novos princípios e diretrizes, associando ao mesmo tempo universalidade e seletividade, centralização e descentralização, distributividade e redistributividade, gratuidade e contributividade. A Saúde orienta-se por princípios como universalidade, gratuidade, redistributividade e descentralização. A política de Assistência Social rege-se pelos princípios da seletividade, gratuidade, redistributividade e centralização na gestão de benefícios que são geridos pelo INSS (um salário mínimo para idosos com mais de 65 anos e para pessoas pobres com deficiências) e da descentralização para os projetos de serviços. A Previdência,

por sua vez, continua a ser um seguro de trabalhadores e empregadores e sua gestão é centralizada no governo federal.

Para Sposati (2006):

[...] vai enfatizar que cada um desses elementos particulariza ou seleciona como demanda um segmento da população brasileira. Assim a saúde um direito de todos (art. 196); a previdência social atende aos que lhe são contributivos (art. 201); a assistência social é prestada aos necessitados (art. 203) ou aos desamparados (art. 6º). Diferente da extensiva universalidade da saúde e do seletivo critério jurídico-contábil da previdência social, a assistência social usa um critério particular, o mérito ou o valor da necessidade, para definir sua demanda. Logo, não é qualquer um que se credencia aos serviços da assistência social, mas só aqueles a quem a sociedade reconhece como necessitados e desamparados. (SPOSATI, 2006, p. 75).

Apontar a questão da forma como está organizada a política social brasileira nos direciona a discutir um ponto central no que se refere à universalização proposta pela Constituição Federal (art. 5) e também direciona o olhar para a questão do acesso. Trata-se de escolhas necessárias: se quer refletir sobre como estão vivendo as famílias de trabalhadores que vivem abaixo da linha da pobreza, no contexto de desigualdade deste país.

Uma questão polêmica que sempre é posta nas discussões sobre a universalização das políticas públicas está no campo do financiamento e no processo de tributação dos impostos pagos por todos. É notória entre os estudiosos a urgência de uma reforma tributária no Brasil.

Segundo Salvador (2009):

[...] a reforma tributária, que foi decisiva para a redistribuição de renda gerada por meio dos fundos públicos nos países desenvolvidos, aqui não aconteceu. A Constituição Federal até

estabelece princípios e diretrizes que permitiriam a edificação de um sistema tributário mais justo. Contudo, tais orientações não prevalecem e o sistema tributário construído pós-Constituinte foi no caminho oposto, com alterações sorrateiras na legislação infraconstitucional que privilegiam as elites e o grande capital, agravando a concentração de renda no país. Além de contribuir decisivamente com as políticas macroeconômicas adotadas após o Plano Real, notadamente a realização de sucessivos superávits primários a partir de 1999 (SALVADOR, 2009, p. 47).

Importante o destaque do autor para que se possa descortinar o cenário brasileiro que se forma pós-constituente, uma vez que o processo democrático aberto no país no final dos anos 1970 e que adentra os anos 1980 tem o protagonismo dos movimentos sociais que demonstram claramente o acirramento da luta das classes sociais. Nessa direção, o documento constitucional, com todas as suas limitações, tem avanços no sentido de garantir à classe trabalhadora direitos, e esses direitos são colocados de forma universal, sem privilegiar ricos ou pobres.

Mas, ainda segundo Salvador (2009):

A correlação da luta de classe no país, no contexto do neoliberalismo, foi desfavorável aos trabalhadores e decisiva para o predomínio dos impostos indiretos e regressivos na estrutura tributária, o sistema tributário foi edificado para privilegiar a acumulação capitalista e onerar os mais pobres e os trabalhadores assalariados, que efetivamente pagam a “conta”. Eles são os maiores responsáveis pelo financiamento do Estado brasileiro, arcando com o ônus de mais de 2/3 das receitas arrecadadas pela União, estados, Distrito Federal e municípios. As aplicações financeiras são menos tributadas que a renda dos trabalhadores assalariados. O capital foi o maior ganhador do sistema tributário construído nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula. O sistema financeiro paga menos impostos que o restante da sociedade. E, ainda, as medidas tomadas enfraqueceram o combate à sonegação tributária. (SALVADOR, 2009, p. 48).

Esse debate sobre as questões de tributação de impostos e do financiamento de políticas públicas faz-se necessário para se entender a questão do acesso referido acima, pois, uma família cuja composição é de cinco membros em média (pai, mãe e três filhos), que tem uma renda mensal superior a dez salários mínimos, que paga escolas particulares, convênio médico e odontológico, custeia atendimento psicológico, formação em outro idioma, todos esses gastos com seus filhos que saem do seu ordenado e que deveriam ser garantidos pelo governo, essa camada usufrui de um benefício, que está posto no momento em que essas famílias vão prestar sua declaração de imposto de renda, pois todo gasto com saúde e educação é deduzido do imposto que deveria ser pago. E esse montante que volta às famílias, se somado e dividido por mês, registra valor muito maior que o benefício de transferência de renda que muitas famílias de classes trabalhadoras recebem do governo (SPOSATI, 2010).

No entanto, há também que se destacar que o acesso a essa tributação e declaração de prestação de serviços públicos realizados no âmbito privado passíveis de dedução, como educação e saúde, são também, segundo estatísticas da Receita Federal (2011), fonte das maiores incidências de inconsistência nas declarações de imposto de renda pessoa física. No que se refere às declarações de pessoas jurídicas, as discussões sobre sonegação são muito mais alargadas e requerem um esforço muito maior, o que não é o foco desta pesquisa.

Mas cabe aqui apenas sinalizar, conforme afirma Salvador (2009):

[...] a compensação fraudulenta de créditos tributários no país é um problema grave do sistema tributário, pois, o prazo atual já exíguo. A Lei 10.833, de 2003, estabelece um curtíssimo prazo de cinco anos para a Receita Federal apreciar a compensação tributária declarada; findo tal prazo, sem a devida apreciação, todo o procedimento estaria tacitamente homologado. Assim, qualquer modificação no sentido de acelerar ainda mais a apropriação de créditos tributários poderá ser um incentivo à fraude fiscal. Os resultados da fiscalização da Receita Federal revelam que a compensação fraudulenta de créditos tributários é o principal motivo de atuação do fisco (SALVADOR, 2009, p. 49).

Salvador (2009) também mostra que um dos maiores desafios para o sistema tributário brasileiro é recuperar os preceitos constitucionais de justiça social e tributária. A CF 88 estabelece alguns princípios de justiça tributária que devem ser observados pelo legislador, sendo que a solidariedade está subjacente a todos os princípios tributários: a isonomia, a universalidade, a capacidade contributiva, a essencialidade e a tributação, que deve ser preferencialmente direta, de caráter pessoal e progressista.

O autor diz também que:

[...] esses princípios não são respeitados no que diz respeito ao financiamento da seguridade social. A identificação das bases econômicas das fontes de financiamento da seguridade social mostra que menos de 10% das receitas destinadas as políticas de previdência, assistência social e saúde tem origem na tributação da renda do capital [...] não há nenhuma fonte de custeio da seguridade social que tenha como base a incidência ao patrimônio. A maior parte da aceleração é feita por tributos que incidem sobre o consumo de bens e serviços ou sobre a contribuição direta dos próprios benefícios das políticas, particularmente a da previdência social. As fontes de receitas que têm características de tributação direta são limitados na sua progressividade, como é o caso da contribuição dos trabalhadores à previdência social. Portanto, quem sustenta a seguridade social no Brasil são os trabalhadores e os mais pobres, impondo limites na capacidade redistributiva do Estado Social, revelando que são os próprios beneficiários que pagam o custo das políticas que integram a seguridade social. (SALVADOR, 2009, p. 52).

A juventude brasileira pode ser dividida entre aquela que acessa o consumo, o processo de escolarização/formação, a cultura, a saúde, o esporte e o lazer, mas com uma cisão importante no recorte de classe: os jovens da classe dominante acessam todos esses itens de forma privatizada, ou mesmo pública, e têm os custos desse acesso, no caso da educação e da saúde, devolvidos às suas famílias no momento em que a declaração dos rendimentos

e gastos realizados no ano são entregues à Receita Federal, quando essas famílias acessam o direito de restituir o custo, o que ocorre de forma universal, pois todos recebem essas restituições.

As famílias da classe trabalhadora, porém, acessam essas políticas na exclusividade de oportunidades dadas pelos governos municipal, estadual e/ou federal. Também recebem do governo benefícios de transferência de renda, no entanto, esses benefícios não atendem a universalidade de demanda existente: há uma lógica de triagem da pobreza, de não acesso às políticas de cultura, esporte e lazer pela existência precária ou mesmo pela inexistência de oferta, e, no caso da saúde e da educação, o cenário é precarizado e o alcance dessas pessoas também é precarizado em suas múltiplas expressões.

É preciso lembrar que todo benefício financeiro em uma sociedade marcada por uma política tributária regressiva faz com que o impacto dos impostos nos produtos reduzam o valor real do benefício. Estima-se que no Brasil essa dedução atinja 40% do valor do benefício. Portanto, boa parte do custeio do benefício retorna para o Estado na forma de imposto (SPOSATI, 2010).

Ainda segundo Sposati (2010), confrontando a questão da reprodução das desigualdades sociais pelas políticas sociais, é interessante considerar que, pela legislação tributária e com aplicação para 2010, temos duas constatações: a base de cálculo para o Imposto de Renda é de R\$ 1.499,16; cada criança e dependente até 21 anos (com extensão para 24 anos) tem cobertura de despesa de R\$ 1.808,28/ano ou R\$ 150,69/mês.

QUADRO 6 – Cobertura Bolsa família – Salário Família

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA		SALÁRIO FAMÍLIA
Idade dos filhos	Até 17 anos	Até 14 anos sem limites do número de filhos
Remuneração dos pais	Até R\$120,00 <i>per capita</i> +/- US\$ 65	Até R\$ 798,30 +/- US\$ 443,5 (cada um dos pais) <i>per capita</i> +/- R\$250,00 ou US\$100
Benefício	R\$ 22,00 ou US\$12/mês e até 3 filhos	R\$ 27,24 ou US\$15/mês \ criança quando o pai/mãe recebe até R\$51,12 (US\$295), R\$19,19 ou US\$10 quando o pai/mãe recebe até R\$798,30 +/- US\$443 ou <i>per capita</i> de US\$110/mês.
	Filho com 16 e 17 anos R\$33,00 ou +/- US\$18	
	Benefício básico à família R\$ 68,00 ou +/- US\$38 quando o <i>per capita</i> /mês for até R\$60,00 ou +/- US\$33	

Fonte: Decreto Federal Nº6917 de 30/07/2009 e Portaria Interministerial MPS/MF Nº 350, de 30/12/2009.

Destas duas constatações verifica-se que as crianças cuja renda família *per capita* for menos do que R\$375,00 ou cerca de US\$ 208/mês ou 7 dólares/dia são consideradas como um padrão de sustento básico. Lembramos que o Benefício do Bolsa Família é de 40 centavos de dólar/dia. Para chegar aos 7 dólares faltariam 6,6 dólares. Do mesmo modo, o Salário Família é de 90 centavos de dólar/dia. Faltariam, portanto, 6,1 dólares/dia a ser promovido pela família. Ocorre que o salário

mínimo cobre 2,3 dólares/dia criança. Portanto, temos uma discrepância no que é básico para a atenção a uma criança ou um jovem brasileiro. Aqui não se está considerando que o imposto de renda permite ainda a dedução de R\$2.830,84 por dependente para instrução e valor ilimitado para a saúde. Portanto, as crianças cujos pais têm maior renda usufruem de melhor padrão com isenção do Estado. Ressalta-se que o PBF e o SF alcançam crianças com per capita de R\$67,00 a R\$200,00. Isto é, US\$111,00. Portanto, as crianças e adolescentes que vivem em famílias cuja renda per capita se situa no intervalo entre US\$11,00 e US\$208,00 renda per capita não têm cobertura por programas governamentais. (SPOSATI, 2010, p. 134).

Logo, a escolha do recorte de classe para este estudo se faz para se poder entender como os jovens da classe trabalhadora têm acesso às políticas sociais e também entender como esses jovens constroem elementos de proteção, ou seja, como esses jovens entendem a capacidade de criar elementos de proteção para suas vidas.

Como foi apresentado no capítulo anterior, a questão da juventude tem várias vertentes no que se refere à sua concepção. Uma corrente trata da temática analisando a juventude como uma categoria relacionada com o ciclo de vida, ou com uma faixa etária, que historicamente varia conforme a indicação societária posta pelo ideal capitalista. Outra vertente analisa a juventude como uma concepção subjetiva, um estado de espírito inerente a todas as fases da vida, marcada pela trajetória de vida com atitudes propositivas, inovadoras e, com isso, se associam essas atitudes a um “espírito jovem”.

3.2. Entendendo possibilidade de proteção

Por juventude entende-se um período do ciclo da vida que está diretamente relacionado ao desenvolvimento humano, marcado pela inicial construção de alicerces da vida adulta. No entanto, pelo que se analisou, os jovens encontram-se em um labirinto: não com um formato plano e limpo, como horizontes, onde os alicerces são possíveis de serem pautados pela clareza do que será sugerido. Pautam-se alicerces e, em geral, com definições que não exigem necessariamente o conhecimento dos meios a serem empreendidos no percurso: no labirinto, as possibilidades de construir alternativas para que o alicerce seja sólido exigem mais desafios, pois há mais incertezas.

Implantar alicerces, no sentido de consistência, tem relação direta com os acessos que possibilitem a constituição de sujeitos autônomos, independentes, emancipados, como é proposto por todas as políticas públicas: educação, cultura, lazer, esporte, trabalho e renda, assistência social, entre tantas outras que são destinadas, em especial, ao jovem oriundo da classe trabalhadora, que vive em territórios vulneráveis nas periferias das grandes cidades, ou mesmo nas regiões rurais deste país.

Para SNJ, “o reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção social”.

Essa condição, para a construção da autonomia e da independência da pessoa, se dá em um ambiente de acentuado conflito entre os anseios e as múltiplas desigualdades vividas pelos jovens, segundo recortes diferenciados de classe, gênero, etnia, renda familiar, região de moradia, orientação sexual, presença ou não de deficiência, etc.

Historicamente no Brasil os destinatários das políticas públicas voltadas à área social ocupam apenas a posição de beneficiários, contemplados com

serviços ou bens que lhe são reservados, sem que nenhuma expressão lhe seja conferida. As políticas públicas destinadas aos jovens não fugiram a esse padrão, sendo marcadas por ações que oscilam entre a tutela e o assistencialismo e que, de forma recorrente, traduzem a visão do mundo adulto sobre o que é importante ou necessário para a juventude.

Segundo a Cepal (2000), na América Latina, enfatizou-se a relação entre juventude e política para a educação no período de 1950 e 1980, com iniciativas voltadas à profissionalização e ocupação produtiva do tempo livre que favorecessem sua integração à sociedade. Mas, a partir dos anos de 1960, o Estado voltou-se para a relação entre juventude e segurança nacional: o surgimento de movimentos estudantis e agrupamentos políticos que envolviam jovens universitários alinhados pela Teologia da Libertação da Igreja Católica e mobilizados para o enfrentamento das ditaduras militares provocou forte reação de controle político por parte do Estado. No final dos anos 1980, o controle estatal expandiu-se e o foco passou a ser as relações entre juventude e violência e juventude e drogas.

Na década de 1990, os jovens começaram a ganhar mais espaço nas políticas públicas sociais, no âmbito do poder público, das organizações sociais e dos sindicatos, muitas das quais direcionadas aos segmentos juvenis considerados problemáticos ou em situação de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo em que crescia a proporção de jovens em relação ao conjunto da população brasileira, eles ganhavam visibilidade pública, principalmente pela condição de vítimas ou protagonistas de problemas sociais decorrentes do aprofundamento das desigualdades sociais, que redundaram da escalada das políticas neoliberais no país.

Segundo Sposito (2008), vive-se nas últimas décadas mudanças modernizadoras, muitas vezes induzidas, que convivem com o arcadismo de práticas e de instituições que alimentam relações de poder e valores enraizados em estruturas oligárquicas que nos configuram como uma “sociedade lenta” (apud MARTINS, 1994). Por essas razões, as relações sociais no presente traduzem datas e processos históricos diversos.

Ainda segundo Sposito (2008):

[...] vivemos no campo das políticas de juventude, tempos sociais simultâneos. Não usufruímos de políticas sociais de caráter universal, assegurando direitos básicos trazidos pela modernidade, e já vivemos, contraditoriamente, os dilemas das novas formas de sociabilidade e de constituição da subjetividade no interior do movimento de globalização que constitui as sociedades atuais. Ainda não foi garantido aos jovens brasileiros um patamar satisfatório de acesso ao sistema educativo, o que situa o Brasil em praticamente universalizaram o acesso ao ensino médio, contemplando os maiores índices de matrículas no ensino superior. Por outro lado, apesar da redução do trabalho infanto-juvenil ainda exprime uma outra feição de nossos arcadismos, ao lado de um conjunto não desprezível de adolescentes pobres, analfabetos e com atraso escolar. (SPOSITO, 2008, p. 58).

A autora nos provoca a entender como chegamos ao que temos hoje no que se refere às Políticas Públicas para Juventude. Um dos exemplos mais importantes da sociedade brasileira reside nas lutas em torno dos direitos da infância e da adolescência e está expresso na conquista de um novo ordenamento jurídico-legal – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O movimento em torno dos direitos desses segmentos constitui um novo significado para a fase da vida – a infância e a adolescência –, ancorado em uma concepção plena de direitos e em contraposição às imagens dominantes que atribuíam às crianças pobres uma condição de existência inferior, pois a elas a atribuição depreciativa incidia sobre a sua condição de “menor”, “infrator” ou “delinquente” (SPOSITO, 2008).

Os problemas da juventude passaram a fazer parte da agenda social a partir da década de 1990. Nesse momento histórico, as mudanças nas estruturas produtivas mundiais e a intensificação da violência, assim como as políticas de flexibilização de direitos trabalhistas e enxugamento do Estado, atingiram particularmente os jovens.

Naquela década, foram principalmente as igrejas e as organizações que se encarregaram de projetos sociais voltados para os jovens considerados em “situação de risco”. Nos anos seguintes, enquanto desdobramento dessas ações, e também como fruto da atuação de grupos juvenis, em alguns governos locais surgiram as primeiras iniciativas de criação de órgãos de juventude. Tais experiências, entre acúmulos e interrupções, foram colocando na pauta as demandas juvenis e a necessidade de instituir políticas públicas que garantissem a entrada do tema na agenda governamental.

As normativas legais constituídas após o ECA constituem o sistema de garantia de direitos, logo, entendendo que já existe um acúmulo de produção teórica acerca do exame historiográfico das Políticas Sociais da Infância e Juventude⁷², faremos uma breve retomada histórica de como o Brasil vem constituindo suas políticas públicas e de como isso implica diretamente nos encaminhamentos para a elaboração e execução das políticas públicas para a juventude na atual conjuntura.

Progressivamente, a juventude deixou de ser entendida apenas como fase de transição entre a adolescência e a vida adulta ou como um problema social ameaçador para sociedade. Vários fatores contaram para o reconhecimento da juventude como sujeitos de direitos que demandam políticas públicas específicas.

Sposito (2008) em seus estudos aponta que as políticas públicas em sua acepção mais genérica – a ideia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos) – envolve uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Essa noção, do mesmo modo, não reduz a política à implantação de serviços e nem ao eixo da articulação de programas e ações, embora esses dois aspectos possam estar nela contidos. Desse modo, o termo compreende a dimensão ético-política dos fins da ação, e deve se aliar, necessariamente, a um projeto de desenvolvimento econômico-social e implicar formas de relação do Estado com a sociedade.

⁷² Ver: Sposito, Ayres, Abramovay, Abramo e Ruas.

Já Ruas (1998, p. 731) opta pela definição de políticas públicas como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. A análise de Sposito (2008) contrapõe a ideia de “problemas políticos” à expressão “estado de coisas”: somente quando se alcança a condição de problemas de natureza política ocuparem a agenda pública é que algumas demandas sociais abandonam o “estado de coisas”.

Nessa perspectiva, a análise das políticas públicas de juventude compreende, por sua vez, o exame dos modos a partir dos quais se dá a interação entre o Estado e a sociedade civil na sua constituição, implantação e avaliação. Inscreve-se, também, sob uma perspectiva democrática, no campo de conflitos entre atores que disputam orientações na esfera pública e negociam as ações e os recursos destinados à sua implantação.

O exame das políticas públicas para a juventude requer uma outra dimensão expressa no modo como os grupos que disputam sua formulação concebem os sujeitos dessas ações: os jovens. As produções teóricas das diferentes áreas do conhecimento mostram um elo de análise sobre a juventude, na medida em que consideram os jovens como sujeitos em desenvolvimento que, por pertencerem à classe trabalhadora e não terem acesso a políticas públicas de qualidade para seu desenvolvimento (o que lhes garantiria pleno consumo e status de “ter para ser”), marginalizam e não dão voz a esses sujeitos.

Para efeito de análise das políticas de juventude, Abad (2002) propõe também uma distinção importante entre a condição (modo como uma sociedade constitui e significa esse momento do ciclo da vida) e a situação juvenil, que traduz diferentes percursos nos labirintos da vida, experimentados pela condição juvenil a partir dos mais diversos recortes: classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana.

Ruas (1998, p. 731), ao afirmar que a política pública se destina à resolução de problemas políticos, envolve a atividade política enquanto um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos.

Para que um estado de coisas se transforme num problema político e passe a figurar como item prioritário na agenda governamental, faz-se necessário que apresente pelo menos uma das seguintes características: mobilize uma ação política de grande ou pequenos grupos ou de atores individuais estrategicamente situados; constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe e constitua uma situação de oportunidade para atores politicamente relevantes. Essas são as condições que levam ao primeiro momento ou fase das políticas públicas: a formação da agenda (RUAS, 1998, p. 733).

Segundo Leon (2008), ao se seguir essa sequência, tentando não cair num mecanicismo, não seria qualquer questão que finalmente conseguiria transformar-se em problema político como “janela” de entrada do sistema político e social. É preciso se desnaturalizar, isto é, deixar de ser percebido como “um estado de coisas” e transformar-se em problema político, que pode dar passagem ao delineamento de um futuro desenho e à formulação de uma política pública, em que serão vistas as melhores alternativas e a viabilidade. Segundo Ruas (1998, p.731-733), as fases seguintes do processo são a implementação e a avaliação.

Por sua vez, Ortiz e Salamanca (2000), pensando numa política pública dirigida aos jovens, assinalam que esta:

Deve satisfazer três funções básicas: identificar, priorizar e recomendar as ações e programas sociais, para satisfazer as demandas e necessidades da população jovem. Para isso, torna-se necessário desenvolver, além disso, funções de coordenação técnica e assessoria no nível executivo, como trabalhos de gestão político-programática com os diferentes setores do governo, e o monitoramento de iniciativas programáticas destinadas aos jovens (ORTIZ; SALAMANCA, 2000, p. 3).

Avançando nos estudos de Sposito (2008), ela discrimina como primeiro eixo para uma volta para os jovens: o conjunto de concepções sobre a juventude, em que estariam radicadas as orientações dominantes que alicerçam as práticas políticas. Embora seja possível considerar que as orientações e imagens socialmente construídas sobre a juventude reflitam relações de poder estabelecidas – a partir de hierarquias econômicas, culturais e de idade – e tendam a negar a diversidade de situações, tais orientações e imagens são campo de disputa não só em torno das modalidades de ações, mas, em torno dos significados atribuídos à condição juvenil.

Internacionalmente, a discussão mais efetiva sobre a importância do segmento juvenil dentro das políticas públicas surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1965, na Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Cooperação entre os Povos. Essa temática retorna e ganha maior visibilidade em 1985, com a instituição pela ONU do Primeiro Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Somente dez anos depois, em 1995, foram construídas as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude, por meio do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981. Posteriormente, destacam-se a Declaração de Lisboa sobre a Juventude, lançada após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, em 1988, e o Plano de Ação de Braga, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas (IPEA, 2009).

No Brasil, é possível considerar o Código de Menores, sancionado em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto nº17943, como o marco legal que deu início à ação de Estado em políticas para a juventude. Sob a inspiração desse Código, foram criados, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNSBEM), responsável pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). A concepção político-social implícita nessa lei era de um instrumento de controle social da infância e da adolescência, vítima de omissão e transgressão da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos. Conforme a

UNESCO (2004), a lógica que fundamentava a Política Nacional do “Menor” era a do “saneamento social”, pois a preocupação principal era com a garantia da ordem social e não com o atendimento das necessidades e direitos desse segmento social. Nessa direção, Motta Jr. (2001) observa que:

Para adequar o Código de Menores ao Código Penal de 1940, o Decreto Lei nº 6026, de 24/11/1943 dispôs “sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais”, que distinguia os menores infratores de 14 a 18 anos em duas classes, conforme demonstrassem ou não periculosidade (MOTA JR., 2001, p. 147).

O reconhecimento da necessidade de políticas públicas de caráter geracional para a juventude, tendo como diretrizes a concepção de adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, é recorrente. Esse cenário acaba instaurando outro paradigma da relação entre Estado e sociedade civil, na construção da esfera pública, caracterizado pelo antagonismo, pela correlação de forças e pela resistência, mas, sobretudo, pela possibilidade de aproximação, negociação e atuação conjunta.

No Brasil, o reconhecimento da criança e do adolescente como prioridade nacional foi uma conquista dos movimentos sociais iniciados a partir dos anos de 1980, que culminaram com a realização, em 1985, do Encontro Nacional de Grupos de Trabalhos Alternativos e a criação do Movimento Meninos e Meninas de Rua (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006). Finalmente, em 1988, a Constituição Federal incluiu, no art. 227, crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Por parte do Governo Federal, esse tema passou a ganhar força a partir de 1989, quando o Brasil, um dos países signatários da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança, comprometeu-se a adotar medidas para efetivar os direitos reconhecidos por essa Convenção. A instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,

Lei nº 8069), em junho de 1990, representou um grande avanço na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Embora os termos jovem e juventude não tenham sido inseridos no artigo referente aos direitos e garantias fundamentais da Constituição de 1988, nem no ECA, no qual aparece apenas a categoria adolescentes, incluindo somente os jovens da faixa etária dos 15 aos 18 anos incompletos, esses instrumentos serviam de suporte para o estabelecimento de condições legais na “reformulação das políticas públicas em favor da infância e juventude” (LOPES; SILVA; MALFITANO, 2006, p. 119). É importante salientar que, mesmo atendendo somente a uma parcela da população jovem, os adolescentes, com a criação do ECA, em 1990, a juventude começou a ter maior visibilidade e atenção das políticas públicas.

O Brasil passou a adotar uma nova cultura jurídica, pois, pela primeira vez em nossa história, as crianças e os adolescentes deixaram de ser objetos e se tornaram sujeitos de direitos. O ECA substituiu a doutrina da situação irregular pela doutrina da proteção integral.

Porém, apesar dos avanços conquistados, os governos e a sociedade continuaram focalizando as suas ações nos adolescentes dentro da faixa etária do ECA e naqueles excluídos de seus direitos sociais (SPOSITO; CARRANO, 2008). Os jovens acima dessa faixa etária, contudo, pouco se têm beneficiado de políticas específicas, sendo atendidos pelas políticas públicas voltadas para a comunidade em geral.

Em 1995, dez anos após a celebração do Ano Internacional da Juventude, a ONU propôs aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude. Essa estratégia foi substanciada no PMAJ, aprovado pela Resolução nº50/1981 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

No Brasil, o grande divisor de águas no olhar dos gestores públicos para as políticas públicas para a juventude foi a repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos (em 1997), que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média. Esse assassinato configurou o evento culminante de

uma série de outros episódios anteriores, como o de adolescentes na igreja da Candelária, no Rio de Janeiro (em 1993) e as rebeliões no interior de várias unidades socioeducativas. Esse conjunto de acontecimentos favoreceu o desencadeamento de algumas ações públicas especificamente dirigidas para os segmentos juvenis.

Importante destacar que no início da década de 1990 alguns programas governamentais dirigidos aos jovens foram desenvolvidos na área da saúde, especialmente na prevenção das DST/AIDS, drogas e gravidez precoce. Mas foi a partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999 – 2002) que começaram a ser implementadas ações do governo federal em parceria com os estados, prefeituras e organizações da sociedade civil dirigidas à juventude. No final da década, o reconhecimento do aumento do desemprego e da violência envolvendo, sobretudo, os jovens das periferias das grandes cidades provocou o aparecimento de programas, com intencionalidade explícita de promover a inclusão social, voltados para segmentos específicos, considerados em “risco social”.

A pesquisa realizada por Sposito (2003) identifica dezoito programas federais para jovens⁷³, entre outros que também abrangeriam distintas faixas etárias. Na avaliação da pesquisadora, em relação à diversidade de iniciativas e ao volume significativo de recursos envolvidos, essas ações fragmentadas e desarticuladas revelaram a ausência de uma proposta clara do governo federal para a população juvenil do país.

No âmbito municipal, entre as experiências de democratização da relação Estado e sociedade alavancadas por prefeituras, no mesmo período surgiram em diversos municípios ações específicas para a juventude com o aparecimento de políticas públicas para articular iniciativas, programas e

⁷³ Escola Jovem, Estudantes em Convênio de Graduação, Jogos para a Juventude, Olimpíadas Colegiadas, Projeto Navegar, Serviço Civil Voluntário, Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei, Paz nas Escolas, Defesa de Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Promoção dos Direitos das Mulheres Jovens Vulneráveis à Violência Sexual e Exploração Sexual Comercial, Saúde do Adolescente e do Jovem, Jovem Empreendedor, Centros de Juventude, Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano, Rede Jovem, Prêmio Jovem Cientista e Prêmio Jovem Cientista do Futuro, Projeto Alvorada. No ano de 2000, foi criado um mecanismo de articulação, chamado Brasil em Ação/Grupo Juventude, englobando seis ministérios, onze programas e as articulações como os governos estaduais.

projetos para jovens e estabelecer processos de interlocução com os segmentos juvenis locais.

Segundo Silva e Andrade (2009), a emergência de ações na esfera federal voltadas para a juventude deu-se precisamente a partir de 1997, apesar do clima dominante de percepções que influenciou a maioria das ações destinadas a atendê-la. Foram iniciadas, de fato, no final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, inúmeras iniciativas públicas, muitas envolvendo parcerias com organizações não governamentais (ONGs), fundações empresariais e várias instâncias do Poder Executivo, mobilizadas tanto no nível federal como no estadual e no municipal.

Sposito (2003) destaca que grande parte desses programas tinha como foco os jovens excluídos ou, na condição que se tornou usual conceituar, como de risco social e que, em muitas de suas formulações, a condição juvenil era apresentada como um elemento problemático em si mesmo, demandando, dessa forma, estratégias de enfrentamento dos problemas da juventude. Assim, algumas propostas foram guiadas, sobretudo, pela ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingiriam a juventude, transformada, esta, em um problema para a sociedade. Como exemplo, cita-se a grande proliferação de programas esportivos, culturais e de trabalho, orientados para o controle social do tempo livre dos jovens e destinados particularmente aos moradores dos bairros pobres das grandes cidades.

Sposito e Carrochano (2005) analisam que não há unanimidade em torno das orientações de ações públicas para jovens e caracteriza três eixos de conflito em torno do debate sobre a natureza das políticas públicas para a juventude na área social: (1) as demandas juvenis já são contempladas no âmbito das políticas setoriais (educação, saúde, emprego, etc.), sendo desnecessário os jovens tornarem-se destinatários específicos de ações públicas governamentais, a não ser quando a intenção é a de focalizar a ação em segmentos juvenis em situação de exclusão social; (2) as políticas de juventude estão mais próximas de demandas culturais e de lazer que ampliam a possibilidade de participação cidadã dos jovens e, portanto, estão restritas ao

campo simbólico e expressivo; (3) refere-se ao tipo de institucionalidade mais apropriado à ação, nas diversas esferas do Poder Executivo.

Para as autoras, no Brasil, as demandas juvenis não se limitam à cultura, mas abrangem questões como o emprego, transporte, educação, entre outras, o que indica que políticas de juventude constituem um espaço de intervenção pública transversal. Na ótica da transversalidade, as demandas dos jovens articulam-se às “grandes políticas”, ao se introduzir nelas o reconhecimento das especificidades do ciclo de vida juvenil, mas nada impede que se adotem também novas modalidades de ação pública destinadas especificamente aos jovens (SPOSITO; CARROCHANO, 2005, p. 4-6).

Ainda hoje observamos que prevalecem, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão: normalmente, entre os grupos visados encontravam-se juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho.

Segundo Abramo (2005), ao lado dessas iniciativas, que não chegaram a se estruturar como uma Política Nacional de Juventude, começaram a surgir organizações e grupos juvenis com representações em variados campos – cultural, esportivo, ambiental, estudantil, político-partidário, movimentos éticos e em prol da igualdade de gênero, associações de bairro, entre outros – que pressionavam o poder público a reconhecer os problemas específicos que os afetavam e a formular políticas que contemplassem ações para além daquelas que apenas viam os jovens como sujeitos de direitos, definidos não por suas incompletudes ou desvios, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas.

Com o início do governo Lula, o tema da juventude ganhou mais espaço entre as políticas públicas federais. Alguns programas foram implementados, tais como “Primeiro Emprego”, “Consórcio Social da Juventude”, “Soldado Cidadão”, “Pontos de Cultura”, “Projeto Rondon”, “Escola de Fábrica”, “Prouni”, entre outros.

Sposito (2005) afirma que a partir de 2004 iniciou-se no Brasil um amplo processo de diálogo entre o governo e movimentos sociais sobre a necessidade de se instaurar uma política de juventude no país. O desafio era o de pensar políticas que, por um lado, visassem à garantia de cobertura em relação às diversas situações de vulnerabilidade e risco sociais apresentadas para os jovens e, por outro, buscassem oferecer oportunidades de experimentação e inserção social múltiplas, que favorecessem a integração dos jovens nas várias esferas sociais. Esse processo de diálogo concedeu projeção nacional à temática da juventude.

Tal processo procurou responder às demandas encaminhadas ao governo pela sociedade civil e foi estimulado pela mobilização desencadeada pelo Instituto Cidadania⁷⁴. De agosto de 2003 a maio de 2004, esse Instituto promoveu um programa de estudos, pesquisas, discussões e seminários denominado “Projeto Juventude”, do qual participaram movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas, parlamentares e gestores públicos de todo o país. A iniciativa resultou em um documento com diagnósticos da juventude brasileira, análises de políticas públicas vigentes e diretrizes estratégicas que foi entregue ao presidente Lula em junho de 2004. Entre as diversas orientações apresentadas para as diferentes áreas de uma política nacional de juventude, o documento enfatizou a importância de que essa política não resultasse apenas do somatório dos programas e projetos já existentes nas diversas áreas:

[...] o desafio é assumir a integração e a transversalidade como elementos fundamentais de todas as políticas públicas de juventude, combinando mecanismos de proteção social, expedientes que gerem novas oportunidades de inserção profissional e sociocultural e incentivem a participação. (INSTITUTO CIDADANIA, 2004, p. 19).

⁷⁴ ONG ligada ao Partido dos Trabalhadores, fundada por Luiz Inácio Lula da Silva em 1990 e presidida por ele até 1992.

É do mesmo período a formação da Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de políticas públicas para a juventude, criada pelo Legislativo, com o objetivo de elaborar um Plano Nacional de Juventude. Além de audiências públicas, a Comissão realizou em 2003 o Seminário Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e, em 2004, a Conferência Nacional de Juventude, precedida de conferências estaduais, com o intuito de construir um marco legal sobre a juventude. O Projeto de Lei – PL nº 4529, que dispunha sobre o Estatuto da Juventude, e o Plano Nacional de Juventude (PL nº 4530/2004) em tramitação no Congresso nacional, propõem o desenvolvimento de ações ao longo de dez anos, dentre as quais se destacam a elaboração de planos específicos em estados e municípios, pautados pela construção de diagnósticos reais acerca da situação da juventude em cada localidade e inclui a participação específica para a juventude, buscando assegurar a articulação das diferentes iniciativas voltadas a esse segmento.

O grupo de trabalho interministerial coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a partir do levantamento dos programas federais dirigidos total ou parcialmente à população jovem, formulou, em 2004, nove desafios: (1) ampliar o acesso e a permanência dos jovens à educação de qualidade; (2) erradicar o analfabetismo entre os jovens; (3) prepará-los para o mundo do trabalho; (4) gerar trabalho e renda; (5) promover vida saudável; (6) democratizar o acesso dos jovens ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; (7) promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; (8) estimular a cidadania e a participação sociais dos jovens; e (9) melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio urbano, rural e nas comunidades de referência.

Esse trabalho resultou na implantação simultânea, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e no lançamento experimental do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), considerado “carro-chefe” na construção da Política Nacional de Juventude, instituídos por meio da Medida Provisória nº 238b, de 01/02/2005, transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005⁷⁵, e regulamentada

⁷⁵ Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis nºs 10.683,

pelo Decreto nº 5.557, de 05/10/2005. É também em 2005 que foi encaminhado à Câmara de Deputados uma nova proposta de emenda constitucional, a PEC nº394/2005, requerendo incluir a expressão jovem no capítulo VII e dando nova redação ao artigo 227 da Constituição Federal.

De acordo com o texto da regulamentação, a Secretaria Nacional de Juventude tem a função de: formular, coordenar e integrar todas as políticas e ações governamentais voltadas à juventude; articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados; além de estimular a criação de órgãos com funções semelhantes nos estados e municípios. O mesmo texto legal define o Conselho Nacional de Juventude como um órgão colegiado, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens, e que tem por finalidade assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes socioeconômicas juvenis e assegurar que a Política Nacional de Juventude do governo federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens da ampliação da participação cidadã.

A partir da criação da Política Nacional de Juventude (PNJ), os jovens da faixa etária dos 15 aos 29 anos passaram a ser considerados sujeitos de direitos. Conforme CONJUVE (2006), é necessário reconhecer os jovens como:

[...] sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas. Identificando a importância de reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos, [...] o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia (CONJUVE, 2006, p. 7).

Para o governo federal, o lançamento concomitante do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, no mesmo momento em que é formalizada a Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, representou “um novo patamar de políticas públicas para a juventude, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades” (BRASIL, 2005, p. 6).

O programa sinaliza, na formulação de seus pressupostos e objetivos e na concepção pedagógica e definição do público-alvo, a intencionalidade do governo em atuar com base nos novos paradigmas sobre a juventude, construídos nos últimos anos nas experiências de mobilização juvenil e a partir da intensa produção de estudos e pesquisas sobre o tema.

No entanto, há que se destacar que o Projovem é um dos programas, mas que, um levantamento realizado nos diferentes ministérios permitiu identificar vinte programas nacionais de juventude, distribuídos em três categorias de atendimento: universais, atrativos e exclusivos. Destaca-se que esse número de programas pode ser reduzido se o recorte da faixa etária for acima dos 18 anos, constituída pelo segmento ainda não contemplado por políticas sociais específicas⁷⁶.

Convém salientar que não foram citados, no mapeamento, os ministérios ou órgãos federais parceiros no desenvolvimento dos programas, sendo indicado apenas o principal órgão responsável. É importante considerar, também, haver programas estruturantes, de atendimento geral à comunidade, como, por exemplo, os voltados para educação, ampliação do acesso e permanência escolar de jovens – Programa Brasil Alfabetizado, Programas de Expansão do Ensino Médio e Superior, Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), entre outros. Porém eles não foram incluídos no mapeamento, pois a PNJ congrega apenas os programas focalizados nos jovens de famílias em situação de risco e de vulnerabilidade social.

⁷⁶ Apresenta-se, em anexo, o mapeamento resultante do levantamento realizado, identificando o objetivo, as ações previstas, a faixa etária a que se destina e o órgão responsável pelos programas identificados. Esse mapeamento apresenta sistematizações que integram dados de diferentes ministérios e do IPEA, considerando que, às vezes, foi necessário buscar informações complementares em outros sites para obter dados mais atualizados de cada programa.

Na análise dos Programas da PNJ, observa-se que a educação é a área com o número maior de ofertas, incluindo programas voltados para o aumento da escolaridade ou reinserção escolar (PROEJA, PROUNI, Projovem Campo, Projovem Urbano e Pronaf Jovem). Constata-se, ainda, que há aqueles voltados para outras áreas, mas desenvolvidos através de instituições educacionais (Projeto Rondon, Programa Escola Aberta, Segundo Tempo, Juventude e Meio Ambiente, SPE e PSE). Constata-se também haver baixa oferta de oportunidades nas áreas de cultura e do meio ambiente, com apenas um programa cada (Cultura Viva – Pontos de Cultura e Juventude e Meio Ambiente) e na área dos esportes, com apenas dois programas (Segundo Tempo e Bolsa Atleta).

Constata-se, além disso, que, em relação ao fortalecimento da participação e cidadania, apenas três programas têm entre seus objetivos a participação juvenil (Projovem Adolescente, Projovem Urbano e o Programa Juventude e Meio Ambiente). E seis programas apresentam, em seus objetivos ou ações, preocupação com o desenvolvimento da cidadania (Projovem Campo, Programa Escola Aberta, Programa Pontos de Cultura, Programa Segundo Tempo, Projeto Soldado Cidadão e o PRONASCI).

Em relação à faixa etária, cada programa atende a uma faixa etária definida pela PNJ. Somente o programa Projovem Adolescente está dentro de uma delas (jovens de 15 a 17 anos). Em faixas etárias comuns, existem apenas os programas: Projovem Urbano, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projeto Rondon, criados para os jovens dos 18 aos 29 anos. Cinco programas são amplos, atendendo pessoas de todas as faixas etárias: Cultura Viva – Pontos de Cultura, Programa Escola Aberta, PROEJA, PROUNI e PSE. Essa diversificação entra em choque com o argumento da Política Nacional de Juventude em três grupos.

A dispersão existente parece sinalizar uma oferta que prioriza as disponibilidades e interesses dos órgãos que oferecem os programas do que o atendimento das necessidades e interesses peculiares de cada faixa etária.

Assim, um dos desafios que se apresenta é o de melhorar a estruturação da Política Nacional, compatibilizando os diversos grupos etários

estabelecidos pela PNJ com as faixas etárias de atendimento adotadas pelos programas dos diferentes órgãos públicos.

Apesar da relevância da criação da PNJ em 2005, é importante alertar para o longo caminho que ainda precisa ser percorrido. Não basta a existência de um órgão responsável pelo acompanhamento do desenvolvimento da PNJ e um aporte legal pra dar conta de toda a demanda existente: um dos principais desafios para a implementação de uma política pública asseguradora de direitos sociais para a juventude é obter a mobilização permanente da sociedade civil, conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático, das atuais iniciativas.

É fundamental investir na construção de novos programas, por exemplo, para desenvolver talentos na área da cultura, a fim de atender, de forma efetiva, a necessidades ainda não suficientemente contempladas. Particularmente, alerta-se para a urgência do uso de inovações pedagógicas articuladas com a área da saúde, da cultura e da assistência no enfrentamento da drogadição.

Outro aspecto a salientar é que, apesar de a Secretaria Nacional de Juventude ter sido locada pelo Governo Federal junto à Secretaria-Geral da Presidência da República, por considerar o seu caráter multissetorial, ainda existem algumas práticas setorializadas e certa sobreposição de ações em alguns casos. Essa situação também foi percebida no estudo realizado pelo IPEA (2009, p. 10), que observa: “ainda resta por ser construída uma estratégia multissetorial de atuação que articule horizontalmente as iniciativas de órgãos diversos com um propósito comum, ampliando as possibilidades de êxito em seus empreendimentos”.

Esse é o caso do Programa Saúde Escola (PSE) e do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Embora sob responsabilidade dos mesmos ministérios (Ministério da Educação e Ministério da Saúde), são identificados como programas concorrentes. Além disso, a semelhança entre as duas siglas causa confusão àqueles que desconhecem as suas propostas. E a análise de seus objetivos deixa claro ter o SPE como propósito a promoção da saúde sexual e reprodutiva, visando à redução da vulnerabilidade de adolescentes e

jovens às DST, às contaminações por HIV e AIDS, e a prevenção da gravidez não planejada. Já o PSE trata da avaliação da saúde de forma mais ampla (nutricional, oftalmológica, psicossocial, auditiva, bucal), atuando também na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, mas indo além, desenvolvendo ações para a prevenção da violência e a construção de uma cultura de paz. Portanto, a união desses dois programas, a exemplo do que já foi feito com o Projovem Integrado, poderá congrega esforços, ampliando a abrangência e aumentando a possibilidade de eficácia.

Também é possível perceber uma sobreposição de ações entre as modalidades do Projovem Urbano, Trabalhador e Campo e o Programa Jovem Aprendiz no referente à faixa etária dos beneficiários, podendo levar, em alguns casos, um mesmo jovem a se beneficiar de dois programas. Principalmente no caso das modalidades Projovem Urbano e Trabalhador e o Programa Jovem Aprendiz, atuantes em áreas de abrangência semelhantes. Nesse caso, a definição da faixa etária e das áreas de atuação poderá diversificar a oferta para cada faixa etária e, com isso, priorizar as regiões de maior vulnerabilidade social e econômica.

Outro desafio que emerge é relativo à necessidade de ampliar iniciativas que contemplem, de forma mais específica, os dois grupos juvenis denominados: jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem adulto (25 a 29 anos), diante da constatação de uma oferta reduzida de programas dentro da atual PNJ, acrescido ao fato de a faixa anterior já estar sendo contemplada com vários projetos socioassistenciais através da Política da Criança e do Adolescente.

Outro desafio que sofreu muitas resistências foi a aprovação do Estatuto da Juventude, que ficou em tramitação por nove anos e sofreu diversas resistências por parte de segmentos conservadores, organizados para interferir no ECA⁷⁷, reduzindo direitos assegurados. O Estatuto da Juventude foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidenta da República em 05/08/2013, coincidência ou não, isso ocorre após a juventude organizada pelo

⁷⁷ É de notório conhecimento da população a existência de uma corrente conservadora que vem propondo a redução da maioridade penal para adolescentes, o que seria um retrocesso do ponto de vista das conquistas feitas pós-promulgação do ECA.

Movimento “Passe Livre” ter ido às ruas no mês de junho, ganhando as mídias internacionais e conquistando a redução das passagens de transportes coletivos em muitas capitais pelo país, além de outras conquistas.

Importante destacar que o Estatuto da Juventude aprovado não acrescenta, além da meia-entrada, questões que possibilitem constituir uma segurança além das que já estão previstas nos instrumentos normativos existentes, ou seja, não muda do ponto de vista legal o que já existe para o jovens.

CAPÍTULO IV

NO LABIRINTO EM ESCUTA DOS JOVENS

*“Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance
Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil
Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo.”*

Charlie Brown Jr.

Este capítulo está direcionado para a escuta do jovem sobre a juventude e inclui a percepção do jovem sobre o significado e os significantes dos elementos de apoio, reconhecimento e proteção identificados pelos jovens. A realização dos grupos focais aconteceu no primeiro semestre de 2013, com jovens em três territórios da região metropolitana da cidade de São Paulo.

Os territórios escolhidos dentre aqueles que foram estudados pela pesquisa Protege Vínculos, conduzida pelo NEPSAS do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP, com 510 famílias, como já registrado, foram selecionados utilizando-se dos seguintes critérios: a densidade de presença de jovens no território e a presença de mortalidade juvenil. Dessa forma, os territórios escolhidos foram: Morro do Índio, no distrito do Jardim Ângela; Paraisópolis, no distrito de Vila Andrade; e Vila Marcelo⁷⁸, no distrito de Parelheiros.

QUADRO 7 – Tabela taxa bruta de mortalidade Juvenil da população 15 a 24 anos por distrito no município de São Paulo

Distrito	tx_bruta mot. Juvenil
Jardim Ângela	40,9
Vila Andrade	30,6
Parelheiros	24
Jardim Helena	24
Brasilândia	22,7
São Rafael	19
Vila Sônia	17,3
José Bonifácio	14,8
Perus	13,4
Mandaqui	12,4
Cambuci	0
Pari	0

⁷⁸ Dos territórios estudados pelo NEPSAS, dois tiveram a mesma densidade de mortalidade juvenil por homicídio: Jardim Helena e Parelheiros, optou-se por Parelheiros por estar na mesma região da cidade dos outros dois territórios.

Os grupos focais ocorreram nos meses de abril, maio e junho⁷⁹ de 2013. No Morro do Índio participaram do grupo dez jovens do sexo masculino, sendo três com 17 anos, dois com 18 anos, dois com 19 anos, um com: 21, 22 e 24 anos; no Jardim Marcelo: três jovens do sexo feminino, sendo duas com 18 anos e uma com 25 anos, sete jovens do sexo masculino, sendo um com 17 anos, dois com 19 anos, um com: 20, 22 e 25 anos; em Paraisópolis foram entrevistados dez jovens, sendo sete jovens do sexo feminino, sendo que: uma com 16 anos, uma com 17 anos; três com 19 anos e duas com 29 anos; três do sexo masculinos sendo: um com 16 anos e dois com 18 anos.

Para nos aproximar desses jovens, a primeira alternativa utilizada foi de contatar serviços e programas de atendimento à juventude da região, depois as associações de moradores e/ou movimentos sociais. No entanto, as tentativas foram infrutíferas e optamos, então, tomando como referência o local de aplicação dos questionários pelo NEPSAS, ir até o lugar e abordar os jovens e explicar do que se tratava a pesquisa. Nos três territórios a abordagem foi bem recebida e prontamente conseguimos o espaço e as pessoas para participarem dos grupos.

Os três territórios encontram-se na zona sul da cidade de São Paulo, que, segundo dados do IBGE (2010), é a região onde vivem cerca de 3,5 milhões de habitantes, número que representa 30% dos moradores de São Paulo. Ainda segundo o IBGE, 53% são pessoas do sexo feminino, contra 47% do sexo masculino.

O Morro do Índio, no Jardim Ângela, pertence à subprefeitura do M'Boi Mirim, o acesso ao bairro se deu a partir da estrada do M'Boi Mirim, na altura da Rua Ribeira dos Frades, em paralelo com a Rua Marina Silvina Tavares, próximo à divisa de Taboão da Serra. Paraisópolis, em Vila Andrade, pertence à subprefeitura do Butantã e o acesso ao bairro se deu pelo lado oeste – Avenida Giovanni Gronchi. Em Vila Marcelo, Parelheiros, pertencente à subprefeitura de Parelheiros, o acesso ao bairro se deu a partir da Rua Alfredo Reimberg e o campo realizado entre as vielas um e dois.

⁷⁹ Em junho durante as manifestações sentimos a necessidade de retornar a campo para perguntar sobre a participação dos jovens nas manifestações, uma vez que nos grupos a participação eletiva destes jovens não apareceram, o retorno foi importante para confirmar esta informação.

A metodologia utilizada foi a de realizar grupo focal com dez jovens com idades entre 16 e 29 anos, desde que alguém da família fosse beneficiário de algum programa de transferência de renda e residente no território escolhido. O primeiro movimento para realização do grupo foi entrar em contato com organizações sociais que realizam atividades sócio educativas com jovens, associações de moradores e formas de organização social. No entanto, os contatos foram infrutíferos e a alternativa encontrada foi ir ao território e convidar os jovens para participarem do grupo, sendo que o local onde ocorreram os grupos foram em garagens e casas de alguns dos jovens do grupo. A receptividade dos participantes foi muito boa e conseguimos realizar a pesquisa, que foi gravada e transcrita para análise. Cada grupo durou em média 45 minutos.

As questões colocadas⁸⁰ nos grupos foram estruturadas de forma que possibilitassem identificar os elementos de apoio, reconhecimento e proteção sociais dos jovens. A análise dos dados da pesquisa centrou-se em um estudo correlacionado, o que foi feito pelo sociólogo francês Serge Paugam, que identifica e apresenta em seus estudos uma relação de proteção por proximidade, sendo que essa proximidade não se dá apenas nas relações familiares, mas também nas relações de amizade, nos espaços de convivência social (bares, praças, na rua, etc.) onde ele identifica algumas formas de proteção que caracteriza como “contar com...” e “contar para...”, ciclos nos quais as pessoas não deixam de ser autônomas mas estabelecem vínculos sociais.

Isso faz com que tenhamos de adotar certas precauções quanto a sua aplicação em estudos que abordem a realidade brasileira, pois, em nosso país, não se pode fazer referência acerca da perda de um patamar social de cidadania e assistência, como no caso francês. Como se vê, o fato de não termos atingido um estágio consolidado de cidadania como direito constituído pelo Estado Providência, deve ser considerado. Nesse sentido, para que se possa ter maior clareza epistemológica do conceito de desqualificação social e de seu uso enquanto categoria analítica aplicada a estudos que abordem a

⁸⁰ Roteiro em anexo.

realidade brasileira, é conveniente que se retome a literatura nacional, que aborda os temas da exclusão e da pobreza.

Esta análise toma um segmento de juventude: aquele dos jovens que constroem sua identidade em condições precárias de vida, por pertencerem a famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda.

O roteiro que norteou a conversa com os jovens no grupo focal buscou identificar a percepção desses jovens quanto: a identidade juvenil; a relação com a família, com os amigos e com os vizinhos; o apoio com que contam esses sujeitos e o quanto são reconhecidos como sujeitos de apoio.

4.1. Juventude

O primeiro ponto analisado no diálogo com os jovens centrava a discussão no entendimento da “juventude” e, de forma geral para eles, surge o entendimento sobre o que é ser jovem como sendo um período da vida permeado por conflitos e confusões, instabilidade emocional, por não ser mais adolescente e ainda não ser adulto. E essa instabilidade se faz principalmente no aspecto econômico e na “autonomia” que o fator financeiro pode gerar.

Os participantes deste diálogo colocaram de forma diversa esta questão:

“São pessoas que os adultos acham que não tem responsabilidade”.
(Mayara, 19 anos – Paraisópolis).

“Ser jovem é não saber onde vou e nem de onde venho, é viver hoje sem pensar no amanhã, é estar sem noção das coisas, é estar longe dos sonhos”. (Marcos, 17 anos – Morro do Índio).

“Ser jovem é ser livre, é saber que você tem um mundo de coisas para conquistar e construir na vida, mas é também ter muito medo do que pode não dar certo”. (Rosana, 25 anos – Jardim Marcelo).

“Eu acho que ser jovem é só ser mais um no mundo, o jovem não tem esperança, o idoso não tem esperança, nós aqui da quebrada, minha mãe, meus irmãos, meu avô, nós não tem nada e nunca vamos ter mais do que já

temos... o fundo do poço é aqui, nem sei porque você me pergunta isso, ser jovem é ser especial? Porque dar essa importância para a gente? Porque do nada esta semana você é o terceiro que vem me perguntar o que é ser jovem... não sei mesmo, não sei!" (Juan, 17 anos – Morro do Índio).

"Eu acho que já passei por muitos problemas e nem sei se penso como uma velha (risos) eu tenho tantas coisas para fazer que nem tenho tempo para viver confusa, pelo menos acho que para algumas coisas não sou confusa, sou determinada, quero e vou atrás do que quero, sou lutadora, sei que não vou ter nada na vida se não lutar para conseguir". (Clarice, 18 anos – Jardim Marcelo).

"A juventude é como um carro em alta velocidade sem rumo, sem rota, com um motorista alcoolizado que não pode e nem quer parar para nada, ser jovem é ser louco, é não ter esperanças". (Claudio, 22 anos – Morro do Índio).

"Eu tenho opinião de que ser jovem é ser não só sonhador, mas poder ter a chance de ter na vida tudo que queremos, dentro da nossa realidade, pois também não acho que vou conseguir ganhar dinheiro para morar no Morumbi, mas se quisermos podemos ter coisas aqui no bairro, nossa vida e nossa família, é isso". (Clovis, 22 anos – Jardim Marcelo).

"Meu, ser jovem é ser diferente da minha mãe que é velha... meu, ser jovem é ser feliz, ser livre, diferente, eu sou diferente, mas não sou livre, pois dependendo da minha mãe e quero ser feliz, mas não sei se serei, acho que serei diferente do meu pai, que nem conheci, diferente da minha família, é ser jovem, é ser questionador eu questiono tudo e todos o tempo todo". (Matheus, 17 anos – Morro do Índio).

"Eu já passei da fase do sonhador e hoje quero mais realidade, eu acho que o jovem, ser jovem, é isso, é ser confuso e sonhador e que isso é importante desde que saibamos que nem só de sonho vive o homem e sim de realidade". (Daniel, 25 anos – Jardim Marcelo).

Nem sempre as respostas dos jovens centraram em responder o sentido do que é a juventude, mas elas deixam claro que, a depender da idade desse jovem, ele tem reflexões diferentes sobre os ciclos da vida, ou seja, um jovem de 17 anos e um de 25 anos tem pontos de vista diferentes da mesma questão, pela maturidade, pelas experiências de vida, mas ambos entendem ser difícil

responder a isso, pois é, de fato, confuso falar dessa identidade, que é constituída pelo mundo adulto como sendo um momento de confusão, de insegurança. Os jovens crescem ouvindo isso e acabam também por se colocar frente à vida nessa posição, isso pode ser entendido como uma cultura que vem sendo reproduzida historicamente, principalmente pelo fator econômico, uma vez que se entende por estabilidade as questões de ordem financeira, e nem sempre as emocionais são consideradas importantes.

4.2. Proteção social

O segundo tema discutido com o grupo foi sobre o significado do que é proteção. Pôde-se constatar que a centralidade do sentido da proteção está na relação familiar: a presença da mãe como elemento central da proteção é substantiva e forte, estar com a mãe é estar protegido. Com os depoimentos, identifica-se que a proteção se faz nas relações, mas também pela presença do Estado, cuja constituição é a de efetivar políticas, principalmente no que se refere ao combate à violência.

Alguns jovens não conseguiram objetivar o que para eles é proteção e estar protegido, o que nos leva a pensar em duas hipóteses interpretativas, uma delas associada à alienação e à naturalização da violência. Pois os processos de exploração podem estar tão arraigados que o jovem não consegue perceber a violência no seu cotidiano e não decodifica o sentido de proteção e de desproteção. A segunda hipótese interpretativa das análises complementa a anterior, assentando-se na ideia de que há uma ausência de referências positivas que contrariem o cotidiano de desproteção vivido. Assim, esses jovens não têm elementos de comparação.

“Eu entendo muitas coisas por estar protegida, como ter um portão na minha casa, grades na janela, mas também pode ser estar com alguém que nos proteja, no meu caso eu já fui casada e tinha meu marido que me protegia, hoje eu protejo meu filho e ao mesmo tempo sou protegida pela minha família, então depende do que entendemos por proteção, mas acho que é isso”. (Rosana, 25 anos – Jardim Marcelo).

“Meu, estar protegido é poder contar com alguém, é proteção que não temos por parte do governo, por exemplo, o governo deveria nos proteger e não nos protege, o bairro e a cidade são muito violentos”. (João, 24 anos – Morro do Índio).

“É estar em um lugar seguro com pessoas que você gosta e confia; é ter dinheiro para comprar o que precisamos; é ter o que comer e beber, é isso que acho que é”. (Lucas, 19 anos – Jardim Marcelo).

4.3. Relação com a família

Os dois pontos até aqui analisados, o que é ser jovem e o que é proteção social, permitiram nos aproximar de nosso elemento de identificação do jovem: trata-se de seu reconhecimento pelo meio onde vive. Essa referência se materializa nas relações, sejam elas no âmbito familiar ou na relação com amigos e vizinhos.

Para entender essa referência, encontram-se entre os elementos de análise do terceiro tema a ser analisado, a relação com a família. Os diálogos com os jovens referem que a relação familiar é importante. No entanto, o conflito com a mãe ou com os irmãos é muito presente: os jovens salientam que a relação é boa, mas apresenta conflitos que fazem parte da vida em família.

Na perspectiva programática, isto é, do pondo de vida da oferta estatal de serviços de apoio sócio familiar, é preciso ter presente que o conflito familiar é um dos principais fatores que levam à demanda de atenção e também um dos principais fatores que levam à saída de casa e à ruptura dos laços afetivos. O que ficou evidente no depoimento dos jovens é que, mesmo a relação sendo boa, ela é também uma relação de risco, pois os conflitos, ainda que identificados como parte constitutiva da relação, são ao mesmo tempo motivo de ruptura de vínculos. Um dos participantes descreveu sua situação como experiência de sua vida.

“Eu me dou bem com todas as pessoas de minha casa, temos pontos de vista diferentes, mas no final as coisas acabam entrando nos eixos, entender que temos pontos de vista diferentes, isso temos, mas as brigas só ficaram melhor quando começamos a respeitar essas diferenças”. (Atani, 29 anos – Paraisópolis).

“Eu tenho hoje uma relação muito boa com minha família, mas isso nem sempre foi assim, eu saí de casa aos 15 anos, me casei e só sai de casa porque minha mãe morava com um homem que me batia e não aceitava aquilo, então arrumei barriga do meu namorado e fui morar na casa dele e claro que não deu certo, mas entendi com a separação tudo que minha mãe sempre quis me dizer, então passei a me dar melhor com minha mãe e dizendo e fiquei mais tranquila”. (Rosana, 25 anos – Jardim Marcelo).

“Eu acho que a vida é confusa, gosto da minha família, mas brigamos muito, ninguém se entende, mas nos protegemos, e isso me faz pensar que um dia nos daremos bem, eu acho que sim”. (Simone, 18 anos – Jardim Marcelo).

“É, minha vida é um ir e vir, já briguei muito com minha família, hoje estamos começando a reconstruir muito das nossas relações, mas eu gosto da minha família, senão moraria em outro lugar”. (Daniel, 25 anos – Paraisópolis).

“Meu pai se dá bem comigo, me entende, minha mãe nem tanto, mas gosto muito dela, brigamos muito e meus irmãos se não se meterem na minha vida aí está tudo certo”. (João, 24 anos – Morro do Índio).

“Minha mãe é a melhor coisa da minha vida, mas mesmo assim brigamos muito porque ela fica muito no meu pé, meus irmãos são distantes nem sei”. (Milton, 19 anos – Morro do Índio).

4.4. Relação com os vizinhos

A discussão sobre a relação com os vizinhos a partir do lugar onde vive faz com que tenhamos como hipótese interpretativa que os vizinhos podem ser considerados como uma extensão da família: os jovens deixam clara a existência de algum tipo de vínculo e, inclusive, a presença de conflito.

“Eu acho que minha relação é melhor fora de casa do que em casa, meus vizinhos são como minha família, assim eu considero, pois é tudo numa boa, nos ouvimos e nos respeitamos sempre”. (Emile, 16 anos – Paraisópolis).

“Onde moro com minha mãe, meu filho e meus irmãos, moramos há mais de 30 anos, então a relação que temos com a vizinhança e quase que de parentesco, nos damos muito bem, e cuidamos uns dos outros”. (Rosana, 25 anos – Jardim Marcelo).

“Minhas vizinhas me conhecem desde pequeno e confundem as coisas, acham que por isso podem cuidar da minha vida e aí as coisas ficam tensas”. (Juan, 17 anos – Morro do Índio).

O jovem, enquanto um sujeito questionador, testa suas relações de afeto, que são parte importante desse momento das suas vidas. Os pesquisadores da juventude ressaltaram essa característica, em que dois fatores são importantes nesta relação: o primeiro é que se trata de um grupo de jovens que vivem em territórios diferentes, mas com similitudes e, a mais importante, é o fato de eles residirem desde o nascimento naquele lugar, isso faz com que as relações sejam mais intensas do ponto de vista da construção de vínculos. E a relação com os vizinhos é um dos aspectos na materialização desse processo, ao ponto de haver uma identificação da vizinhança como uma extensão da família.

4.5. Relação com os amigos

Embora os vizinhos possam ser amigos, a relação dos jovens com os amigos refere-se aqui àqueles que possuem a mesma faixa etária, com quem dividem angústias e dúvidas frente às incertezas da vida. As amizades são elementos que se agregam por uma identidade que se constrói num determinado momento histórico, em que a curtição de determinadas músicas, ou o uso de roupas, de gírias, de sonhos e conflitos se encontram em um patamar de igualdade. Há um sentimento de pertencimento entre os jovens por terem frequentado a mesma escola, terem os mesmos professores,

vivenciarem os mesmos problemas com drogas, violência, e estarem juntos, se apoiando mutuamente.

“Eu tenho amigos desde pequeno, conheci na rua, depois fomos todos para mesma escola, tem um que ficou na FEBEM comigo numa parada errada que fizemos, mas todos meus manos são firmeza”. (João, 24 anos – Paraisópolis).

4.6. Pontos de apoio e reconhecimento

Este bloco de temas refere-se à forma como os jovens entendem os pontos de apoio e reconhecimento social. Para pesquisar isso, o diálogo proposto foi no sentido de identificar com quem os jovens podem contar nos momentos de adversidade, seja com a família, ou com os vizinhos e amigos. Da mesma forma, buscamos entender como a família, vizinhos e amigos podem contar com jovens nos momentos de adversidade.

A proteção social envolve, como já analisado, o reconhecimento sobre o “contar para”, ou seja, a identidade constituída pela referência de cada jovem colocada na relação com o outro para poder saber a importância que ele tem. Isto é, o jovem pode contar com amigos, mas é importante ser reconhecido como apoio por aquele grupo.

Na discussão com os jovens, buscou-se destacar as situações em que a conceituação de proteção retém as dimensões de “contar com”: a família, os vizinhos e os amigos. O que se pode constatar é que o principal pilar de apoio na vida dos jovens são as relações familiares: nesse espaço que o jovem encontra apoio e se refugia nos momentos de dificuldade.

A relação de apoio com vizinhos e amigos não tem a mesma intensidade do que a presença da família nesse processo. O pilar sustentador do sentimento em poder “contar com” é da família, em segundo lugar dos vizinhos, e, por fim, dos amigos, pois nessa esfera o “contar com” está mais vinculado a questões emocionais. Com os outros dois grupos (família e vizinhos) a relação está mais vinculada a questões econômicas e materiais.

É parte desta análise o sentimento da privacidade e do privado, posto que para o jovem ficou evidente a ausência de privacidade na relação familiar. Na fala dos jovens há uma recorrente necessidade em afirmar que os vizinhos são importantes, são pessoas boas, com os quais mantém bom relacionamento. Mas, por outro lado, fez-se presente um tom de queixa no que se refere ao fato de os vizinhos romperem com o âmbito privado das famílias, das características das relações privadas de cada um. Essa possibilidade do privado acaba se dando não só pela permissão familiar, mas também pelo fato de que as casas estão muito próximas umas às outras, o que pode incorrer na exposição de questões privadas em âmbito público.

As expressões dos jovens analisados quanto a essa questão remetem ao sentimento de que os vizinhos estão “se metendo na minha vida”, “cuidando do que eu faço”, o que leva aos conflitos relatados. Mesmo com o destaque a pontos de tensão colocados nessa relação, há o sentimento de poder contar com vizinhos e amigos.

Interessou ao debate analisar, ainda, se os familiares, vizinhos e amigos poderiam “contar com” os jovens em momentos de adversidade. O que se constatou é que a presença do sentimento de solidariedade entre os grupos de jovens era mais forte do que na relação familiar. Faz-se presente nos 3 grupos de jovens a necessidade de reconhecimento⁸¹.

A discussão com os jovens mostrou a importância de seus vínculos de sociabilidade a partir da relação com os vizinhos que residem no mesmo bairro e há muito tempo. A trajetória de suas vidas possibilitou a construção dessa relação, que oscila entre os dois sentimentos: o de proteção e o de conflito.

4.7. Relação com a escola

⁸¹ Esse sentimento os move, como já tratado pelo professor Serge Paugam em sua pesquisa, e nos remete a entender o conceito de solidariedade.

Outro espaço de desenvolvimento de sociabilidade reside na relação com a escola, entendendo que esta é ao mesmo tempo um espaço de construção de conhecimento, de cultura e de vínculos. Enquanto conhecimento, pode possibilitar o ingresso dos jovens no mundo do trabalho, uma vez que há uma exigência concreta do mercado de trabalho para que os jovens tenham um mínimo de escolaridade. No entanto, os pesquisadores do campo da educação apontam que um dos grandes problemas no processo educacional é o espaço da escola, sobretudo quando no ensino fundamental.

A construção de vínculos de sociabilidade é uma das funções sociais básicas a que se destina a escola, uma vez que coloca em um mesmo espaço sujeitos de uma determinada faixa etária com o objetivo de propiciar um espaço de troca de experiências e de vivência social, mas, no contexto atual, a escola também é um espaço de violência.

Se a escola tinha um papel social importante, isso não ocorre do mesmo modo para a atual geração, que não consegue entender o valor da escola como lugar da formação pessoal e profissional. Há diversos sentidos dados a escola: o principal de que ela tem o objetivo de formar para o ingresso no mundo do trabalho. Todavia, pelas alterações do processo de reestruturação produtiva, o ingresso no mundo do trabalho está cada vez mais distante da juventude e, principalmente, da juventude da classe que depende do trabalho para viver em sociedade.

Os jovens apontam a violência existente no ambiente escolar como favorecida pelo ingresso do mundo do tráfico de drogas, o que ocorre em muitas das escolas onde os jovens que participaram dos grupos estudaram ou estudam.

Embora os jovens afirmem que a escola não é um bom lugar para estar, é crescente a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil nos últimos anos, e isso em detrimento de uma política de educação que não se mostra efetivamente preocupada com a formação de qualidade. A crítica considera que há um minimalismo nos objetivos em se atenuar a redução das taxas de analfabetismo e evasão escolar.

Embora apontando que os jovens apresentaram uma crítica à escola e que ocorre uma redução do analfabetismo, é de ser ponderado que o desejo infantil da escola enquanto encontro, sociabilidade de ascensão a uma atividade relacionada ao irmão mais velho, ainda permita um grau de adesão que já não corresponde aos desejos e interesses mais complexos da juventude.

A multiplicidade de apelos comunicacionais é também estímulo à alfabetização. Todavia, é preciso ter clareza de qual qualidade de alfabetização está sendo considerada. O domínio da escrita, da leitura, da expressão, do pensamento na língua portuguesa constata-se pelos pesquisadores nacionais de enorme fragilidade, o que segue estabelecendo das mais baixas às mais altas de analfabetismo funcional no Ensino Fundamental, percorrendo até a graduação universitária.

4.8. Relação com o território

A análise dos dados dos grupos sobre a identidade dos jovens em relação ao território onde residem constatou que apenas em um (Parelheiros) dos três territórios em que foram realizados os grupos focais com jovens a manifestação foi de rejeição ao sentimento de pertencimento. Eles não desejam morar naquele local e desejam mudar. A justificativa é a violência existente, a distância do bairro ao centro da cidade ou ao local de trabalho, mas também a vergonha da ausência de infraestrutura pública (água, esgoto, iluminação, etc.) no bairro e a precariedade nas casas onde moram. Em Paraisópolis e Jardim Ângela, embora ocorra a incompletude de infraestrutura, o sentimento de pertencimento ao bairro é mais forte: os jovens se reconhecem naquele espaço e desejam nele continuar.

Destaca-se, porém, que, por vezes, os jovens de Parelheiros mesclaram ao mesmo tempo o desejo de mudança e o vínculo com o bairro, que, embora contraditório, revela uma das características peculiares da juventude, que é a contradição e/ou paradoxo, seja por argumentos objetivos ou subjetivos. Os jovens entrevistados afirmam que ser jovem é ser confuso, o que se configura

como elemento central quanto ao sentimento de pertencer à Vila Marcelo, em Parelheiros.

Outro ponto importante que se refere ao território foi a percepção dos jovens que participaram dos grupos acerca da violência. De forma geral, a presença da violência está nos territórios associada à presença do tráfico de drogas. No entanto, há que se destacar que o medo dos jovens está centrado na violência que eles podem sofrer da polícia, pois identificam que quando a polícia entra no bairro em busca de traficantes, no combate ao narcotráfico, é quando há mais vítimas da violência.

Mas também há que se destacar que a violência nos bairros para os jovens entrevistados está naturalizada, pois não há criticidade quanto ao que é a violência em suas múltiplas facetas. Mesmo quando verbalizam os cenários de morte de pessoas, seja pelos traficantes ou pela polícia, esse dado se expressa com naturalidade e quando retomamos com eles a questão do entendimento de proteção nesse contexto, os jovens não conseguem fazer uma crítica ao que vem sendo reproduzido no ciclo da violência.

4.9. Participação eletiva

A participação dos jovens em movimentos sociais foi outro tema debatido, mas em nenhum dos grupos ocorreu a participação política desses jovens: eles não entendem essa dimensão como sendo importante. Mesmo quando a história do território onde moram tenha a forte presença da força social e organizativa de movimentos de moradia, as conquistas locais de urbanização que resultaram da luta coletiva de moradores não são identificadas como sendo importantes em suas vidas.

Essa leitura ficou reafirmada quanto à discussão de alguma atividade religiosa: os grupos mostraram que ocorre a presença esporádica em atividades religiosas, sem nenhum vínculo importante.

Registra-se na cidade de São Paulo diversos coletivos de jovens organizados politicamente que trazem para a agenda pública questionamentos

acerca da forma como os governantes estão tratando a questão da juventude. Essa ação é, porém, coordenada e convocada pela juventude universitária representada por maior presença da burguesia, que se coloca no cenário nacional como protagonistas de movimentos.

Embora o acesso à universidade tenha sido significativamente ampliado para jovens de classes populares pelo programa Prouni, a juventude universitária ainda é representada com maior presença daqueles com ascendência burguesa. Em junho de 2013, o movimento chamado “Passe Livre”, se utilizando da rede mundial de computadores e de sites de relacionamento, convocou milhares de jovens do país para protestarem contra o aumento do transporte público, o que desencadeou manifestações quase que diárias sobre diferentes temas, inclusive quanto ao gasto em obras para copa mundial e, ao mesmo tempo, a ausência de serviços de qualidade na saúde e na educação e a presença da corrupção entre governantes e parlamentares.

Esse movimento, que não contou com um núcleo duro organizativo, tendo formato horizontal, foi criticado por partidos políticos e considerado sem legitimidade representativa por parlamentares.

Na direção de uma síntese, considera-se que a colheita pelos grupos focais deixa claro que os jovens contam com a família nos momentos de adversidade, assim como com vizinhos e amigos. Isso permite concluir que redes de proteção estão fundamentalmente construídas em relações de proximidade, solidariedade, de seus vínculos sociais: há nesse grupo um processo de identificação que os une na sobrevivência, e a família é a principal referência para os jovens como elemento de apoio e proteção, seguido dos vizinhos e dos amigos.

Os amigos representam a possibilidade de escuta sem censura, é a aceitação dos jovens no convívio entre os seus pares. Nesse sentido, os grupos de jovens se constituem como espaço de identidade e reconhecimento social, mesmo quando o formato das relações pode ser considerado não muito adequado, ou volúvel, já que ora o jovem é ligado ao clube de futebol, ora está vinculado a um estilo musical (rap, funk, samba, eletrônico, etc.), mas são nesses guetos que os jovens se encontram e discutem seus problemas.

É nesses espaços que o jovem se reconhece e constitui seus vínculos de pertencimento, é onde podem exercitar um segundo elemento de identidade, pois os jovens mostraram-se no debate dos grupos predispostos a ajudarem seus familiares, vizinhos e amigos no que eles precisarem, e isso demonstra que o ciclo de ajuda mútua se consolida nesses territórios na lógica da solidariedade.

A realização dos grupos focais e a possibilidade de ouvir os jovens foi de extrema importância para ordenar dimensões da juventude trabalhadas nesta tese, a partir das quais se mostra com maior força e presença os significados na vida dos jovens pertencentes a famílias de baixo poder de consumo e moradores da periferia da metrópole. Essa estratégia de estudo permitiu distinguir os elementos de apoio, reconhecimento e proteção para os jovens, que tem na família o principal reconhecimento de apoio.

NO LABIRINTO DIALOGANDO COM AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento de retorno aos salões do labirinto da vida em que os jovens constroem sua trajetória, seguro firme a linha que orientou este estudo, o que garante o retorno à visita dos salões percorridos que possibilitaram a aproximação dos elementos que os jovens consideram como apoio, proteção e reconhecimento. Mas este é também o momento de reencontrar as hipóteses que desencadearam a entrada no labirinto.

A primeira hipótese que tínhamos ao iniciar esta pesquisa era de que a rebeldia e os questionamentos pertinentes a esse ciclo da vida, a juventude, podem ser entendidos pela positividade, embora venham sendo tratados pela sociedade, pelos pesquisadores e pelas políticas públicas sempre carregados pela negatividade, ou seja, pelo fato de o jovem ser um indivíduo questionador e que vai ao enfrentamento por aquilo em que ele acredita.

Outra hipótese levantada era a de que as políticas públicas e os programas de atenção à juventude não atribuem/incluem a dimensão do apoio e do reconhecimento social que o próprio jovem considera em sua vida. Mas que, na verdade, uma tendência a escolhas programáticas leva a ofertas que não correspondem aos desejos e à realidade desses jovens.

Partimos, então, em busca do entendimento do que vem sendo construído teoricamente sobre o sentido da juventude e, para isso, realizamos a pesquisa bibliográfica na recente produção brasileira sobre o conceito de juventude. Identificamos uma tendência a tratar a juventude como “Juventudes”, isso se explica pela indicação de que há jovens em diferentes contextos sociais e que não se pode atribuir um sentido único a esses sujeitos.

A pesquisa mostrou que, de fato, não há um entendimento único sobre o sentido da juventude, o que se justifica pelo fato de os estudos partirem do entendimento sociológico trazido pela escola de Chicago que, em síntese, faz sua análise pautada no recorte de idade, o que vem sendo usualmente tratado pelos pesquisadores e pelas agências governamentais como algo que pode mudar de acordo com as determinantes históricas. Ou mesmo um outro entendimento que trata o jovem do ponto de vista do desvio, residindo aí uma força na análise identificada no processo como um dos principais argumentos para explicar/justificar a rebeldia/marginalidade como uma expressão do processo de criminalização da pobreza.

A definição etária da juventude tem por argumento a maturidade biológica e sua delimitação se reveste de importância para as políticas públicas, notadamente quando se pensa em estabelecer o universo dessa população, para a definição de políticas e recursos orçamentários. Compreender os jovens apenas pelo fator idade, contudo, tende a simplificar a realidade complexa que envolve elementos relacionados ao simbólico, ao cultural e aos condicionantes econômicos e sociais que estruturam a sociedade contemporânea.

Outra vertente analisada considera a juventude como a manutenção de relação conflituosa com “tudo e com todos”. É o jovem que contesta, que tem o potencial de mudança, mas essas mudanças sempre estão associadas ao “desvio” ou à “anomia”. A rebeldia, que ora é vista pela positividade quando enviesada pelo processo histórico de ruptura com as diversas formas de exploração do capital, é vista também como resistência ao sistema; mas também é entendida pela negatividade quando o jovem ganha o papel do delinquente e a esse perfil se associa o jovem oriundo da classe trabalhadora que vive na periferia.

No entanto, é importante saber que esse modo de ler a juventude pelo desvio não é hegemônico e, sim, um importante movimento histórico que explica muitas das relações existentes. A opção que se adotou neste estudo é de que, indiferentemente da forma como se dê a manifestação ou os questionamentos dos jovens, a juventude caracteriza a possibilidade de mudança e pode, a partir da união das formas como se organiza, contestar a ordem estabelecida, desde espaços mais próximos até os espaços públicos, como praças, ruas e a cidade. Cabe ressaltar que também entendemos que a construção dessa identidade juvenil não se dá de forma uniforme: ele manifesta disparidades, paradoxos e mesmo ausência de consenso ou, ainda, de direção política.

Esta afirmação parte do pressuposto de que o acesso à educação, cultura, esporte e lazer pela juventude da classe trabalhadora acaba se dando pela oferta pública de políticas, programas e projetos, não sendo garantido o ingresso de todos de forma que possibilite a construção de sujeitos críticos e que reflitam sobre a realidade vivida. Logo, produz-se um contingente de

indivíduos que não conseguem fazer críticas ao sistema vigente que espolia a classe que vive do trabalho. Ao contrário, a parcela de jovens oriundos da burguesia tem acesso a todas as possibilidades de formação crítica e de sujeitos que podem, em tese, fazer uma crítica ao sistema, inclusive sabendo se colocar no lugar dos jovens pertencentes às classes que vivem do trabalho.

A constatação disso se dá quando se observa que, historicamente, no Brasil, parte da juventude protagonizou momentos de rebeldia e questionamento contra a ordem vigente, seja no período da ditadura militar, ou no processo de *impeachment* do governo Collor de Melo, ou nas recentes manifestações ocorridas em junho de 2013, manifestações essas sempre chamadas pela parcela da juventude que está nas universidades – e, mesmo hoje, com o ingresso na universidade de jovens pertencentes à classe trabalhadora, por meio de programas como PROUNI e FIES, ainda é forte a presença de jovens pertencentes à classe burguesa.

Após entender as vertentes de análise que estão mais presentes na caracterização de juventude, a opção metodológica levou a reflexão aos salões do labirinto em que trafega a produção teórica brasileira. Nesse novo espaço, o diálogo com teses e dissertações possibilitou a aproximação com a juventude a partir do que sobre ela vem sendo construído nas diferentes áreas do conhecimento: a Educação, as Ciências Sociais, a Psicologia e o Serviço Social, áreas do conhecimento que vêm produzindo de forma mais profícua reflexões sobre a temática.

Pode ser detectado que, nos estudos pesquisados, a Sociologia dialogou de forma mais crítica, mas há que se destacar que parece consenso que grande maioria dos estudos são analisados sob a perspectiva do desvio, da rebeldia e da falta de ideologia. O jovem, na grande maioria dos estudos, aparece como o sujeito questionador e ao mesmo tempo “sem causa” e isso ocorre porque há uma tendência em se comparar a juventude da primeira década dos anos 2000, com os jovens que protagonizaram os movimentos dos anos 1960 e 1970.

Na área da Psicologia observou-se a preocupação com o entendimento das dimensões simbólicas e subjetivas da juventude, ao lado do esforço em discutir a prática profissional do psicólogo nos Centros de Referência de

Assistência Social – CRAS e nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Em meados da década de 2000 a implantação desses serviços foi disseminada no país e nesse processo a psicologia é uma das profissões que compõem a equipe mínima para o atendimento.

No Serviço Social o debate não tem centralidade na análise da juventude, pois se volta para o exame das políticas públicas para a juventude. O trabalho profissional do assistente social é apresentado de forma pragmática e programática, sem tecer considerações sobre a juventude enquanto sujeito da intervenção, sujeito este que tem uma dimensão histórica permeada de intencionalidades.

O Serviço Social tem pouco a discutir sobre o papel dos sujeitos de sua intervenção: há uma grande dificuldade em ultrapassar o discurso e colocar na agenda do dia a importância da construção de sujeitos protagonistas de suas histórias, e não simplesmente como receptores de benefícios.

Um ponto em comum apontado pelos pesquisadores da temática é o fato de a juventude ser entendida como um período de transição entre a adolescência e a vida adulta e de que, diante das incertezas inerentes a esse período, o jovem é um sujeito confuso, instável e questionador. Os jovens que participaram dos grupos focais também enfatizaram este ponto.

Constatamos que o olhar dos pesquisadores está mais voltado para a execução das políticas públicas, sem considerar de forma geral os elementos de apoio do jovem. Quanto ao reconhecimento, constata-se a forte presença das relações dos jovens em grupos, bandos e guetos, e que esse reconhecimento por vezes também é analisado de forma negativa, pois se desconsidera a potência desse lugar como de construção do protagonismo juvenil.

Se não encontramos parceiros no entendimento da rebeldia como força positiva na construção de sujeitos protagonistas de sua história, nos dirigimos aos salões do labirinto para buscar identificar no processo histórico de construção das políticas públicas para a juventude no Brasil como o jovem vem sendo caracterizado pelos instrumentos normativos que legislam sobre a juventude.

De saída, um problema a ser enfrentado se refere ao Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, cuja rede de projetos e serviços é constituída de forma orgânica para atender a esse recorte etário e não para se estender aos jovens entre 18 e 29 anos. Há, portanto, um vácuo nas políticas públicas para os jovens a fim de que eles possam contar com apoio em momentos de incerteza em face das dificuldades da vida.

Esse dilema sempre se fez presente na história do país, que desde a década de 1930 vem consolidando leis nessa perspectiva dualista que direciona suas atividades para a ocupação do tempo livre com a formação para o trabalho. Formação para o trabalho que visa ao atendimento das demandas do mercado, sem considerar os desejos do jovem trabalhador. Constituiu-se, assim, um aparato que ganha um caráter cultural ao afirmar que jovens filhos de trabalhadores só podem exercer suas atividades no chão das fábricas, e não nas profissões elitizadas destinadas aos filhos da burguesia.

Importante destacar que a questão da juventude vem ocupando, nas últimas duas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações mundiais. Isso se expressa tanto em preocupações gerais relacionadas com a inserção dos jovens na vida adulta, quanto em âmbitos específicos que relacionam os jovens com suas famílias, com a educação, com o mundo do trabalho, com a sexualidade, com as novas tecnologias, as drogas e a violência, dentre outros aspectos.

Uma das características de nossa sociedade contemporânea está relacionada com a velocidade das mudanças que ocorrem na esfera da produção e reprodução da vida social. Sem dúvida, os jovens são atores-chave desses processos, neles se integram, algumas vezes como protagonistas e beneficiários das mudanças e outras vezes sofrendo os prejuízos de processos de “modernização” produtores de novas contradições e desigualdades sociais.

No que se refere às políticas sociais brasileiras, vem escamoteado nas normativas legais para a criança e o adolescente a temática da juventude, mesmo assim direito garantido apenas para aqueles que contam com até 18 anos e 11 meses: aos jovens considerados jovens adultos (18 aos 29 anos) as legislações não garantiam nada especificamente.

Como foi tratado no capítulo III, podemos identificar que os programas e projetos oferecidos ainda hoje oferecem ao jovem atividades que visam exclusivamente o ingresso no mundo do trabalho, com um discurso que se utiliza de categorias como protagonismo, autonomia e emancipação sem, com isso, garantir ao jovem o direito de escolha daquilo que ele considera importante para a sua vida. Os programas e projetos acabam sendo, deste modo, uma extensão daquilo que é oferecido à criança e ao adolescente.

Com a aprovação do Estatuto da Juventude em agosto de 2013, há que se ponderar o fator político da vitória pela conquista desse instrumento jurídico que coloca a juventude não só como sujeito de direito, mas que materializa uma conquista social. No entanto, há que se analisar que não há avanços do ponto de vista da garantia de direitos, pois tudo que está posto no Estatuto da Juventude já está estabelecido na Constituição Federal, no ECA, na LOAS e em outros dispositivos legais: o único avanço que ele traz é o fato de regulamentar o pagamento de meia-entrada de jovens estudantes e de baixa renda a atrações de teatro, cinema, shows, etc.

Com isso, os jovens passam a ter um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado “mundo adulto” para construir seus próprios acervos e identidades culturais, mas ainda há uma rua de mão dupla entre aquilo que os jovens herdam e a capacidade de cada um construir seus próprios repertórios culturais.

Entendemos como resultado desta etapa de investigação que a juventude, mesmo com a promulgação do Estatuto da Juventude, ainda precisa ter visibilidade na execução dos programas e projetos, pois não basta dizer que o trabalho que vem sendo realizado é para a juventude, é preciso que, de fato, esses projetos sejam construídos com e para a juventude. É preciso, portanto, dar voz e escuta para as necessidades desses sujeitos antes de propor ações programáticas que na maioria das vezes não respeitam o desejo e o sonho da juventude.

Também não identificamos na análise das políticas públicas elementos que corroborem a tese de que a rebeldia pode ser entendida pela positividade, mas sim um arsenal de projetos e programas que visam exclusivamente à formação para o mundo do trabalho, em detrimento da ocupação do tempo livre

desse jovem. Contudo, os indicativos de trabalho não garantem que o jovem se coloque de fato como sujeito protagonista de sua história.

Para podermos discutir se de fato podemos entender a rebeldia como uma força positiva na construção de sujeitos críticos e protagonistas de sua história e também para podermos identificar os elementos de proteção, apoio e reconhecimento social dos jovens, nos dirigimos aos salões do labirinto para encontrar esse jovem e com ele dialogar sobre as hipóteses levantadas.

O primeiro elemento trabalhado foi quanto ao entendimento do que é ser jovem e do que é a juventude, e confirma-se que a juventude é um período de confusão, de busca, de incertezas. Essa resposta corrobora o que a maioria dos pesquisadores tem afirmado, logo, podemos confirmar essa tese.

No entanto, destaca-se que, mesmo imersos em muitas confusões e dúvidas, esses jovens têm sonhos. Sonhos que corroboram a lógica do consumo, em que a pessoa é por aquilo que ela tem: o sonho com um bom trabalho, um bom salário, que garanta o sustento da família e a compra de bens de consumo, duráveis ou não, mas o consumo, esta é a tônica, que é entendida também como um dos elementos que compõem o sentido de proteção. Ou seja, a questão da renda e da provisão é um aspecto importante da proteção, mas não o mais importante, pois, ao refletirem sobre o sentido da proteção, os jovens colocam centralidade nas relações familiares.

Eles demonstram de forma clara com quem eles contam para os momentos de adversidade da vida, e a resposta foi, de forma unânime, que as relações familiares, mesmo que conflituosas, são o pilar central do elemento de apoio e proteção com que esses jovens contam.

Este sentimento pela família se estende aos vizinhos e amigos, nos quais encontramos outro fator importante na construção desse pilar de apoio: o fato de estarmos falando com jovens que residem em territórios periféricos, considerados por eles mesmos como muito violentos. Logo, a violência dos territórios deixa todos vulneráveis ou mesmo em risco, mas, pelo fato de eles viverem lá há muitos anos, houve um processo de construção de vínculos e de reconhecimento que se estende aos vizinhos e amigos. Esse sentimento de

poder “conta com” possibilita entendermos a rede de solidariedade que vai se estabelecendo nos territórios, e que constitui um pilar de proteção.

Esses jovens, quando questionados como a família, os vizinhos e amigos podem contar com eles nos momentos de dificuldade, todos se colocaram à disposição para ajudar, para retribuir, para se sentirem úteis nessa relação: a proteção ganha, então, outro entendimento, que é o de poder “contar com...” e “contar para...”, numa rede de solidariedade primária.

A proteção também pode ser entendida pela ação do Estado, no entanto, há um sentimento de abandono presente no diálogo com os jovens que participaram dos grupos e há também um sentimento de naturalização desse abandono, o que fica claro quando tratamos da questão da violência e constatamos que o medo da violência está na entrada da polícia no território para combater o narcotráfico, pois os jovens verbalizam que aí a violência é materializada. O medo, portanto, é daquele que deveria ser um sujeito da proteção, e que a passa ser entendido como o elemento contrário.

Outro exemplo que podemos citar é a partir da análise do papel da escola, que deveria ser um espaço de proteção e de construção de sociabilidade, conhecimento e cultura para o jovem, mas que não se apresenta como um espaço de construção de sociabilidade, pelo contrário, apresenta-se como um lugar ruim, abandonado, violento, cuja desmotivação de frequentar é maior que o desejo de encontrar os amigos.

Observa-se o que é levantado pelos pesquisadores da educação, de que a função social da escola está em xeque e precisa ser revista urgentemente por aqueles que estão gestando, pensando e propondo ações educativas nas escolas. Este sentimento dos jovens em relação à escola corrobora, portanto, o que vem sendo tratado pelos pesquisadores da educação.

Se não é a escola o lugar onde o jovem se reconhece e encontra outros jovens, a rua passa a ser esse espaço. Contudo, o espaço da rua sempre é analisado pela negatividade por parte dos pesquisadores e gestores dos programas e projetos sociais, o que fica evidente quando um dos objetivos desses programas é tirar os jovens da rua, sem fazer o movimento contrário de ir para a rua e construir um caminho que potencialize a construção de vínculos

e posterior construção de um caminho de volta à escola, que potencialize a experiência da rua pela positividade.

Há propostas de trabalhos com jovens da rua e de rua, mas que ainda ocorrem de forma embrionária, mesmo os mais antigos. Prevalece a lógica das instituições higienistas que querem guardar nas instituições os jovens que ousam questionar a ordem, que querem ser diferentes, seja pela cor do cabelo, pela roupa que vestem ou pela música que escutam.

A juventude, ao contrário dos “adultos”, não fecha as portas para o diálogo, para o debate: os jovens querem ser ouvidos e respeitados. Agora cabe àqueles que estão executando o trabalho sócio educativo, gestando e propondo políticas públicas, olharem, escutarem, darem valor àquilo que vem sendo proposto pela juventude, a qual só poderá ser considerada protagonista de sua história quando de fato tiver voz e vez nessa construção histórica, quando os jovens forem respeitados por suas escolhas, sem que sejam rotulados, criminalizados e julgados de forma conservadora pelos “adultos”. “Adultos” que um dia foram jovens e que passaram pelos mesmos medos, angústias e ansiedades, que ousaram questionar seus pais e a sociedade.

A família ainda é a base de sustentação do apoio e proteção para a juventude, que só consegue construir elementos de identificação na rua com o apoio dessa família, logo, nos cabe perguntar: Quem apoia a família nos momentos de dificuldade frente às adversidades da vida? Quem garante a proteção para a família? Como é constituída a capacidade protetiva da família? Essas questões, que vem instigando e provocando os pesquisadores na pesquisa Protege Vínculos, ganham mais um elemento importante de identificação dos elementos que podem compor os elementos de proteção: a rede de sociabilidade que se estabelece no território.

Logo, entender essa lógica também se faz necessário para que possamos de fato propor ações que deem respostas a essas necessidades e revelem que nesta ordem social os mecanismos de proteção ainda estão sendo propostos atendendo à lógica da manutenção do poder nas mãos de poucos em detrimento da exploração do trabalho da grande maioria da classe trabalhadora.

Concluimos, com isso, que a rebeldia inerente a essa fase da vida tem múltiplas facetas, mas que tem uma potência pouco aproveitada por aqueles que se propõem a trabalhar com os jovens: se a rebeldia for olhada pelo aspecto positivo, entenderemos que o jovem tem elementos de construção de protagonismo e autonomia na direção de um processo emancipatório, com todos os limites postos nessa sociabilidade, mas que vem sendo pouco aproveitados quando identificamos uma tendência de ver a rebeldia pela negatividade. Ou seja, se o jovem é questionador e crítico, como atuarmos dando de fato voz e ouvidos a esse jovem? Como propor ações que respeitem de fato o desejo desse jovem? Isso se dará quando os jovens tiverem seus direitos respeitados e efetivados.

Cabe a todos, portanto, mudar essa história para que o jovem no Brasil seja de fato levado a sério, como diz a música de Charlie Brown Jr.:

Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua vida você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Revolução na sua mente você pode você faz
 Quem sabe mesmo é quem sabe mais
 Eu tô no clima
 O que eu consigo ver é só um terço do problema
 É o Sistema que tem que mudar
 Não se pode parar de lutar
 Senão não muda
 A Juventude tem que estar a fim
 Tem que se unir
 O abuso do trabalho infantil, a ignorância
 Só faz destruir a esperança
 Na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério
 Deixa ele viver! É o que liga.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. *Cenas Juvenis – punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.

_____. Espaços de Juventude. In: Freitas, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). *Políticas Públicas para Juventude em pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219 – 228.

ARIÈS, Philippe. *L'Enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris: Plon, 1960.

BOBBIO, Roberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BÓGUS, L.; WANDERLEY, L. *A luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1992.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial*. São Paulo: AlfaÔmega, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Guia de políticas públicas de juventude. Brasília: Secretaria-geral Presidência da República, 2006.

BRASIL. PEC nº138/2003, PL nº 4.529/2004 e PL nº4530/2004. Disponível em: <www.camara.gov.br>. Acesso em: mai. 2013.

BRASIL. Lei nº 11.129/2005. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao>>. Acesso em: abr. 2013.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Programa Projovem adolescente e urbano. Disponível em: <www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/projovem>. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci/data>>. Acesso em: abr. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Projovem campo: saberes da terra*. Programa Escola Aberta, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e

Adultos, Programa Universidade para Todos – PROUNI, Programa Juventude e Meio Ambiente, Programa Saúde na Escola, Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Projovem trabalhador: jovem cidadão*. Disponível em: <www.mte.gov.br/projovem/juventude_cidada.asp>. Acesso em: 10 mar. 2010. Programa Jovem Aprendiz. Disponível em: <www.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DOS ESPORTES. *Programa bolsa atleta*. Disponível em: <www.gov.br/snear/bolsa_atleta>. Acesso em: 10 mar. 2013. Programa Segundo Tempo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. *Projeto Rondon*. Disponível em: <www.defesa.gov.br/projeto_rondon/index.php?page=projeto_rondon>. Acesso em: 24 abr. 2013. Projeto Soldado Cidadão. Disponível em: <www.defesa.gov.br/projeto_soldado_cidadao>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Programa PRONASCI. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/pronasci>>. Acesso em: 13 mar. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Programa nossa primeira terra*. Disponível em: <www.mda.gov.br/portal/noticias>. Programa Pronaf Jovem. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. *Programa pontos de cultura: cultura viva*. Disponível em: <www.cultura.gov.br/cultura_viva/>. Acesso em: 09 mar. 2013.

BRANT, V. C. (Coord.). *São Paulo, trabalhar e viver*. São Paulo: Comissão Justiça e Paz de São Paulo/Editora Brasiliense, 1989.

CONJUE. Conselho Nacional de Juventude et al. (Org.) *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

_____. *Moção pela aprovação da PEC e do plano nacional de juventude*. Disponível em: <www.juventude.gov.br/27-07-2009-mocao-pelaaprovacao-da-pec-e-do-plano-nacional-de-juventude>. Acesso em: 26 jun. 2013.

COSTA, Antonio C. Gomes da. *Mais que uma lei*. São Paulo: Instituto Ayrton Senna, 1996.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

CURY, Beto. Os muitos desafios da política nacional de juventude. In: AVRITZER, Leonardo (Org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009.

DAYRELL, J. T.; GOMES, N. L. *A juventude no Brasil*. Disponível em: <www.fae.ufmg.br/objuventude/textos/SESI>. Acesso em: 23 jun 2012.

IBASE; PÓLIS. *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Relatório Final – nov.2005. Grafitto.

IBGE. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2007. *Educação juventude raça/cor: primeiras análises*. Brasília: Comunicado da Presidência nº12, 2008.

IPEA et al. (Org.) *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009. 303p. IPEA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2008. *Juventude: primeiras análises*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/091203_ComPres36Juvent.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2013.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, J. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GENNEP, A.V. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977.

GUIMARÃES, Carolina. Movimentos Culturais. Artigo apresentado ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAHAHAAJ/movimentos-culturais>>.

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

JACOBI, P. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1989.

KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 12, 1998, p. 27-42.

LOPES, R. E.; C. R.; MALFITANO, A. P. S. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR on-line*, Campinas, v. 23, p. 114-130, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art08_23.pdf>.

MANNHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. Sociologia da Juventude. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl (A). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Volume 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____(B). *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Volume 2 - O processo de produção do Capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____(C). *Capital VI – inédito de O Capital*. Tradução Klaus Von Puchen. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

_____(D). *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume I - O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

_____. *Líneas Fundamentales da la Crítica de la Economía Política: Grundrisse*. Traduccioón: Javier Peres Royo. Barcelona: Editorial Crítica, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. Tradução de Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MELLO, Karla Reis Cardoso. *Transporte urbano de passageiros: as contradições do poder - público*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH-USP, 1998 (Tese de doutorado).

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; MALFITANO, A. P. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 23, p.114-130, set. 2006.

MOTTA JR., Eliseu F. Infância e juventude. Os meios modernos de comunicação e os mecanismos de controle. *Juslitio*, São Paulo, v. 63, n. 196, out./dez. 2001. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/24315/infancia_juventude_meios_modernos>. Acesso em: 26 jun. 2013.

Organización Panamericana de La salud, informe mundial sobre La violencia y la salud: resumen. Washiton, DC, 2002.

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de educação*, n. 5, 6 mai./dez. 1997. Especial sobre a juventude contemporânea.

RIBEIRO, L.; LAGO, L. Crise e mudança nas metrópoles brasileiras: a periferização em questão. In: LEAL, Maria do Carmo et al. (Orgs.). *Saúde, ambiente e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1992.

RUAS, M. G. As políticas e a juventude dos anos 90. In: _____. *Jovens acontecendo nas trilhas das políticas públicas*. Brasília: CNPD, 1998. v. 2, p.731-752.

SANTOS, C. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU, 1982.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1993a.

_____. *Por uma economia política da cidade - o caso de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1994.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Ática, 1994. (Série Fundamentos).

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidade no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. especial, p. 95-106, 2010.

_____. *O povo vai à escola*. São Paulo: Loyola, 1984.

_____. *A ilusão fecunda. A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP, v. 5, n. 1-2, 1993, editado em 1994.

_____. Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimento sociais. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, ANPED, n.13, jan./abr. 2000, p.73-94.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. (Orgs.). *Retratos da Juventude brasileira*. Análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto da Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 129 – 148.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas no Brasil. In: DÁVILA, Oscar Leon (Org.) *Políticas públicas de juventude em América Latina*: para Ediciones CIDPA, de Viña del Mar, Chile. In: REUNIÃO ANUAL DO ANPED, 26, Poços de Caldas, MG, de 5 a 8 de dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2013.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.) *Políticas públicas: juventude em pauta*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 57-75.

SENNETT, R. *Respeito: a formação de um caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TORRES, H.; MARQUES, E.; FERREIRA, M.; BITAR, S. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, 2003.

UNESCO. *Políticas públicas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.

VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 2000.

YAZBECK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Pobreza no Brasil Contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 110, São Paulo, abr. /jun. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo (Coord.). Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez, 1998. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/5649e039-9334-482f-9431-d9059a580ad3/Default.aspx>>.

ANEXOS

ANEXO 1 – TABELA DE PROGRAMAS PARA JUVENTUDE

Projovem	Projovem	SGPR/SNJ	• Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos
----------	----------	----------	--

	Urbano		• para 18 a 29 anos; • Ampliou a duração do Programa de 12 para 18 meses. Foi estendido para as unidades prisionais ou socioeducativas de provação de liberdade; • Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho; • Mudou a forma de repasse para os municípios, os estados e o Distrito Federal, pois não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congênere. Agora o repasse é realizado por transferência automática.
Consórcio Social de Juventude, Juventude Cidadã e Empreendedorismo Juvenil	Projovem Trabalhador	TEM	• Incorporou o programa Escola de Fábrica, do MEC; • Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos
Agente Jovem	Projovem Adolescente	MDS	• Extinguiu o auxílio financeiro de R\$ 65,00 – um benefício de R\$ 30,00 é pago diretamente as famílias; • Priorizou os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família; • Ampliou a permanência no programa para até 24 meses; • Previu a expansão territorial na lógica dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) Sistema Único de Assistência Social (Suas) para 4 mil municípios até 2010.
Saberes da Terra	Projovem Campo – Saberes da Terra	MEC e MDA	• Delimitou a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos – antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos; • Incluiu Bolsa Auxílio mensal de R\$100,00, por jovem atendido não concedia auxílio financeiro.

ANEXO 2- Programas para a juventude do governo federal – Brasil, maio de 2009.

Eixo 1 – Elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual
Ampliação do Programa Bolsa família	MDS	Criado em 2008, o Benefício Variável Jovem é uma nova modalidade do Programa Bolsa Família e destina-se aos adolescentes de 16 e 17 anos, com o objetivo de estimular a sua permanência na escola.	O benefício é pago às famílias beneficiárias do Programa, no mesmo cartão das demais modalidades, no valor de R\$30,00 por adolescente limitado até dois beneficiários por família.	Em 2008 ano de Criação do Benefício Variável jovem, 1,97 milhão de adolescentes entre 16 e 17 anos tinha frequência escolar aprovada. Em 2009, esse número era de 2,15 milhões de jovens, o que comprovada a eficácia da estratégia na continuação aos estudos.
Projovem – Modalidade 1 Projovem Urbano – reformulação do antigo projovem	SNJ	Certificado do ensino fundamental e de capacitação inicial ao mundo do trabalho; desenvolvimento de experiências em ações comunitárias; pagamento de auxílio financeiro de R\$100,00/mês, pago durante 20 meses.	Jovens entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo.	Em 2008 e 2009 somente a modalidade Projovem Urbano atendeu cerca de 350 mil jovens e em 2010 atendeu 156 mil, superando a marca de 500 mil jovens beneficiados.
Modalidade 2 – Projovem Adolescente – reformulação do Agente Jovem	MDS	Oferta de atividade socioeducativas por um período de 24 meses, com introdução a conhecimentos sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento de habilidades gerais e estímulo a práticas associativas; auxílio financeiro de R\$30,00 pago às famílias.	Jovens entre 15 e 17 anos pertencentes a famílias em condições de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família, egresso ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, egressos do PETI e egressos ou vinculados a programas de combate ao	Em 2008 e 2009, 521 mil jovens foram atendidos e em 2010 cerca de 523 mil foram beneficiados.

			abuso e à exploração sexual.	
Modalidade 3 – Projovem Trabalhador – reorganiza o Consorcio Social da Juventude Cidadã, Empreendedorismo Juvenil e incorpora o Escola de Fábrica; submodalidade e execução: Juventude Cidadã	TEM	Profissionalização; elevação de escolaridade; experiências em ações comunitárias pagamento de auxilio financeiro em seis parcelas de R\$100,00.	Jovens entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, provenientes de famílias com renda familiar per capita de até um salário mínimo.	Em 2009 foram atendidos cerca de 163 mil jovens e em 2010 outros 217 mil foram beneficiados pelo programa.
Modalidade 4 – Projovem Campo – antigo Saberes da Terra.	MEC	Elevação de escolaridade; qualificação profissional inicial em produção rural; formação integral ao mundo do trabalho e da cidadania; pagamento de auxilio financeiro de R\$100,00.	Jovens da agricultura familiar, entre 18 e 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental.	Em 2009, o programa atendeu mais de 22 mil jovens e em 2010 cerca de 63 mil foram beneficiados.
Brasil alfabetizado	MEC	Destina-se a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Programa é um aporte de acesso à cidadania, despertando o interesse pela elevação da escolaridade.	Jovens, adultos e idosos que não são alfabetizados.	De 2003 a 2008 foram inscritos 10 milhões de alfabetizandos em todo o país. Em 2009 1,8 milhão de alunos estavam em sala de aula. Em 2010 foram atendidos outros 2,5 milhões.
Programa Nacional do Livro didático para	MEC	Distribuição a título de doação de obras didáticas às entidades parceiras, visando à alfabetização e escolarização	Jovens e adultos de escolas públicas.	Em 2008 foram 1.721.451 e investidos R\$ 11.896.687,40.

alfabetização de jovens e adultos.		de pessoas com idade a partir de 15 anos.		Em 2009 foram 2.854.316 livros e investidos R\$ 20.273.530,40. Em 2010 foram 15.387.000 livros com investimento de R\$ 140 milhões.
Soldado Cidadão	Ministério da Defesa (MD)	Atividade de formação e qualificação técnica para jovens egressos do serviço militar como o intuito de prepará-los para o mercado de trabalho.	Jovens recrutas	A média anual de jovens beneficiados pelo programa é de 20 mil, até 2009 foram atendidos no total 134.178 jovens em todo o território nacional.
Jovem Aprendiz	TEM	Aprendizagem do ofício ou profissão como contrato de trabalho determinado.	Jovens entre 14 e 24 anos	Sem informações.
Programa Nacional de Integração Profissional com a educação básica na modalidade Proeja.	MEC	Formação inicial e continuada/ensino fundamental; educação profissional técnica de nível médio/ensino médio; educação profissional e tecnológica integrada à educação escolar indígena.	Jovens com idade mínima de 18 anos na data da matrícula.	Em 2009 as matrículas atingiram o patamar de mais de 13,3 mil estudantes. E o Curso de especialização capacitou 3.004 professores (2009)

Eixo 2 – Educação: ensino médio e superior				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.	MEC	Distribuição de livros didáticos para os alunos das três séries do ensino médio.	Jovens que estão cursando o ensino médio em escolas públicas.	Em 2009, 7.630.803 alunos foram beneficiados. O programa atingiu 17.576 escolas em todo o país e teve o investimento de mais de 137 milhões de reais.
Programa Universidade para todos (ProUni)	MEC	Concessão de bolsas de estudos integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda. Alunos do ProUni em tempo integral recebem bolsa de um salário mínimo mensal.	Jovens com renda familiar per capita de até um salário mínimo, para bolsa integral, ou até três salários, para bolsa parcial – 50% do valor da mensalidade – e professores da rede pública que não tenham formação superior.	Desde que foi criado em 2005, até o segundo semestre de 2012 foram atendidos 1.419.481 estudantes com bolsa concedidas.
Reforço às escolas técnicas e Ampliação das vagas em Universidades Federais	MEC	Instalação de 214 escolas técnicas, 140 unidades de dedicação profissional e tecnológica com oferta total de 160 mil vagas em cursos técnicos.	Jovens com idade e escolaridade que possibilite o acesso.	No primeiro semestre de 2010 há 136 novas escolas técnicas em funcionamento. Até o final de 2012 serão 214, com oferta de 500 mil vagas em todo país.
Projeto Rondon	MD	Desenvolvimento de trabalhos nas áreas de estudos em regiões remotas do Brasil, sob a supervisão de professores, durante as férias universitárias.	Jovens estudantes de ensino superior.	De 2005 a 2010 já participaram 9.812 rondonistas em 652 municípios.

Eixo 3 – Financiamento e crédito rural				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual.
Programa Nossa Primeira Terra	MDA	Linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) para aquisição e investimento em infraestrutura básica de imóveis rurais.	Jovens entre 18 e 28 anos que queiram permanecer no meio rural.	Sem informações.
Programa PRONAF Jovem	MDA	Financiamento de até R\$6 mil para cada unidade familiar, sendo que o prazo de pagamento é de dez anos, com juros de 1% ao ano, e o prazo de carência pode ser de até cinco anos, dependendo da necessidade técnica do projeto.	Jovens entre 16 e 25 anos que tenham concluído a formação ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso de estágio de formação.	Até 2010 participaram do programa 24.717 jovens.

Eixo 4 – Cultura, esporte e lazer				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual
Praças da Juventude	Ministério do esporte	Promoção de acesso a equipamentos públicos de esporte e lazer, aliando saúde, bem-estar e qualidade de vida a atividades sócio educativas.	Crianças e jovens em situação de risco social.	Desde 2008, 150 praças já estão em construção em todas as regiões do país, com investimento de 180 milhões.
Programa Segundo Tempo	Ministério do esporte	Promoção do acesso de crianças e jovens da rede pública de ensino à prática esportiva, assegurando complemento alimentar, reforço escolar e material esportivo.	Crianças e jovens em situação de risco social que estejam cursando o ensino fundamental ou médio.	Desde 2003 foram atendidos 3,6 milhões de crianças e adolescentes, com investimento de R\$653 milhões.
Programa Bolsa Atleta	Ministério do esporte	Garantia de apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começam a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O apoio financeiro tem duração de um ano, podendo ser prorrogado.	Jovens maiores de 12 anos atletas das categorias: estudantil, internacional, nacional e olímpico paraolímpico.	Desde sua criação em 2005 o Programa já atendeu 12.793 atletas.
Programa Escola Aberta	MEC	Oferta de atividades educacionais, esportivas e de lazer nas escolas públicas do ensino fundamental e médio que são abertas nos finais de	Jovens pessoas da comunidade.	Até 2010 o programa foi implementado em 525 escolas estaduais, 1357 escolas municipais e foram investidos mais de 38 milhões de reais.

		semana exclusivamente para atender a comunidade. Os jovens que ministram as oficinas recebem ajuda mensal de R\$150,00.		
Pontos de cultura	MEC	Ampliação do acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais; repasse de recursos financeiros a cada ponto da cultura para a realização de atividades e para aquisição de Kit de produção multimídia, computadores com internet banda larga e programas de software livre, estúdio e ilha de edição.	População de localidades rurais, indígenas e quilombolas e centros urbanos e todo o país.	Atualmente existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados por todo país, e o Ministério da Cultura criou mecanismos de articulação entre eles, Instituído as Redes de Pontos de cultura e os Pontões de cultura.

Eixo 5 – Meio ambiente				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual
Programa Juventude e Meio Ambiente.	Ministério da saúde (MS) e MEC	Formação e fortalecimento de lideranças ambientalistas jovens em cinco eixos; educação ambiental, fortalecimento organizacional, educomunicação, empreendedorismo e participação política.	Jovens entre 15 e 29 anos.	Até 2010 foram realizados quatro encontros nacionais de Jovens pelo Meio Ambiente e diversas atividades de articulação com o intuito de fortalecer a Rede de Jovem pelo Meio Ambiente. Estiveram envolvidos 120 lideranças jovens de todo o país, que estão responsáveis pela ampliação da Rede de Jovens pelo Meio Ambiente.

Eixo 6 – Saúde				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual
Projeto saúde e Prevenção nas escolas (SPE) – apoio Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Fundo das Nações Unidas para a infância (UNICEF)	Ministério da saúde (MS) e MEC	Submissão voluntária e testes em vírus da imunodeficiência humana (HIV); disponibilidade de preservativos nas escolas; informações sobre: preservação do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), saúde reprodutiva e drogas.	Jovens entre 14 e 19 anos, estudantes das escolas públicas.	Não existem dados que informe o número de atendimento ou a situação atual do Programa.
Programa Saúde na Escola (PSE)	MS e MEC	Avaliação das condicionalidades de saúde; ações de segurança alimentar e promoção da alimentação saudável; promoção das práticas corporais e de atividade físicas; educação para a saúde sexual; saúde reprodutiva e prevenção das DSTs/AIDS ações de prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; promoção da cultura de paz; educação da permanente de jovens para promoção da saúde.	Alunos da rede pública de ensino: ensino fundamental, ensino médio; rede federal de educação profissional e tecnológica e EJA.	Não existem dados que informe o número de atendimento ou a situação atual do Programa.

Eixo 7 – Segurança Pública				
Programa	Órgão	Principais benefícios oferecidos	Público alvo	Situação atual
Programa Nacional de segurança Pública com Cidadania (Pronasci)	Ministério da Justiça (MJ)	Redução da exposição dos jovens à violência e à criminalidade.	Tem como público prioritário de ações a população de 15 a 24 anos de idade, moradora das regiões metropolitanas mais violentas do país.	Dentre as ações destinadas aos jovens pode-se destacar que até dezembro de 2009, 11 mil jovens tornaram-se multiplicadores da cultura de paz. Na ação com o Projovem Prisional foram atendidos em 2009, como projeto piloto, 560 jovens em presídios da cidade do Rio de Janeiro, Belém, e Rio Branco. Em 2010 as parcerias com os governos estaduais e universidades beneficiaram 6,8 mil detentos, com a inclusão de outras capitais.
Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens.	Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH)	Articulação política, que prevê ações de advocacia nacional e de mobilização de diferentes atores sociais; produção de indicadores sobre a mortalidade de adolescentes e jovens; levantamento, análise e difusão de metodologias que contribuam para a prevenção da violência e, sobretudo, para a diminuição das taxas de letalidade de adolescentes e jovens no Brasil.	O público é constituído de adolescentes e jovens. Em agosto de 2009, a faixa etária ainda não estava definida.	A partir de 2012, o programa foi ampliado e agora atua em 16 regiões metropolitanas – Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Recife, Salvador, Maceió, Belém, RIDE-DF, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus e Rio Branco – priorizando os territórios mais afetados pela letalidade de adolescentes e jovens.
Plano Juventude Viva	Secretaria Nacional de Juventude	Trata-se de um plano que incorpora a dimensão preventiva à violência, articulando políticas sociais nos campos da educação, do trabalho, da cultura, do esporte, da saúde, do	Voltado prioritariamente a 132 municípios que, juntos, reúnem mais de	Encontra-se em fase de implantação com objetivos de: • Desconstrução da Cultura de Violência; • Inclusão, Emancipação e Garantia de direitos;

	(SNJ)	acesso á justiça e à segurança pública, para ampliação dos direitos da juventude, combate às desigualdades raciais e garantia dos direitos humanos.	70% dos homicídios contra jovens no Brasil.	• Transformação de Territórios; • Aperfeiçoamento institucional com enfrentamento ao racismo nas instituições que os jovens se relacionam;
--	-------	---	---	---

Fonte: Ministérios setoriais – Elaborado pelo autor.

Questão	Respostas Jardim Ângela – Morro do Índio	Análise das respostas
Nome e Idade	1) Marcos, 17 anos 2) Ruan, 17 anos 3) Lucas, 21 anos 4) Claudio, 22 anos 5) Jonas, 18 anos 6) Marcelo, 18 anos 7) João, 24 anos 8) Mateus, 17 anos 9) Milton, 19 anos 10) Josué, 19 anos	
O que é ser jovem?	1) É não saber para onde vou e nem de onde venho, é viver hoje sem pensar amanhã, é estar sem noção das coisas, é estar longe dos sonhos. 2) É querer muitas coisas ao mesmo tempo, e não poder ter nada, pois tudo que quero, senhor, está longe do que posso comprar, tudo que eu quero e sonho é muito caro, é muito muito caro. 3) Eu acho que ser jovem é ser mais um no mundo, o jovem não tem esperança, o idoso não tem esperança, nós aqui da quebrada, minha mãe, meus irmãos, meu avô, nós não tem nada e nunca vamos ter mais que já temos... O fundo do poço é aqui... Nem sei por que você me pergunta isso, ser jovem é ser especial? Porque dar essa importância para a gente? Porque do nada esta semana você é o terceiro que vem me perguntar o que é ser jovem... Não sei... Mesmo não sei... 4) A juventude é um carro em alta velocidade sem	Os participantes conseguiram identificar alguns pontos polêmicos sobre o ser jovem é o indivíduo confuso, com desejo de consumir e atender à lógica do mercado, a uma tendência ao pessimismo frente às diversidades da vida o grupo ponderou várias teses sobre a juventude, mas foco principal foi a questão do ter para ser, e que este mote do consumo acaba por mascarar as diferentes concepções de homem e de mundo, é ver nos pais o avesso do que eu quero ser, é estar questionando a negativa da vida, mas sem ser propositivo, sem sonhar. Um grupo de meninos que não conseguiram colocar o sentido de prospecção nesta fase da vida.

	rumo... Sem rota... Com um motorista alcoolizado que não pode e nem quer parar para nada... Ser jovem é ser louco... é não ter esperança... 5) Eu me pergunto sempre o que eu sou e o que eu quero fazer... Acho que ser jovem é estar se perguntando o que fazer da vida... Que para ser alguém eu tenho que trabalhar... Onde trabalhar... Quanto receber... Vai dar para comprar tudo que desejo... Não vai... O jovem não tem valor se não tiver tudo que nos deixe mais bonito... Nos deixe mais aceito... As meninas só querem os caras que tem alguma coisa e eu não tenho o que oferecer para as minas, e aqui na quebrada é muito difícil... Eu nem gosto de pensar... Dá um negócio por dentro... Uma revolta nem sei de que... 6) Eu sou jovem eu sou um cara legal, quero ter muita coisa, quero comprar tudo que desejo, ainda não sei como, pois não tenho emprego e só sei que não quero ficar sendo explorado... Não quero ser diferente, só quero ser gente. Ser jovem é ser gente e ponto. 7) Eu tenho uma ideia de que ser jovem é estar sempre disposto a fazer coisas novas, viver novas experiências, é ter um sonho, é poder sonhar em ter muitas coisas...	
--	--	--

	8) Meu, ser jovem é ser diferente de minha mãe que é veia... Meu, ser jovem é ser feliz, ser livre, ser diferente... Eu sou diferente, mas não sou livre, pois dependo da minha mãe e quero ser feliz, mas não sei se serei... Acho que serei diferente de meu pai... Que nem conheci... Diferente da minha família... É ser jovem é ser questionador eu questiono tudo e todos a todo tempo... 9) Ser jovem é não ser igual a ninguém, é ser gente e pronto. 10) Ser jovem é poder ainda sonhar com coisas que podemos ter, mas ao mesmo tempo não ter a certeza de que nada pode acontecer, pois a vida de hoje não garante nada a ninguém.	
O que você entende por proteção?	1) Estar com gente que cuida da gente, estar bem. 2) Poder saber que tem alguém ou alguma coisa com o que contar na hora que não tem nada para nos salvar de alguma coisa difícil. 3) Não sei, eu me sinto protegido com minha mãe e meus irmãos, sem eles não sei... 4) Estar protegido. 5) Estar protegido também. 6) É estar protegido com alguém que cuide da gente. 7) Meu estar protegido é poder contar com alguém, é proteção que não temos por parte do governo por	O grupo centrou o sentido da proteção na relação familiar e ficou muito forte a presença da mãe como elemento central da proteção, estar com a mãe é estar protegido. Com esses depoimentos, podemos identificar que a proteção se faz nas relações, mas também identificam que a presença do Estado pode contribuir com o sentido da proteção, principalmente no que se refere ao combate à violência, ou mesmo para alguns não há o entendimento do que é estar protegido, o que nos remete a pensar em duas hipóteses: uma de que o estado de alienação e de naturalização da violência e dos processos de exploração está tão

	exemplo...há o governo deveria nos proteger e não nos protege o bairro e a cidade é muito violenta. 8) Eu acho que é estar protegido. 9) Acredito que a proteção esta mais na relação com que temos nas nossas relações. 10) Eu não sei o que é... Pode ser estar protegido, esse é o sentido, né.	arraigado que o jovem não percebe a violência no seu cotidiano logo não entende o sentido da proteção, a segunda hipótese complementa a primeira no sentido de que a ausência de referências contrária ao cotidiano vivido faz com esses jovens não consigam ter elementos de comparação.
Como é a relação com a família?	1) Minha família é a melhor coisa da minha vida. 2) Depende do dia, tem dia que é boa, tem dia que não é... Mas é na maioria das vezes melhor. 3) Eu moro com minha avó, ela nem liga para o que faço, eu gosto da nossa relação. 4) Minha família é tudo que tenho. 5) É boa. 6) Depende do ponto de vista... Com minha mãe e minha avó é legal, com minhas irmãs e meu padrasto é ruim. 7) Meu pai se dá bem comigo, me entende, minha mãe nem tanto, mas gosto dela, brigamos muito e meus irmãos, se não se meterem na minha vida ai está tudo certo. 8) Meus irmãos são meus amigos, brigamos, mas nos gostamos, meu pai é um cara distante, mas é legal e minha mãe é meu grande amor, adoro minha mãe. 9) Minha mãe é a melhor coisa da minha vida, mas	No que se refere à relação familiar, para esse grupo fica evidente que há algumas tensões nas relações familiares, mas todos gostam da família e demonstram ter vínculo afetivo com seus familiares, mesmo que não saibam expressar isso, e acabam por potencializar o conflito. Há uma relação de afeto, de pertencimento e de proteção, neste caso fazendo uma análise em comparação à questão anterior, em que eles identificam a proteção com a presença da figura materna e da família de forma geral.

	mesmo assim brigamos muito porque ela fica muito no meu pé, meus irmãos são distantes, nem sei... 10) Minha família é minha proteção, nos cuidamos e nos protegemos...	
Qual a relação com seus vizinhos?	1) Tenho vizinhos que são como da família, mas tem umas tias que fazem fofoca pra caramba, implicam com tudo, eu gosto de alguns. 2) Minhas vizinhas me conhecem desde pequeno e confundem as coisas, acham que por isso podem cuidar da minha vida e aí as coisas ficam tensas. 3) Meus vizinhos são gente boa, olha onde estamos, na casa de uma delas, aqui todo mundo é gente boa. 4) Eu gosto de alguns vizinhos, de outros não. 5) Eu tenho vizinhas que não dá para conversar, mas tem alguns legais, e outros que nem saem de dentro da minha casa, se metem em tudo. 6) Olha, eu gosto de todos, mas permaneço longe para evitar conversa, vou na casa de um ou outro e de vez em quando. 7) Eu não vou mentir, meus vizinhos são muito fofoqueiros, se metem em tudo não gosto da maioria, por isso fico mais em minha casa. 8) Meus vizinhos acham que são da família, se metem em tudo, eu gosto de algumas pessoas daqui da	De forma geral, há uma identificação com os vizinhos na relação de amizade e de poder contar com eles, mostram elementos que também mostram a existência de pontos de conflito, mas fica mais forte o sentido das relações positivas.

	vizinhança, mas não de todos. 9) Eu não curto meus vizinhos, quem curte é minha mãe, eu gosto mais dos vizinhos de onde morava, lá era melhor. 10) Meus vizinhos são pessoas com quem eu posso contar, gosto deles.	
Qual sua relação com seus amigos? Vocês têm amigos?	1) Eu tenho muitos amigos, saímos aqui no bairro e a melhor coisa é me encontrar com todos da minha quebrada. 2) Meus amigos são poucos, mas sei com quem ando, não gosto de andar com qualquer um (o que é qualquer um) são aqueles caras que são muito, sei lá tonto, sem noção das coisas, vacilão. 3) Tenho poucos amigos, mas me dou bem com todos. 4) Eu também tenho poucos amigos, mas gosto de todos e ajudo e sou ajudado sempre que precisamos. 5) Eu tenho amigos da escola, saímos e nos divertimos, gosto deles. 6) Eu nunca fui popular e também não tenho muitas amigas, mais amigos e todos da minha escola e da minha rua. 7) Eu tenho amigos desde pequeno, conheci na rua, depois fomos todos para mesma escola, tem um que ficou na FEBEM comigo numa parada errada aí (risos), mas todos manos firmeza. 8) Eu tenho amigos que	A relação de amizade entre os jovens entrevistados mostra-se muito presente e importante na construção de uma identidade, mostra a existência de vínculos fortalecidos pelo tempo de convivência e de troca de experiências. As teses e dissertações que foram pesquisadas enfatizam este ponto, em que o jovem busca nas “tribos”, nos “guetos”, nos “grupos”, um lugar de pertencimento pela igualdade, o que nos remete a tecer uma hipótese de que estes grupos de jovens devem ser entendidos principalmente por aqueles que desenvolvem atividades sócias educativas no trabalho social com famílias como um espaço privilegiado de construção de diálogos que de fato traga os jovens para os programas e projetos desenvolvidos.

	são da escola e do grupo do CJ, eu gosto deles, me dou bem com todo mundo. 9) Eu tenho meus amigos, a maioria está aqui (risos), nós fazemos muita coisa junto e gosto de todo mundo, é tudo firmeza. 10) Amigos eu tenho muitos e gosto de conviver com todos, de forma geral me dou bem com as pessoas.	
Com o que vocês podem contar com a família nos momentos de adversidade?	1) Minha família sempre está perto quando preciso, sei que posso contar com eles. 2) Eu também posso contar com minha família para o que precisar. 3) Minha mãe e meus irmãos são minha referência e posso contar com eles, sei disso. 4) Brigamos muito, mas sei que quando o bicho pega, eu posso contar com eles. 5) Meu, minha família é tudo para mim, conto sempre com eles. 6) Família é para os momentos fáceis e difíceis e nós em casa, mesmo brigando pra caramba, nós sempre nos ajudamos para tudo, até para comprar a briga na rua por quem for. 7) Já tive muito problema com minha mãe ela pegava muito no meu pé, chato mesmo, hoje sei que ela queria me proteger, mas hoje, antes não, eu achava que não podia contar com eles, mas quando precisei foi minha	Aqui, a hipótese de que o elemento central de apoio ao jovem está na família fica corroborado, pois há de forma unânime o sentimento de que eles podem contar com a família para qualquer situação, e dá sentido ao fato do que foi discutido anteriormente, do sentido da proteção estar focado na figura materna e na presença da família.

	família que me apoiou, hoje sei que posso contar com minha mãe principalmente. 8) Minha família, eu posso contar com tudo que precisar, qualquer parada. 9) Eu também demorei para entender que minha mãe queria me proteger das coisas, hoje eu sei que a veia lá de casa é a pessoa que vai sempre me socorrer, eu (silêncio... emoção) posso contar com ela e ela comigo, brigo com todo mundo em casa, mas sei que eu estou errado ainda. 10) Minha família é o que eu tenho e com quem conto para tudo.	
Com o que vocês podem contar com os vizinhos?	1) Sei lá, acho que, tirando dinheiro, se precisar de outra coisa aí sim posso contar com eles. 2) Eles se metem muito na minha vida, mas tem duas ali que posso contar, sei lá, se estiver com fome. 3) Eu já precisei do meu vizinho para socorrer minha mãe quando ela caiu e se machucou e acho que posso contar com eles, são gente boa. 4) Mesmo não me relacionando com eles eu acho que podemos contar com eles. 5) Eu também acho que podemos contar com eles. 6) Eu acho que posso contar com eles, pois são gente boa. 7) Não sei, às vezes acho que sim, mas às vezes acho que não posso	A relação com os vizinhos acaba por aparecer como uma extensão da família, pois eles entendem que podem contar com os vizinhos, neste caso os jovens entrevistados vivem no bairro há muitos anos e conhecem os vizinhos há muito tempo, o que possibilita a construção de vínculos, haja vista que quando perguntado sobre a relação com os vizinhos eles mostram que há pessoas com quem eles têm problemas e pessoas com quem eles podem contar e avaliam que de forma geral são pessoas boas, na relação com a família isto também é presente, ora me dou bem com os irmãos ora há muito conflito, com a mãe e pai também isso ocorre o que nos mostra que há neste caso uma cumplicidade que nos faz pensar que a relação de apoio dos jovens também se

	contar com eles, não sei. 8) Eu acho que posso contar mesmo com problemas, nos ajudamos. 9) Acho que sempre podemos contar, pois eles apoiam quando temos problemas. 10) Nos problemas sempre tem gente que ajuda, não sei se de curiosidade, mas ajudam.	estende aos vizinhos.
Posso contar com meus amigos para os momentos de adversidade?	1) Não sei se posso contar, acho que sim. 2) Posso contar com alguns. 3) Posso contar com alguns que são mais firmeza, mas posso, nós nos ajudamos. 4) Com meus amigos eu posso contar, afinal são amigos. 5) Posso contar com os mais próximos, somos fiéis uns aos outros. 6) Sempre conto, sempre. 7) Conto sempre. 8) Não sei se de fato precisar poderia contar, não sei. 9) Acho que sim, eles podem contar comigo, acho que posso contar com eles. 10) Posso contar sim, meus amigos são firmeza.	Mesmo tendo nos amigos os elementos centrais de pertencimento e reconhecimento, quando perguntado sobre como eles podem contar com os amigos não há uma resposta efetiva de que posso contar, não há segurança, não é este grupo o que de fato protege, eles se reconhecem, mas não se protegem, para este grupo fica evidente que o fato de os amigos serem em tese também jovens pertencentes à mesma comunidade, vivenciando os mesmos problemas e dificuldades, isso pode levar à identificação de que eles não têm condições de ser um apoio em momentos de adversidade.
Com o que sua família pode contar com você nos momentos de adversidade?	1) Minha família pode contar comigo para o que precisar, eu vou estar lá. 2) Pode contar com tudo, eu me viro para ajudar. 3) Para tudo, para o que precisar. 4) Minha família pode contar comigo para tudo. 5) Para tudo que puder	A família, sendo o elemento central de apoio e proteção, é reconhecida e entendida pelos jovens e isso se confirma na disposição de todos a ajudar, seja em qualquer sentido a família, eles estão disponíveis para ajudar, a tese do contar para se confirma neste grupo.

	ajudar. 6) Para tudo, sempre. 7) Pode contar para o que der e vier. 8) Com qualquer coisa, minha família é minha referência. 9) Eu estou disposto a tudo pela minha família. 10) Hoje sei que posso ajudar, antes nem sabia.	
Com o que seus vizinhos podem contar com você nos momentos de adversidade?	1) Bom, acho que posso ajudar se eles precisarem, sei lá depende da necessidade, nunca pensei nisso, acho que pode contar sim. 2) Então, acho que posso ajudar no que for preciso, sei lá... 3) Se eu puder ajudar, ajudo, mas nem sei como. 4) Podem, se puder ajudar, ajudo. 5) Ajudo, pois aqui mesmo com brigas nos ajudamos. 6) Se eu quero poder receber a ajuda deles também vou ajudar se precisar. 7) Podemos nos ajudar sempre, eles podem contar comigo. 8) Podem contar sempre, se for útil de alguma forma. 9) Podem contar, com o que não sei, mas ajudo sim. 10) Eu ajudo se me pedirem.	Com os vizinhos há também a extensão do “contar para”, eles se colocam à disposição para ajudar se for requisitado, muitos não sabem como ajudar, mas estão disponíveis.
Com o que seus amigos podem contar com você nos momentos de adversidade?	1) Então, eu posso ajudar eles no que puder fazer, se eu puder ajudar. 2) Meus manos podem contar comigo desde que a parada não seja errada, eu ajudo. 3) Para tudo que precisar,	Com os amigos, mesmo não tendo a mesma segurança no contar com os amigos, em momentos de dificuldade o grupo mostrou-se solidário aos amigos, mas isso não ficou forte como na relação com a família e com os

	meus amigos são meus amigos. 4) Amigo sempre pode contar comigo. 5) Eu posso ajudar meus amigos no que eles precisarem. 6) Eles podem contar comigo sempre. 7) Para tudo que puder ajudar. 8) Eu acho que posso ajudar se eles precisarem. 9) Eu posso ajudar no que for preciso. 10) Ajudo sempre.	vizinhos, a relação com os amigos é frágil neste aspecto do contar com e contar para.
Qual sua relação com a escola?	1) Minha escola já foi boa, hoje é uma bosta, ninguém faz nada lá, eu vou na escola, mas se pudesse mudaria. 2) Minha escola, eu já passei por todas as escolas aqui do bairro, eu não gosto da escola, gosto de encontrar meus amigos só. 3) Olha, eu já gostei mais da escola, hoje acho que ela não me representa, pois não podemos fazer nada, falar nada, as aulas são chatas, todo mundo reclama. 4) Quase todos aqui passaram pela escola do bairro, mas hoje a escola está diferente, não gosto mais de ir lá, gostava antes, hoje não tem muito sentido, nem sei por que, mas acho isso. 5) A escola é muito legal, eu gosto das pessoas e dos amigos, mas não sei se todo mundo gosta. 6) A escola já foi boa, hoje não é mais, está ruim, tudo lá, tem tráfico de drogas e ninguém faz	Este grupo também corrobora as teses e dissertações que discutem o papel e sentido da escola na vida dos jovens. De forma unânime, a escola não é um lugar bom de referência, eles não fazem menção ao sentido da escola, não trazem isso como um valor e sim como algo negativo. Há alguns que até fazem menção à escola como lugar de encontrar os amigos, mas não de aprendizagem.

	nada, é ruim. 7) É acho que é isso, as coisas estão ruins na escola por tudo, mas principalmente pela violência. 8) Nossa escola hoje é um lugar ruim, mas não é a nossa escola aqui, ali tem outras escolas que também tem os problemas que temos aqui, e meus primos que moram no Jabaquara também dizem que a escola lá é ruim. 9) É, na minha escola as coisas são difíceis, e meus primos também dizem que as escolas são ruins. 10) A escola mesmo ruim tem importância, mas é ruim ir lá, por tudo que nós falamos aqui, é violento, abandonado, ruim, essa é a palavra.	
Qual o sentimento que você tem pelo seu bairro?	1) Eu gosto daqui, sempre morei aqui conheço muita gente, e não tenho vergonha de morar aqui. 2) Eu gosto daqui, mas se pudesse mudaria, para mais perto da casa da minha vó. 3) Eu gosto daqui mesmo sendo violento e feio, porque é feio, mas eu não penso em mudar daqui, queria uma casa melhor, mas aqui. 4) Eu tenho orgulho daqui, é de verdade meu bairro, é ruim, mas gosto daqui; 5) Eu gostaria de mudar daqui, pela violência, mas gosto das pessoas, não gosto também do transporte, que é ruim. 6) Eu gosto muito daqui e	A história destes jovens se mistura com a história do bairro, eles cresceram, construíram laços de pertencimento no bairro, muitos têm orgulho de viver ali, mesmo sendo um local violento, feio, longe do centro da cidade, há muito forte uma relação de pertencimento.

	se fosse mudar mudaria de casa, pois a minha é ruim. 7) Aqui tem muitos problemas, é longe do centro de São Paulo, tem pouco transporte e muito trânsito, muita violência e pouca polícia, mas gosto de morar aqui pelas pessoas. 8) Eu também acho que temos todos estes problemas, mas gosto do bairro. 9) Eu mudaria daqui mesmo tendo bom relacionamento, gostando das pessoas, gostaria de mudar para mais perto do centro de São Paulo. 10) Eu concordo com todo mundo, minha casa é ruim, mas gosto do bairro.	
Você participa ou já participou de alguma atividade política aqui no bairro (associação de moradores, movimento de moradia, movimento de igreja, estudantil, etc...)?	1) Não, eu nunca participei de nada. 2) Eu não participo de nada disso, não gosto de política. 3) Só de reunião do futebol no campo quanto tínhamos que conseguir usar a quadra da escola no fim de semana, mas foi duas vezes, nem conta. 4) Não participo de nada. 5) Nunca participei. 6) Não participo de nenhuma atividade. 7) Eu já fui em reuniões na escola, mas faz tempo. 8) Eu também ia na reunião no campo de futebol, mas não virou nada, deixamos de ir. 9) Eu acho importante, mas não participo de nada. 10) Já participei na rua de	Este ponto nos chamou muita atenção, pois há uma ausência de participação política desses jovens, eles não só não participam de nenhuma atividade coletiva como nem indicam alguma reflexão sobre a importância deste espaço, em dois depoimentos houve um movimento refratário de participação em uma atividade esportiva, mas sem uma continuidade e sem significado objetivamente.

	casa para organizar aquela festa junina, mas foi só uma vez.	
Participação em atividades religiosas	1) De vez em quando eu vou no culto com minha mãe, é só isso. 2) Eu vou no culto de vez em quando. 3) Eu não frequento nada. 4) Eu gosto da igreja, mas neste momento estou sem paciência de ir. 5) Vou de vez em quando com minha mãe na missa de domingo. 6) Nunca vou, minha mãe até briga comigo, mas não gosto de ir. 7) Eu sempre que posso vou, acho importante, mas não ando com vontade de ir. 8) Eu gosto, mas também não vou com frequência. 9) Eu vou muito raramente a missa. 10) Se tiver festa eu vou, só se tiver festa.	A participação nas atividades religiosas não é colocada como um elemento importante para esses jovens, não há frequência nem vontade de ir às atividades religiosas.
Se hoje vocês perderem tudo que têm (casa, roupas, emprego, saúde), com quem vocês contariam?	1) Com meus tios e tias eles nos ajudariam. 2) Com meus familiares. 3) Acho que contamos com nós mesmos e com meus familiares. 4) Não participo de nada, não gosto. 5) Eu vou na missa sempre que posso. 6) Eu vou no culto de vez em quando. 7) Eu não vou em nada, minha mãe até chama, mas não vou. 8) Não gosto de nada da igreja, não vou. 9) Eu também vou no culto somente. 10) Eu nunca vou, ia quando era pequeno, ia obrigado.	A família mais uma vez é central na hora da adversidade: é com a família que eles contam para os momentos de maior problema na vida.
Como é a questão da	1) Aqui é muito violento,	A violência é presente na

violência no seu bairro para você?	não é a qualquer hora que podemos ficar dando mole, mas como conhecemos todo mundo, aí as coisas ficam mais fáceis, mas, por exemplo, se tivesse que vir aqui sem conhecer ninguém eu teria medo. 2) Eu acho aqui muito violento, não podemos vacilar com as coisas. 3) Esse bairro aqui é muito violento, mas como conheço muita gente, eu não tenho medo, mas me cuido. 4) É muito violento, esse é um grande problema e tem pouca polícia. 5) Tem muitos focos de violência, principalmente por conta de droga. 6) Eu acho que tem lugar mais violento, acho que é normal, sei lá eu nunca sofri violência. 7) Tem muita violência, não podemos negar isso, aqui é foda. 8) Tem muita violência por causa da droga, mas tem muita gente trabalhadora. 9) Tem muita violência aqui sim. 10) Temos muita violência, é um bairro violento	relação cotidiana dos jovens com o bairro, há uma certa naturalização da violência no grupo, há uma intenção de colocar na ausência da polícia e ou segurança pública a culpa pela violência e uma necessidade de enfatizar que tem violência mas tem muita gente trabalhadora, o que nos remete a pensar nos processos de criminalização da pobreza.
---	---	--

Você, jovem, acredita que suas ideias são ouvidas e respeitadas pelas pessoas com quem você convive?	1) De vez em quando não, sempre acho que não tenho muito crédito, não. 2) Eu acho que não, sempre as pessoas acham que sabem mais que a gente. 3) Eu acho que minhas ideias não são entendidas pelas pessoas, mas eu não deixo de colocar elas. 4) Não acho. 5) Também não acho que minhas ideias sejam respeitadas pelos adultos, entre meus amigos sim. 6) É isso, entre meus amigos sim. 7) Concordo, minhas ideias são respeitadas pelos meus amigos e pela minha mãe de vez em quando. 8) Acho que não, de forma geral não. 9) Acho que sim, depende do que é a ideia. 10) Na maioria das vezes não.	O grupo coloca que mesmo não sendo ouvidos, eles não deixam de se colocar, mas acham que suas ideias não são ouvidas e entendidas.
O que você espera para sua vida daqui a um ano?	1) Eu gostaria de ter um bom emprego, uma boa casa e não ter os problemas que minha família tem hoje. 2) Eu queria estar morando em uma casa melhor em outro bairro. 3) Eu quero poder estar com uma vida muito mais fácil, podendo comprar o que quero e com uma casa melhor. 4) Tenho muitos planos, mas se tiver pelo menos um bom emprego já será legal. 5) Quero um carro e um bom emprego. 6) Ter um bom emprego,	Quando provocados a pensar sobre seus sonhos e projetar o futuro, essa projeção está vinculada ao trabalho como elemento central para o ingresso no mundo do consumo e do ter para ser, de alguma forma estar trabalhando é um elemento importante no sentido de apoio e proteção para esses jovens.

	isso ajudaria muito a conseguir o que desejo. 7) Estar melhor de vida, ganhando um bom salário, acho que isso. 8) Eu queria uma casa melhor e um bom emprego e aí teríamos menos problemas em casa. 9) Quem sabe estarei casado, com meus filhos e com um bom emprego para poder cuidar da minha família. 10) Eu queria um bom emprego e uma casa mais bonita, roupas boas e não ter mais falta de comida em casa.	
--	---	--

Questão	Respostas Jardim Marcelo	Análise das respostas
Nome e Idade	1) Rosana, 25 anos 2) Lucas, 19 anos 3) Carlos Henrique, 20 anos 4) Juliano, 17 anos 5) Claudio, 18 anos 6) Clarice, 18 anos 7) Simone, 18 anos 8) Leonardo, 19 anos 9) Clovis, 22 anos 10) Daniel, 25 anos	
O que é ser jovem?	1) Ser jovem é ser livre, é saber que <u>você tem um mundo de coisas para conquistar</u> e construir na vida, <u>mas é também ter muito medo do que pode não dar certo</u> . 2) Ser jovem é <u>ser livre, é ter vontade de fazer as coisas e fazer</u> , acho que ser jovem é ser questionador. 3) Eu acho que ser <u>jovem é ser uma pessoa em confusão com o que vai ser da vida</u> , eu sou assim confuso, não sei muito bem o que será da minha vida. 4) Eu sou jovem e <u>sou uma pessoa que sonha e que vou atrás dos meus sonhos</u> . 5) Eu acho que <u>ser jovem é ser sonhador, é ser confuso, é ser questionador</u> , é ser o que eles disseram que é o que sou e ser exatamente assim doido. 6) Eu acho que já passei por muitos problemas e nem sei se penso como jovem às vezes acho que penso como uma velha (risos), eu tenho tantas coisas para fazer que nem tenho tempo para	Para este grupo de jovens o sentido da juventude está associado ao sentido da confusão, de não saber ao certo o que é e o que será da vida, mas há que se destacar um sentimento de luta pela conquista do sonho, da ação propositiva.

	viver confusa, pelo menos acho que para algumas coisas não sou confusa sou determinada, quero e vou atrás do que quero, <u>sou lutadora</u>, sei que não vou ter nada na vida se não lutar para conseguir. 7) Eu sou uma jovem que sonha muito, então acho que <u>ser jovem é ser sonhadora</u>. 8) Bom, depende das responsabilidades de cada jovem, eu sou jovem, mas sou um cara que não fico sonhando eu tenho atitude, quero hoje, e não fico pensando no amanhã. 9) <u>Eu tenho opinião de que ser jovem é ser não só sonhador, mas poder ter a chance de ter na vida tudo que queremos, dentro da nossa realidade, pois também não acho que vou conseguir ganhar dinheiro para morar no Morumbi (risos), mas se quisermos podemos ter coisas aqui no bairro, nossa vida e nossa família, é isso.</u> 10) Eu já passei da fase do sonhador e hoje quero mais realidade, eu acho que o jovem, ser jovem é ser isso confuso e sonhador, e que isso é importante desde que saibamos que nem só de sonho vive o homem e sim de realidade.	
O que você entende por proteção?	1) Eu entendo várias coisas por estar protegida, como ter um portão na minha casa, grades na janela, mas também	A proteção para este grupo está associada à presença da família, de forma geral contar com a presença de familiares é um porto seguro, outro

	pode ser estar com alguém que nos proteja, no meu caso eu já fui casada e tinha meu marido que me protegia, hoje eu protejo meu filho e ao mesmo tempo sou protegida pela minha família, então depende do que entendemos por proteção, mas acho que é isso. 2) É estar em um lugar seguro com pessoas que você gosta e confia; é ter dinheiro para comprar o que precisamos; é ter o que comer e beber, é isso, acho que é isso. 3) Eu também acho que é estar com quem gostamos, mas acho que é poder estar com minha família. 4) Eu acho que é estar longe dos perigos da vida e isso para mim fica mais visível dentro da minha casa. 5) Estar protegido é estar perto da minha mãe e da minha avó, elas me protegem. 6) É estar com minha família e com meu namorado. 7) É estar com minha mãe e irmãos na minha casa. 8) É estar em um local onde não tem violência, fome, guerra, crime, e lógico com minha família. 9) É poder contar com as pessoas queridas, minha mãe e familiares nos momentos difíceis, eu me sinto protegido em saber que posso contar com eles.	ponto destacado é ter dinheiro, e a segurança de renda aparece como um indicador de segurança e, por fim, ter segurança no bairro como indicador. O debate com o grupo mostrou que a unidade familiar é forte e presente na vida deles, mas não deixaram de ponderar que a questão financeira interfere na questão da proteção assim como as questões de violência no bairro também é um fator que interfere na proteção.
--	--	--

	10) É poder contar com a família e também poder ter um lugar seguro para morar e viver, isso está um pouco longe da nossa realidade, mas temos que pensar nisso também se tivermos segurança aqui no bairro teremos também mais proteção.	
Como é a relação com a família?	1) Eu tenho hoje uma relação muito boa com minha família, mas isso nem sempre foi assim, eu saí de casa aos 15 anos, me casei e só sai de casa pois minha mãe morava com um homem que me batia e não aceitava aquilo, então arrumei barriga do meu namorado e fui morar na casa dele e claro que não deu certo, mas entendi com a separação tudo que minha mãe sempre quis me dizer, então passei a me dar melhor com minha mãe e irmãos. 2) Minha relação com minha família é boa, mas brigamos muito, mas gosto deles, a briga faz parte. 3) Eu me dou bem com todo mundo de casa. 4) Eu penso que minha família é tudo na minha vida, então me esforço para não ficar brigando, mesmo sendo difícil. 5) Eu já briguei muito com minha mãe, hoje eu procuro me dar bem com ela e com meus irmãos, mas gosto de todo mundo. 6) Eu me dou muito bem com minha família (risos), mas tenho	Este grupo enfatizou que a relação familiar é importante, no entanto, o conflito com a mãe ou com irmãos é muito presente, eles dizem que a relação é boa, mas tem conflito e que o conflito faz parte da vida em família. O que nos remete a pensar no processo de atendimento sócio familiar em que o conflito familiar é um dos principais fatores que leva ao encaminhamento inicial e também um dos principais fatores que leva à saída de casa e à ruptura dos laços afetivos. O que fica evidente na fala deste grupo, que esta relação mesmo sendo boa é também uma relação de risco, pois os conflitos, mesmo identificados como sendo parte constitutiva da relação, também foram motivo de ruptura de vínculo de um dos participantes, logo, há que se ter atenção a este problema.

	certeza que poderia ser melhor, pois brigamos por tudo, tudo mesmo, mas nos protegemos quando é preciso. 7) Eu acho que a vida é confusa, gosto da minha família, mas brigamos muito, ninguém se entende, mas nos protegemos, e isso me faz pensar que um dia nos daremos bem, eu acho que sim. 8) Eu gosto da minha mãe e irmãos e entendo que as brigas fazem parte do processo. 9) Eu gosto da minha família e isso é uma das certezas da minha vida, olha que tenho poucas certezas. 10) É, minha vida é um ir e vir, já briguei muito com minha família, hoje estamos começando a reconstruir muito das nossas relações, mas eu gosto da minha família senão moraria em outro lugar.	
Qual a relação com seus vizinhos?	1) Onde moro com minha mãe, meu filho e meus irmãos moramos há mais de 30 anos, então a relação que temos com a vizinhança é quase que de parentesco, nos damos muito bem, e cuidamos uns dos outros. 2) É boa, eu gosto dos meus vizinhos. 3) Eu gosto de alguns, de outros não, mas não fico o tempo todo na casa deles. 4) Eu tenho problemas com alguns vizinhos que são metidos a besta, mas tem uns que gosto.	Um dado importante neste grupo é que eles vivem no bairro há muito tempo, a maioria passou a vida naquele lugar, logo, conhecem seus vizinhos há muito tempo, mostraram a existência de vínculo, de cuidado, mas também de conflito, numa relação parecida com a da família. E mesmo aqueles que dizem não ter muito contato com os vizinhos, eles identificam alguns que são considerados legais e importantes.

	5) Eu gosto dos vizinhos que moram bem do lado de casa, os que moram na frente eu nem tenho muito amizade, pois eles mudaram há pouco e são metidos. 6) Eu gosto de todos, são super legais. 7) Eu acho que poderia ser melhor, mas acho que alguns são firmeza. 8) Eu me dou bem com eles, gosto muito da forma como eles cuidam da nossa vida, mesmo que às vezes de alguns problemas, mas eles são legais. 9) Eu gosto de meus vizinhos, me relaciono bem com eles. 10) Alguns são legais outros não, mas na maioria são gente boa.	
Qual sua relação com seus amigos? Vocês têm amigos?	1) Eu tenho muitos amigos de muito tempo, me dou bem com eles, sempre nos encontramos para conversar e nos divertir. 2) Meus amigos são bem legais e tenho muitos amigos. 3) Eu gosto dos meus amigos, senão não seriam meus amigos. 4) Eu gosto e tenho poucos, mas são muito importante na minha vida. 5) Eu gosto de todos os meus amigos. 6) Eu gosto muito de minhas amigas; 7) Eu também gosto dos meus amigos. 8) Eu me dou bem com meus amigos. 9) Eu me dou bem com meus amigos e tenho muitos mesmo.	Na relação com os amigos, houve um consenso de que os amigos são importantes e legais, todos têm muitos amigos e essa relação é importante na vida deles.

	10) Eu tenho poucos amigos, mas tenho muitos colegas que é diferente mas dos meus amigos eu curto muito.	
Com o que vocês podem contar com a família nos momentos de adversidade?	1) Minha família é meu porto seguro, sei que posso contar com eles a qualquer tempo. 2) Eu sei que posso contar com minha família para o que for preciso. 3) Eu também posso contar com eles nos momentos difíceis ou em alguma enrascada que me meta. 4) Eu posso contar com minha família para muita coisa, minha mãe está sempre preocupada em cuidar de todos. 5) Eu posso contar sempre com minha família. 6) Eu também posso contar com minha família para muita coisa, eles são importantes para mim. 7) Eu acredito que possa contar com eles, espero que sim, né. 8) Eu acho também que posso contar com minha família para ajudar nos problemas. 9) Eu também concordo com eles, que podemos contar com família, pois uns são pelos outros sempre. 10) Eu conto sempre com a ajuda da minha família e nem sei o que seria de mim sem eles.	O grupo avalia e identifica a forte presença e importância da família para dar apoio nos momentos difíceis da vida, logo, identificam como sendo o núcleo familiar o principal apoio para as adversidades da vida.
Com o que vocês podem contar com os vizinhos?	1) Da mesma forma, somos uma grande família e posso contar com eles para o que der e vier. 2) Acho que muito deles me ajudariam se precisar. 3) Minhas vizinhas são	Aqui neste grupo ficou muito claro que a relação com os vizinhos é quase que uma extensão da família e eles tem um sentimento de poder contar com os vizinhos nos momentos de diversidade, isso se explica pelo tempo de

	peessoas que sempre estão disponíveis para ajudar. 4) Como ela disse, somos uma família e posso contar com meus vizinhos, como já precisamos em casa. 5) Bom, depende do que for mas acho que podemos sim contar com os vizinhos para momentos difíceis. 6) Eu acho que vizinhos são para isso, para ajudar quando for preciso. 7) Eu também acho que meus vizinhos podem ajudar caso precise. 8) Eu acho que meus vizinhos podem ser úteis quando querem. 9) Meus vizinhos sempre me ajudam quando precisamos. 10) Olha, eu já precisei de meus vizinhos e eles me deram as costas, mas hoje tem uma galera que posso contar, mas não com tudo.	convivência e pelos vínculos construídos ao longo da vida.
Como vocês podem contar com seus amigos para os momentos de adversidade?	1) Depende do que for a necessidade, tem alguns amigos com quem posso contar, outros não, até porque nem todos tem condições de nos ajudar. 2) Acho que meus amigos são firmeza e posso contar com eles. 3) Eu também acho que posso contar com meus amigos se for preciso. 4) Depende, os caras são uns duros como eu, se for grana acho que não, mas acho que dependendo do que for uma roupa emprestada, companhia, aí posso contar com eles. 5) Eu posso contar com	O “contar com” os amigos, as coisas ficam mais centradas no apoio moral e afetivo, pois há aíuma relação de identificação com a idade e com os problemas referentes à juventude, logo, eles se compreendem e se ajudam neste processo, e quando a ajuda é econômica, eles identificam que não contam com a ajuda dos amigos e então podemos concluir que neste aspecto o contar com a família aparece mais forte.

	eles, são firmeza. 6) Eu posso contar com meus amigos sempre que precisar. 7) Eu também posso contar com meus amigos. 8) Contar com meus amigos depende do que for, se for grana não posso contar, mas de apoio para outras coisas eu posso contar. 9) Eu posso contar com tudo, os caras são firmeza. 10) Os poucos que tenho são para muitas paradas sempre.	
Com o que sua família pode contar com você nos momentos de adversidade?	1) Para o que precisar, eu deixo de comer pela minha família. 2) Para tudo que eles precisarem. 3) Nem precisa pensar, para tudo que for necessário. 4) Pela minha família faço que o for preciso. 5) Eu estou sempre perto para ajudar no que for preciso. 6) Eu gosto de saber que posso ajudar minha família e isso me faz bem. 7) Eu também quero ajudar em que for preciso. 8) Minha família pode contar comigo para a que precisar. 9) Pode contar comigo para o que der e vier. 10) Eles podem contar comigo sempre que precisar.	Aqui há uma declaração de cumplicidade e apoio à família: se eles contam com a família para tudo, também se colocam à disposição da família para tudo que for preciso, uma demonstração clara de retribuição do que lhes é dado, e colocando o sentido de poder ser importante também de alguma forma para seus familiares e para o jovem este sentimento de pertencimento é muito importante.
Com o que seus vizinhos podem contar com você nos momentos de adversidade?	1) Também podem contar comigo para o que precisar, uma mão lava a outra.	Há também na relação com os vizinhos esta necessidade de ser importante, poder ajudar os vizinhos no que for

	2) Olha. na medida do possível não sei se consigo ajudar em tudo, mas posso tentar. 3) Eles podem contar se puder ajudar. 4) Olha, eu acho que eles não pediriam nada para mim, mas se precisar estarei presente. 5) Eu posso ajudar no que for preciso. 6) Bom, aí depende do que, se puder ajudar. 7) Eu ajudo se precisar. 8) Eu também ajudo se for preciso. 9) Eu vou ajudar desde que não seja para fazer nada errado. 10) Eu também ajudo no que for preciso eu ajudo.	preciso, eles, mesmo sabendo que não podem ajudar em tudo, se colocam a disposição para ajudar naquilo que for preciso, isso mostra que as questões da solidariedade orgânica estão presentes entre estes jovens entrevistados.
Com o que seus amigos podem contar com você nos momentos de adversidade?	1) Se me procurarem e me pedirem ajuda sempre ajudo, somente se não estiver ao meu alcance aí não dá para fazer nada. 2) Eu estou disponível para ajudar meus amigos. 3) Depende do que for, pois nem tudo posso ajudar mas se puder eu ajudo com certeza. 4) Eu acho que posso ajudar no que for preciso. 5) O sentido de amizade é esse, é poder contar com eles e eles contarem comigo e se puder ajudar eu ajudo. 6) Eu também ajudo no que for preciso. 7) Eu sempre que precisam e eu posso ajudo, 8) Eu também sempre estou pronto para ajudar, pois também preciso deles, e isso é uma troca, uma mão	Este grupo de jovens mostrou também na relação com os amigos o entendimento de que nem para tudo eles podem ajudar, mas se colocam a disposição para ajudar e com sentido de poder contribuir de alguma forma com muita clareza dos limites existentes neste processo.

	lava a outra. 9) Eu ajudo sempre que posso. 10) Eu acredito nessa relação de cuidado mútuo então se quero cumplicidade na amizade eu vou ajudar no que for preciso.	
Qual sua relação com a escola?	1) Bom, pensando no que estamos conversando, penso que tenho duas ideias da escola: uma de quando eu era aluna, que somente via na escola um lugar para ficar livre das tarefas da casa, encontrar meus amigos, namorar, e estudar que é bom nada, hoje também posso ver como mãe e entendo a importância da escola, e tenho participado da escola aqui do bairro para poder garantir uma boa escola para meu filho, pois sei que ele vai precisar, e como a escola é um lugar ruim e desorganizado, não podemos deixar de estar lá para ajudar no que for preciso, para termos uma boa escola no bairro, ainda falta muito, mas acho que estamos construindo um lugar bem legal para o futuro próximo. 2) Olha, que coisa eu não gosto da escola, lá tudo é ruim. 3) Eu não vou mais à escola, já terminei o colégio e gostava da escola principalmente de encontrar meus amigos. 4) Eu vou para escola, pois sou obrigado, mas não	Neste grupo fica claro que escola é um lugar ruim, mas a presença de dois participantes que viveram um momento diferente da escola onde, em tese, era um espaço importante e valorizado pela juventude, fez com que muitos integrantes refletissem sobre o papel deles na escola e de como eles podem ajudar não só participando mais da escola, mas como sendo sujeitos protagonistas de mudanças efetivas naquele ambiente que já foi importante.

	porque eu aprenda nada lá, se fizer eu sou aprovado e se não fizer também sou, então não tem sentido, né. 5) Eu acho que de fato somos sempre aprovados, mas se não estudarmos não seria aprovado e temos que saber para sobreviver nesse mundo. 6) Olha, eu concordo que sem estudo não somos nada, mas também temos que pensar que na escola tudo é muito ruim, os professores vem pra este fim de mundo por que não tem aula perto da casa deles, então faltam muito, aí vem eventual, não dá nada, poxa, mesmo que queira aprender é difícil; a escola anda muito ruim. 7) Eu não concordo com isso, pois acho que a escola é feita pela gente, se não for, não estudar, não perguntar para os professores, eu não vou demonstrar interesse, e aí o professor não vai me ensinar, eu estudo e pergunto, posso não gostar da escola porque ela está toda quebrada, mas o sentido da escola eu entendo que é esse de possibilitar um espaço onde eu posso aprender. 8) A escola tem o sentido que a Simone falou e concordo com ela, a escola só pode ficar melhor se fizermos nossa parte, o que eu vejo é um monte de gente que não quer	
--	---	--

	nada com nada ou que só vão na escola para garantir o bolsa família, ou então o LA, e nem ligam para o que os professores estão falando. 9) Eu concordo com vocês, mas não gosto de ir para escola tudo é muito difícil. 10) Eu gosto da escola, voltei a estudar agora e vou de noite, aí tem um monte de gente que fica causando, mas também tem gente que tem interesse, o sentido e o valor para a escola só é dado quando ficamos mais velhos, quando eu tinha dezessete anos eu nem ia pra escola e quando eu ia era para causar e fazer confusão.	
Qual o sentimento que você tem pelo seu bairro?	1) As pessoas quando sabem onde mora falam, nossa, onde é isso?, que longe, que meio de mato, como você mora ali? Eu já tive muita vergonha de morar aqui, mas hoje entendo que é o lugar que tenho para morar e que minha casa é simples, está e viverá em construção, mas é minha e da minha família e tenho orgulho daqui, do povo daqui, da união que temos, da amizade, eu gosto de estar aqui. 2) Eu gosto daqui, mas se pudesse mudava. 3) Eu também, se pudesse mudava, ia morar mais perto do centro. 4) Eu adoro este lugar, é longe, é feio mas é onde eu vivo, só mudaria	Há uma questão colocada aqui, pois, mesmo eles morando há muito tempo naquele lugar, tendo claros os vínculos com vizinhos e amigos, com o bairro não há o mesmo sentimento, pois na grande maioria eles querem se mudar por conta principalmente da distância do bairro ao centro da cidade, ao trabalho, a ausência de espaços de cultura e lazer, de pavimentação, o que torna a vida mais difícil. Há aqueles que também disseram que tem orgulho de morar no bairro.

	daqui se fosse para morar em Fortaleza com minha avó. 5) Eu gosto e tenho muitos amigos aqui. 6) Eu também gosto muito daqui, mesmo com tantos problemas eu gosto muito. 7) Eu tenho vontade de mudar não vou mentir, mas para morar em coisa melhor acho que minha casa, minha rua é tudo muito feio. 8) Eu gosto muito da minha casa e do meu bairro, não gosto de não ter ônibus, não ter asfalto no bairro, não ter cultura e lazer, queria que as coisas chegassem aqui. 9) Eu também acho que aqui é legal e faltam essas coisas. 10) Eu acho que tudo aqui fica muito difícil, chegar do trabalho que é longe, receber amigos de fora, confesso que tenho um pouco de vergonha de trazer minhas namoradas aqui, mas é onde eu vivo, um dia se Deus quiser eu mudo e levo minha família comigo.	
Você participa ou já participou de alguma atividade política aqui no bairro (associação de moradores, movimento de moradia, movimento de igreja, estudantil, etc...)?	1) Eu participo de atividades da escola, gostaria de participar de outras coisas, mas não tenho tempo, então fiz esta escolha de atuar com a escola e assim contribuir de alguma maneira com meu bairro, pois se cada um fizer uma coisa logo teremos muitas coisas acontecendo por aqui. 2) Não participo de nada.	Não há por parte deste grupo uma participação em qualquer que seja a atividade política, somente uma das entrevistadas tem uma participação pontual na escola onde estudam seus filhos, mas nos demais não há o entendimento da importância desta participação.

	3) Também não. 4) Também não participo de nada. 5) Eu nem sei o que poderia fazer. 6) Eu não faço nada disso. 7) Eu só vou no grupo da igreja tocar violão, serve? 8) Eu não faço nada sou meio distante destas coisas, não gosto de política. 9) Eu não participo de nada. 10) Eu não tenho tempo, se tivesse participaria.	
Participação em atividades religiosas?	1) Eu sou evangélica e participo de algumas atividades na igreja de oração só isso, pois minha prioridade é estar perto da escola dos meus filhos. 2) De vez em quando eu vou na missa. 3) Eu nem de vez em quando, nunca vou. 4) Eu não vou em nada na igreja. 5) Eu vou no culto com minha mãe de domingo. 6) Eu também vou no culto, acho importante ouvir o pastor. 7) Eu não gosto do blá, blá, blá dos irmãos da igreja, basta meu irmão falando. 8) Eu não curto ir na igreja. 9) Eu não vou e não tenho nada contra quem vai, mas não gosto. 10) Eu não vou, não acredito em religião.	Estes jovens mostraram que a igreja pode ser importante, no entanto, nem todos frequentam as atividades religiosas e os que frequentam não é com uma frequência ativa e sim esporadicamente.
Se hoje vocês perderem tudo que tem (casa, roupas, emprego, saúde), com quem vocês contariam?	1) Com minha família e com os irmãos da igreja, acho que poderia contar com a ajuda deles. 2) Com meus familiares. 3) Com meus familiares e	Aqui se confirma que a família é o principal elemento de apoio nos momentos de adversidade, pois em momentos de extrema necessidade é com a família

	amigos. 4) Com meus familiares. 5) Com minha avó e tios. 6) Com meu pai e com meus tios. 7) Com minha família. 8) Com meus familiares. 9) Com meus amigos e familiares. 10) Com minha família sempre.	que os jovens contam para resolver os problemas.
Como é a questão da violência no seu bairro para você?	1) O bairro aqui é violento tem lugares em que isso é maior, evito passar por alguns lugares e como moro aqui há muito tempo sei onde posso e onde não posso ir, com relação a assalto aqui não tem muito, o que temos é medo da violência da polícia quando eles entram no bairro para buscar traficantes há problemas mas quando isso não ocorre não temos muitos eventos. 2) Aqui é tudo muito violento, tenho medo. 3) Olha, tem violência, mas é da polícia, eu acho também. 4) Eu acho que a violência de fora é maior que aqui no bairro, nos bairros que vem antes tem mais perigo. 5) Aqui é perigoso quando a polícia está aqui. 6) Aqui a violência é grande para quem está envolvido com drogas. 7) Eu acho que a violência não é só aqui, mas é em toda a cidade de São Paulo, no Brasil e no mundo, aqui é violento mas onde não é... 8) A violência só é sentida de verdade quando sofremos ela, aí	A violência no relato dos jovens está pulverizada no bairro, é um bairro violento, principalmente na relação com o tráfico de drogas, mas um dado importante é a relação da violência com a presença da polícia, há uma associação da entrada da polícia no bairro e que nestes momentos em que a violência fica mais presente, essa fala foi do grupo de forma geral.

	entendemos que ela é maior que imaginamos, meu irmão foi morto pela polícia e depois os traficantes acharam que meu primo era quem havia denunciado eles e mataram ele também, ficamos com muito medo e temos muito medo da violência aqui, então não é só da polícia é geral, é tenso... 9) É então acho que é isso aqui é violento eu fujo dela. 10) O Leonardo tem razão, a violência ganha outra cara quando sofremos com ela, ai entendemos que a vida é cercada de violência mas fingimos que ela não existe e quando acontece alguma coisa ficamos com cara de bobo, mas ela sempre está a espreita como nossa sombra, se vacilarmos crau... é assim, e aqui no bairro é muito difícil.	
Você, jovem, acredita que suas ideias são ouvidas e respeitadas pelas pessoas com quem vocês convivem?	1) Engraçado falarmos disso hoje, pois estava falando com meu marido que hoje eu sou ouvida, as pessoas me respeitam, mas que isso nem sempre foi assim, acho que a sociedade é muito careta, conservadora mesmo, pois os adultos acham que uma pessoa jovem não tem experiência suficiente para emitir sua opinião, então não ligam para o que falamos e isso leva muito jovem para rua pois é lá que encontramos outros jovens que nos ouve e	Neste grupo a presença de dois jovens que se mostram um pouco mais maduros tornou a reflexão mais próxima daquilo que os teóricos da sociologia da juventude identificam em seus estudos, pois eles conseguem identificar que hoje, contando com 25 anos, eles conseguem ser ouvidos e que lembram de quando eles não eram ouvidos e nem levados a sério, e esse é o sentimento de todos os demais jovens, que dizem que não são entendidos e nem ouvidos, o que é um sentimento negativo e o que nos remete à relação deles com os amigos que sendo

	que podemos falar e sermos respeitados, pelo menos na minha vida isso foi determinante, eu lembro que era preciso estar com minhas amigas para ser respeitada. 2) Não, eu acho que não sou ouvido. 3) Eu acho que o jovem nunca é levado a sério. 4) Eu também acho que não somos entendidos por ninguém. 5) Eu não acho que sou ouvido, mas nem quero ser mesmo. 6) Eu nem procuro saber se sou respeitada, eu falo o que penso. 7) Eu falo e nem sempre sou ouvida, mas não deixo de falar. 8) Eu acho que não somos ouvidos nunca. 9) Eu nem sei se sou ouvido, mas falo o que quero. 10) Quando era mais jovem eu não era ouvido, mas agora acho que as pessoas me respeitam um pouquinho.	outros jovens eles podem naquele espaço serem ouvidos e compreendidos.
O que você espera para sua vida daqui a um ano?	1) Eu gostaria de poder ter terminado a construção da minha casa e que pudesse estar trabalhando em um lugar mais interessante, pois onde trabalho hoje ali na cantina, ganho pouco e não gosto do que faço, mas tenho que fazer para poder ajudar meu marido a construir minha casa. 2) Eu quero ser feliz, quero ser e estar melhor que hoje. 3) Eu quero ser um bom	A prospecção de vida para daqui um ano causou um silêncio e um período de reflexão, que mostrou que os jovens têm dificuldade em fazer esta projeção de pronto, mas após uns minutos eles conseguem fazer um projeção que está vinculada à presença do emprego, da posse de uma casa própria, ser um bom profissional, e que nos coloca as questões do consumo.

	profissional. 4) Eu quero ter um bom emprego e melhorar a casa onde moro. 5) Eu quero poder ter um bom emprego e cuidar da minha mãe. 6) Eu quero ter um bom emprego. 7) Eu quero ter um bom trabalho e uma boa casa. 8) Quero muito ter uma casa boa. 9) Quero poder ter um bom emprego e um carro. 10) Eu quero estar melhor que estou hoje e quero ter um emprego que ganhe bem.	
--	--	--

Questão	Respostas Paraísopolis Vila Andrade – 11/04/13	Análise das respostas
Nome e Idade	1)Débora, 19 anos; 2) Mayara, 19 anos; 3) Emile, 16 anos; 4) Suellen , 19 anos; 5) Audrei, 29 anos; 6) Gabriela, 17; 7) Atani, 29 anos; 8) Eduardo, 16 anos;	
O que é ser jovem?	4) É não ter rugas. 3) Balada, namorada, curtir. 4) São pessoas que os adultos acham que não tem responsabilidade. 3) É ter energia e disposição para fazer o que quiser. 4) Eu nem sei, eu casei aos 16 anos e não sei o que é ser jovem, não digo, que perdi a juventude mas o fato de ter me casado cedo me trouxe responsabilidades, com marido, casa, depois filhos, deixei algumas oportunidades por conta dos filhos, como viajar, por exemplo, meus planos são outros. 2) Eu acho que pelo fato de estar grávida eu avalio que não vou perder minha juventude, pois não vou deixar de fazer as coisas que quero por conta da gravidez, vou deixar de sair, mas não vou deixar de viver minha vida. 4) Acho que pelo fato de eu estar grávida algumas coisas vão mudar, pois a minha vida será diferente com a chegada do bebê. 8) Eu acho tudo que elas falaram, mas quando tinha de 15 a 22 anos eu dei muito trabalho para minha mãe, não tinha nenhuma responsabilidade e sei disso hoje, pois tenho 19 anos e sou mãe e sei o que minha mãe sofreu comigo.	Os participantes não souberam dizer o que é ser jovem, mas tratam a juventude como o lugar de construir e ao mesmo tempo de transgredir, pois ficou forte o fato de o jovem ter energia para fazer o que quiser, de sair, de ir para balada, e pelo fato de neste grupo termos duas jovens de 29 anos, que estão casadas e tem dois filhos cada uma delas, e tiveram a vida adulta antecipada pelo casamento e pelos filhos, e por temos outras duas jovens gestantes de início de gravidez a discussão acabou centrada no fato de que a gravidez na adolescência de fato é e foi uma experiência que muda a vida, pois limita inclusive a escolha dos sonhos, das oportunidades que por conta dos filhos elas terão que fazer escolhas não por elas mas pelos filhos e com os filhos. Esse é um indicador de que mães jovens e/ou adolescentes passam por um processo de amadurecimento que vai queimar etapas, e esse fato inclusive interfere no processo de formação escolar, uma vez que as quatro que estavam nesse grupo fizeram a escolha de parar as atividades escolares para cuidar da gestação.

		Mesmo as jovens casadas em nenhum momento fizeram menção à presença e/ou ausência dos pais das crianças, o que por hipótese fica corroborado a ideia de que a mulher é a cuidadora e quem assume sozinha os filhos independente de viver ou não com um companheiro e/ou marido.
O que você entende por proteção?	8) No geral, é se cuidar, estar se cuidando, tomando todas as precauções isso para tudo, quando falamos de doenças temos um tipo de proteção; camisinha é sinônimo de proteção. 3) É algo muito complexo, quando estamos com nossos pais, nossa mãe, nós estamos protegidos. 2) Eu não estar doente, estar próximo de minha avó. 1) Minha família é minha proteção. 2) Eu não saberia enquadrar, mas acho que é meu marido, é minha família. 5) No meu ponto de vista é minha família. 6) É minha família. 7) Minha família é sinônimo de proteção. 2) Meus pais são minha proteção.	Quando perguntado o que era proteção, a resposta que prontamente sai é se cuidar, e há um silêncio, uma pausa para reflexão do que seria estar protegido, mas ficou homogêneo o sentido de que estar protegido é poder contar com a família, com os pais e/ou marido.
Como é a relação com a família?	1) É uma relação muito boa entre eu minha mãe e meus irmãos. 2) Minha família é muito unida, eu não gosto do meu padrasto, até porque que ele não é da família, a família da minha mãe é muito próxima já a do meu pai é uma família muito distante, eu não tenho contato com eles. 3) No início da minha adolescência a relação com minha família foi muito conturbada, eu era muito	Fica claro que os conflitos familiares estão presentes em todos os casos, mas também é consenso que eles brigam e acabam sempre se entendendo, na fala de uma das entrevistadas há um destaque para o fato de que foi somente quando ela e a mãe aprenderam a respeitar que elas tinham opiniões diferentes e, ao respeitar essa diferença, os conflitos acabaram, mas esse entendimento não se deu ao

	danada, queria fazer tudo de uma vez, mas depois que minha mãe começou a estabelecer diálogo e até mesmo dar umas palmadas eu compreendi o que ela estava dizendo e fiquei mais tranquila. 4) Acho que de vez em quando temos nossos desentendimentos, mas quando precisamos uns dos outros podemos contar um com o outro. 5) Eu acho que como toda família tudo é contornável, mesmo com desentendimentos que sempre ocorrem nós sempre acabamos nos entendendo. 6) Eu acho que, como elas, tudo é conturbado e sempre temos discussões, mas no final estamos todos juntos. 7) Eu me dou bem com todas as pessoas de minha casa, temos pontos de vista diferentes, mas no final as coisas acabam entrando nos eixos, entender que temos pontos de vista diferentes, isso temos, mas as brigas só ficaram melhor quando começamos a respeitar essas diferenças. 8) Convivemos bem e de vez em quando brigamos, mas entendo isso como normal, eu gosto de todos de minha família.	acaso, se deu pelo fato de elas terem estabelecido diálogos que permitirem que elas ouvissem uma a outra.
Qual a relação com seus vizinhos?	3) Eu acho que minha relação é melhor fora de casa do que em casa; meus vizinhos são como minha família, assim eu considero, pois é tudo numa boa, nos ouvimos e nos respeitamos sempre. 5) Na rua eu fico mais a vontade, pois não tem filho chorando, me chamando, nem marido falando comigo, eu gosto muito dos meus vizinhos. 8) Eu não tenho muito conversa com meus vizinhos,	A relação deste grupo com os vizinhos tem um diferencial, que é o fato de eles terem passado a vida no bairro, todos nasceram e cresceram na mesma rua, isso é o que possibilita o estabelecimento de vínculos e pertencimento, eles ouvem uns aos outros e tem nessa relação uma possibilidade de sair de casa e na rua estabelecer relações que ficam mais no campo das manifestações de acalento,

	mas não é por isso que não me dou bem com eles, eu gosto dos meus vizinhos. 1) As minhas vizinhas eu não converso muito com elas. 2) Minha relação com os vizinhos é boa, não tenho problemas com eles.	não há tensões, como nas relações familiares, mas elas todas dividem seus problemas familiares de relacionamento umas com as outras, o que constitui um grupo de pertencimento pela identificação de problemas que são comuns uns aos outros.
Qual sua relação com seus amigos? Vocês têm amigos?	3) Eu não tenho muitos amigos, pois amigos é complicado, tenho poucos, colegas eu tenho muitos, o parque são Rafael inteiro. Meus poucos amigos estão na rua e lá eu converso, brinco e me divirto muito. 2) Eu tenho algumas amigas, na igreja, na escola, e minhas amigas são amigas desde infância, amigo nós toleramos as coisas, ficamos sempre presentes, e não queremos brigar. 5) Amigos eu tenho algumas, mas de convivência mesmo agora tenho poucas, pois estou grávida e tenho saído pouco de casa, mas minhas poucas e verdadeiras amigas vem e me ajudam quando preciso. 6) Minhas amigas são poucas, eu me relaciono bem com eles. 8) Amigos eu tenho alguns, e me relaciono bem com eles, meus colegas são muitos.	Nestes grupos há um sentimento de pertencimento com os amigos pelo mesmo motivo de que todos estão residindo no mesmo bairro há muito tempo, os vínculos de amizade existem, mas não em grande número mas com qualidade nas relações; os colegas são respeitados.
Com o que vocês podem contar com a família nos momentos de adversidade?	8) Principalmente na escuta, e tenho sempre apoio da minha família. 2) Eu não tenho pai, mas minha avó é a pessoa com quem mais conto, minha mãe eu nem preciso falar, elas olham para mim e sabem o que eu tenho. 3) Minha mãe parece que tem uma bola de cristal sempre me ajuda, ela é minha melhor amiga; conto tudo para ela. 4) Eu posso contar sempre com minha família mesmo quando	Poder contar com a família é consenso para todo o grupo, elas disseram que a família é o porto seguro, é o lugar de reconhecimento, isso pelo fato de que mesmo com adversidades, com dificuldades e com relações que são instáveis do ponto de vista das crises cíclicas existentes, eles podem contar com a família nos momentos de adversidade.

	estamos brigados se precisar eu posso contar com ela. 5) Minha família é meu porto seguro, eu sei que posso contar com todos. 1) Minha família vem passando por esse momento em que estamos brigados, mas sei que se precisar eu posso contar com eles, isso inclusive algumas vezes é ruim, pois faço coisas que considero erradas, como beber, fumar, sair sem autorização, pois sei que se tiver algum problema não vou ficar na mão. 7) Minha família é tudo para mim nem saberia viver sem eles, posso contar com tudo sempre.	
Com o que vocês podem contar com os vizinhos?	3) Eu tenho alguns vizinhos com quem eu posso contar; inclusive uma de minhas vizinhas, que me conhece desde que sou pequena, com essa eu posso contar para tudo. 5) Tenho muitos vizinhos e posso contar com eles para muitas coisas. 6) Eu posso contar pelo menos acho que posso contar. 7) Eu posso contar com eles até certa coisa com dinheiro, por exemplo, acho que não posso, mas com carro, comida, isso eu posso. 1) Acho que meus vizinhos ajudam quando precisamos de ajuda, eles são solidários. 2) Meus vizinhos são pessoas do bem, eu posso contar com eles sempre. 4) Meus vizinhos são pessoas que sempre que preciso eu conto. 8) Acho que posso contar sim, mesmo nunca tendo precisado eu posso contar.	A relação com os vizinhos se estabelece pelo mesmo princípio do reconhecimento de pertencimento pelo tempo de convivência, estabelece-se, desta forma, um cuidado e uma proteção pela relação que vem de muito tempo.
Você pode contar com seus amigos para os momentos	3) Eu posso contar com meus amigos, são poucos mas eu	De forma geral, os amigos também protegem, também

de adversidade?	posso contar. 4) Meus amigos de verdade eu posso contar. 7) Com alguns eu posso contar, outros acho que não. 1) Minhas amigas de verdade eu nem preciso pedir elas estão comigo quando preciso e sempre se colocam à disposição. 7) Eu já tive problemas com pessoas que se disseram minhas amigas e quando precisei, elas não estavam próximas, isso faz com que hoje eu primeiro pense em minha família depois nos meus amigos para pedir alguma coisa, e espero poder contar com elas.	estão próximos nos momentos de adversidade, há um relato de experiência que viveu uma decepção com pessoas que disseram ser amigas, mas que na hora da necessidade não estavam presentes, mas nem nesse caso ainda há esperança no cuidado e no contar com os amigos.
Com o que sua família pode contar com você nos momentos de adversidade?	2) Minha família pode contar comigo para o que precisar, eu estou totalmente a disposição. 1) Eu sempre estarei a disposição para minha família. 3) Eu posso fazer o que minha família necessitar. 7) Minha família é tudo para mim e farei o que for preciso por ela. 8) Eu também estou disponível para minha família para o que eles precisarem. 4) Na verdade um é pelo outro, se eu posso contar com eles, eles podem contar comigo para o que eles precisarem.	No sentido tratado pelo professor Serge Paugam, o sentido do contar para, estabelece-se de forma única, pois todos estão disponíveis para ajudar no que for preciso, para ajudar suas famílias, são jovens disponíveis e reconhecem sua importância na família, na mesma relação com os vizinhos e amigos, há sempre um sentimento de contar com eles para todos os que precisarem.
Com o que seus vizinhos podem contar com você nos momentos de adversidade?	5) Eles podem contar comigo com o que eu puder ajudar. 3) Eu, se precisar de mim eu vou ajudar. 6) Se eu puder ajudar ajudo, não quero atrapalhar. 7) Meus vizinhos podem contar comigo no que for preciso. 1) Eu acho que pode eles nunca me pediram nada mas se pedir eu vou tentar ajudar. 2) Sempre que alguém precisar eu vou querer ajudar. 4) Na mesma lógica que	

	acredito estar certo meus amigos e vizinhos podem contar comigo sempre.	
Com o que seus amigos podem contar com você nos momentos de adversidade?	2) Meus amigos sempre que precisar de mim pode contar comigo. 3) Amigo é amigo e pode contar para o que der e vier. 5) Meus amigos podem contar comigo para o que der e vier. 6) Meus amigos são importantes na minha vida e podem contar comigo.	
Qual sua relação com a escola?	3) Eu estudo na mesma escola desde pequena, conheço todo mundo, a cozinheira, a inspetora, a diretora e todos os professores, mas a escola não é mais a mesma coisa, é a escola é um lugar ruim hoje, não é a mesma coisa. 1) A escola não é um lugar legal, eu não via a hora de terminar o colégio e sair de lá não gostava. 7) Eu saí de casa muito cedo e parei de estudar, quando retornei encontrei outra escola muito diferente, e não gostei do que vi, acho que a escola perdeu o sentido, as pessoas não respeitam mais professores e funcionários. 8) Eu vou para escola porque sou obrigado senão não iria, eu nem entendo o que os professores pedem, pois nós temos livros e eles fazem a gente copiar o livro no caderno e não explicam as coisas, a professora de matemática, não fala nada que eu entenda, eu detesto a escola. 6) Eu saí da escola há muito tempo e para mim a escola foi boa, mas hoje nem sei como seria voltar. 2) A escola eu mais matava aula do que ia, e não repetia de ano, mas o que posso fazer eu não gosto do que falam e nem	A fala de todos constrói uma lógica que contraria as teorias da educação, pois mesmo sendo elas residentes no mesmo bairro desde o nascimento, de cursarem as mesmas escolas, estabelecerem vínculos com funcionários, mas não há entendimento do sentido da educação na escola, a escola não tem o sentido que se pretende. Mas é na escola o lugar de encontrar os amigos. As duas jovens que tem mais idade entendem que o não frequentar as aulas causou prejuízo na formação delas, que se pudessem elas teriam aproveitado melhor.

	entendo nada. Eu nem sei por que temos que ir na escola eu aprendi mais com minha vizinha, que é estudante de pedagogia do que com meus professores,mas acho que na escola eu não me sinto a vontade. 5) Hoje eu me arrependo de ir no momento de ir na escola eu mais matava as aulas, e sei que o que perdi não tem como recuperar mesmo tendo voltado depois para fazer supletivo não era a mesma coisa.	
Qual o sentimento que você tem pelo seu bairro?	8) Eu gosto muito do meu bairro e não mudaria daqui por nada, eu me reconheço e me identifico aqui. 3) Eu gosto muito daqui de onde eu moro. 2) Eu gosto muito, mesmo já querendo um dia mudar daqui rica.... 4) Eu aprendi tudo aqui, conheço todos e queria muito ficar aqui muito tempo ainda. 5) Nasci aqui, tive meus filhos aqui, eu gosto muito de onde eu moro e não tenho nenhuma vergonha em dizer que moro no parque são Rafael. 1) Eu já pensei muito em mudar daqui, mas hoje sei que meus amigos e parentes moram aqui, sei onde tem tudo, e sei que posso estar mais forte aqui. 6)E eu gosto de onde moro. 7) Meu bairro é minha vida, eu sou este bairro e este bairro sou eu.	A identidade de todos e o reconhecimento do bairro é presente na fala de todos, todos se reconhecem no bairro e não querem mudar dele, não se sentem envergonhados em morar naquele local.
Você participa ou já participou de alguma atividade política aqui no bairro (associação de moradores, movimento de moradia, movimento de igreja, estudantil, etc...)?	5) Eu nunca participei de nada, de nenhum movimento organizado. 7) Eu também nunca participei.	Não houve resposta dos mais jovens que ficaram pensando, mas nem verbalizaram que não participaram de nenhum movimento social, as duas jovens que são mais velhas disseram que nunca participaram. Mesmo

		morando em um bairro que tem todos os elementos de sua estrutura básica (água, luz, asfalto, escola) construído pela luta da população estes jovens não se identificam com o movimento, nem como sujeitos indiretos deste movimento.
Participação em atividades religiosas?	2) Eu já participei, hoje não participo mais, mas já até cantei na igreja evangélica. 5) Eu já participei, era católica praticante. 4) Minha mãe fala que eu desvirtuei da igreja, quem sabe um dia eu volto. 7) Eu já participei de vez em quando eu quero voltar mas não sei porque não volto. 8) Eu nunca participei e nem quero participar. 1) Eu já participei quando era menor, minha mãe obrigava muito a ir, hoje não vou mais. 3) Eu ia na igreja católica e me decepcionei com algumas coisas, depois fui a igreja evangélica gostei um pouco mas não quis ficar. 6) Eu de vez em quando eu vou, mas só vou, nem sei porque.	De forma geral, eles tem um valor na igreja, já foram em algum momento mas hoje não mais.
Se hoje vocês perderem tudo que tem (casa, roupas, emprego, saúde) com quem vocês contariam?	2) Com minha mãe e avó. 1) Com minha família. 4) Com minha família. 3) Com minha família. 5) Com meu marido. 6) Com minha mãe. 7) Com minha mãe. 8) Com minha família.	E confirma-se que é na família que eles se sentem protegidos e com ela que eles contam para os momentos de dificuldade, é na família que os jovens se apoiam e contam para continuar sua jornada.
Como é a questão da violência no seu bairro para você?	7) A violência é muito grande, o trafico de drogas, e a forma como a polícia entra no bairro muitas vezes me deixa preocupada, de vez em quando eu tenho medo de sair na rua, mas logo passa. 5) Esse bairro já foi mais violento, hoje diminuiu, não sumiu mas diminuiu, eu tenho	A violência é fato presente no cotidiano deste bairro, isso aparece nos dados estatísticos do mapa de homicídios da cidade de São Paulo e também na fala destes jovens, a violência é por parte de traficantes e policiais, não tem na policia uma referência de proteção,

	medo ainda de ir em alguns lugares aqui perto mas aí eu evito ir. 1) Minha mãe tem mais medo que eu, como conheço muita gente, conheço traficantes e bandidos, tenho mais medo da polícia, pois acho que eles podem me confundir aí eu tenho medo. 3) Morre muito jovem aqui por perto, morre pelas mãos da polícia e de traficantes, mas você tem que saber com que anda e onde vai, tem que se cuidar. 6) Eu conheci um menino que morreu com três tiros dos traficantes, mas ele estava devendo dinheiro de droga, o cara vacilou. 2) A violência está em todo lugar, aqui tem muita coisa acontecendo eu tenho medo por isso me cuido e não saio em determinadas ruas de noite e nem saio sozinha tenho que estar com alguém de confiança.	nem nos traficantes, preferem estabelecer laços de confiança com seus familiares e amigos.
Você jovem acredita que suas ideias são ouvidas e respeitadas pelas pessoas com quem vocês convivem?	3) Não, nada que eu fale as pessoas respeitam, somente meus amigos, os professores, minha mãe, não querem nem saber. 4) Depende, quando falo que quero estudar e ser alguém na vida todos acham isso legal, agora quando a ideia não é essa aí ninguém me respeita. 1) São respeitadas as ideias que visam meu bem, para eles, não para mim, e quando contrario nem sou ouvida por ninguém; ah, por exemplo eu já quis ser cantora e a professora me disse “você não tem nem tamanho nem dinheiro para ser cantora no máximo termina o ginásio”, então tudo que quero ser de verdade – cantar, ser atriz isso não é reconhecido, meu sonho não é ser cabeleireira, é ser atriz.	De forma geral, o jovem de hoje ainda não tem credibilidade, o que eles desejam e falam quando não tem relação com o futuro e um futuro trabalhando e estudando, se tiver qualquer outra ideia não são respeitados.

	7) Eu só fui ouvida há pouco tempo, até pouco tempo quando tinha 23 anos as pessoas me olhavam como se eu fosse uma louca, hoje as pessoas me respeitam me ouvem , mas acho que é porque eu cuido bem da minha casa e da minhas filhas. 8) Eu só converso com meus amigos, eles me entendem, minha mãe tenta mas para não brigar eu finjo que concordo com ela.	
O que você espera para sua vida daqui a dez anos?	8) Espero estar bem com muita saúde e ao lado de toda minha família. 7) Eu quero ter uma casa, de preferência em cima da casa da minha mãe ter mais três filhos, e um bom serviço até lá. 6) Terminar meus estudos, mesmo com meu filho acho que ele não vai me atrapalhar em nada e saúde para minha família e para mim. 5) Eu quero ter feito uma faculdade, ter ido na formatura de minha amiga, realizar o sonho de ter uma casa maior e com piscina, um carro do ano meu negócio próprio, meus filhos crescendo e constituindo família, e ver meus filhos bem se encaminhando na vida, esse é meu maior sonho, estando seguindo um caminho seguro, vivendo bem. 4) Quero estar bem e na minha casa com saúde. 3) Quero casar, ter um filho e dar uma casa para minha mãe, e ter um negócio próprio e ser feliz. 2) Ter uma casa para morar com meu filho e que toda minha família fique bem e quero minha mãe comigo. 1) Quero estar bem de vida, ter um bom emprego, ter terminado a faculdade e poder ajudar minha família.	Todos têm sonhos e querem estar melhor na vida, ao lado da família, constituindo suas famílias. Colocam seus sonhos na aquisição da casa própria, mesmo que seja no mesmo quintal da mãe, estar trabalhando para alguém ou em seu negócio próprio e consumindo, pois o poder de consumo é determinante no sonho destes jovens, ter casas, roupas, elementos de conforto para vida; alguns querem estudar, construir um negócio próprio, o que fica de todos é o fato de eles quererem ajudar suas famílias direta ou indiretamente.

Questão	Respostas PARAÍSOPOLIS	Respostas JARDIM ANGELA	Respostas PARELHEIROS	ANÁLISE FINAL
O que é ser jovem?	Os participantes não souberam dizer o que é ser jovem, mas tratam a juventude como o lugar de construir e ao mesmo tempo de transgredir, pois ficou forte o fato do jovem ter energia para fazer o que quiser, de sair, de ir para balada e pelo fato de neste grupo termos duas jovens de 29 anos, que estão casadas e tem dois filhos cada uma delas, e tiveram a vida adulta antecipada pelo casamento e pelos filhos, e por temos outras duas jovens gestantes de início de gravidez, a discussão acabou centrada no fato de que a gravidez na adolescência de fato é e foi uma experiência que muda a vida, pois limita inclusive a escolha dos sonhos, das oportunidades, que por conta do filho elas terão que fazer escolhas não por elas mas pelos filhos e com os filhos.	Os participantes conseguiram identificar alguns pontos polêmicos sobre o ser jovem: é o indivíduo confuso, com desejo de consumir e atender a lógica do mercado, há uma tendência ao pessimismo frente às adversidades da vida o grupo ponderou várias teses sobre a juventude, mas o foco principal foi a questão do ter para ser, e que este mote do consumo acaba por mascarar as diferentes concepções de homem e de mundo, é ver nos pais o avesso do que eu quero ser, é estar questionando a negativa da vida mas sem ser propositivo, sem sonhar. Um grupo de meninos que não conseguiram colocar o sentido de prospecção nesta fase da vida.	Para este grupo de jovens o sentido da juventude está associado ao sentido da confusão, de não saber ao certo o que é e o que será da vida, mas há que se destacar um sentimento de luta pela conquista do sonho da ação propositiva.	De forma geral, os jovens entrevistados colocam o entendimento sobre o que é ser jovem em ser um período da vida de confusão, de instabilidade emocional por não ser mais adolescente e ainda não ser adulto, e isso se faz principalmente pelo aspecto econômico. O entendimento de que estar empregado e conseguir consumir aquilo que o jovem entende ser importante o faz mais ou menos confuso, mas independente disso ser jovem é encontrar-se perdido no labirinto da vida, sonhando com o futuro mais instável, ou como na maioria dos casos com um discurso pessimista frente às incertezas da vida. Os jovens com mais de 24 anos se mostraram mais maduros frente as incertezas da vida e avaliam inclusive a confusão deste processo como importante no amadurecimento, e verbalizam que aos vinte e

	Esse é um indicador de que mães jovens e/ou adolescentes passam por um processo de amadurecimento que vai queimar etapas, e esse fato inclusive interfere no processo de formação escolar, uma vez que as quatro que estavam nesse grupo fizeram a escolha de parar as atividades escolares para cuidar da gestação. Mesmo as jovens casadas em nenhum momento fizeram menção à presença e/ou ausência dos pais das crianças, o que por hipótese fica corroborada a ideia de que a mulher é a cuidadora e quem assume sozinha os filhos independentemente de viver ou não com um companheiro e/ou marido.			cinco anos as dificuldades da vida são as mesmas mas a forma de enfrentá-las são diferentes, há mais projeção no futuro.
O que você entende por proteção?	Quando perguntado o que era proteção a resposta que de pronto sai é se cuidar, e há um silêncio, uma pausa para reflexão do que seria estar protegido, mas ficou	O grupo centrou o sentido da proteção na relação familiar e ficou muito forte a presença da mãe como elemento central da proteção, estar com a mãe é estar protegido. Com esses depoimentos	A proteção para este grupo está associada à presença da família, de forma geral contar com a presença de familiares é um porto seguro, outro ponto destacado é ter	O grupo centrou o sentido da proteção na relação familiar e ficou muito forte a presença da mãe como elemento central da proteção, estar com a mãe é estar protegido. Com

	homogêneo o sentido de que estar protegido é poder contar com a família, com os pais e/ou marido.	podemos identificar que a proteção se faz nas relações, mas também identificam que a presença do Estado pode contribuir com o sentido da proteção principalmente no que se refere ao combate à violência, ou mesmo para alguns não há o entendimento do que é estar protegido, que nos remete a pensar em duas hipóteses: uma de que o estado de alienação e de naturalização da violência e dos processos de exploração está tão arraigado que o jovem não percebe a violência no seu cotidiano logo não entende o sentido da proteção, a segunda hipótese complementa a primeira no sentido de que a ausência de referências contrárias ao cotidiano vivido faz com estes jovens não consigam ter elementos de comparação.	dinheiro e a segurança de renda aparece como um indicador de segurança e por fim ter segurança no bairro como indicador. O debate com o grupo mostrou que a unidade familiar é forte e presente na vida deles, mas não deixaram de ponderar que a questão financeira interfere na questão da proteção, assim como as questões de violência no bairro também ser um fator que interfere na proteção.	esses depoimentos podemos identificar que a proteção se faz nas relações, mas também identificam que a presença do Estado pode contribuir com o sentido da proteção principalmente no que se refere ao combate à violência, ou mesmo para alguns não há o entendimento do que é estar protegido que nos remete a pensar em duas hipóteses: uma de que o estado de alienação e de naturalização da violência e dos processos de exploração está tão arraigado que o jovem não percebe a violência no seu cotidiano, logo não entende o sentido da proteção, a segunda hipótese complementa a primeira no sentido de que a ausência de referências contrárias ao cotidiano vivido faz com estes jovens não consigam ter elementos de comparação.
Como é a relação com a família?	Fica claro que os conflitos familiares estão presentes em todos os casos, mas também é consenso que	No que se refere à relação familiar para este grupo fica evidente que há algumas tensões nas relações familiares, mas todos gostam da	Este grupo vai enfatizar que a relação familiar é importante, no entanto o conflito com a mãe ou com irmãos é muito	Este grupo vai enfatizar que a relação familiar é importante, no entanto o conflito com a mãe ou com irmãos é muito

	eles brigam e acabam sempre se entendendo, na fala de uma das entrevistadas há um destaque para o fato de que foi somente quando ela e a mãe aprenderam a respeitar que elas tinham opiniões diferentes e respeitar essa diferença os conflitos acabaram, mas esse entendimento não se deu ao acaso se deu pelo fato delas terem estabelecido diálogo, o que permitiu que elas ouvissem uma à outra.	família e demonstram ter vínculo afetivo com seus familiares mesmo que não saibam expressar isso e acabam por potencializar o conflito, há uma relação de afeto, de pertencimento e de proteção neste caso fazendo uma análise em comparação à questão anterior, onde eles identificam a proteção com a presença da figura materna e da família de forma geral.	presente, eles dizem que a relação é boa mas tem conflito e que o conflito faz parte da vida em família. O que nos remete a pensar no processo de atendimento sócio familiar em que o conflito familiar é um dos principais fatores que leva ao encaminhamento inicial e também um dos principais fatores que levam à saída de casa e à ruptura dos laços afetivos. O que fica evidente na fala deste grupo é que esta relação mesmo sendo boa é também uma relação de risco, pois os conflitos, mesmo identificados como sendo parte constitutiva da relação, também foram motivo de ruptura de vínculo de um dos participantes, logo, há que se ter atenção a este problema.	presente, eles dizem que a relação é boa mas tem conflito e que o conflito faz parte da vida em família. O que nos remete a pensar no processo de atendimento sócio familiar em que o conflito familiar é um dos principais fatores que levam ao encaminhamento inicial e também um dos principais fatores que leva à saída de casa e à ruptura dos laços afetivos. O que fica evidente na fala deste grupo é que esta relação, mesmo sendo boa é também uma relação de risco, pois os conflitos mesmo identificados como sendo parte constitutiva da relação também foram motivo de ruptura de vínculo de um dos participantes, logo, há que se ter atenção a este problema.
Qual a relação com seus vizinhos?	A relação deste grupo com os vizinhos tem um diferencial, que é o fato deles terem passado a vida no bairro, todos nasceram e cresceram na mesma rua, isso é o que possibilita o	De forma geral há uma identificação com os vizinhos na relação de amizade e de poder contar com eles, mostram elementos que também mostram a existência de pontos de conflito, mas fica mais forte o sentido das	Um dado importante neste grupo é que eles vivem no bairro há muito tempo, a maioria passou a vida naquele lugar, logo, conhecem seus vizinhos há muito tempo, mostraram a existência de	A relação com os vizinhos pode ser comparada de fato como uma extensão da família, eles deixam clara a existência de algum tipo de vínculo e inclusive a presença de conflito entre eles sinaliza

	estabelecimento de vínculos e pertencimento, eles ouvem uns aos outros e tem nessa relação uma possibilidade de sair de casa e na rua estabelecer relações que ficam mais no campo das manifestações de acalento, não há tensões, como nas relações familiares, mas elas todas dividem seus problemas familiares de relacionamento umas com as outras, o que constitui um grupo de pertencimento pela identificação de problemas que são comuns uns aos outros.	relações positivas.	vínculo, de cuidado, mas também de conflito, numa relação parecida com a da família. E mesmo aqueles que dizem não ter muito contato com os vizinhos eles identificam alguns que são considerados legais e importantes.	para o fato de que o jovem por ser um sujeito questionador e que fica testar suas relações de afeto é parte importante neste momento da vida como já mencionado pelos pesquisadores da juventude, logo, dois fatores são importantes nesta relação: o primeiro que estamos tratando de um grupo de jovens que vivem em territórios diferentes mas com similitudes e a mais importante é o fato deles residirem desde o nascimento naquele lugar, isso faz com que as relações sejam mais intensas do ponto de vista da construção de vínculos e a relação com os vizinhos é um dos aspectos na materialização deste processo ao ponto de haver uma identificação da vizinhança como uma extensão da família.
Qual sua relação com seus amigos? Vocês têm amigos?	Nestes grupos há um sentimento de pertencimento com os amigos pelo mesmo motivo	A relação de amizade entre os jovens entrevistados mostra-se muito presente e importante na construção de uma identidade,	Na relação com os amigos houve um consenso de que os amigos são importantes e legais, todos têm muitos	Temos que aqui fazer um destaque importante que coloca os vizinhos na condição de amigos, mas os amigos a

	de que todos estão residindo no mesmo bairro há muito tempo, os vínculos de amizade existem, mas não em grande número mas com qualidade nas relações; os colegas são respeitados.	mostra a existência de vínculos fortalecidos pelo tempo de convivência e de troca de experiências. As teses e dissertações que foram pesquisadas enfatizam este ponto em que o jovem busca nas “tribos”, nos “guetos”, nos “grupos”, um lugar de pertencimento pela igualdade, o que nos remete a tecer uma hipótese de que estes grupos de jovens devem ser entendidos principalmente por aqueles que desenvolvem atividades sócio educativas no trabalho social com famílias como um espaço privilegiado de construção de diálogos que de fato tragam os jovens para os programas e projetos desenvolvidos.	amigos e esta relação é importante na vida deles.	que estamos nos referindo aqui são aqueles com a mesma faixa etária e que dividem com os jovens as mesmas angústias e dúvidas frente as incertezas da vida, as amizades como elementos que se agregam por uma identidade que se constrói num determinado momento histórico, onde a curtição de determinadas músicas, ou o uso de roupas, de gírias, de sonhos e conflitos se encontram em um patamar de igualdade. Há um sentimento de pertencimento entre os jovens entrevistados pelo mesmo fator que citado na relação com os vizinhos: estes jovens se conhecem há muito tempo, frequentaram a mesma escola, tiveram e têm os mesmos professores, vivenciam os mesmos problemas com drogas, violência, e estão juntos e se apoiam mutuamente. As teses e dissertações que foram pesquisadas enfatizam este ponto em que o jovem
--	--	--	--	--

				busca nas “tribos”, nos “guetos”, nos “grupos”, um lugar de pertencimento pela igualdade, o que nos remete a tecer uma hipótese de que estes grupos de jovens devem ser entendidos principalmente por aqueles que desenvolvem atividades sócio educativas no trabalho social com famílias como um espaço privilegiado de construção de diálogos que de fato tragam os jovens para os programas e projetos desenvolvidos.
Com o que vocês podem contar com a família nos momentos de adversidade?	Poder contar com a família é consenso para todo o grupo, elas disseram que a família é o porto seguro, é o lugar de reconhecimento isso pelo fato de que mesmo com adversidades, com dificuldades e com relações que são instáveis do ponto de vista das crises cíclicas existentes, eles podem contar com a família nos momentos de adversidade.	Aqui a hipótese de que o elemento central de apoio ao jovem está na família fica corroborado, pois há de forma unânime o sentimento de que eles podem contar com a família para qualquer situação, e dá sentido ao fato que foi discutido anteriormente do sentido da proteção estar focado na figura materna e na presença da família.	O grupo avalia e identifica a forte presença e importância da família para dar apoio nos momentos difíceis da vida, logo, identificam como sendo o núcleo familiar o principal apoio para as adversidades da vida.	Poder contar com a família nos momentos de adversidade é um dos principais fatores que nos leva a identificar o principal pilar de apoio na vida dos jovens entrevistados, mesmo com conflitos nas relações familiares é neste espaço que o jovem encontra apoio e se refugia nos momentos de dificuldades. Poder contar com a família, aí ao encontro do que vem discutindo o professor Serge Paugam na relação do contar com.

Com o que vocês podem contar com os vizinhos?	A relação com os vizinhos se estabelece pelo mesmo princípio do reconhecimento de pertencimento pelo tempo de convivência, estabelece-se desta forma um cuidado e uma proteção pela relação que vem de muito tempo.	A relação com os vizinhos acaba por aparecer como um extensão da família, pois eles entendem que podem contar com os vizinhos, neste caso os jovens entrevistados vivem no bairro há muitos anos e conhecem os vizinhos há muito tempo, o que possibilita a construção de vínculos, haja vista que quando perguntado sobre a relação com os vizinhos eles mostram que há pessoas que eles tem problemas e pessoas com quem eles podem contar e avaliam que de forma geral são pessoas boas, na relação com a família isto também é presente, ora me dou bem com os irmãos ou ora há muito conflito, com a mãe e pai também isso ocorre o que nos mostra que há neste caso uma cumplicidade que nos faz pensar que a relação de apoio dos jovens também se estende aos vizinhos.	Aqui neste grupo ficou muito claro que a relação com os vizinhos é quase que uma extensão da família e eles tem um sentimento de poder contar com os vizinhos nos momentos de adversidade, isso se explica pelo tempo de convivência e pelos vínculos construídos ao longo da vida.	
Como você pode contar com seus amigos para os momentos de adversidade?	De forma geral os amigos também protegem, também estão próximos nos momentos de adversidade, há um relato de experiência que viveu uma decepção com pessoas que disseram	Mesmo tendo nos amigos os elementos centrais de pertencimento e reconhecimento, quando perguntado sobre como eles podem contar com os amigos não há uma resposta efetiva de que posso contar, não há	No contar com os amigos as coisas ficam mais centradas no apoio moral e afetivo, pois há aí uma relação de identificação com a idade e com os problemas referentes à juventude, logo, eles se	

	ser amigas, mas que na hora da necessidade não estavam presentes, mas mesmo nesse caso ainda há esperança no cuidado e no contar com os amigos	segurança, não é este grupo o que de fato protege, eles se reconhecem mas não se protegem, para este grupo fica evidente que o fato dos amigos serem em tese também jovens pertencentes a mesma comunidade, vivenciando os mesmos problemas e dificuldades isso pode levar à identificação de que eles não tem condições de ser um apoio em momentos de adversidade.	compreendem e se ajudam neste processo, e quando a ajuda é econômica eles identificam que não contam com a ajuda dos amigos e aí podemos concluir que neste aspecto o contar com a família aparece mais forte.	
Com o que sua família pode contar com você nos momentos de adversidade?	O sentido tratado pelo professor Serge Paugam, o sentido do contar para, estabelece-se de forma única, pois todos estão disponíveis para ajudar no que for preciso, para ajudar suas famílias, são jovens disponíveis e reconhecem sua importância na família, na mesma relação com os vizinhos e amigos, há sempre um sentimento de contar com eles para todos os que precisarem.	A família sendo o elemento central de apoio e proteção é reconhecida e entendida pelos jovens e isso se confirma na disposição de todos a ajudar seja em qualquer sentido a família, eles estão disponíveis para ajudar, a tese do contar para se confirma neste grupo.	Aqui há uma declaração de cumplicidade e apoio à família se eles contam com a família para tudo, também se colocam a disposição da família para tudo que for preciso, uma demonstração clara de retribuição do que lhes é dado, e colocando o sentido de poder ser importante também de alguma forma para seus familiares e para o jovem este sentimento de pertencimento é muito importante.	No próximo bloco de três questões tratamos do contar para, ou seja como a família, os vizinhos e os amigos podem contar com estes jovens nos momentos de adversidade, e temos com estes jovens um sentimento de solidariedade entre os grupos mais fortes na relação familiar e depois nas demais, mas que é presente nos três grupos, uma necessidade de ser útil, de poder ser útil de alguma maneira e com isso ser reconhecido pelo grupo social como um todo, este

				sentimentos os move, como já tratado pelo professor Serge Paugam em sua pesquisa.
Com o que seus vizinhos podem contar com você nos momentos de adversidade?	O sentido tratado pelo professor Serge Paugam, o sentido do contar para, estabelece-se de forma única, pois todos estão disponíveis para ajudar no que for preciso para ajudar suas famílias, são jovens disponíveis e reconhecem sua importância na família, na mesma relação com os vizinhos e amigos, há sempre um sentimento de contar com eles para todos os que precisarem.	Com os vizinhos há também a extensão do contar para, eles se colocam a disposição para ajudar se for requisitado, muitos não sabem como ajudar, mas estão disponíveis.	Há também na relação com os vizinhos esta necessidade de ser importante poder ajudar os vizinhos no que for preciso, eles, mesmo sabendo que não podem ajudar em tudo, se colocam a disposição para ajudar naquilo que for preciso, isso mostra que as questões da solidariedade orgânica estão presentes entre estes jovens entrevistados.	
Com o que seus amigos podem contar com você nos momentos de adversidade?	O sentido tratado pelo professor Serge Paugam, o sentido do contar para, estabelece-se de forma única, pois todos estão disponíveis para ajudar no que for preciso para ajudar suas famílias, são jovens disponíveis e reconhecem sua importância na família, na mesma relação com os vizinhos e amigos, há sempre um sentimento de	Com os amigos, mesmo não tendo a mesma segurança no contar com os amigos em momentos de dificuldades o grupo mostrou-se solidário aos amigos, mas isso não ficou forte como na relação com a família e com os vizinhos, a relação com os amigos é frágil neste aspecto do contar com e contar para.	Este grupo de jovens se mostrou também na relação com os amigos o entendimento de que nem para tudo eles podem ajudar, mas se colocam à disposição para ajudar e com sentido de poder contribuir de alguma forma com muita clareza dos limites existentes neste processo.	

	contar com eles para todos os que precisarem.			
Qual sua relação com a escola?	A fala de todos constrói uma lógica que contraria as teorias da educação, pois mesmo sendo elas residentes no mesmo bairro desde o nascimento, de cursarem as mesmas escolas, estabelecerem vínculos com funcionários mas não há entendimento do sentido da educação na escola, a escola não tem o sentido que se pretende. Mas é na escola o lugar de encontrar os amigos. As duas jovens que tem mais idades entendem que o não frequentar as aulas causou prejuízo na formação delas, que se pudessem elas teriam aproveitado melhor.	Este grupo também corrobora as teses e dissertações que discutem o papel e sentido da escola na vida dos jovens de forma unânime a escola não é um lugar bom de referência, eles não fazem menção ao sentido da escola, não trazem isso como um valor e sim como algo negativo. Há alguns que até fazem menção à escola como lugar de encontrar os amigos, mas não de aprendizagem.	Neste grupo fica claro que escola é um lugar ruim, mas a presença de dois participantes que viveram um momento diferente da escola onde em tese era um espaço importante e valorizado pela juventude, fez com que muitos integrantes refletissem sobre o papel deles na escola e de como eles podem ajudar não só participando mais da escola mas como sendo sujeitos protagonistas de mudanças efetivas naquele ambiente que já foi importante.	Um ponto que consideramos importante analisar foi a relação destes jovens com a escola, entendendo a escola como um espaço de construção de conhecimento e de vínculos, que podem possibilitar o ingresso destes jovens no mundo do trabalho, uma vez que há uma exigência concreta de que estes jovens tenham o mínimo de formação acadêmica, no entanto a pesquisa confirma o que os pesquisadores da educação apontam como sendo um dos grandes problemas da educação que é o espaço da escola. Este espaço que para gerações passadas tinha um papel social importante não é mais para esta geração, que não consegue entender este valor, e aí temos várias determinantes: uma de que se o principal objetivo da escola é formar para o ingresso no mundo do trabalho, por todo

				processo de reestruturação produtiva no mundo do trabalho, o ingresso no mundo do trabalho está cada vez mais distante da juventude e principalmente da juventude da classe que vive do trabalho, associado ao fato de que temos profissionais atuando nas escolas mal remunerados e mal preparados, o que não possibilita tornar as aulas atrativas às necessidades destes jovens. Outro ponto importante é a violência existente no ambiente escolar favorecida pelo ingresso do mundo do tráfico de drogas, o que ocorre em muitas escolas e onde os jovens entrevistados estudaram ou estudam.
Qual o sentimento que você tem pelo seu bairro?	A identidade de todos e o reconhecimento do bairro é presente na fala de todos, todos se reconhecem no bairro e não querem mudar dele, não se sentem envergonhados em morar naquele local.	A história destes jovens se mistura com a história do bairro, eles cresceram, construíram laços de pertencimento no bairro, muitos têm orgulho de viver ali, mesmo sendo um local violento, feio, longe do centro da cidade, há muito forte uma relação de pertencimento.	Há uma questão colocada aqui nesta questão, pois mesmo eles morando há muito tempo naquele lugar, tendo claros os vínculos com vizinhos e amigos, com o bairro não há o mesmo sentimento, pois na grande maioria eles querem se mudar por conta	Apenas em um dos três territórios em que realizamos os grupos focais não houve por parte dos jovens um sentimento de pertencimento ao ponto deles quererem morar naquele local e desejarem mudar, seja pela violência existente, pela

			principalmente da distância do bairro ao centro da cidade, ao trabalho, a ausência de espaços de cultura e lazer, de pavimentação, o que torna a vida mais difícil. Há aqueles que também irão dizer que tem orgulho de morar no bairro.	distância do bairro ao centro da cidade ou ao local de trabalho, mas também por vergonha da ausência de infraestrutura no bairro e nas casas onde residem. Nos outros dois há também problemas de infraestrutura, mas no entanto o sentimento de pertencimento ao bairro é mais forte e eles se reconhecem naquele espaço e desejam continuar nele.
Você participa ou já participou de alguma atividade política aqui no bairro (associação de moradores, movimento de moradia, movimento de igreja, estudantil, etc...)?	Não houve resposta dos mais jovens, que ficaram pensando, mas nem verbalizaram que não participaram de nenhum movimento social, as duas jovens que são mais velhas disseram que nunca participaram. Mesmo morando em um bairro que tem todos os elementos de sua estrutura básica (água, luz, asfalto, escola) construído pela luta da população, estes jovens não se identificam com o movimento, nem como sujeitos indiretos deste	Este ponto nos chamou muita atenção, pois há uma ausência de participação política destes jovens, eles não só não participam de nenhuma atividade coletiva como nem indicam alguma reflexão sobre a importância deste espaço, em dois depoimentos houve um movimento refratário de participação em uma atividade esportiva mas sem uma continuidade e sem significado objetivamente.	Não há por parte deste grupo uma participação em qualquer que seja a atividade política, somente uma das entrevistadas tem uma participação pontual na escola onde estuda seus filhos, mas nos demais não há o entendimento da importância desta participação.	Não há em nenhum dos grupos nenhum tipo de participação política destes jovens, eles não conseguem entender esta dimensão como sendo importante. Mesmo a história do território onde residem ser feita pela presença da organização social dos movimentos de moradia e todas as conquistas que tiveram se deu pela participação popular estes jovens não identificam isso como sendo importante em suas vidas.

	movimento.			
Participação em atividades religiosas?	De forma geral eles tem um valor na igreja, já foram em algum momento, mas hoje não mais.	A participação nas atividades religiosas não é colocada como um elemento importante para estes jovens, não há frequência nem vontade de ir às atividades religiosas.	Estes jovens na discussão mostraram que a igreja pode ser importante, no entanto nem todos frequentam as atividades religiosas e os que frequentam não é uma frequência ativa e sim esporádica.	Eles participam de forma esporádica das atividades religiosas, mas sem nenhum vínculo importante.
Se hoje vocês perderem tudo que tem (casa, roupas, emprego, saúde) com quem vocês contariam?	E confirma-se que é na família que eles se sentem protegidos e com ela que eles contam para os momentos de dificuldades, é na família que os jovens se apoiam e contam para continuar sua jornada.	A família mais uma vez é central na hora da adversidade, é com a família que eles contam para os momentos de maior problema na vida.	Aqui se confirma que a família é o principal elemento de apoio nos momentos de adversidade, pois em momentos de extrema necessidade é com a família que os jovens contam para resolver os problemas.	Aqui fica mais que confirmado o fato de que é na família que eles encontram elementos de apoio e proteção nos momentos de dificuldades.
Como é a questão da violência no seu bairro para você?	A violência é fato presente no cotidiano deste bairro, isso aparece nos dados estatísticos do mapa de homicídios da cidade de São Paulo e também na fala destes jovens, a violência é por parte de traficantes e policiais, não tem na polícia uma referência de proteção, nem nos traficantes, preferem estabelecer laços de confiança com seus familiares e amigos.	A violência é presente na relação cotidiana dos jovens com o bairro, há uma certa naturalização da violência no grupo há uma intenção de colocar na ausência da polícia e ou segurança pública a culpa pela violência e uma necessidade de enfatizar que tem violência mas tem muita gente trabalhadora, o que nos remete a pensar nos processos de criminalização da pobreza.	A violência no relato dos jovens está pulverizada no bairro, é um bairro violento, principalmente na relação com o tráfico de drogas, mas um dado importante é a relação da violência com a presença da política, há uma associação da entrada da polícia no bairro e que nestes momentos em que a violência fica mais presente, essa fala foi do grupo de forma geral.	

Você jovens acreditam que suas ideias são ouvidas e respeitadas pelas pessoas com quem vocês convivem?	De forma geral o jovem de hoje ainda não tem credibilidade no que eles desejam e falam quando não tem relação com o futuro e um futuro trabalhando e estudando, se tiver qualquer outra ideia não são respeitados.	O grupo coloca que mesmo não sendo ouvidos eles não deixam de se colocar, mas acham que suas ideias não são ouvidas e entendidas.	Neste grupo a presença de dois jovens que se mostram um pouco mais maduros tornou a reflexão mais próxima daquilo que os teóricos da sociologia da juventude identificam em seus estudos, pois eles conseguem identificar que hoje contando com 25 anos eles conseguem ser ouvidos e que lembram de quando eles não eram ouvidos e nem levados a sério, e esse é o sentimento de todos os demais jovens, que dizem que não são entendidos e nem ouvidos, o que é um sentimento negativo e o que nos remete a relação deles com os amigos que sendo outros jovens eles podem naquele espaço ser ouvido e compreendidos.	
O que você espera para sua vida daqui a uns anos?	Todos têm sonhos e querem estar melhor na vida, ao lado da família, constituindo suas famílias. Colocam seus sonhos na aquisição da casa própria, mesmo que seja no mesmo quintal da mãe, estar trabalhando para	Quando provocados a pensar sobre seus sonhos e projetar o futuro esta projeção está vinculada ao trabalho como elemento central para o ingresso no mundo do consumo e do ter para ser, de alguma forma estar trabalhando é um elemento importante no	A prospecção de vida para daqui um ano causou um silêncio e um período de reflexão, que mostrou que os jovens tem dificuldades em fazer esta projeção de pronto, mas após uns minutos eles conseguem fazer um projeção	

	alguém ou em seu negócio próprio e consumindo, pois o poder de consumo é determinante no sonho destes jovens, ter casas, roupas, elementos de conforto para vida; alguns querem estudar, construir um negócio próprio, o que fica de todos é o fato deles quererem ajudar suas famílias direta ou indiretamente.	sentido de apoio e proteção para estes jovens.	que está vinculada à presença do emprego, da posse de uma casa própria, ser um bom profissional, e que nos coloca as questões do consumo.	
--	---	---	--	--

ANEXO 7 – ESTATUTO DA JUVENTUDE

Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

TÍTULO I DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

Seção I Dos Princípios

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I – promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II – valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III – promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV – reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V – promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI – respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII – promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII – valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

Parágrafo único. A emancipação dos jovens a que se refere o inciso I do *caput* refere-se à trajetória de inclusão, liberdade e participação do jovem na vida

em sociedade, e não ao instituto da emancipação disciplinado pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

Seção II Diretrizes Gerais

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

I – desenvolver a intersectorialidade das políticas estruturais, programas e ações;

II – incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;

III – ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios;

IV – proporcionar atendimento de acordo com suas especificidades perante os órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população, visando ao gozo de direitos simultaneamente nos campos da saúde, educacional, político, econômico, social, cultural e ambiental;

V – garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre;

VI – promover o território como espaço de integração;

VII – fortalecer as relações institucionais com os entes federados e as redes de órgãos, gestores e conselhos de juventude;

VIII – estabelecer mecanismos que ampliem a gestão de informação e produção de conhecimento sobre juventude;

IX – promover a integração internacional entre os jovens, preferencialmente no âmbito da América Latina e da África, e a cooperação internacional;

X – garantir a integração das políticas de juventude com os Poderes Legislativo e Judiciário, com o Ministério Público e com a Defensoria Pública; e

XI – zelar pelos direitos dos jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos privados de liberdade e egressos do sistema prisional, formulando políticas de educação e trabalho, incluindo estímulos à sua reinserção social e laboral, bem como criando e estimulando oportunidades de estudo e trabalho que favoreçam o cumprimento do regime semiaberto.

CAPÍTULO II DOS DIREITOS DOS JOVENS

Seção I

Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País;

III – a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens; e

IV – a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens.

Art. 6º São diretrizes da interlocução institucional juvenil:

I – a definição de órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude;

II – o incentivo à criação de conselhos de juventude em todos os entes da Federação.

Parágrafo único. Sem prejuízo das atribuições do órgão governamental específico para a gestão das políticas públicas de juventude e dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe ao órgão governamental de gestão e aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente a interlocução institucional com adolescentes de idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos.

Seção II Do Direito à Educação

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

§ 1º A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada aos jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem.

§ 2º É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica.

§ 3º São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades educacionais.

§ 4º É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa.

§ 5º A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais.

Art. 8º O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou

especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição.

§ 1º É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei.

§ 2º O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública.

Art. 9º O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente.

Art. 10. É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Art. 11. O direito ao programa suplementar de transporte escolar de que trata o art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade.

~~§ 1º Todos os jovens estudantes na faixa etária compreendida entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos têm direito à meia passagem nos transportes interestaduais, independentemente da finalidade da viagem, conforme a legislação federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.~~

~~§ 2º Os benefícios expressos no caput e no § 1º serão custeados, preferencialmente, com recursos orçamentários específicos extratarifários.~~

Art. 12. É garantida a participação efetiva do segmento juvenil, respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades.

Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes.

Seção III

Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda

Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social.

Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas:

I – promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação;

II – oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de:

a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo;

b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular;

III – criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores;

IV – atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil;

V – adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude;

VI – apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações:

- a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;
- b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;
- c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;
- d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;
- e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;
- f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural;

VII – apoio ao jovem trabalhador com deficiência, por meio das seguintes ações:

- a) estímulo à formação e à qualificação profissional em ambiente inclusivo;
- b) oferta de condições especiais de jornada de trabalho;
- c) estímulo à inserção no mercado de trabalho por meio da condição de aprendiz.

Art. 16. O direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos de idade será regido pelo disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e em leis específicas, não se aplicando o previsto nesta Seção.

Seção IV

Do Direito à Diversidade e à Igualdade

Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de:

- I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo;
- II – orientação sexual, idioma ou religião;
- III – opinião, deficiência e condição social ou econômica.

Art. 18. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas:

I – adoção, nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça;

II – capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação;

III – inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito;

IV – observância das diretrizes curriculares para a educação indígena como forma de preservação dessa cultura;

V – inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; e

VI – inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças.

Seção V Do Direito à Saúde

Art. 19. O jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde de forma integral.

Art. 20. A política pública de atenção à saúde do jovem será desenvolvida em consonância com as seguintes diretrizes:

I – acesso universal e gratuito ao Sistema Único de Saúde - SUS e a serviços de saúde humanizados e de qualidade, que respeitem as especificidades do jovem;

II – atenção integral à saúde, com especial ênfase ao atendimento e à prevenção dos agravos mais prevalentes nos jovens;

III – desenvolvimento de ações articuladas entre os serviços de saúde e os estabelecimentos de ensino, a sociedade e a família, com vistas à prevenção de agravos;

IV – garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool, tabaco e outras drogas, à saúde sexual e reprodutiva, com enfoque de gênero e dos direitos sexuais e reprodutivos nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino;

V – reconhecimento do impacto da gravidez planejada ou não, sob os aspectos médico, psicológico, social e econômico;

VI – capacitação dos profissionais de saúde, em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com temas relativos à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, inclusive com deficiência, e ao abuso de álcool, tabaco e outras drogas pelos jovens;

VII – habilitação dos professores e profissionais de saúde e de assistência social para a identificação dos problemas relacionados ao uso abusivo e à dependência de álcool, tabaco e outras drogas e o devido encaminhamento aos serviços assistenciais e de saúde;

VIII – valorização das parcerias com instituições da sociedade civil na abordagem das questões de prevenção, tratamento e reinserção social dos usuários e dependentes de álcool, tabaco e outras drogas;

IX – proibição de propagandas de bebidas contendo qualquer teor alcoólico com a participação de pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade;

X – veiculação de campanhas educativas relativas ao álcool, ao tabaco e a outras drogas como causadores de dependência; e

XI – articulação das instâncias de saúde e justiça na prevenção do uso e abuso de álcool, tabaco e outras drogas, inclusive esteróides anabolizantes e, especialmente, *crack*.

Seção VI Do Direito à Cultura

Art. 21. O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e a participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social.

Art. 22. Na consecução dos direitos culturais da juventude, compete ao poder público:

I – garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais;

II – propiciar ao jovem o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional;

III – incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico;

IV – valorizar a capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais;

V – propiciar ao jovem o conhecimento da diversidade cultural, regional e étnica do País;

VI – promover programas educativos e culturais voltados para a problemática do jovem nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

VII – promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias da informação e comunicação;

VIII – assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa; e

IX – garantir ao jovem com deficiência acessibilidade e adaptações razoáveis.

Parágrafo único. A aplicação dos incisos I, III e VIII do *caput* deve observar a legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes.

Art. 23. É assegurado aos jovens de até 29 (vinte e nove) anos pertencentes a famílias de baixa renda e aos estudantes, na forma do regulamento, o acesso a salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais e circenses, eventos educativos, esportivos, de lazer e entretenimento, em todo o território nacional, promovidos por quaisquer entidades e realizados em estabelecimentos públicos ou particulares, mediante pagamento da metade do preço do ingresso cobrado do público em geral.

§ 1º Terão direito ao benefício previsto no *caput* os estudantes regularmente matriculados nos níveis e modalidades de educação e ensino previstos no Título V da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que comprovem sua condição de discente, mediante apresentação, no momento da aquisição do ingresso e na portaria do local de realização do evento, da Carteira de Identificação Estudantil - CIE.

§ 2º A CIE será expedida preferencialmente pela Associação Nacional de Pós-Graduandos, pela União Nacional dos Estudantes, pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas e por entidades estudantis estaduais e municipais a elas filiadas.

§ 3º É garantida a gratuidade na expedição da CIE para estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, nos termos do regulamento.

§ 4º As entidades mencionadas no § 2º deste artigo deverão tornar disponível, para eventuais consultas pelo poder público e pelos estabelecimentos referidos no *caput*, banco de dados com o nome e o número de registro dos estudantes portadores da Carteira de Identificação Estudantil, expedida nos termos do § 3º deste artigo.

§ 5º A CIE terá validade até o dia 31 de março do ano subsequente à data de sua expedição.

§ 6º As entidades mencionadas no § 2º deste artigo são obrigadas a manter o documento comprobatório do vínculo do aluno com o estabelecimento

escolar, pelo mesmo prazo de validade da respectiva Carteira de Identificação Estudantil.

§ 7º Caberá aos órgãos públicos competentes federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a fiscalização do cumprimento do disposto neste artigo e a aplicação das sanções cabíveis, nos termos do regulamento.

§ 8º Os benefícios previstos neste artigo não incidirão sobre os eventos esportivos de que tratam as Leis nºs 12.663, de 5 de junho de 2012, e 12.780, de 9 de janeiro de 2013.

§ 9º Considera-se de baixa renda, para os fins do disposto no *caput*, a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico cuja renda mensal seja de até 2 (dois) salários mínimos.

§ 10. A concessão do benefício da meia-entrada de que trata o *caput* é limitada a 40% (quarenta por cento) do total de ingressos disponíveis para cada evento.

Art. 24. O poder público destinará, no âmbito dos respectivos orçamentos, recursos financeiros para o fomento dos projetos culturais destinados aos jovens e por eles produzidos.

Art. 25. Na destinação dos recursos do Fundo Nacional da Cultura - FNC, de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, serão consideradas as necessidades específicas dos jovens em relação à ampliação do acesso à cultura e à melhoria das condições para o exercício do protagonismo no campo da produção cultural.

Parágrafo único. As pessoas físicas ou jurídicas poderão optar pela aplicação de parcelas do imposto sobre a renda a título de doações ou patrocínios, de que trata a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, no apoio a projetos culturais apresentados por entidades juvenis legalmente constituídas há, pelo menos, 1 (um) ano.

Seção VII

Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I – incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

II – promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

III – promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência;

IV – incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e

V – garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência.

Seção VIII

Do Direito ao Desporto e ao Lazer

Art. 28. O jovem tem direito à prática desportiva destinada a seu pleno desenvolvimento, com prioridade para o desporto de participação.

Parágrafo único. O direito à prática desportiva dos adolescentes deverá considerar sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Art. 29. A política pública de desporto e lazer destinada ao jovem deverá considerar:

I – a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;

II – a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;

III – a valorização do desporto e do paradesporto educacional;

IV – a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer.

Art. 30. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas.

Seção IX

Do Direito ao Território e à Mobilidade

Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade.

Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.

Art. 32. No sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para jovens de baixa renda;

II – a reserva de 2 (duas) vagas por veículo com desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os jovens de baixa renda, a serem utilizadas após esgotadas as vagas previstas no inciso I.

Parágrafo único. Os procedimentos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II serão definidos em regulamento.

Art. 33. A União envidará esforços, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para promover a oferta de transporte público subsidiado para os jovens, com prioridade para os jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade, na forma do regulamento.

Seção X

Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente

Art. 34. O jovem tem direito à sustentabilidade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, e o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e as futuras gerações.

Art. 35. O Estado promoverá, em todos os níveis de ensino, a educação ambiental voltada para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.

Art. 36. Na elaboração, na execução e na avaliação de políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, o poder público deverá considerar:

I – o estímulo e o fortalecimento de organizações, movimentos, redes e outros coletivos de juventude que atuem no âmbito das questões ambientais e em prol do desenvolvimento sustentável;

II – o incentivo à participação dos jovens na elaboração das políticas públicas de meio ambiente;

III – a criação de programas de educação ambiental destinados aos jovens; e

IV – o incentivo à participação dos jovens em projetos de geração de trabalho e renda que visem ao desenvolvimento sustentável nos âmbitos rural e urbano.

Parágrafo único. A aplicação do disposto no inciso IV do *caput* deve observar a legislação específica sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes.

Seção XI

Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

Art. 37. Todos os jovens têm direito de viver em um ambiente seguro, sem violência, com garantia da sua incolumidade física e mental, sendo-lhes asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para seu aperfeiçoamento intelectual, cultural e social.

Art. 38. As políticas de segurança pública voltadas para os jovens deverão articular ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e ações não governamentais, tendo por diretrizes:

I – a integração com as demais políticas voltadas à juventude;

II – a prevenção e enfrentamento da violência;

III – a promoção de estudos e pesquisas e a obtenção de estatísticas e informações relevantes para subsidiar as ações de segurança pública e permitir a avaliação periódica dos impactos das políticas públicas quanto às causas, às consequências e à frequência da violência contra os jovens;

IV – a priorização de ações voltadas para os jovens em situação de risco, vulnerabilidade social e egressos do sistema penitenciário nacional;

V – a promoção do acesso efetivo dos jovens à Defensoria Pública, considerando as especificidades da condição juvenil; e

VI – a promoção do efetivo acesso dos jovens com deficiência à justiça em igualdade de condições com as demais pessoas, inclusive mediante a provisão de adaptações processuais adequadas a sua idade.

TÍTULO II

DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE

CAPÍTULO I

DO SISTEMA NACIONAL DE JUVENTUDE - SINAJUVE

Art. 39. É instituído o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, cujas composição, organização, competência e funcionamento serão definidos em regulamento.

Art. 40. O financiamento das ações e atividades realizadas no âmbito do Sinajuve será definido em regulamento.

CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 41. Compete à União:

- I – formular e coordenar a execução da Política Nacional de Juventude;
- II – coordenar e manter o Sinajuve;
- III – estabelecer diretrizes sobre a organização e o funcionamento do Sinajuve;
- IV – elaborar o Plano Nacional de Políticas de Juventude, em parceria com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e a sociedade, em especial a juventude;
- V – convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Nacional de Juventude, as Conferências Nacionais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;
- VI – prestar assistência técnica e suplementação financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de juventude;
- VII – contribuir para a qualificação e ação em rede do Sinajuve em todos os entes da Federação;
- VIII – financiar, com os demais entes federados, a execução das políticas públicas de juventude;
- IX – estabelecer formas de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para a execução das políticas públicas de juventude; e
- X – garantir a publicidade de informações sobre repasses de recursos para financiamento das políticas públicas de juventude aos conselhos e gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais.

Art. 42. Compete aos Estados:

- I – coordenar, em âmbito estadual, o Sinajuve;
- II – elaborar os respectivos planos estaduais de juventude, em conformidade com o Plano Nacional, com a participação da sociedade, em especial da juventude;
- III – criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude;
- IV – convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Estadual de Juventude, as Conferências Estaduais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;
- V – editar normas complementares para a organização e o funcionamento do Sinajuve, em âmbito estadual e municipal;
- VI – estabelecer com a União e os Municípios formas de colaboração para a execução das políticas públicas de juventude; e
- VII – cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população jovem do País.

Art. 43. Compete aos Municípios:

- I – coordenar, em âmbito municipal, o Sinajuve;

II – elaborar os respectivos planos municipais de juventude, em conformidade com os respectivos Planos Nacional e Estadual, com a participação da sociedade, em especial da juventude;

III – criar, desenvolver e manter programas, ações e projetos para a execução das políticas públicas de juventude;

IV – convocar e realizar, em conjunto com o Conselho Municipal de Juventude, as Conferências Municipais de Juventude, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos;

V – editar normas complementares para a organização e funcionamento do Sinajuve, em âmbito municipal;

VI – cofinanciar, com os demais entes federados, a execução de programas, ações e projetos das políticas públicas de juventude; e

VII – estabelecer mecanismos de cooperação com os Estados e a União para a execução das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Para garantir a articulação federativa com vistas ao efetivo cumprimento das políticas públicas de juventude, os Municípios podem instituir os consórcios de que trata a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, ou qualquer outro instrumento jurídico adequado, como forma de compartilhar responsabilidades.

Art. 44. As competências dos Estados e Municípios são atribuídas, cumulativamente, ao Distrito Federal.

CAPÍTULO III DOS CONSELHOS DE JUVENTUDE

Art. 45. Os conselhos de juventude são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do exercício dos direitos do jovem, com os seguintes objetivos:

I – auxiliar na elaboração de políticas públicas de juventude que promovam o amplo exercício dos direitos dos jovens estabelecidos nesta Lei;

II – utilizar instrumentos de forma a buscar que o Estado garanta aos jovens o exercício dos seus direitos;

III – colaborar com os órgãos da administração no planejamento e na implementação das políticas de juventude;

IV – estudar, analisar, elaborar, discutir e propor a celebração de instrumentos de cooperação, visando à elaboração de programas, projetos e ações voltados para a juventude;

V – promover a realização de estudos relativos à juventude, objetivando subsidiar o planejamento das políticas públicas de juventude;

VI – estudar, analisar, elaborar, discutir e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem nos processos social, econômico, político e cultural no respectivo ente federado;

VII – propor a criação de formas de participação da juventude nos órgãos da administração pública;

VIII – promover e participar de seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para o debate de temas relativos à juventude;

IX – desenvolver outras atividades relacionadas às políticas públicas de juventude.

§ 1º A lei, em âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, disporá sobre a organização, o funcionamento e a composição dos conselhos de juventude, observada a participação da sociedade civil mediante critério, no mínimo, paritário com os representantes do poder público.

~~§ 2º Constará da lei orçamentária federal, estadual, do Distrito Federal e municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do conselho de juventude do respectivo ente federado.~~

Art. 46. São atribuições dos conselhos de juventude:

- I – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos do jovem garantidos na legislação;
- II – encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- III – expedir notificações;
- IV – solicitar informações das autoridades públicas;
- V – assessorar o Poder Executivo local na elaboração dos planos, programas, projetos, ações e proposta orçamentária das políticas públicas de juventude.

Art. 47. Sem prejuízo das atribuições dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe aos conselhos de direitos da criança e do adolescente deliberar e controlar as ações em todos os níveis relativas aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de julho de 2013.

HENRIQUE EDUARDO ALVES
Presidente